VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

“História, Sociedade e Educação no Brasil”

Tema Geral: História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas

De 30 de junho a 03 de julho de 2009

UNICAMP – Faculdade de Educação

Campinas - SP- Brasil

CADERNO DE RESUMOS

Eixo Temático:

Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E A HEURÍSTICA DA PESQUISA SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS EM UBERABA-MG (1928 A 1971)

ROSÂNGELA MARIA CASTRO GUIMARÃES*
Universidade Federal de Uberlândia
rmcguimaraes@netsite.com.br

Trata-se de algumas reflexões sobre dois importantes aspectos da investigação científica na História das disciplinas escolares: as questões metodológicas que norteiam a pesquisa e a constituição das fontes. A temática central da investigação diz respeito à história e aos contornos do ensino da disciplina História da Educação na formação de normalistas em duas instituições: uma escola pública estadual – a Escola Normal Oficial - e uma escola confessional cristã – o Colégio Nossa Senhora das Dores - dirigida pelas Irmãs Dominicanas. Ambas localizadas na cidade de Uberaba, contando com alguns pontos de aproximação e outros de distanciamento, pois foram fundadas no período Imperial, respectivamente, em 1881 e 1885; a primeira marcada por descontinuidades em seu funcionamento, mas a segunda funcionou de forma ininterrupta, ocorrendo entre elas certa complementaridade, pois nos períodos de interrupção no funcionamento da instituição estadual, a particular monopolizava a oferta do ensino normal na cidade. O questionamento norteador da investigação traduz-se na pergunta: Quais os contornos, assumidos pela disciplina História da Educação no período de 1928 a 1971, nas duas instituições de ensino normal? O interstício compreendido por este recorte está delimitado em sua fase inicial pelo ano de incorporação da disciplina História da Educação no currículo do curso normal em Minas Gerais, o marco final consiste no ano em que esta modalidade de ensino foi transformada em curso profissionalizante sob a denominação de Habilitação Específica para o Magistério, através de Lei 5692/71, durante a ditadura militar. Objetiva-se investigar a trajetória e compreender o significado da disciplina História da Educação, na formação de normalistas nas duas escolas, visando tecer análises finais sob um viés comparativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja heurística está em processo de constituição, e de antemão já foi detectada a insuficiência dos documentos escritos, provenientes dos arquivos escolares, da imprensa local e/ou Oficial e outras como a legislação federal e estadual. Dadas às especificidades do tema e principalmente, dos questionamentos a serem respondidos, se faz necessária à constituição dos “dados”, no dizer de Certeau, também por meio da história oral, ou do uso do testemunho da “memória viva”, “declarada”, como nomeia Ricoeur àquele que pode, por meio entrevistas, narrar práticas, acontecimentos, vivências passadas, por ter participado diretamente, estando presente naquele lugar e naquele tempo.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (1977-2007): CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTADO DA ARTE.

NILCE APARECIDA DA S. F. FEDATTO *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
nfedatto@globo.com

O estudo da história da educação é fundamental para se compreender as relações de poder e os mecanismos de relação entre Estado e sociedade civil, o papel do Estado e sua representatividade, além de possibilitar o entendimento de que a educação não é uma atividade neutra, mas se desenvolve no sentido de atender às necessidades de determinados grupos. Parte de pesquisa em andamento cuja proposta é sistematizar e recuperar o percurso da história da educação em Mato Grosso do Sul o texto em tela passa em revista a produção intelectual referente à História da Educação do Estado. O recorte temporal é balizado pelo ano de 1977 no qual se deu a criação do estado de Mato Grosso do Sul e pelo ano de 2007, por razões óbvias, dentre elas, os primeiros anos do novo milênio. Adotando referencial teórico-metodológico histórico, o estudo tem como fontes as teses e dissertações defendidas no período em estudo e as reflexões publicadas nos dois periódicos educacionais que circulam no Estado desde 1995, trata-se da Revista InterMeio do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da UFMS e a Revista Série-Estudos do Programa de Mestrado em Educação da UCDB. O texto que não pretende ser exaustivo intenta estimular o interesse para a investigação educacional pública regional visto que ordena uma quantidade de informações sobre a educação sul-mato-grossense que permanecia mais ou menos dispersa facilitando, com isso, a consulta aos estudiosos do tema. Elaborado sob a forma de state of the art, o estudo analisou 11 Teses e 56 Dissertações. Quanto aos periódicos a Revista InterMeio publicou 17 números, nestes identificamos 09 trabalhos que têm como tema a educação em Mato Grosso do Sul. Por seu lado a Série-Estudos publicou 21 números. Nesses constatamos 04 artigos que abordam a educação de Mato Grosso do Sul. Desses, 02 discutem a política educacional; 01 trata da formação de professores e o último do ensino superior. O estudo revela que a educação estadual não tem chamado muito a atenção dos pesquisadores e também que a política educacional é a mais abordada certamente por tratar-se de um processo o sobre o qual deve ser inferido uma série de intenções, ações e comportamentos na busca das funções legítimas de governo. Conclusivamente é possível afirmar que estudos e investigações têm cada um em sua perspectiva enfocado a educação produzido no Estado sua configuração como objeto de garantia e proteção pelo Estado, a gestão da educação, todavia, não se verifica a existência de conhecimento acumulado sobre o assunto. Finalmente, importa destacar que com este estudo não pretendeu dar conta de “tudo” o que se produziu sobre a educação em Mato Grosso do Sul nesses 30 anos, nem de todas as causas que a determinaram, mas dos fios condutores que, a nosso ver, permitem entender sua evolução histórica, no período compreendido entre 1977-2007.

A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA ATRAVÉS DO ENSINO RELIGIOSO (1889-1937)

PATRICIA LOPES FERNANDES *
Universidade Estadual de Campinas
patylfernandes@yahoo.com.br

O presente trabalho buscou demonstrar a influência da Igreja Católica na educação pública brasileira no período de 1889 - 1937. Para tanto, fez-se um significativo levantamento e análise bibliográfica, procurando responder as seguintes questões: Qual é a história do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, no período de 1889 a 1937? Como a Igreja Católica influenciou a educação pública brasileira através do ensino religioso, em especial, nesse período? De 1889-1937 foi possível perceber que a Igreja Católica, mesmo se separando do Estado em 1890, influenciou as decisões do país. Tal influência se verificou, principalmente, através da legislação do período, pois para fazer valer suas idéias, e preceitos, a Igreja se organizou politicamente para estar presente na elaboração das Constituições de 1934 e 1937, re-introduzindo o ensino religioso nas escolas públicas.

A PRODUÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA DE INSPIRAÇÃO MARXISTA DAS DÉCADAS DE 1970-1980

RICARDO PEREIRA *
Universidade Estadual de Campinas
ricardop@estadao.com.br

Em meados da década de 1970, desponta uma produção educacional no Brasil cuja tônica é a sua forte inserção histórica, marcada inicial e fundamentalmente pela crítica aos governos militares que se sucederam ao golpe de abril de 1964. O presente estudo tem por objetivo analisar a presença do pensamento marxiano e da tradição marxista nesta produção, em meio ao processo de rearticulação das forças oposicionistas. Faz relato contextualizado sobre a politização e participação do meio acadêmico no período de redemocratização do país, tecendo considerações sobre a tradição marxista no Brasil e sua influência na produção educacional especificamente voltada para a educação. Embora não fosse a única matriz teórico-política a enformar tal elaboração intelectual, é um fato notável a presença de grupos e autores que fazem em suas análises das questões educacionais referências a teóricos vinculados à tradição marxista. É no interior desse movimento que, em meio ao processo de abertura política, extrapola o âmbito da contestação ao regime militar, assumindo um nítido caráter anticapitalista, que situa-se o objeto deste nosso trabalho.

A RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: NOVOS MÉTODOS E NOVAS FONTES DE PESQUISA.

SIRLENE CRISTINA DE SOUZA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
sirlenehistoria@yahoo.com.br

ADILOUR NERY SOUTO
Prefeitura Municipal de Ibiá
neryhistoria@bol.com.br

BETÂNIA OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
betanialaterza@netsite.com.br

Este trabalho é resultado de estudos realizados na área da história da educação e contempla o processo de renovação historiográfica, com o intuito de compreender como os diferentes métodos e fontes de pesquisa contribuem no processo de construção e reconstrução da história. Busca-se no movimento de renovação historiográfica perceber como a história oral pode ser utilizada dentro de um novo contexto de produção do conhecimento, que enfatiza uma análise mais intensa dos acontecimentos históricos. Nessa perspectiva, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional uma vez que o significado da educação está entrelaçado ao significado da história. Assim, toda essa renovação historiográfica possibilitou novas investigações, ampliou o campo de pesquisa, desenvolveu outras vertentes da história, como a História da Educação. Contudo, para o desenvolvimento desse estudo realizamos um amplo levantamento bibliográfico pertinente ao estado da arte acerca da história e da historiografia nacional e estrangeira. Para tanto, mediante novas condições de pesquisa é permitido ao historiador ampliar, não só a visão que se tinha das relações sociais, como também buscar junto a outras ciências ferramentas teóricas necessárias para uma nova compreensão do processo da escrita da história. Dessa maneira, para permitir o acesso às atitudes, mentalidades e às experiências cotidianas, as fontes documentais se alargaram e passaram a oferecer um leque infindável de possibilidades à pesquisa. Aos documentos oficiais, foram incorporadas inúmeras outras fontes, como as cartas pessoais, os diários, a fotografia, a entrevista e outros tantos indícios. Essa nova abordagem refere-se a novas formas de construção da história, propondo o uso de novos métodos, novas fontes, aprofundando o diálogo com outras ciências humanas. A partir de uma nova narrativa histórica, em que a descrição densa, a análise e a interpretação se somam num retorno à política e o apoio fundamental da antropologia social, sem, no entanto, desconsiderar a história do cotidiano, das mentalidades, da micro-história regional ou local. Levando o historiador a compreender que não existe uma única forma de conceber e produzir o conhecimento histórico. Nesse sentido, a procura dos significados da vida cotidiana é auxiliada de maneira significativa através da história oral. Assim ao reconstruir histórias, situações e acontecimentos subsidiados pela voz do outro o pesquisador toma consciência que é preciso aprender a observar, registrar e analisar as interações entre o social e o pessoal, relacionando o todo às partes. Nesse contexto, os historiadores precisam estar atentos para a interpretação dos significados, as ambigüidades do mundo simbólico e a multiplicidade de representações sociais que são produzidas. Nessa perspectiva, os historiadores da educação trazem a tona aspectos antes ignorados ou secundarizados, descortinando um universo de possibilidades de análise

historiográfica.

ARQUIVOS HISTÓRICOS ESCOLARES: DESCRIÇÃO E POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ELISABETE GONÇALVES SOUZA *
Universidade Estadual de Campinas
elisagon@ig.com.br

O presente trabalho discute a importância dos arquivos históricos escolares como fontes para a História da Educação Brasileira. Identifica como documentos arquivísticos os registros escolares e documentos administrativos e pedagógicos gerados pelas instituições no decorrer de suas atividades. Mostra que os cuidados com os documentos não devem se restringir à preservação e conservação dos mesmos, destacando a importância do tratamento, organização e recuperação da informação para a acessibilidade aos seus conteúdos. Destaca a necessidade de tratamento arquivístico da massa documental permanente guardadas nas instituições escolares, públicas e privadas, de modo que os documentos possam ser identificados, descritos e inventariados gerando instrumentos de recuperação das informações, tais como: índices, catálogos, guias, repositórios, etc. Para que a descrição seja feita de forma padronizada, de modo a permitir que os documentos sejam acessados, inclusive por outros sistemas de informação, principalmente quando disponibilizados em bases de dados, deve-se usar a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) para a descrição física dos documentos. A padronização da descrição e o uso de descritores na indexação além de facilitar o acesso aos documentos potencializam suas buscas em bancos de dados em meio eletrônico ou digital. Ressalta que o tratamento da informação contida nos arquivos históricos escolares de forma normalizada permite a acessibilidade e a recuperação das informações por parte dos historiadores e outros pesquisadores, ampliando-se assim as possibilidades de compreensão da realidade educacional brasileira, pois os arquivos escolares são fontes de informações historiográficas imprescindíveis para os estudos não só da política educacional como também das práticas pedagógicas das diferentes instituições. Mostra que os avanços no campo da gestão de documentos em meio eletrônico permitirão que os dados dos arquivos escolares sejam disponibilizados em de bancos de dados, que dependendo do formato de descrição, poderão ser acessados na Web, proporcionando a criação de centros de documentação escolar.

AS ESCOLAS E O QUILOMBO -CORES E IDADES DA INFÂNCIA ESCOLARIZADA EM IGUASSÚ (1850-1870)

JORDANIA ROCHA GUEDES *
Universisade do Estado do Rio de Janeiro
jordaniaguedes@yahoo.com.br

Examinando os relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Rio de Janeiro e fontes historio gráficas sobre o Município de Iguassú a partir da segunda metade do Século XIX,estabeleceu-se como finalidade explicitar neste trabalho as origens raciais e sociais dos meninos e meninas que compunham as escolas iguassuanas de primeiras letras. Com um vasto território distribuído em quatro principais Freguesias, de acordo com as estatísticas oficiais do Governo Imperial que se encontram nos documentos pesquisados,a comuna iguassuana contava com cerca de 60% de sua população compostos por pretos e pardos livres, possuía cinco escolas públicas de primeiras letras e um número considerável de escolas particulares. A heterogeneidade da malha escolar, o número de escolas públicas e particulares,suas distribuições geográficas, e a presença de um famoso quilombo na região, são pontos essenciais para pensarmos sobre as cores e idades da infância alcançada pela instrução em Iguassú.

AULAS NOTURNAS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853 -1889)

VIVIAN VILLA *
Pontifícia universidade Católica do Paraná
vivianvilla09@gmail.com

MARIA ELISABETH BLANCK MIGUEL
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
maria.elisabeth@pucpr.br

O presente trabalho tem por objetivo estudar a questão das aulas noturnas no período provincial no Paraná (1853 – 1889) procurando aprofundar neste contexto, a educação de jovens e adultos. Para tal, o estudo da legislação educacional serviu como fonte, bem como os relatórios da instrução pública. Seguindo a perspectiva teórica apontada em Vieira Pinto (1985), procurou-se interpretar os dados à luz da concepção materialista-histórica tendo-se como pressuposto que o modo de produção da vida material (contexto econômico) é determinante para as conformações sócio-políticas e culturais da sociedade, dentre as quais a educação. Buscou-se também, perceber as contradições manifestas na presença de indivíduos de classes sociais mais pobres, dentre eles os escravos, nas escolas noturnas, enquanto a lei proclamava a educação como direito de todos os cidadãos, mas deixava explícito que nem todos teriam acesso a ela, incluindo neste universo, os escravos. Deste modo, reflete-se sobre o contexto paranaense no período de 1853 a 1889 e a questão da legislação educacional, tendo como objeto de análise, as aulas noturnas. Observou-se a história da criação da Província do Paraná, destacando fatores econômicos e políticos que afetaram diretamente o ensino público, especialmente tomando como material, o conjunto de leis. Buscou-se estabelecer a relação com o contexto nacional. Verificou-se que, no período destacado, a educação de jovens e adultos no Paraná tinha por objetivo dotar a população dos rudimentos da leitura e da escrita. Não havia ainda, uma política de formação dos professores para essa modalidade de ensino, tanto que não se exigia especificamente formação desse profissional. Porém, pode-se perceber claramente um ideal de professor para esse tipo de ensino: o professor era um voluntário, cabendo-lhe seguir as orientações delimitadas pelo Estado. As leis apontam unicamente a abertura das escolas noturnas, de forma que os Relatórios da Instrução Pública informam a grande procura da população pelas aulas e a boa frequência dos alunos que tinham acesso à educação. A intenção era tornar apenas obrigatória a instrução pública, porém o trabalho do professor era visto como missão e dedicação.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPRENSA E DE SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CRISTIANE SILVA MÉLO *
Universidade Estadual de Maringá
cristianesilme@yahoo.com.br

MARIA CRISTINA GOMES MACHADO
Universidade Estadual de Maringá
crismach_cris@hotmail.com

SIMONE BURIOLI IVASHITA
Universidade Estadual de Maringá
sivashita@yahoo.com.br

Este texto aborda a imprensa como fonte de pesquisa para a história da educação ao discutir a definição de imprensa e suas funções no social. Discute-se a utilização da imprensa como fonte de pesquisa e objeto de estudo de pesquisadores do campo da História da Educação. A imprensa é um elemento cultural, pode ser entendida como expressão e produto do modo como os homens percebem e refletem sobre uma determinada realidade social. Uma vez tomada como objeto investigativo contribui para o conhecimento, interpretação e reflexão acerca dos saberes históricos e culturais produzidos pela humanidade nas variadas áreas de conhecimento. A imprensa, compreendida como produção humana em um dado contexto social, reflete as condições históricas da sociedade na qual está inserida e/ou é elaborada. Sua produção em geral é pensada no âmbito das exigências sociais, nesse sentido, a imprensa consiste em um significativo material que contribui no desvendar, análise e reflexão de acontecimentos e assuntos para a História e a Historiografia da Educação. No âmbito da pesquisa educacional tem-se percebido que nos últimos anos houve aumento na quantidade de pesquisas que abarcam a imprensa jornalística, a imprensa de educação e a de ensino como objetos de estudo no campo da educação, a ‘educação pela imprensa’ tem sido um tema de interesse tanto dos que buscam compreender e acompanhar o desenvolvimento das discussões sobre a educação no decorrer dos tempos quanto dos que procuram analisar a educação pela mídia na contemporaneidade.

EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1960: OS CENTROS POPULARES DE CULTURA E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

JEFERSON ANIBAL GONZALEZ *
Universidade Estadual de Campinas
jefersonag@yahoo.com.br

Neste trabalho apresentamos o projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. José Luis Sanfelice. Em nossa pesquisa, pretendemos analisar as formulações dos Centros Populares de Cultura (CPCs) e do Movimento de Educação de Base (MEB) visando compreender suas concepções de educação, cultura popular e transformação social elaboradas nos primeiros anos da década de 1960. Para isso, procuraremos: compreender o contexto histórico-político, social e econômico no qual surgiram o CPCs e o MEB; explicitar o momento teórico-filosófico e suas influências nas formulações dos dois movimentos; analisar o debate teórico presente nos dois movimentos sobre os procedimentos metodológicos de trabalho junto às massas. Ao que nos parece, as formulações dos CPCs e do MEB são conflitantes em relação ao papel da cultura popular na educação das massas para a transformação da sociedade. As formulações dos CPCs traziam a idéia de educação e cultura revolucionária, criticada como doutrinária pelo MEB, que entendia os processos de transformação a partir do diálogo e conscientização das camadas populares. Em relações aos nossos pressupostos teórico-metodológicos, buscaremos trabalhar em nossa pesquisa tendo por base um referencial teórico-metodológico que se contraponha “à estreiteza de horizontes” da perspectiva novidadeira; que busque compreender a essência do fenômeno educativo, suas contradições, mediações e determinações; que nos proporcione uma maior compreensão da realidade e que ao mesmo tempo nos aponte uma estratégia política para a transformação dessa mesma realidade. Por fim, ao esclarecer as questões que colocamos, esperamos contribuir com o aprofundamento sobre as concepções de educação popular e cultura popular que mesmo produzidas em um período histórico determinado, podem servir ao enfrentamento teórico das concepções que atualmente delimitam a relação entre educação e cultura a partir do multiculturalismo e do referencial pós-moderno, que parecem perder de vista a determinação política da educação e da cultura e a relação dialética destas com a sociedade. Neste sentido, com a realização do nosso trabalho pretendemos contribuir para a compreensão das contradições que permeiam diferentes propostas de educação popular que se prestam à construção da luta contra-hegemônica no sentido da superação dialética da sociedade de classes.

ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DAS PRODUÇÕES DA ANPED 2007

SINARA POLLOM ZARDO *
Universidade de Brasília
sinarazardo@gmail.com

O presente artigo objetiva verificar os métodos científicos predominantes nas investigações publicadas no Grupo de Trabalho GT – Educação Especial, dos Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, de 2007, utilizando como base teórica os estudos de Gamboa (2007) e Esteban (2003). O estudo se caracteriza por seguir uma vertente epistemológica construcionista, de cunho teórico interpretativista, utilizando como técnica e procedimentos de coleta de dados a análise documental. A pesquisa teve como corpus de análise as quinze produções componentes dos Anais 2007 do GT Educação Especial da ANPED. Como resultados indica-se a necessidade dos pesquisadores da área da educação especial atentarem para a questão metodológica das suas publicações científicas, no que tange à coerência entre teoria e método de pesquisa e a diferenciação entre estes e os procedimentos de coleta e análise de dados.

ESCOLAS MULTISSERIADAS: DADOS PRELIMINARES

MARIA ANGELICA CARDOSO *
Universidade Estadual de Campinas
cardosoangelica@terra.com.br

MARA REGINA MARTINS JACOMELI
Universidade Estadual de Campinas
mararmj@unicamp.br

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado em educação, em andamento. Não visamos, nesse momento, apresentar dados analíticos, mas apresentar os primeiros levantamentos relativos à produção científica acerca das escolas multisseriadas. Historicamente consideradas como de segunda categoria, parece que os educadores e os gestores optaram por esquecê-las, esperando que desapareçam como conseqüência natural do processo de desenvolvimento das sociedades. Porém, o desaparecimento natural não existe na história, trata-se, sempre, de funções sociais que cumprem ou deixam de cumprir para desaparecerem ou para recriarem. Tema de meu interesse, o projeto nasceu, em 2006, a partir da relação que fiz entre a minha prática docente, em classes multisseriadas, e a organização do trabalho didático em escolas primárias de ensino mútuo. Para sua elaboração, efetuamos um levantamento inicial sobre o tema com a finalidade de averiguar o volume real de estudos e pesquisas relacionados às escolas multisseriadas. O resultado confirmou nossa hipótese: poucas eram as pesquisas abordando tal objeto. O tema, pouco explorado, instigou-me a propor o projeto de investigação, aprovado no final de 2007, para ingresso em 2008. Com o objetivo de mapear a produção referente às escolas multisseriadas iniciamos a primeira fase investigativa com o levantamento do estado da arte. Delimitamos a abordagem por área, linha temática, região e período. Os trabalhos de identificação e quantificação, ainda que incompletos, permitiram a apresentação de alguns dados preliminares: na produção científica sobre as escolas multisseriadas prevalece a área da educação e suas subáreas; privilegiam-se os temas relativos à prática e à formação docentes; há uma divisão de domínio, quanto à produção, entre as regiões sul – teses e dissertações – e norte – pesquisas docentes; poucos foram os pesquisadores que deixaram sua região para realizar suas pesquisas. Salientamos que esse levantamento é parcial e que o estamos terminando, com a pretensão de torná-lo público, na íntegra, brevemente. Porém, é certo que o interesse pelas escolas multisseriadas é muito recente, data dos últimos dezesseis anos: as centenárias escolas multisseriadas, não passam de “adolescentes” objetos de pesquisas.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PAULINO BOTELHO (1980 - 1996):PESQUISANDO A TRAJETÓRIA DOS ALUNOS.

PATRÍCIA POLIZEL CULHARI *
Universidade Federal de São Carlos
paiculhari@yahoo.com.br

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento, que tem como interesse a realização de um estudo histórico-sociológico sobre o processo de desenvolvimento do ensino técnico na atual Escola Técnica Paulino Botelho, antiga Escola Profissional de São Carlos.

Interessa-me saber os que lá entram, porque e para onde vão. E é com esta investigação, sobre uma instituição educacional, que pretenderei revelar o papel de seus diferentes atores para que possa interpretar a evolução histórica dessa instituição à luz de seu modelo educacional.

Procurarei apresentar como o recurso metodológico “trajetória dos ex-alunos” poderá trazer as respostas necessárias para traçar as evoluções e transformações ocorridas na ETE Paulino Botelho durante este período de 1980-1996, delimitados pela disponibilidade dos arquivos dos ex-alunos encontrados na Escola e pelo tempo significativo para se traçar suas trajetórias de vida.

FONTES PARA ESTUDOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ/RO

ANSELMO ALENCAR COLARES *
Universidade Federal de Rondônia
anselmo.colares@terra.com.br

MARIA LÍLIA IMBIRIBA SOUSA COLARES
Universidade Federal de Rondonia
lilia.colares@hotmail.com

O trabalho aborda a utilização de fontes orais, fontes documentais e fontes iconográficas na perspectiva da escrita da história da educação. Trata-se de uma pesquisa de campo, na qual se utiliza a abordagem histórico-educacional e na perspectiva de análise a partir dos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético. A pesquisa tem como propósito o levantamento, a sistematização e a análise de diferentes fontes, com vistas a escrita da história da educação escolar da Região do Vale do Guaporé, no Estado de Rondônia. Objetiva contribuir para o debate historiográfico, na medida em que as fontes estudadas possam fornecer novas explicações relativas ao percurso histórico educacional. O texto ora apresentado traz resultados parciais da pesquisa, e as informações dizem respeito apenas do município de Guajará-Mirim/RO, o mais importante aglomerado populacional da Região objeto do estudo. A reconstrução histórica do passado mais remoto e mais recente permite a construção de indicadores críticos para melhor entender a dinâmica atual da educação e suas perspectivas futuras. O trabalho de levantamento, sistematização e preservação de fontes, portanto, lança as bases fundamentais para a produção de outros trabalhos relevantes sobre a educação escolar. Com as informações já obtidas está sendo possível vislumbrar uma parte considerável e esquecida do desenvolvimento histórico-educacional do município de Guajará-Mirim e isto permitirá a escrita de uma história que possa dar vez e voz aos que a protagonizaram efetivamente.

GRUPOS ESCOLARES NO INTERIOR DO HISTEDBR: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS E PUBLICADAS NOS SEUS EVENTOS

ALESSANDRA DE SOUSA DOS SANTOS *
Faculdade de Educação/UNICAMP
aledesousa@ig.com.br

MARA REGINA MARTINS JACOMELI
Universidade Estadual de Campinas
mararmj@unicamp.br

O presente trabalho é resultado de análise bibliográfica disponível no acervo do HISTEDBR referente aos eventos: Jornadas e Seminários, realizados por esse Grupo de Pesquisas, buscando identificar e mapear as pesquisas apresentadas nos mesmos sobre a história das instituições escolares, mais precisamente àquelas referentes aos Grupos Escolares. O interesse por realizar esse levantamento se justifica pela necessidade de compreender como vem sendo realizadas as pesquisas referentes aos Grupos Escolares, para tanto, nos propomos a analisar os resumos das publicações do grupo ao qual pertencemos: o HISTEDBR. A pesquisa procura identificar os trabalhos que vêem sendo desenvolvidos por todo o país, quais regiões abrangem e como essas pesquisas estão sendo realizadas. Apresentamos aqui dados numéricos e um panorama dos resultados encontrados em nossa investigação.

HISTÓRA DA EDUCAÇÃO: O TEMA DA ESCOLA PÚBLICA NO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

JOÃO CARLOS DA SILVA SILVA*
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
jcsilva05@terra.com.br

HISTÓRA DA EDUCAÇÃO: O TEMA DA ESCOLA PÚBLICA NO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

RESUMO
Este artigo discute o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que ao completar 77 anos, continua sendo documento citado de maneira recorrente nos estudos historiográficos sendo colocado como parâmetro para analisar o atual contexto educacional, como se tivéssemos deixado no passado às soluções e os caminhos ideais para a superação da crise que se abate sobre a escola pública. Os estudos historiográficos acerca da Primeira República identificam-na como um período de instabilidade econômica, política e social caracterizada por uma sociedade agrária, ainda com fortes resquícios da tradição escravocrata, a partir de um sistema de dominação do latifúndio, controlada pelos “donos do poder”. Por outro lado, este período caracterizou-se como instante de debate e disputa em torno de um projeto educacional para o Brasil, Xavier (1990), Ribeiro (1995). Lançando bases de um projeto acerca da valorização da escola pública na construção do Brasil moderno, reafirmou o que já se configurava desde o início da República, ou seja, uma forte oposição à chamada escola tradicional. Pretendemos a partir desses elementos oferecer algumas contribuições ao trabalho de pesquisa sobre a história da educação brasileira desenvolvido no âmbito grupo de pesquisa HISTEDBR-GT Cascavel. Visa compreender o tratamento que o tema da escola pública teve no documento escrito por Fernando de Azevedo (1894-1974) e seus signatários, momento em que a educação é colocada como elemento decisivo no processo de desenvolvimento social no Brasil. Considerado um marco na educação brasileira, os pioneiros elegeram a escola pública, laica, gratuita como responsabilidade do Estado, servindo muitas vezes de modelo a ser seguindo pelas ações educativas, abrindo uma nova na história das idéias pedagógicas no Brasil. Assumindo posições filiadas aos princípios da Escola Nova, o Manifesto é marcado por contradições, sendo seu texto caracterizado como eclético e heterogêneo (SAVIANI, 2007). Não se trata de reivindicar a atualidade do documento, mas entendê-lo no seu tempo, ainda que muitos dos desafios atuais apresentem características muito próximas daqueles enfrentadas na época, ao relacionar o tema da escola pública ao campo das demandas sociais. Os pioneiros colocaram a educação, em particular escola pública, como instrumento de democratização da sociedade brasileira. Favoráveis a uma educação pública, gratuita, mista, laica e obrigatória, os pioneiros entendiam que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era muitas vezes atribuída à família.

HISTÓRIA DA CRIANÇA NA BAHIA DURANTE O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ISABEL CRISTINA DE JESUS BRANDÃO *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
icjbrandao@yahoo.com.br

Neste trabalho analiso a história da criança na Bahia no período Imperial na tentativa de compreender os fatores que determinaram a sua configuração; como o pensamento desenvolvido em outros países, especialmente na Europa, influenciaram as discussões do atendimento à criança no Brasil e qual o papel das instituições de acolhimento neste processo. É importante destacar que este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida durante o período de doutorado. A pesquisa constitui um estudo documental por meio da qual analisei os relatórios dos Presidentes da Província da Bahia, bem como jornais e revistas do período pesquisado. Durante o Império havia, na Bahia, um número muito grande de registros de crianças abandonadas e que, em muitos casos, se transformavam em refeições de bichos, crianças órfãs, crianças que morriam por maus-tratos etc. Neste contexto as instituições de acolhimento desempenhavam um papel bem definido, que era o de cuidar e educar dessas crianças que, por diversos fatores, não tinham um adulto que se responsabilizasse por elas. A Bahia possuía grande quantidade dessas instituições e a grande maioria estava sob responsabilidade da Igreja Católica, a qual, por muitas vezes, trouxe irmandades de outros países, como a França, para desempenharem aqui o papel de protetoras e educadoras dessas crianças. É importante destacar que o papel dessas instituições vai além do que, geralmente, consideramos como cuidado, ou seja, ações voltadas somente para o atendimento das necessidades básicas do ser humano. Elas configuraram como principal veículo de instrução das crianças acolhidas, atendendo, inclusive, as determinações legais sobre o programa de instrução primária implementado no período Imperial.

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: INFLUÊNCIAS DO ESCOLANOVISMO NO CONTEXTO EDUCACIONAL EM GOIÁS

ANDERSON BRITO RODRIGUES *
Universidade Federal de Goiás
andersondebrito@uol.com.br

A presente pesquisa encontra-se situada no âmbito da historiografia da psicologia e da educação, e tem por objetivos compreender alguns dos sentidos que a psicologia em Goiás assumiu em seu processo de constituição, bem como apreender as influências que essa área do conhecimento recebeu nas primeiras décadas do século XX. O histórico da psicologia no Brasil revela que em seu processo de desenvolvimento essa área ultrapassa as fronteiras do psicológico e estabelece vinculações com outros campos epistemológicos, tais como medicina e educação. No terreno educacional a psicologia encontrou um enorme espaço para seu desenvolvimento, contribuindo para o entendimento de novos métodos pedagógicos no interior das Escolas Normais, principalmente os que se referem à Escola Nova, de certa forma como possibilidade de atribuição de status e legitimidade científica às práticas educacionais. Os conhecimentos psicológicos foram na primeira década do século XX importantes na formação de uma nova compreensão de educação, de sociedade e de criança, compreensão essa idealizada pelos projetos de modernização da cultura goiana. Em Goiás, verifica-se o florescimento de ideais pedagógicos entrelaçados aos conhecimentos oriundos da psicologia. Foi possível, a partir desse estudo, perceber a confluência da psicologia e da educação em Goiás que constituíram um saber pedagógico que predominou no campo das práticas e políticas educacionais no referido período. Em Goiás, a partir dos anos 1930, foram implementadas políticas educacionais que passaram a contribuir com o avanço do capitalismo no estado. O pensamento psicológico predominante nas primeiras décadas do século XX, tanto em Goiás como no Brasil, são indicativos de uma nova demanda de formação que tomava o escolanovismo por princípio pedagógico.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: A MESORREGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ.

DENISE KLOECKNER SBARDELOTTO *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
deniseklsb@yahoo.com.br

O presente artigo teve por objetivo analisar a historiografia paranaense referente à educação na atual mesorregião Oeste do estado do Paraná. Dividido em três partes, o trabalho inicia com alguns apontamentos sobre a história e historiografia da educação brasileira e define um posicionamento em relação às pesquisas em história regional. Na segunda parte são apresentadas e analisadas algumas obras sobre a história paranaense, buscando detectar de que forma e se estes trabalhos fazem menção à história do Oeste paranaense. Por fim, buscando projetar perspectiva em relação à historiografia sobre a mesorregião Oeste do Paraná, o trabalho apresenta um levantamento das produções mais recentes em história da educação (monografias, dissertações e teses) e analisa a incidência ou não do Oeste do Paraná no âmbito desta produção. Foi utilizada a análise bibliográfica das obras selecionadas e dos títulos e resumos dos trabalhos disponíveis nos sítios dos Programas de Pós-Graduação em Educação das principais Universidades paranaenses. O trabalho permitiu observar que há uma escassez de análises sobre a história e história da educação da atual mesorregião Oeste do Paraná, tanto na historiografia positivista quanto no âmbito das pesquisas recentes realizadas no interior das Universidades. Percebe-se que este movimento faz parte de uma tendência nacional do registro histórico que, além do ponto de vista dos “vencedores”, costuma privilegiar os fatos ocorridos nas regiões a leste e litoral em detrimento das regiões de interior.

HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COLONIAL JESUÍTICA

SÔNIA MARIA FONSECA *
Universidade Estadual de Campinas
smfonseca@uol.com.br

HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COLONIAL JESUÍTICA

Este trabalho tem como objeto de análise uma historiografia brasileira, mais precisamente da educação e, mais ainda, circunscrita ao período colonial e restrita à ação jesuítica, centrada na análise de estudos clássicos e de trabalhos mais recentes, privilegiando obras publicadas em edições singulares e que foram reproduzidas e citadas por gerações de historiadores, e outras, que apesar do potencial, ainda, não lograram fortuna crítica. No tocante a uma historiografia centrada na ação jesuítica no Brasil, esta principia com Azevedo (1943) e sua polêmica acerca da educação jesuítica ser humanista o que acarretou à nossa cultura uma “deformação intelectual”, tese contestada por estudiosos, mas sempre lembrada e citada em círculos e trabalhos acadêmicos. O tom laudatório que há na obra História da Companhia de Jesus no Brasil, do padre Serafim Leite, cronista e historiador oficial da Companhia de Jesus, publicada sob os auspícios da própria ordem religiosa, não nos impede de reconhecer que é ponto de partida para qualquer pesquisa que tenha como objeto a ação jesuítica no Brasil. Há um manancial de fontes e bibliografia ali que pode passar despercebido às vistas dos historiadores. Luiz Alves de Matos, em sua obra Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico (1549 a 1570) cunha a expressão “período heróico”, que compreende os primórdios da ação jesuítica, referindo-se aos anos de 1549 – o da chegada dos primeiros jesuítas capitaneados por Nóbrega juntamente com o primeiro governador geral Tomé de Souza, a 1570, ano da morte daquela que compôs com José de Anchieta e Azpilcueta Navarro, a tríade dos jesuítas que deram o tom da ação evangelizadora daqueles tempos. Em Colonização e Catequese (1982), José Maria Paiva se empenhou em estabelecer os motivos culturais e doutrinários da catequese contrarreformista imposta pelos jesuítas, analisando-a a partir de categorias weberianas, mas bastante próximo ao que hoje se configura como história cultural. A obra tornou-se um marco para a historiografia brasileira da educação, cuja abordagem era inédita entre seus contemporâneos. Dermeval Saviani, por sua vez, estabelece pelo viés teórico-metodológico do materialismo histórico, uma abordagem das ideias pedagógicas em sua recente obra História das Idéias Pedagógicas no Brasil (2007). A Historiografia da Educação Brasileira Colonial, enquanto produção acumulada reflete a limitação deste subcampo no campo maior da Historiografia Brasileira, o que deriva da própria limitação da Historiografia do Brasil Colonial - as evidências disso estão nos espaços destinados à educação colonial em duas coletâneas publicadas na década recente: 500 anos de Educação o Brasil, organizada por Eliane Lopes (2000) e Histórias e Memórias da Educação no Brasil, obra em 3 volumes, organizada por Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2004).

IDEÁRIO REPUBLICANO NOS CAMPOS GERAIS: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR JESUÍNO MARCONDES (1907)

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
lupadilha5@yahoo.com.br

MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO
Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR
misabel@lexxa.com.br

O presente trabalho de pesquisa traz resultados parciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no programa de Pós-Graduação da Universidade de Ponta Grossa-Pr, que tem como foco central compreender o processo de criação do primeiro Grupo Escolar “Conselheiro Jesuíno Marcondes”, na cidade de Palmeira nos Campos Gerais – Paraná. Tem como objetivo realizar a reconstrução histórica do processo de constituição do Grupo Escolar no início do período republicano 1907, de forma a contribuir para a ampliação do conhecimento na área da História da Educação Brasileira. Trata-se de uma instituição regional de ensino, a partir da qual se procurará estabelecer a totalidade das relações entre a divisão da sociedade em classes e, por conseguinte a divisão social do trabalho, procurando compreender a gênese da instituição escola e seu papel na sociedade, bem como compreender o processo de instituição da escola pública e gratuita e quais foram os fatores políticos, econômicos e sociais que propiciaram a criação da mesma e dos primeiros Grupos Escolares no Brasil e no Paraná. Por ser uma instituição criada numa região com várias colônias de imigrantes, procurar-se-á também compreender o contexto europeu no período que marca o início da imigração européia para o Brasil, assim como, verificar as questões mais gerais no contexto da sociedade, do Estado, da organização das classes e grupos sociais dominantes que influenciaram nas relações de adaptação desses imigrantes no país. Para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, que é o resgate do processo histórico de constituição e institucionalização do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, está sendo realizada a revisão bibliográfica referente à criação da escola pública bem como às instituições escolares no Brasil e no Paraná; analisados os documentos particulares, documentação dos imigrantes e de seus descendentes, que moram na região de Palmeira - PR; catalogadas e digitalizadas leis, pareceres, projetos e relatórios que tratam da educação pública no Brasil no final do século XIX e início do século XX. As fontes e locais delimitados para o estudo foram: Escola Jesuíno Marcondes, Museu da Cidade de Palmeira, Casa da Memória de Ponta Grossa, Arquivo Público do Paraná – PR e Museu Campos Gerais – PR. Todo esse material está sendo catalogado e digitalizado em um banco de dados específico, para que no final da pesquisa possa estar sendo armazenado em um CD-ROM e disponibilizado na página on-line do Grupo de Pesquisa HISTEDBR, de modo a colaborar com outras pesquisas em História da Educação. Do ponto de vista das pesquisas em Instituições Escolares a sua realização se justifica, pois não há estudos que abordem o processo histórico de constituição e de institucionalização da escola pública na região de Palmeira no Paraná, durante a primeira metade do século XX. Entende-se assim a relevância desse estudo, de modo que venha a contribuir para as pesquisas em História da Educação Brasileira.

LA ESCUELA MODERNA DE BARCELONA: EXPERIÊNCIA ESPANHOLA EM EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

JULIANA GUEDES DOS SANTOS MARCONI *
Universidade Federal de São Carlos
julianaguedes_ufscar@yahoo.com.br

LUIZ BEZERRA NETO
Universidade Federal de São Carlos
lbezerra@ufscar.br

Criada em 1901 pelo educador Francisco Ferrer y Guardia, La Escuela Moderna de Barcelona foi um marco para a educação se se pensar o contexto histórico no qual foi criada: uma Espanha em sua maioria fervorosamente católica que, assim como outros países ocidentais, presenciava desde o fim do Século XIX, o fortalecimento das teorias iluministas, o crescimento e consolidação do modo de produção capitalista e a necessidade de expansão educacional devido as exigências do crescente operariado fabril, agora organizado em sindicatos e associações de classe. Apoiada nas teorias libertárias de educação, a Escuela Moderna, está entre as experiências que marcaram o período de transição entre os séculos XIX e XX assinalado por Giampietro Berti como um período “mudança fundamental para a história do educacionismo anarquista, porque se assiste a uma dupla dialética: na medida em que tende a fechar-se a fase do pensamento anarquista clássico, abre-se aquela de sua possível tradução na concreta experiência pedagógica”. Neste texto, fez-se uma exposição acerca dos fundamentos libertários que nortearam a criação da Escuela Moderna; discutiu-se um pouco da trajetória do idealizador associada à criação, desenvolvimento e fechamento da instituição; e foram abordadas algumas características da Escuela Moderna que inspiraram outras iniciativas. Apresentamos ainda que de forma preliminar, uma sistematização de dados importantes para o estudo da história da educação libertária e de sua aplicação no campo educacional considerado, pelos anarquistas, um dos que mais demandam intervenções para que uma nova sociedade seja possível.

LEVANTAMENTO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM IRATI.

CLAUDIA MARIA PECHAK ZANLORENZI *
Universidade Centro - Oeste do Paraná
aecmari@gmail.com

O presente texto visa expor o projeto de extensão “Levantamento de fontes para a história da educação em Irati”, envolvendo Centro de Documentação e Memória, Departamento de História, Departamento de Pedagogia, todos da Universidade do Centro – Oeste do Paraná (UNICENTRO), campus de Irati, e instituições escolares desse Município. O referido projeto de extensão tem por objetivo evitar a perda definitiva das fontes documentais escolares mais antigas, bem como criar condições para que a pesquisa na área de História da Educação possa se desenvolver a partir desses acervos, reunidos no Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO/I (CEDOC/I), atendendo um público diversificado constituído principalmente por alunos e professores dos cursos de História, Pedagogia e demais interessados da área de Ciências Humanas. O trabalho que iniciou em agosto de 2008, com término em julho de 2009, está sendo desenvolvido junto às direções do Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças, primeiro jardim de infância e primeira Escola Normal da cidade, e Escola Estadual Duque de Caxias, sendo esse o primeiro grupo escolar de Irati. Para apresentação desse projeto que está em desenvolvimento, primeiramente será discutido a importância de iniciativas desse cunho, em virtude da falta de políticas públicas de preservação da memória escolar, principalmente na cidade de Irati-PR e os primeiros impasses, para em seguida ser exposto o trabalho já realizado e a ações futuras até o término do mesmo.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

JAQUELINE VELOSO PORTELA ARAÚJO *
Universidade Federal de São Carlos
jaqueveloso@ufscar.br

A questão a ser problematizada por este trabalho refere-se à constituição de uma memória histórica da educação em Goiás referente à primeira metade do século XX. O trabalho circunscreve-se às discussões travadas por ocasião da realização de pesquisa de doutoramento que vem sendo realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Fundamentos da Educação, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A exposição envolve uma discussão teórica acerca dos conceitos memória e história, e traz ainda referências acerca da produção historiográfica que toma a educação como objeto de pesquisa no Estado de Goiás. A problematização do tema em questão, bem como a formulação das questões principais da pesquisa, encontra sustentação na discussão corrente sobre a abordagem historiográfica na pesquisa educacional. A constituição do objeto de pesquisa passa pela leitura de fontes referentes à educação, objetivando a apreensão do modelo formativo proposto pelo governo do Estado de Goiás, durante a primeira metade do século XX, expresso em documentos: leis, decretos, regulamentos da instrução pública, periódicos locais e anais de eventos educacionais. A tese defendida a partir da referida pesquisa é de que as políticas voltadas para a formação do homem do campo em Goiás, durante o período que se inicia na República Velha e se estende até a metade do século XX, foram marcadas por uma dualidade entre ruralismo e escolanovismo, dualidade esta inerente à relação campo-cidade no processo de capitalização da agricultura no Estado durante esse interregno. Porém, o recorte ora apresentado expressa alguns fatos ocorridos na história da educação goiana, destacando a atuação da Missão Pedagógica Paulista na constituição do campo educacional em Goiás na primeira metade do século XX. Com base em estudos realizados até o presente momento é possível inferir que por um lado a educação em Goiás era influenciada pelo movimento da Escola Nova, por outro havia uma tendência política em considerar a necessidade de articulação do escolanovismo ao ruralismo pedagógico.

METODOLOGIAS DA HISTÓRIA E EDUCAÇÃO – QUESTÕES PERTINENTES À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UTOPIA HISTÓRICA: APONTAMENTOS.

GUILHERME PONTIERI LIMA *
Faculdade de Educação - UNICAMP
bola.lima@gmail.com

RESUMO:

O debate acadêmico contemporâneo sobre a Historiografia e questões teórico-metodológicas em História da Educação tem sido profundamente marcado por posições analíticas que indicam, explicita ou implicitamente, embates contundentes com relação à concepção histórica. Parte significativa dos trabalhos tem utilizado pressupostos teórico-metodológicos que ignoram, consciente ou inconscientemente, questões inerentes às opções. O presente estudo é um esforço de inserção neste debate, um campo relativamente novo que, por este motivo, figura ainda um espaço de disputas em aberto. Partindo da premissa da não neutralidade científica e que as opções teóricas e metodológicas apontam também opções políticas, este trabalho analisa algumas destas opções do ponto de vista histórico, apresentando elementos do debate sobre a importância da concepção histórica, suas intencionalidades e impacto na história da educação. Desta maneira, neste artigo, apresentamos e discutimos alguns questionamentos, objetivando a defesa da necessidade de maior rigor na pesquisa em História da Educação.

O JORNAL CORREIO BRAZILIENSE (1808-1822): A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO MATERIAL DO BRASIL

MARCÍLIA ROSA PERIOTTO *
Universidade Estadual de Maringá
marciliaperiotto@yahoo.com.br

O JORNAL CORREIO BRAZILIENSE (1808-1822): A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO MATERIAL DO BRASIL

É uma pesquisa sobre as idéias apresentadas no jornal Correio Braziliense, publicado por Hipólito da Costa em Londres nos anos de 1808 a 1822, período em que viveu em exílio fugindo da Igreja que o prendeu por divulgar as idéias da maçonaria. Presume-se que essas idéias contribuíram na educação política da elite brasileira nas décadas iniciais do século XIX. Ao travar combate pela penetração do pensamento liberal no Brasil, já vitorioso na Inglaterra e no mundo em desenvolvimento, o Correio Braziliense marcaria o processo que culminou na separação entre o Brasil e Portugal, influenciando os brasileiros a adotar uma nova posição frente aos portugueses e a postularem tratamento mais compatível com a riqueza que produziam. A proposta feita por Hipólito da Costa de adoção do ensino mútuo, largamente discutida nas páginas do jornal, guardava o propósito de se criaram condições de difusão do saber trazido pelos imigrantes estrangeiros que indicava ao governo português arregimentar, em substituição aos braços escravos. Ensinar um pouco de técnicas de produção coadjuvadas pelas letras e escrita visava preparar não somente os brasileiros, mas estimular os estrangeiros para uma etapa de desenvolvimento imperativa à condição de civilizado e de fazer jus às riquezas naturais que abundavam no Brasil. O projeto de desenvolvimento ali defendido incluía a educação de “todos a todos” como um dos pilares do progresso nacional e em conjunto à entrada de imigrantes. Estes, ao chegarem, seriam estimulados a trocar os conhecimentos que dominavam num movimento que emularia o intercâmbio entre as diversas nacionalidades, construindo assim um sentimento de pátria entre aqueles que haviam por força das circunstâncias e necessidades, abandonado a pátria-mãe. É um estudo inscrito no eixo Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação, realizado sob a perspectiva da ciência da história que possibilita aliar as idéias de Hipólito da Costa ao movimento feito pelas relações burguesas na direção dos novos territórios, que se apresentavam extremamente promissores nas colônias ultramarinas. A educação, embora não fosse prioridade no conjunto das idéias apresentadas por Hipólito da Costa, não deixou de ser chamada a desempenhar papel importante na consolidação das novas forças hegemônicas. Definiu-se este eixo em razão do entendimento de que a História da Educação no Brasil deve ser entendida estabelecendo-se a devida vinculação com as forças mundiais existente à época, na medida em que essas se encontravam em profunda transformação e determinavam, nesse movimento, o conteúdo necessário ao estágio de desenvolvimento do capital. Decifrar o projeto de desenvolvimento proposto por Hipólito da Costa vinculando-o ao método do ensino mútuo que queria ver espalhado entre os brasileiros é uma das formas que se dispõe de entender o processo histórico da educação no Brasil.

OS JORNAIS DO SÉCULO XIX E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CELINA MURASSE MIZUTA *
Faculdade de Artes de Paraná
cmmurasse@yahoo.com.br

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica de caráter histórico que demonstra a importância dos jornais enquanto fonte de pesquisa para a História da Educação. Parte-se da premissa que o estudo dos periódicos pode servir de via de acesso aos fenômenos mais gerais do passado e assim revelar mais da história do Brasil do século XIX que os livros de história. Por isso, eles se tornam aliados preciosos dos documentos oficiais, pois muitas vezes estes se mostram insuficientes para a construção historiográfica. Ao jornal O Auxiliador da Indústria Nacional coube a tarefa de difundir os conhecimentos úteis necessários ao melhoramento e à prosperidade da indústria e, ao mesmo tempo, educar e moralizar a população brasileira. Ele possibilitou uma troca mútua e rápida de noticias, descobertas e invenções entre todos os industriosos do Brasil no período oitocentista e incentivou a adoção de hábitos civilizados. Utiliza como fonte primária a coleção microfilmada do jornal O Auxiliador da Indústria Nacional. Espera-se que o estudo contribua para ampliar e aprofundar a compreensão do desenvolvimento da História da Educação no século XIX.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS DOS CAMPOS GERAIS - PR (1904-1950)

MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO *
Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR
misabel@lexxa.com.br

CLARISSA BORBA PRIETO
Universidade Estadual de Ponta Grossa
cissaprieto@gmail.com

O presente projeto de pesquisa tem o propósito de contribuir para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, através da reconstrução histórica das Instituições Escolares Publicas na Região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná. O projeto de pesquisa enfoca o período compreendido entre o início da República até a metade do século XX, que foi muito importante para o desenvolvimento do Estado do Paraná e para a História da Educação Brasileira. Neste período ocorreu a criação dos primeiros grupos escolares públicos na região dos Campos Gerais - PR, como concretização do importante papel da educação no processo de desenvolvimento e modernização a sociedade brasileira. O problema objeto da investigação proposta neste projeto diz respeito, essencialmente, ao resgate de fontes primárias das Instituições Escolares Públicas, e a partir destas fontes reconstruir a História da Educação. Esta proposta de pesquisa parte de nossa preocupação com a recuperação, manutenção e registro da documentação das Instituições Escolares, que estão em precárias condições de conservação. São fontes primárias fundamentais para a compreensão da institucionalização, constituição e implantação das primeiras escolas na região e para a reconstrução histórica. Com este trabalho junto às escolas das cidades participantes do projeto estaremos contribuindo para desvelar parte da história da cidade e da região através de um trabalho científico, com o compromisso de promover o fortalecimento dos laços de pertencimento. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados em um catálogo com o acervo de fontes coletadas e os verbetes produzidos sobre cada Instituição Escolar, para ser disponibilizado na forma impressa em papel, e na forma digitalizada em CD-Rom. Desta forma, espera-se que este material constitua-se em fonte de informações para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das várias Instituições de Ensino Superior, em especial do Paraná. Ele fornecerá à comunidade científica, especificamente da área da educação, elementos para o avanço do conhecimento sobre a História da Educação na Região, bem como, as condições necessárias que possibilitarão o surgimento de novas pesquisas na área.

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO E DO PROFESSOR A PARTIR DO LIBERALISMO E DO MARXISMO.

HÉLIO CLEMENTE FERNANDES *
Universidade do Oeste do Paraná
heliocle@yahoo.com.br

PAULINO JOSÉ ORSO
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
paulinorso@uol.com.br

Este artigo tem por finalidade apresentar uma discussão sobre a educação e o trabalho do professor a partir dos embates teóricos travados entre o liberalismo e o marxismo. A grosso modo, pode-se dizer que estas são as duas grandes correntes filosóficas que travam disputas pelo controle teórico e ideológico, digamos, cultural que, por sua vez, acarretam implicações sociais, políticas e econômicas diversas.

Partimos do pressuposto de que a classe que detêm o poder econômico também busca dominar política, social e culturalmente e, como a escola faz parte da totalidade histórica em que imperam as relações de classe, as contradições existentes nas relações sociais também se fazem presentes nela. Sendo assim, ela também se torna um espaço de luta e de contradição. Neste sentido, entendê-la na perspectiva das lutas de classes exige uma tomada de posição do trabalhador que atua no campo da educação, pois, do contrário, assumir uma suposta neutralidade, por si só, já implica num posicionamento.

Este artigo pretende chamar a atenção para o fato de que uma vez que os fins últimos da educação não transcendem os limites da sociedade e, sendo o liberalismo e o marxismo duas concepções em disputa no interior da mesma, precisamos compreendê-los para entender suas diferentes implicações e conseqüências. Da mesma forma, faz-se necessário entender os debates em torno dos mesmos, para compreender a função que se atribui à educação e, por conseguinte, também ao professor.

Além disso, apresentamos algumas elementos que podem contribuir para a superação dos problemas produzidos pela sociedade vigente, que tem no Estado um forte aliado em vista de sua reprodução em contraposição às possibilidades de se ter uma educação emancipada, juntamente com um trabalho docente emancipado.

Eixo Temático:

História, políticas públicas e educação

A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 8 PARA 9 ANOS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

SIMONE DE FÁTIMA FLACH *
Universidade Federal de São Carlos
eflach@uol.com.br

Este texto procura oferecer subsídios para a reflexão sobre a ampliação da escolaridade obrigatória de 8 para 9 anos, tendo em vista a realidade político-educacional brasileira. Sob a luz do materialismo histórico-dialético, método que oferece o suporte necessário para entender os interesses hegemônicos e ideológicos existentes na prática política, o texto apresenta a constituição histórica da educação brasileira, os pressupostos legais do ensino fundamental e exemplifica a temática apresentada através da exposição de algumas contradições ocorridas no Estado do Paraná e no município de Ponta Grossa, a partir do ano de 2001, quando iniciou o processo de ampliação naquele contexto. Ao final, conclui-se que a medida político-educacional de ampliação do ensino fundamental precisa contribuir para o avanço no exercício da cidadania, requerendo um esforço coletivo para assegurar o direito à educação tanto no ensino fundamental quanto na educação infantil.

A ATUAÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 1920

MAGNA MARIA SILVA *
Universidade Estadual de Maringá
magnaxis@hotmail.com

AMÉLIA KIMIKO NOMA
Universidade Estadual de Maringá
aknoma@uem.br

Este artigo focaliza a participação de Fernando de Azevedo (1894-1974) na elaboração e coordenação do Inquérito da Instrução Pública por solicitação do jornal O Estado de S. Paulo em 1926. O objetivo é analisar o modo de atuação e o papel assumido por Fernando de Azevedo na condição de formulador de políticas para a educação nacional. Por adotar a abordagem do materialismo histórico, a análise do objeto é articulada ao processo de transformação da sociedade brasileira no contexto de transição do modelo agrário-exportador para uma configuração social de base urbano-industrial e ao ambiente social, político, intelectual e cultural em presença. O referido Inquérito, realizou um diagnóstico da situação do ensino no Estado de São Paulo, visando fomentar o debate público, expor as opiniões dos técnicos, definir princípios e fins da educação e propor um determinado grupo social para ser o dirigente do processo. São analisadas as políticas propostas para o Ensino Primário e o Ensino Normal, o Ensino Técnico e Profissional, o Ensino Secundário e o Ensino Superior. O Inquérito foi portador de uma política que requeria a constituição de um sistema de ensino que abrangesse todas as instituições educativas, desde a escola primária até a universidade, como uma unidade graduada e integrada, regulada por um corpo único de lei que normatizasse a atividade educacional em qualquer de seus níveis e modalidades. Esteve articulado a um projeto político amplo de transformação da sociedade, do qual o grupo do jornal O Estado de S. Paulo foi portador. Realizou a crítica à educação existente, divulgou iniciativas visando a uma modernização da educação e fez coro às idéias que defendiam a educação como motor da transformação social, política e econômica do país.

“COMO EM SONHO CORRER NUMA ESTRADA?DESLIZANDO NO MESMO LUGAR?”

MELÂNIA MENDONÇA RODRIGUES *
Universidade Federal de Campina Grande
melania.r@uol.com.br

Buscando articular história e políticas educacionais, o trabalho aborda a temática da democratização da gestão educacional, tratando, mais especificamente, da instauração de mecanismos de participação da sociedade civil na gestão de sistemas de ensino. Adotando uma abordagem histórico-dialética, o artigo apresenta relatos de experiências de implementação, por governos subnacionais, de mecanismos de participação popular na tomada de decisões referentes à política educacional, em dois momentos históricos distintos – os primeiros anos de 1980 e o período constituído pelo final da década de 1990 e pelo princípio dos anos 2000. Evidenciando as fragilidades das experiências pioneiras e analisando a implementação do Fórum Municipal de Educação de João Pessoa-PB, à luz das categorias de mudança pelo alto e transformismo, o trabalho considera que a regressão observada nesse Fórum indica a pertinência da discussão acerca das potencialidades da ação política no âmbito da sociedade burguesa, assim como a atualidade das formulações gramscianas relativas à guerra de posições.

A CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR NO REGIMENTO UNIFICADO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO DE 1996 - 2005.

WILSON DA SILVA SANTOS *
Universidade do Estado da Bahia
wisanvc@yahoo.com.br

Este artigo tem como objetivo perquirir a constituição documental da gestão escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Vitória da Conquista no período de 1996 a 2005. Partindo de uma análise documental sustentada no regimento interno da escola e no estatuto do magistério do Município citado, procura-se mostrar a concepção de gestão colegiada a partir dos conceitos autonomia e democracia. Esta investigação se deu mediante formulações de questões analíticas e detalhamento da revisão de literatura que trata sobre a temática estudada e do referencial teórico gramsciano em que a pesquisa se apóia. Com um procedimento hermenêutico, a pesquisa concluiu que as ambigüidades dos conceitos autonomia e democracia nos documentos em foco podem ser ressignificados através de acordos políticos e, por conseguinte, normatizados juridicamente, ou ainda pela própria contextualização da prática educativa ao longo dos anos.

A CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990.

SHEILA GRAZIELE ACOSTA DIAS *
Universidade Estadual de Maringá
sheilagad@gmail.com

ANGELA MARA DE BARROS LARA
Universidade Estadual de Maringá
angelalara@ymail.com

O objeto do presente texto é a configuração do neoliberalismo nas políticas públicas e sociais no Brasil durante a década de 1990. O objetivo é analisar os fundamentos do neoliberalismo, seu histórico, suas características e sua implantação no Brasil, bem como suas decorrentes políticas públicas e sociais implementadas no país. Baseado numa concepção materialista da história, o problema desse artigo é voltado para a seguinte questão: Qual as conseqüências do modelo neoliberal nas políticas públicas e sociais no período determinado? Essa discussão é articulada com o contexto histórico presente, vinculado ao movimento maior de reestruturação capitalista, à mundialização do capital, à reestruturação produtiva e à redefinição do papel do Estado com os ajustes macroeconômicos orientados pelas instituições financeiras internacionais. A partir do Estado neoliberal instaurado no país são desencadeadas as políticas neoliberais e as ações do governo na prática da política educacional como uma política social.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AÇÕES AFIRMATIVAS: POLÍTICAS PÚBLICAS IGUALITÁRIAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO

SILVIA MARIA PINHEIRO BONINI PEREIRA *
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
sbonini@terra.com.br

Diante do advento da Constituição Federal de 1988 e frente opção do legislador constituinte por garantir a igualdade de condições, tornou-se impossível negar a conquista obtida pela sociedade brasileira na superação da desigualdade racial. A Constituição Cidadã também teve o mérito de promover o reconhecimento e a reparação histórica de grupos historicamente excluídos. Outra significativa influência da Constituição da República foram as ações afirmativas, consubstanciadas no Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana. Ante as mudanças de paradigmas, tornou-se relevante examinar noções como: cidadania, dignidade humana, igualdade formal e material e inclusão social, para uma melhor compreensão do que representam as ações afirmativas, em específico, as situadas no campo educacional. A cidadania incide no pleno desenvolvimento dos sujeitos sociais, através da valorização da dignidade humana, do tratamento igualitário, da não-discriminação, do acesso aos valores institucionalizados, do respeito às diferenças e, acima de tudo, da inclusão e aceitação dos diferentes grupos que integram a sociedade pluralista brasileira. Já o Princípio da Isonomia, cingido ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, representa um dos pilares das políticas afirmativas. Nesse diapasão, a educação ocupa um lugar histórico para a construção de uma sociedade igualitária e, na seara educacional elas se apresentam como o arcabouço fundamental de acesso à plena cidadania. Logo, à luz do ordenamento jurídico constitucional, percebe-se que o Direito brasileiro abriga todas as modalidades de ações afirmativas. Neste sentido, a pessoa humana tutelada, a quem as políticas afirmativas se destinam, é a pessoa concreta, ou seja, determinados grupos, cuja exclusão histórica enseja a elasticidade da ordem vigente, para, de um lado, romper o equilíbrio do sistema e, do outro, equilibrar a ordem social.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE NITERÓI: CONFLITOS EM TORNO DA PROPOSTA ESCOLA DE CIDADANIA

ARMANDO DE CASTRO CERQUEIRA AROSA*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
armandoarosa@yahoo.com.br

Este trabalho reflete sobre a implantação da Proposta Escola de Cidadania, implantada, entre 2005 e 2008, pela Fundação Municipal de Educação de Niterói – FME. Busca-se compreender que concepções e práticas político-pedagógicas e político-administrativas estão em conflito nesse processo de reforma da política educacional. Para tal, além da análise de ações docentes e gestoras observadas, foram examinados os documentos produzidos pela Rede Municipal, inclusive alguns emitidos pela nova gestão em 2009, com vistas ao aprofundamento de questões relativas ao funcionamento do Sistema de Ciclos que foi implantado em 1999, tendo como base a Proposta Pedagógica denominada Escola do Nosso Tempo. Desse modo, foram visitados, além das referidas propostas, diversos outros documentos que constam dos arquivos da FME. A organização escolar em ciclos traz ao debate não só elementos de caráter político-pedagógico, mas também questões sobre o processo gestor e a relação deste com os processos produtivos globais. Assim, avaliação, currículo, planejamento, formação de professores, mas também gestão pública e política educacional foram temas tratados na perspectiva dos conflitos estabelecidos na formulação e na implantação da referida Proposta. A partir da análise realizada é possível dizer que os elementos que constituem os processos gestores, e pedagógicos, também se constituem, na Escola, como práticas sociais que expressam, reafirmam ou desafiam as relações de produção. Com base em Sander, pode-se dizer que é visível, no processo de implantação da Proposta aqui analisada, o embate entre a tradição funcionalista do consenso e a tradição interacionista do conflito. Igualmente, no campo da gestão pública nota-se a tendência ao gerencialismo ainda, que carrega, em muitos momentos, fortes traços burocráticos. Por fim, na medida em que na escola se estabeleça um modelo de gestão, administrativa e pedagógica, em que sejam fortalecidos os processos de participação e controle social, com espaços socializados de decisão e engajamento; que se garanta a todos o direito ao conhecimento, que se consolide a dimensão sócio-política dos processos gestores, estar-se-á contribuindo para a consolidação das instituições políticas e para a construção de políticas públicas voltadas para as necessidades dos cidadãos.

A CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGÓGIA NO BRASIL - DÉCADA 1930: UM OLHAR A PARTIR DE SUA BASE MATERIAL PRODUTIVA

JOSÉ BARRETO DOS SANTOS*
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
zecajbs@uol.com.br

O presente texto tem como objetivo, mesmo que sucintamente, refletir sobre a criação do Curso de Pedagogia no Brasil – (Decreto Nº. 1.190, de 04 de Abril de 1939), no contexto da industrialização tardia, o “Projeto Nacional Desenvolvimentista” iniciado pelo Governo Nacionalista de Getúlio Vargas. Para tanto, em termos teórico-metodológicos fez-se necessário fundamentar a minha investigação a partir da obra de Karl Marx e em outros autores contemporâneos brasileiros que debruçam suas análises na sociedade capitalista, acerca do movimento imanente a categoria de totalidade. Nesse sentido, são analisadas as fontes bibliográficas e documentais produzidas sobre a temática sócio-econômica e política da época, da primeira fase do capitalismo imperialista para fase do capital monopolista, a fim de entender de que forma sedimentaram as condições materiais e políticas necessárias para sua criação, bem como a estrutura organizacional do trabalho docente e a sua formação profissional.

A EDUCAÇÃO, A ESCOLA E O SEU PAPEL NA MANUTENÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CLARICE ZIENTARSKI *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
claricezientarski@yahoo.com.br

ANA PAULA COLARES FLORES MORAES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
acolaresflores@yahoo.com.br

DANIELE RORATO SAGRILLO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
danielesagrillo@yahoo.com.br

NEILA PEDROTTI DRABACH
Universidade Federal de Santa Maria
neila.drabach@yahoo.com.br

OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
oseias.ol@uol.com.br

SUELI MENEZES PEREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
sueli@ce.gmail.com

Resumo

Este trabalho vincula-se ao Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria – RS, trata da escola brasileira como instituição social e do papel que a educação tem exercido ao longo dos tempos, como elemento constituído e constituinte de luta hegemônica. Para o desenvolvimento do trabalho utiliza-se a metodologia de caráter qualitativo, através de pesquisa bibliográfica. Na tentativa de ampliarmos as compreensões sobre a temática utilizamos os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, referendados por Gramsci e o de educação como possibilidade de transformação social conforme proposta defendida por Paulo Freire. Isto leva-nos a busca das origens das idéias que se produziram e se estabeleceram para manter ou modificar a ordem vigente. O diálogo com os autores permite que se pense a escola e a educação como prática social capaz de produzir e reproduzir relações sociais, mas, que pode ainda, num contexto favorável às reflexões e práticas libertárias e emancipatórias, representar uma possibilidade de superação e/ ou transformação da sociedade. A discussão é proposta a partir de momentos distintos: inicialmente analisa os conceitos de “hegemonia”, “contra-hegemonia”, “educação” e “escola”. A seguir trata das categorias educação e escola e a reprodução da dominação de classe, avançando na compreensão de alguns momentos da História da Educação no Brasil com o objetivo de situar o autor e contextualizar os momentos vividos pela escola e pela sociedade brasileira e servir como um fio condutor para futuras análises. A proposta educacional emancipadora fundamentada em Paulo Freire é discutida num enfoque que propõe alternativas para a mudança na maneira de ser e fazer da escola.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O ANALFABETISMO ENTRE IDOSOS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: VELHICE E EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO CAMPO

MARCOS AUGUSTO CASTRO PERES*
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
mperes@usp.br

Este artigo trata da exclusão de idosos dos programas de educação de jovens e adultos (EJA) na região do semi-árido nordestino, particularmente no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Essa região, na qual está localizada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), apresenta sérios problemas sociais decorrentes das condições climáticas desfavoráveis (clima seco), pela precariedade da infra-estrutura urbana dos municípios e pela condição de pobreza e exclusão vivida pela maioria da população. Verificam-se nessa região índices bastante elevados de analfabetismo, particularmente na parcela da população com 60 anos e mais de idade, o que revela tanto a precariedade do sistema educacional de uma época em que esses idosos se encontravam na “idade escolar”, como também a inexistência, na atualidade, de políticas educacionais voltadas à população idosa. Isso porque, mesmo nos programas de EJA, que se destinam aos “jovens e adultos trabalhadores”, os idosos são excluídos, especialmente porque não se inserem mais na categoria de “trabalhadores”, o público-alvo principal desses programas. Tal fato revela a exclusão da velhice do projeto educacional brasileiro, que, de forma coerente ao que ocorre nas demais sociedades capitalistas, coloca a condição de trabalhador (restrita) à frente da de cidadão (abrangente), não reservando ao que “não é trabalhador”, ao “ex-trabalhador” aposentado, ou, mesmo, ao trabalhador rural, qualquer alternativa de educação formal. É possível notar o desrespeito ao idoso como cidadão e sujeito de direitos no Brasil, que se estende ao idoso na condição de (ex-) trabalhador rural, não-alfabetizado e residente das regiões rurais, precárias em infra-estrutura, como a do semi-árido nordestino, que já teve seu drama social e humano exaustivamente retratado/denunciado por inúmeros romances da literatura brasileira, bem como por outras produções artísticas e cinematográficas, tornando-se com isso conhecido não só no Brasil, mas também no exterior. Contudo, continua, pelo que parece, sendo tratado mais como obra de ficção do que como problema social real e emergencial. Por outro lado, podemos ver em certas iniciativas de educação popular, particularmente na chamada “educação do campo”, formas alternativas de educação, que procuram contemplar a universalização e a diversidade dos participantes das (e nas) ações educativas.

A EDUCAÇÃO DIANTE DA CRISE DO CAPITAL: ESTADO, TERCEIRO SETOR E MERCANTILIZAÇÃO DA ESCOLA

MARCO ANTONIO OLIVEIRA GOMES*
Universidade Federal de Rondônia
marcooliveiragomes@yahoo.com.br

Este artigo discute os reflexos da crise do capitalismo e do processo de reestruturação produtiva em um período histórico marcado pela hegemonia das políticas neoliberais no âmbito da educação escolar. Neste cenário, a ofensiva do capital apresenta alternativas paliativas para a exclusão social com a difusão da ideologia do voluntariado e do Terceiro Setor, além de propostas vinculadas ao pós-modernismo, que na prática, esvaziam a função social da educação e reforçam ao mesmo tempo a mercantilização do processo escolar. No caso brasileiro, tal projeto confirma uma das características de nossa cultura política: o moderno se constitui por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica ao atualizar aspectos persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-os no contexto da globalização. Por fim, apontamos para a necessidade urgente de proposição de novas estratégias de luta, com vistas à criação de uma sociedade emancipada, onde será possível a existência de uma educação integral, segundo a concepção marxiana.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS: UM ESBOÇO DE POLÍTICA PÚBLICA EM TEMPOS DE ‘INCLUSÃO ESCOLAR’

CELI CORRÊA NERES *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
c.neres@uol.com.br

NESDETE MESQUITA CORRÊA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
nesdete@ig.com.br

A história da educação especial na Rede Municipal de Ensino (REME), de Campo Grande – MS, é recente. Teve seu início no final da década de 1970, na forma de atendimento itinerante às escolas, como parte integrante do Serviço de Apoio ao Estudante, decorrente da necessidade de intervenção da Secretaria Municipal de Educação frente às dificuldades de aprendizagem encontradas e do grande número de evasão e repetência, na primeira série, em algumas escolas municipais. Na REME, a educação especial se constituiu como uma política educacional a partir do final da década de 1990, com a ampliação do número de matrículas no ensino fundamental. Essa iniciativa resultou na expansão dos serviços e no número de atendimentos aos alunos com deficiência na Rede. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo registrar a trajetória da educação especial nesse município, desde a sua implantação até os dias atuais, oferecendo uma contribuição para o estudo e a difusão do conhecimento sobre a política local de educação especial, inserida no movimento de ‘inclusão escolar’ em nosso país. Para tanto, recorreu-se à releitura de dois relatórios de pesquisa que se debruçaram sobre o registro da história da educação especial no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, tendo como fontes: documentos, entrevistas com pessoas que participaram da implantação dos serviços de educação especial no município e no estado de Mato Grosso do Sul e, coleta de informações na Secretaria Municipal de Educação. Buscou-se na articulação com a política nacional da educação especial, analisar o processo da implantação e o oferecimento dos serviços da educação especial para os alunos com deficiência, matriculados na educação básica do sistema municipal de ensino. Os resultados indicam que a organização da educação especial na REME revela a tentativa da gestão municipal em adequar-se às atuais políticas educacionais, fundamentadas no paradigma da ‘inclusão’, diante das constantes mudanças na reestruturação dos serviços. Cabe indagar se essas mudanças têm-se traduzido em melhores condições de acesso, permanência e sucesso para a educação das pessoas com deficiência, considerando-se que em sua trajetória a racionalização de recursos ficou evidenciada na dinâmica dos serviços oferecidos a essa população. Conclui-se que a sustentabilidade de um projeto de ‘inclusão escolar’ para alunos com deficiência exige investimentos na construção de um novo projeto de escola que considere as diferenças como parte fundamental do projeto pedagógico.

A EDUCAÇÃO NA DESORDEM

ROSANA AREAL CARVALHO *
Universidade Federal de Ouro Preto
rosanareal@ichs.ufop.br

FABIANA OLIVEIRA BERNARDO
Universidade Federal de Ouro Preto
fabianaoliveira@msn.com

GABRIELA ALMEIDA CRUZ
Universidade Federal de Ouro Preto
gacbr@hotmail.com

A década de 20 representa um momento de grande efervescência e reformas importantes que remodelaram os caminhos da educação brasileira, segundo as intenções do governo republicano. Em Minas Gerais, Sandoval Azevedo e Francisco Campos reformaram o ensino primário e normal mudando o cotidiano das escolas. Pensando nesta vertente, este trabalho busca mostrar as influências destas reformas e como estas ações políticas ditavam a realidade do Grupo Escolar “Gomes Freire”, em Mariana-MG. Para entender os traços destas políticas, buscamos investigar a cultura e os sujeitos escolares, suas representações, e os fatos relevantes que fizeram parte deste ambiente. Pela pesquisa bibliográfica, mostramos o contexto regional e local enriquecido com documentos da própria escola, tais como: livros de inventário, termos de posse e anotações de pessoal. Além desta documentação, analisamos periódicos da imprensa local e as atas do Arquivo Histórico da Câmara Municipal. Este estudo se norteia nas ações dos grupos políticos republicanos na esfera do ensino e escolarização. Sabemos que neste período predominaram correntes de pensamento como o cientificismo e o positivismo, atraindo os intelectuais republicanos reformadores da educação. Compreender estas matrizes intelectuais é também cabível à metodologia deste trabalho, complementando nossa análise. Observamos também, pela documentação do Arquivo da Câmara, o zelo do fundador do Grupo Escolar, o republicano Gomes Freire, por suas medidas e verbas direcionadas à instrução pública não só dentro da cidade, mas nos distritos, para gratificação de professores, construção de prédios para funcionamento escolar, dispensando até uma renda fixa da câmara para a ‘escola nocturna’. No acervo da escola percebemos no livro ‘termos de posse’ uma tendência da escola a receber estagiárias normalistas, algumas efetivadas posteriormente como professoras. Isso nos faz pensar que a escola delineava uma estabilidade nos cargos de seus professores nesse momento, já que não precisava mais trazer professores de outros municípios para completar o quadro de aulas. No inventário há traços claros de objetos para o currículo da época, e mais outros que trazem a simbologia do civismo: uma ‘Bandeira Nacional’, variados mapas de regiões do Brasil e livros que discursam sobre a pátria são parte desse cotidiano que representa a escola dos anos 20. Assim, os parâmetros da escola nova foram implantados continuamente no Grupo Escolar, confirmando a tendência estadual com as devidas apropriações concernente às forças locais. Concluímos que, às influências das reformas educacionais da década de 20, somaram-se os reflexos do jogo político em voga, que descortinou um espaço para os grupos conservadores apoiados pela Igreja Católica, impondo parâmetros de moralidade e recuperando sua influência com o advento do ensino laico, volta a participar do cenário escolar. Prova disso é a posterior alteração do nome da escola para Grupo Escolar “Dom Benevides”.

A ESCOLA NORMAL LIVRE MUNICIPAL DE SOROCABA

WILSON SANDANO *
Universidade de Sorocaba
wilsonsandano@uol.com.br

Este trabalho tem como tema a criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, em 1929.
Desde 1870, a cidade de Sorocaba, apesar de seu desenvolvimento econômico e social, não contava com escola pública secundária.
Os sorocabanos que desejassem estudar em curso superior deveriam realizar seus estudos secundários em outras cidades, como São Paulo, Campinas e Itapetininga. Esta situação obrigava, inclusive, a mudança de residência, para aquelas cidades, de tradicionais famílias sorocabanas.
No início do século XX, a não existência de escola secundária pública na cidade se devia, principalmente, à posição da linha dominante do diretório local do PRP, que defendia a tese de que para os operários (e a cidade já era uma cidade operária) bastava apenas o curso secundário.
A situação gerou um movimento na cidade pela criação de uma escola secundária, em particular de uma escola normal.
O trabalho procura analisar, com base em fontes documentais, na historiografia da educação escolar de Sorocaba e na produção historiográfica existente, como ocorreu, historicamente, a criação e a institucionalização da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

A EXPANSÃO DO ENSINO NA “BOCA DO SERTÃO PAULISTA: HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR DE BOTUCATU (1895)

LIDIANY CRISTINA DE OLIVEIRA GODOI *
Universidade Estadual de Campinas
lidianygodoi@yahoo.com.br

Este trabalho examina as origens do grupo escolar de Botucatu no contexto do projeto republicano de expansão do ensino, expresso pela Primeira Reforma da Instrução Pública Paulista (1892-1896), a qual, por sua vez, promoveu a distribuição geográfica dos grupos escolares pelos diversos municípios do Estado de São Paulo. Nos primeiros anos da reforma do ensino, poucas localidades foram contempladas com a construção dos grupos escolares devido ao alto custo do empreendimento. A importância econômica, a influência da política local junto ao Governo e a densidade escolar se constituíram em fatores que influenciavam na escolha de uma ou outra cidade. Na cidade de Botucatu, o grupo escolar foi implantado no ano de 1895. O edifício, suntuoso, representou, para o município e sua região, um marco institucional e arquitetônico, fato que se confirma pelo seu tombamento, no ano de 2002, como patrimônio histórico e cultural da cidade. Contudo, não existem estudos sistematizados sobre suas origens. Utilizou-se bibliografia de época, fontes primárias recolhidas na imprensa local, legislação, relatórios de inspetores e diretores, correspondências oficiais de professores e diversas, atas da Câmara de Botucatu, iconografia e outros. A pesquisa busca desenvolver-se com o uso do método analítico-crítico, relacionando o entendimento do particular em um contexto geral. Dentre as conclusões obtidas, destaca-se que as influências políticas foram muito importantes para que a cidade de Botucatu fosse contemplada com a criação de um grupo escolar, já nos anos iniciais da Reforma da Instrução Pública, entretanto, o crescimento econômico do município não pode ser desprezado.

A EXPERIÊNCIA DOS CENTROS DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (CEMP`S): LIMITES E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

ANA PAULA RIBEIRO DE SOUSA*

anapaularis@hotmail.com

Análise da experiência de implantação dos Centros de Ensino Médio e Educação Profissional (CEMP’s) na região da Baixada Campos e Lagos maranhenses. O texto socializa a experiência inovadora de implementação de uma política pública municipal na área de educação profissional em nível médio desenvolvida em sete municípios da região da Baixada Campos e Lagos maranhenses, analisando seus impactos quanto ao atendimento dessa demanda existente nos municípios em função do histórico descaso das políticas públicas implementadas em nível estadual com relação a educação profissional em nível médio no estado do Maranhão. Analisa o processo de implantação desses Centros, bem como o projeto educativo inovador, em processo de construção permanente, do qual participam alunos, professores, dirigentes e pais, além de outros atores, e de um currículo que expanda as possibilidades dos jovens de exercer seu protagonismo social visando o desenvolvimento de sua região, bem como a apropriação do conhecimento necessário para a preparação para o trabalho produtivo e para a cidadania.

A FACULDADE DA DE MEDICINA BAHIA: PERCURSO E REFORMA DO ENSINO NO SÉCULO XIX

ADAILTON FERREIRA SANTOS *
Universidade do Estado da Bahia
adailtonfs@bol.com.br

Este trabalho trata-se de um estudo de documentos da época na perspectiva historiográfica da educação e discuti a trajetória no ensino superior no Brasil no século XIX, notadamente na Província da Bahia com a publicação da Carta Régia de 1832 do Príncipe Regente D. Pedro II sobre a Reforma da Educação. Essa reforma aplicada num contexto conflituoso e de desenvolvimento traz importantes transformações para o cenário educacional. Criam-se a Faculdade de Medicina da Bahia que possibilita a difusão das ciências naturais e o surgimento de novos cursos de graduações. As mudanças introduzidas no ensino superior, notadamente no campo das ciências médicas, contribuem, a seu modo, para a melhoria da saúde pública no Império.

A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DO ENSINO SUPERIOR

MARIA CECÍLIA MARINS OLIVEIRA*
Universidade Federal do Parana; Centro Universitário Campos de Andrade
cecioliveira@onda.com.br

O estudo inscreve-se como reflexão e análise de evolução e perspectivas que se configuraram no ensino superior, em meio às ideologias, correntes de pensamento e posicionamentos políticos, dando os contornos do teor intelectual para a formação acadêmica brasileira. Os impasses criados para o ensino superior interligaram-se às estruturas políticas, sociais e econômicas que marcaram os diferentes momentos da formação neste nível de ensino, dificultando as propostas de modernização dos estudos. Novos contornos no processo educativo impuseram-se frente às novas estruturas sociais, partir de meados do século XIX, com a entrada de imigrantes no Brasil e sua posterior participação no processo de industrialização do país. Todavia, o ensino superior resultante da organização de faculdades isoladas manteve-se com base no modelo institucional das universidades européias, no decorrer do Século XIX, apesar das diversas reformas para o ensino brasileiro, no início do Século XX. Nem mesmo a aprovação do Estatuto da Universidade Brasileira, em 1931, conseguiu reestruturar a organização universitária. A necessidade de modernização e dinamização da estrutura universitária tornou-se, então, mais flagrante a partir do Governo Vargas com a instalação do processo de industrialização. A reforma universitária, em 1968, sob a influência do modelo norte-americano cunhou novo modelo institucional ante as urgentes necessidades de formação para o país. As ingerências internacionais, em anos seguintes, impuseram a reconfiguração do modelo universitário sem, entretanto, alterar a organização moldada pela reforma. O pensamento neoliberal dominante, no final do Século XX e início do Século XXI, conduziu à imposição de políticas de privatização e gerou o desconforto e a instabilidade nos meios acadêmicos. A contenção de investimentos nas instituições públicas de ensino visou o desmonte de sua estrutura, ao mesmo tempo em que o governo incentivava o acelerado surgimento de instituições privadas. As distorções no processo de ampliação da rede privada, assim como as inúmeras dificuldades que foram sendo enfrentadas pelas instituições públicas, evidenciaram o desgaste no modelo institucional e a fragilidade no processo de ensino e aprendizagem. A nova Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, tentou trazer ao nível das instituições uma nova dinamização para o setor sem promover alterações estruturais. As transformações e mudanças que se operaram, neste final e início de Século, mediante o processo de globalização nos meios da comunicação e da economia deixaram ainda mais evidentes a falta de uma capacitação adequada e uma formação eficiente. Estratégias de avaliação foram criadas pelo Governo para controlar as instituições públicas e particulares, os cursos e o aproveitamento dos alunos. Os investimentos na educação tornaram-se ponto central, com preocupações que apontam para uma sociedade moderna e compatível com o desenvolvimento científico e tecnológico.

A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP: RESISTÊNCIA INSTITUCIONAL OU RECORTE SOCIAL?

CAROLINE MARIA FLORIDO *
Unicamp
farolemar@yahoo.com.br

A discussão da Extensão Universitária tem sido assunto polêmico dentre os temas estudados na Universidade. Ao longo de mais de trinta anos, vários estudos foram realizados resgatando a história dessa que é considerada a “Terceira Função da Universidade”, indissociável do Ensino e da Pesquisa e confirmada na Constituição de 1988. Desde o surgimento das primeiras atividades extensionistas promovidas pelos estudantes, passando pela institucionalização da extensão nos projetos ditatoriais pós-reforma de 1968, chegando ao período de abertura política e de neoliberalismo nos anos 90 e século XXI, tentou-se dar um panorama geral de como o tema foi tratado ao longo das últimas décadas para se chegar ao objeto desse estudo: a História da Extensão da Faculdade de Educação da Unicamp. Ao pensar no todo, para se alcançar o singular, tentando articular a análise crítica dos documentos históricos com os acontecimentos em âmbito local e nacional que se planejou esse estudo historiográfico das atividades de extensão promovidas pela Faculdade de Educação (FE) desde o seu surgimento, em 1972, culminando na realização do Documento da Política de Extensão da Faculdade aprovado pela Congregação/FE em 2007. Pretende-se realizar um levantamento documental de fontes primárias no Arquivo Setorial da Faculdade, como também dos arquivos da Coordenação de Extensão criada a partir de maio de 2003. Essas fontes indicam as práticas extensionistas realizadas na FE e seu papel dentro do contexto da UNICAMP e fora dela. Uma primeira consulta às fontes foi realizada em janeiro e fevereiro de 2009 e já oferece subsídios para o início de uma análise sobre a priorização de uma política de oferecimento de serviços e cursos vinculados à demandas da sociedade entre as décadas de 1970-1990.

A IMPRENSA COMO FONTES PARA PESQUISA EM HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

ELIEZER FELIX SOUZA *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
eliezer@uepg.br

Este trabalho apresenta uma análise sobre a utilização das fontes impressas para a pesquisa em História e Educação. O objetivo do artigo foi apresentar de forma sistemática aspectos relacionados à utilização dos periódicos como fonte de pesquisa. Utilizou-se como referencial de análise três aspectos fundamentais. No primeiro caso, referencio o trabalho de monografia intitulado O Espetáculo da Religião: Padres Cantores e a Renovação Carismática católica através da Mídia. Desse trabalho tiro a experiência de ter utilizado as revistas Veja, Época e Isto É, como fonte de pesquisa. No segundo aspecto, menciono a dissertação que venho desenvolvendo e intitulada Discursos sobre educação nos Jornais o Progresso e Diário dos Campos (1907-1924). Nesse trabalho que tem como baliza cronológica o período compreendido entre 1907-1924, analiso os discursos sobre educação através dos intelectuais do referido jornal. Para análise utilizo o conceito de intelectual discutido por Gramsci, que entre outras considerações, compreende os intelectuais como organizadores da cultura. E os jornalistas se inserem como tal. No terceiro aspecto apresento as principais discussões relacionadas à imprensa como fonte de pesquisa, bem como faço uma breve incursão pela história da imprensa. A partir dessas discussões (experiência e teórica), concluo que os meios impressos se constituem em fontes importantíssimas para a pesquisa em História e Educação. Mesmo assim aponto alguns cuidados que devem ser levados em consideração. O primeiro refere-se as pesquisas com periódicos mais antigos, como os jornais citados acima do início do século. Estes além de muitas fragmentações de séries preservadas, geralmente apresentam-se em mal estado de conservação. Já com relação as revistas e os trabalhos com periódicos mais recentes geralmente não existe o problema de preservação. Muitos institutos e as próprias empresas de comunicação preservam coleções e mantêm digitalizadas acervos inclusive na internet. No entanto um fator que deve ser observado é o enorme volume de preservação e variedade dos periódicos que circulam. Mas de certa forma, os meios de comunicação se constituem importantes fontes para a pesquisa em História. Suas múltiplas abordagens permitem que sejam lançadas várias problemáticas de pesquisa, já que geralmente prevalece entre os jornalista um ecletismo amplamente considerável e que deve ser cuidadosamente analisado pelo pesquisador.

A INFLUÊNCIA DO UNICEF E DA UNESCO NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

MARIA ANGÉLICA O. FRANCISCO LUCA *
Universidade Estadual de Maringá
mangelicaofl@ibest.com.br

Neste artigo discutimos sobre as funções conferidas à educação infantil brasileira no período compreendido entre o final da década de 1970 e o final da de 1980, o qual corresponde à implantação de um modelo de educação infantil marcado pela influência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Para tanto, recorremos ao conteúdo sistematizado por duas áreas de conhecimento: a história da educação infantil brasileira e as políticas públicas voltadas para esse nível de escolaridade. Levamos em consideração dois princípios: 1) o de que as concepções de infância, de desenvolvimento infantil, de educação, do papel do Estado e da sociedade para com a educação das crianças pequenas que nortearam a proposição de políticas públicas passaram por mudanças ao longo da história desse nível de escolaridade; 2) o de que a definição de políticas públicas educacionais acontece em um contexto social que envolve a sociedade civil e os organismos governamentais. Por isso, a função conferida à educação das crianças pequenas depende da conjuntura política e econômica e da correlação de forças existentes na sociedade. Em função disto, organizamos o presente texto em três partes. Na primeira parte discutimos a forma como o UNICEF e a UNESCO influenciaram a educação infantil brasileira, tratando creches e pré-escolas de forma indistinta, pois foi a partir da influência dos organismos já mencionados que as trajetórias destas duas instituições foram cindidas. As políticas econômicas e sociais do UNICEF e da UNESCO para a educação dos países em desenvolvimento tinham a finalidade de compensar as carências das crianças oriundas de famílias pobres, despendendo poucas verbas do Estado e utilizando recursos da comunidade, ou seja, eram de cunho compensatório. Por isso, na segunda parte deste texto, analisamos a função atribuída à educação infantil brasileira de compensar carências, presente no Programa Educação Pré-Escolar: Uma Nova Perspectiva (1975) e no Projeto Casulo (1977), lançados pela Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (COEPRE/MEC). As críticas desferidas a esses programas que objetivavam recuperar déficits cognitivos, afetivos, nutricionais, lingüísticos das crianças pobres foram absorvidas pelos órgãos oficiais ao lançarem o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (1981) conferindo à educação infantil o papel de promover o desenvolvimento harmônico e global das crianças. É esta nova função que analisamos na terceira parte deste texto. Por fim, apontamos os efeitos da influência do UNICEF e da UNESCO na definição da função de nossas creches e pré-escolas, nas décadas de 1970 e 1980, revelando que as heranças deixadas, favoráveis ou não, alicerçaram os passos que viriam a ser dados em direção a uma educação infantil que vise promover, concomitantemente, o cuidado e a educação das crianças pequenas.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PUBLICA E O DIRETO Á EDUCAÇAO: CONTRIBUIÇÕES DE CONDORCERT

MARGARITA VICTORIA RODRÍGUEZ *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
poroyan@uol.com.br

O movimento de intervenção do poder público na educação se iniciou no século XVI, e se aprofundou durante o século XVII, verificando-se uma maior participação do Estado na esfera educativa nos países protestantes, porque, nos países católicos a educação continuou controlada pelas ordens religiosas. Porém, no século XVIII, no contexto da filosofia Iluminista e da Ilustração, a educação ocupou um lugar de destaque, entre os políticos e os intelectuais, que acreditavam na unidade e invariabilidade da razão. Neste período, consolida-se o processo de laicização da sociedade europeia - iniciada no século XVII -, caracterizado pela emancipação dos poderes supranacionais dos povos e dos Estados; emancipação das condições de vida e de produção local; expansão do capitalismo, com vistas à construção de um mercado mundial de circulação de mercadorias; e emancipação filosófica, o mundo pasa a ser entendido de maneira racional, abandonando-se o modelo religioso de explicação dogmática, e adotou-se o conhecimento científico como forma de explicar a realidade. O objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento da educação estatal, no contexto do processo de secularização do ensino, destacando as contribuições dos intelectuais iluministas-enciclopedistas do século XVIII. Mais especificamente, discute o projeto político educativo da França revolucionária, e focaliza as propostas educativas de uns dos protagonistas mais destacados, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794), filosófo, científico, escritor, político e legislador, que apoiou a Revolução Francessa. Este intelectual acreditava no progresso da humanidade e no poder civilizador da educação, defendia a instrução pública e entendia que a República devia implementar um plano governamental de instrução para todos. Para melhor compreender o seu pensamento se discute as principais idéias a respeito da educação, expostas na obra Cinco Memórias sobre a Instrução publicada em 1790. Entre os princípios educativos destacados nesta obra se destacam: democratização do ensino; promoção de talentos e cultivo da excelencia, conforme as condições individuais; igualdade entre os homens e mulheres no acesso à escola; concepção da educação como processo permanente de formação que abarca toda a vida; liberdade de ensino, além da liberdade de cátedra propunha a creação de centos de ensino, e a independencia do poder público na formulação e escolha de conteúdos. Embora os ideais educativos da Ilustração propostos pelos revolucionários, e os princípios republicanos definidos nas Cinco Memórias para a Instrução não se materializaram numa política educativa concreta. Este modelo republicano fundamentado nos princípios de laicismo, co-educação, educacional universal, gratuita e laica têm contribuído para subsidiar e enriquecer o debate a respeito da escola pública, e influenciou as discussões e experiências de políticas educativas nos países europeus e americanos durante o século XIX e XX.

A INSTRUÇÃO ELEMENTAR NA REVISTA A INFORMAÇÃO GOYANA (1917/1935)

THAÍS CRISTINA MODESTO BORGES *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
thaiscmborges@hotmail.com

ANA MARIA GONÇALVES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
anamaria.23@uol.com.br

O presente trabalho tem como objeto de estudo a revista “A Informação Goyana”, publicada entre 1917-1935. Editada na Capital Federal colocava-se a serviço da divulgação das possibilidades da região do Brasil Central. Vale destacar que embora buscasse evidenciar a região, várias publicações desse periódico deram a Goiás um papel de destaque porque o núcleo de colaboradores que a produzia era formado por intelectuais goianos. Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é discutir a educação, especificamente a instrução elementar, sob a ótica da revista. Considerando que a mesma foi pensada como um instrumento projetado para divulgar as potencialidades e estimular o desenvolvimento de Goiás pretende-se com essa pesquisa conhecer o papel atribuído à instrução elementar no progresso do estado de Goiás. Nesse sentido, far-se-á uma apresentação da revista, seguida de uma pequena biografia dos principais colaboradores, Henrique Silva e Americano do Brasil. Na seqüência, apresenta-se uma discussão acerca do contexto em que a revista foi produzida, finalizando com a discussão de questões referentes à educação primária. Tem-se, portanto, a preocupação de compreender a natureza e o processo de constituição de conhecimentos sobre a educação primária goiana, assim como entender a função que lhe conferia a intelectualidade republicana da época.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA NA PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE: A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NACIONAL E DA NAÇÃO. 1840-1849.

MAURICÉIA ANANIAS *
Universidade Federal da Paraiba
mauriceia.ananias@hotmail.com

CRISTIANO FERRONATO
Universidade Federal da Paraiba
cristianoferronato@gmail.com

Nas pesquisas efetuadas sobre a história do Brasil Imperial, em especial na primeira metade do século dezenove, encontram-se duas visões de negação das realizações sobre a instrução pública primária e secundária. Tanto uma, como a outra, remetem ao embate, em que a educação era considerada uma forte aliada para a disputa política. Os republicanos, em finais do século dezenove, numa tentativa de descaracterizar as ações da monarquia para a instrução e os renovadores, em especial Fernando de Azevedo, a partir dos anos 1920 e 30, “apresenta-a como coroamento de anseios de modernização e homogeneização sociocultural” em contraposição ao passado, considerado arcaico para as resoluções exigidas de escolarização. Ainda, talvez por essas visões, são recentes e poucos os trabalhos que tratam desse período e temáticas específicos. Apesar dessas posições, vislumbram-se iniciativas como parte de um processo de renovação historiográfica, a partir da década de 1980, em várias partes do Brasil, que buscam contradizer essa orientação. Esse trabalho insere-se nesse movimento. A narrativa, construída a partir da documentação, buscará as iniciativas governamentais na área educacional. Para a análise, ter-se-ão como fontes os Estatutos do Lyceu Paraibano decretados em 1846 e a legislação sobre a instrução pública primária, em especial, os dois primeiros regulamentos para a instrução, decretados, respectivamente, em 15 e 20 de janeiro de 1849. Na seqüência, cotejar-se-ão com outras fontes como os Relatórios dos presidentes da Província e os documentos diversos encontrados no Arquivo Público do Estado da Paraíba para os anos de 1840 a 1849. Analisar o processo de escolarização na Paraíba pressupõe, antes, um levantamento da documentação produzida pelo império brasileiro: os poucos trabalhos sobre esse tempo e espaço mostram a inexorabilidade dessa afirmação. Nesse sentido, a pesquisa documental torna-se decisiva para a realização dessa investigação. Assim, utilizar-se-ão as fontes já catalogadas, a partir de uma organização temática, finalizando com a análise do material documental. A narrativa será erigida a partir dos atores que paulatinamente constituíram a instrução pública na Paraíba. Essa busca procurará desvendar, quem eram essas pessoas e os seus anseios, necessidades e atuações na participação do processo de escolarização. Dessa forma, a análise das ações das autoridades provinciais no campo da instrução terá como perspectiva compreender as práticas escolares que envolviam esses professores e alunos nesse incipiente nascimento da instrução pública primária e secundária institucionalizada a partir da atuação do nascente Estado Nacional.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO INTERIOR DAS GERAES : UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO GRUPO ESCOLAR DE VILLA PLATINA(1908-1950)

BETÂNIA OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
betanialaterza@netsite.com.br

CLAUDIA OLIVEIRA CURY VILELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ccovilela@bol.com.br

ELIZABETH FARIAS DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
lizbet@uol.com.br

SAULOÉBER TARSIO DE SOUZA
Universidade Federal de Uberlândia
sauloeber@pontal.ufu.br

SIRLENE CRISTINA DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
sirlenehistoria@yahoo.com.br

VALÉRIA APARECIDA DE LIMA
Universidade Federal de Uberlândia
valima44@hotmail.com

O Grupo escolar de Villa Platina ,teve origem nos primórdios da República, com a inauguração dos três primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro, por volta de 1908. Entre eles, o de Villa Platina, nome do atual município de Ituiutaba. O objetivo dessa comunicação é apresentar questões relativas ao Grupo Escolar João Pinheiro, circunscrevendo uma análise histórico-crítica dos primórdios a meados do século XX. A concretização do primeiro grupo escolar em Villa Platina, atualmente município de Ituiutaba, se deu no início do século XX, no contexto da organização da República, quando ocorreram as tomadas de providência no sentido de promover a racionalização administrativa do Estado brasileiro.. O majestoso edifício do Grupo Escolar de Villa Platina tinha como proposta tornar visível o ideal republicano, sendo imponente na cena urbana, numa materialização dos valores e modo de vida da elite local. O arranjo elitista, desta moderna escola, bifurca-se na década de 1930, com a iniciativa de “homens de cor”. Tal iniciativa contou com o apoio do prefeito da época, acordo este que não cincunscrevia à esfera pública-legal. A escola denominou-se “13 de maio”, nome este alterado em 1940 para “Escola Municipal Machado de Assis”. Os descendentes de escravos africanos utilizavam o prédio do antigo Grupo Escolar de Villa Platina na calada da noite. Trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas desenhavam o perfil dos discentes, a afirmativa decorre de entrevistas efetivadas com idosos,ainda vivos, egressos da “13 de maio” e da “Escola Machado de Assis”. Assim, corpos e mentes moldados no lugar/espaço da escola recebiam esperanças de adentrar em “um novo mundo”, agora com coordenadas geográficas invertidas. No entanto, alguns alunos desistiam dos estudos, em decorrência do cansaço resultante de longas jornadas de trabalho. Posteriormente, o Grupo Escolar João Pinheiro acolheu o segundo grupo escolar de Ituiutaba por 17 anos, grupo este chamado “Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva”. A abordagem metodológica escolhida, foi por meio da coleta, reunião e interpretação de documentos escritos e da legislação vigente do período em questão como também da memória dos

ex-alunos e professores destas escolas. A análise das investigações iniciais, após pesquisa em jornais e revistas do município, da época em estudo e do confrontamento com fontes orais, revelam que o Grupo Escolar João Pinheiro, majestoso em sua gênese, com a “rotinização” do “ensino primário” conseguiu transcender aos parâmetros educacionais iniciais republicanos, consolidando ,assim, sua função social de servir indistintamente.

A LEI 10.639/03 NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO RACIAL

ALEIR FERRAZ TENÓRIO *
Universidade Estadual de Maringá
aleirtenorio@gmail.com

JOÃO LUIZ GASPARIN -
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
gasparin01@brturbo.com.br

A temática deste estudo insere-se no âmbito da discussão a respeito das relações sociais vivenciadas na escola. Toma como objeto de análise a luta pela aprovação da Lei 10.639/03, na História da Educação Brasileira, entendida como uma política pública de enfrentamento ao preconceito racial. Possui como objetivo central, destacar a importância histórica desta Lei que enfatiza a obrigatoriedade de inclusão no currículo das escolas brasileiras do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trata-se de tema pesquisado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá - Mestrado em Educação – que, por meio de estudo descritivo e da investigação de campo via estudo de caso, numa escola pública estadual de ensino fundamental e médio, propôs verificar a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Ao mesmo tempo, com base em dados levantados por meio de entrevistas e observações, buscou responder se as orientações previstas na Lei e nas suas diretrizes eram capazes de contribuir para o reconhecimento e o respeito à diversidade social e cultural no interior da escola em pauta, mais especificamente, ao enfrentamento do preconceito e da discriminação racial vivenciados por alunos negros. A análise empreendida em torno da história da promulgação da Lei 10.639/03 e das reflexões em torno da sua importância, traz como referência, autores que discutem que a luta pelo reconhecimento à diversidade deve vir acompanhada da reflexão a respeito do processo pelo qual foi construída e continua a ser afirmada a supremacia de alguns grupos humanos em detrimento de outros, no sentido de questionarmos o poder e os privilégios, sob todos os aspectos, presentes nas relações sociais. Como resultado das análises empreendidas, pudemos constatar que o conhecimento da cultura africana e a construção de representações positivas em relação aos afro-brasileiros negros, em contraposição à ótica humilhante e pouco humana que, historicamente tem sido reservada à população negra é capaz de diminuir, consideravelmente, manifestações racistas e preconceituosas. Manifestações estas que, continuamente vividas, causam danos cruéis à subjetividade das pessoas. Como conclusão, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo nos revelaram que o caminho percorrido pelo movimento social negro brasileiro e por outros movimentos sociais, até a aprovação da Lei 10.639/03, não foi um caminho curto. Ao contrário, do mesmo modo que a história da educação brasileira é feita de avanços e retrocessos, a trajetória em torno da inclusão do ensino da História e Cultura Africana como obrigatoriedade nos currículos escolares, também o foi. Para aqueles que defendem o desenvolvimento de um currículo que não privilegie apenas a cultura eurocêntrica, a história do continente africano e da comunidade negra no Brasil não pertence apenas aos negros. Pertence a todos os brasileiros, uma vez que a nossa sociedade é resultado da cultura de todos os povos que contribuíram à sua formação.

A MULHER, A EDUCAÇÃO E A CIDADE: FORMAÇÃO E GÊNERO NOS REGISTROS DA PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA NORMAL DE CAMPOS/RJ NA TRANSIÇÃO IMPÉRIO-REPÚBLICA (1895-1899)

VALÉRIA MARIA NETO CRESPO DE OLIVEIRA LIMA *
Universidade Estadual do Norte Fluminense
valeriam@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como proposta investigar os contextos de formação e gênero no período de transição Império-República, entrelaçando os registros documentais da primeira turma da Escola Normal de Campos, criada em 1895, com fontes histórico-sociais da cidade de Campos. Esta turma se caracteriza pelo número expressivo de 43 mulheres e 4 homens matriculados que, de forma pioneira aderiu ao movimento de implantação do Curso de Magistério. Analisar a inserção dessas mulheres, por meio da profissão docente, ao movimento social da cidade se constitui o foco central deste trabalho. A evolução das idéias pedagógicas presentes, nesse período, cunhada sob o movimento do “entusiasmo pela educação” evoca aspectos político-sociais, históricos e culturais que suscitam análises e inferências. Os registros originais da época de implantação da Escola Normal de Campos, que datam do período de 1895 a 1906, compondo o acervo documental do Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Muylaert, desde 1954, são a principal fonte de investigação, acrescidos de dados significativos sobre a história da cidade, pesquisas sobre o início da formação docente e sobre a mulher campista, personagem de destaque nesse cenário. Na versão de autores voltados para a história da educação fluminense, parte da memória da cidade e do magistério público é resgatada, com ênfase na participação da mulher, que na transição do século XIX para o século XX enfrenta muitos tipos de preconceitos para obter uma melhor qualificação profissional. Esta mulher que opta pelo Curso de Magistério começa a escrever uma nova história, abrindo outros caminhos para as gerações subsequentes. A cidade é evocada como pano de fundo desta pesquisa, considerando a relevância de Campos e sua posição significativa no contexto econômico e político, desde o início do período imperial - condição também determinada por ser um dos principais colégios eleitorais da antiga Província do Rio de Janeiro. A área de estudo se localiza num bairro central, parte nobre da cidade de Campos. A imagem é a de um solar, residência do Barão da Lagoa Dourada, que a partir de 22 de novembro de 1880 abriga o Liceu de Humanidades de Campos. Sua arquitetura expressa o momento de surgimento dos ”Barões do Açúcar” no norte fluminense, quando a elite açucareira que domina a economia e a política começa a se instalar em suntuosas mansões. Passados quinze anos, este solar torna-se berço da primeira Escola Normal, inaugurada em 4 de maio de 1895. A conjugação dos livros de registros da Escola Normal de Campos, com fontes documentais e bibliográficas sobre este período compõe o substrato teórico metodológico desta pesquisa.

ANOS 20- IDENTIDADES E NACIONALIDADE EM DISCUSSÃO NO PARANÁ

VALQUIRIA ELITA RENK *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná Universidade federal do Paraná
valquiria.renk@pucpr.br

Pretende-se discutir a formação de uma identidade cultural regional do Paraná e política de nacionalização das escolas, nos anos de 1920. O recorte temporal é o da criação do Movimento Paranista, formado por intelectuais que atuavam nas escolas, na imprensa e órgãos governamentais, fomentando a identidade do Homem Paranaense. Neste período também ocorriam as discussões e implementação de políticas para nacionalizar as escolas, principalmente as dos imigrantes. Intelectuais defendiam uma escola nacional e denunciavam as escolas de imigrantes de desnacionalizar a infância e que os jovens desconheciam a língua vernácula e a cultura nacional. Estes anseios tornaram-se medidas políticas como: a obrigatoriedade do ensino em Língua Nacional, aulas de História e Geografia do Brasil, Moral e Civismo, incentivo ás atividades de caráter cívico e patriótico, adoção de livros didáticos indicados pelo poder público e também que os professores (das escolas étnicas) comprovassem o conhecimento da língua vernácula. As fontes de pesquisa são a Revista Illustração Paranaense, que circulou nos anos de 1920, produzida pelos intelectuais engajados no Movimento Paranista, a legislação estadual de ensino, os Relatórios de Governo e também a imprensa de circulação regional, jornais Gazeta do Povo e Diário da Tarde. Estas fontes permitem analisar a discussão e circulação das idéias entre os intelectuais e na formação de uma identidade regional, como também das políticas de nacionalização das escolas étnicas. O Movimento Paranista teve vida curta, mas as políticas de nacionalização das escolas de imigrantes foram implementadas pelas sucessivas legislações de ensino que priorizavam a homogeneização dos saberes integração dos imigrantes à cultura nacional.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

EVA WAISROS PEREIRA *
Universidade de Brasília
evaw@unb.br

RAQUEL DE ALMEIDA MORAES RAQUEL
Universidade de Brasilia
rachel@unb.br

Com o desenvolvimento deste trabalho, pretende-se suscitar uma discussão sobre a educação a distância, destacadamente a modalidade on line, considerando seus aspectos históricos, as suas especificidades e as condições de sua implementação em nosso país. Concebe-se a educação como formadora do ser humano, para além da perspectiva de capacitação de “recursos humanos”, de modo a que contemple não apenas soluções para atender as atuais necessidades materiais da população, mas que contribua para a emancipação humana como um dos requisitos para o exercício da cidadania. A educação a distância compartilha dessas mesmas finalidades. A educação a distância rompe com a relação espaço/tempo, que tem caracterizado a escola convencional, e se concretiza por intermédio da comunicação mediada, por meio da mídia. Diferentemente de uma situação de aprendizagem presencial, onde a mediação pedagógica é realizada pelo professor em contato direto com os alunos, na modalidade a distância a mídia torna-se uma necessidade absoluta para que se concretize a comunicação educacional.Os processos de globalização da economia na sociedade contemporânea geram novas demandas por formação inicial e continuada, seja pela ampliação significativa da procura, seja pela diversificação dos campos profissionais, representando um desafio para as instituições educacionais, em particular as de nível superior, que, pelos meios convencionais, não têm condições para atender as atuais exigências de qualificação.Em vista disso, impõe-se a (re)organização do trabalho docente e dos processos educativos realizados no âmbito do ensino superior, com ênfase nas universidades públicas, mediante a implementação de uma política voltada para a oferta regular de cursos a distância, como propõe a Universidade Aberta do Brasil, UAB, ao lado da oferta de modelos pedagógicos híbridos, envolvendo espaços curriculares mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, que assegurem a democratização e a qualidade dessa formação. Apesar das possibilidades emancipadoras e democratizantes das tecnologias, há sérios riscos a considerar em relação à apropriação desses meios tecnológicos para fins mercantis e propagandísticos, que ferem os princípios éticos veiculando cursos massificados, de baixa qualidade, alienantes, impeditivos da formação profissional e cidadã.

A POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NO BRASIL - DA ESPECIALIZAÇÃO À RESIDÊNCIA: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

SORAYA DINIZ ROSA *
Universidade Federal de São Carlos
sodiniz@terra.com.br

ROSELI ESQUERDO LOPES
Universidade Federal de São Carlos
relopes@ufscar.br

Este artigo procura construir uma análise da política de pós-graduação no Brasil, em especial da pós-graduação lato sensu, apontando as características específicas dessa modalidade e destacando seu significado e importância para a educação. Começamos pela caracterização das modalidades básicas da pós-graduação, a lato sensu e a stricto sensu a fim de distinguir o significado dos cursos. A partir das discussões e reflexões promovidas durante as disciplinas do curso de doutoramento da UFSCar, no ano de 2008 (Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação), este texto identifica o contexto da educação superior brasileira tomando como eixo o lugar da especialização no conjunto da pós-graduação. Utilizou-se como metodologia a pesquisa histórica e documental como instrumento para análise dos problemas enfrentados na pós-graduação lato sensu, mas também as perspectivas que se abrem no processo de construção e ‘implementação’ de políticas públicas para a formação profissional. Procuramos, ainda, investigar o Programa da Residência Multiprofissional em Saúde, reconhecida como pós-graduação lato sensu, objetivando a capacitação de profissionais da saúde. O Programa foi apresentado como estratégia de reorientação da atenção básica para a implantação/reorganização de serviços públicos embasados na lógica do Sistema Único de Saúde - SUS e sistematizado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, por meio da Lei nº. 11.129/2005. Apresenta-se com o objetivo de estabelecer modelos de inserção profissional não médico no SUS, visando qualificar a gestão do sistema e a integralidade da assistência na tentativa de dar respostas efetivas aos problemas de saúde da população. Num primeiro plano, a estratégia utilizada pelo Estado foi de instituir a Política Nacional de Educação Permanente (Portaria nº. 168/03) com o propósito de possibilitar tanto a formação profissional quanto contribuir com a mudança do desenho técnico-assistencial do SUS. As principais conclusões apontam para dois eixos. O primeiro diz respeito ao modelo de pós-graduação lato sensu instituído no Brasil, indicando a sua importância para o aprimoramento ou para o aprofundamento da formação profissional básica obtida no curso de graduação correspondente e as dificuldades para garantir essa finalidade. Evidencia-se a falta de políticas públicas que assegurem essa formação e a devida qualificação profissional. No segundo eixo, com relação ao Programa da Residência Multiprofissional em Saúde, reconhecido como pós-graduação lato sensu, pretende-se uma nova estratégia para a ‘implementação’ de políticas de educação permanente que, com enfoque em categorias profissionais específicas da área da saúde – aquelas não médicas –, favoreça o domínio de conhecimento para produzir as condições necessárias de mudança no modelo médico restritivo, ainda hegemônico, de atenção em saúde.

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ BONIFÁCIO GUIMARÃES VILELA EM PONTA GROSSA/PARANÁ

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
soliveira13@uol.com.br

FLÁVIA DA SILVA OLIVEIRA
Faculdade União
soliveira13@uol.com.br

PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA
Universidade Estadual de Ponta Grossa
paola_scortegagna@hotmail.com

O Brasil passa por intensas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, apresentando em um ritmo acelerado novos desafios e possibilidades de crescimento para a população. Nessa realidade, a educação se insere como um poderoso instrumento de modernização e avanço social. O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, focando em especial a criação e implementação dessa modalidade de ensino na Escola Municipal Prefeito José Bonifácio Guimarães Vilela, na cidade de Ponta Grossa - Paraná. A pesquisa também teve como objetivos identificar o perfil dos alunos beneficiados pela EJA na referida escola, além de estabelecer o perfil do profissional que atua com essa modalidade de ensino. A investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e interpretativa. Os instrumentos utilizados foram os questionários aplicados aos alunos e professor da modalidade de EJA atuantes na escola em questão. Como resultado, obteve-se que os alunos entrevistados têm consciência da importância que o conhecimento sistemático tem em suas vidas, como também no próprio trabalho, que possibilita a melhoria das condições de ascensão na carreira ou busca de uma melhor oportunidade. E apesar de todas as dificuldades enfrentadas por estes alunos, percebe-se a perseverança em procurar uma escola e continuar a trajetória estudantil, um dia interrompida por diversos fatores. Comprova-se, então, o grande interesse dos alunos pelos estudos, sua dedicação e força de vontade. Em relação ao professor, através desta pesquisa, observa-se o quanto é difícil encontrar profissionais realmente preparados para atuar na EJA, como também não há uma grande preocupação das instituições de ensino superior com a formação acadêmica voltada para esse segmento educacional. Porém, é preciso reforçar que os professores são comprometidos com a educação dos adultos. O professor precisa ser valorizado para que a educação tenha uma qualidade superior. Se esse grande salto ocorrer, há a possibilidade de construir uma sociedade justa, crítica e com sujeitos competentes.

A RECONFIGURACÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO PARANAENSE NA POLÍTICA DO GOVERNO LERNER

JANAINA APARECIDA MATTOS ALMEIDA*
Univesidade Estadual do Oeste do Paraná
jjana2005@yahoo.com.br

O objetivo deste é apresentar as analises desenvolvidas no terceiro capítulo da dissertação de mestrado que tomou como objeto de pesquisa os conselhos escolares e o processo de democratização sua história, seus avanços e seus limites. Especificamente neste texto apresenta-se as “reconfigurações” sofridas na escola pública paranaense em relação aos órgãos colegiados, em especial, os conselhos escolares e associação de pais e mestres presentes nas diretrizes e orientações das políticas públicas educacionais para escolas da rede básica estadual no gestão Lerner (1995-2002).

Introdução

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO DURANTE A DITADURA MILITAR: INTERLOCUÇÃO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

TIAGO HENRIQUE KLENGEL BIASOTTO MENDES *
Universidade Federal de São Carlos
thkbmendes@uol.com.br

Trata-se de um estudo sobre a realidade educacional da década de 1970 sob a vigência do regime militar instituído em 1964 e após as reformas educacionais (4024/68 e 5692/71). Neste sentido processa-se uma análise da bibliografia existente a respeito, além de contar com a legislação educacional do período, mas, principalmente, traçar um paralelo entre teoria e prática através das entrevistas realizadas com professores da rede pública de ensino que atuaram durante o período estudado. A escola pública através da Lei 5692/71 foi tomada como aparelho ideológico do Estado e, neste sentido, utilizada a partir dos interesses e respeitando os objetivos traçados pelos militares para a nação brasileira. A partir de 1968 com o AI-5 conseguiu-se acabar com a resistência ao regime sobrando apenas um pequeno e ínfimo grupo. Porém o que se observou a partir das entrevistas é que, mesmo vítimas de forte repressão, existiram professores que, mesmo indiretamente, utilizaram suas aulas como verdadeiras armas contra a Ditadura Militar contribuindo para, de uma forma ou de outra, formar indivíduos mais críticos em relação a situação vivida.

A SELETIVIDADE DO SISTEMA ESCOLAR NA VISÃO DE PIERRE BOURDIEU – UMA LEITURA SOBRE AS QUESTÕES DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRSILEIRAS

TEREZA SIMONE SANTOS DE CARVALHO *
Universidade Federal de Sergipe
acdc@infonet.com.br

ILDA MARIA SANTOS TAVARES
Universidade Federal de Sergipe
imst@solvere.com.br

O presente trabalho objetiva refletir sobre a seletividade do sistema escolar e a questão das cotas nas Universidades públicas brasileiras, baseando-se na teoria da reprodução cultural de Pierre Bourdieu (1970), na Contituição brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no projeto de lei sobre as cotas. A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu trabalha com a idéia central de que toda e qualquer sociedade representa um sistema de relações de força material (sistema de produção dos bens da sociedade) entre grupos ou classes sociais. As classes que detêm o poder econômico necessitam também impor sua visão de mundo e seu patrimônio cultural, e por isso criam mecanismos para legitimar sua situação de detentora de poder. Por outro lado, a escola, vista como um "locus" privilegiado onde há igualdade nas oportunidades de escolarização, torna-se inidiferente às diferenças inerentes aos sujeitos sociais bem como à sua trajetória sócio-econômico-cultural. Essa não-observância às diferenças leva ao sucesso ou fracasso dos alunos. É garantido na Constituição Federal Brasileira o acesso aos níveis mais elevados do ensino. No entanto, esse está longe de ser obtido. Para amenizar essa lacuna, o Governo vem apresentando, ao longo da história, medidas compensatórias, dentre as quais destaca-se atualmente o sistema de cotas para inserção de alunos, provenientes de classes desprivilegiadas, social e economicamente,.no ensino público superior. Entendemos que apesar das cotas não resolverem o real problema, se constituem em um dos mecanismos, a curto e médio prazo, para a busca da democratização do acesso ao ensino superior .

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS: MOMENTOS DA MEMÓRIA DOS ANOS DE 1950 E 1960

REGINA MÁRCIA GOMES CRESPO*
Universidade Estadual do Norte Fluminense
regina_crespo@hotmail.com

LIÉTE OLIVEIRA ACCÁCIO
Universidade Estadual do Norte Fluminense
lietacc@gmail.com

RESUMO

Este trabalho situa-se no âmbito das Políticas Públicas Educacionais, focalizando a instituição formadora e a formação docente, nas interfaces com estudos dos contextos em que transcorrem. Buscou-se reconstituir o itinerário sócio-histórico da formação docente, no Instituto de Educação de Campos (IEC), durante os anos de 1954-1965, período que para o IEC representou um tempo escolar traduzido na percepção mais viva e produtiva da instituição, e que por isso mesmo urge ser reconstituído, para se tornar fonte de consulta e referência da memória e da história institucional. A análise desta investigação se desenvolve em três eixos: as políticas educacionais vigentes no período de 1954-1965; o Instituto de Educação de Campos, enquanto instituição concebida como centro de formação docente no norte fluminense e locus deste trabalho; narrativas das trajetórias de vida de um grupo de ex-normalistas que participaram da história institucional do IEC, nesse período. Ao perpassar por esses eixos em interação pode-se ratificar os ecos do global com o local e o institucional, entendendo que as bases da educação nacional incidem sobre a esfera estadual/municipal, até chegarem ao interior das instituições A interlocução com esses campos se fez no sentido de compreender em que medida os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais foram determinantes para as reformas educacionais, e como alteraram a estrutura e funcionamento dos cursos de formação docente no período delimitado pela pesquisa. O IEC, ao se constituir polo socioeducacional da comunidade campista, se inscreve como lugar de memória e de pertencimento coletivo. Dessa forma, a história institucional ao se entrelaçar às histórias de vida das pessoas que participaram da experiência do Curso Normal possibilita ressignificar as representações da docência na atualidade, uma vez que o desenvolvimento social se insere na formação profissional e na concepção do professor como sujeito social (re)conhecido na articulação do pensar e do fazer coletivo.

AS PROPOSIÇÕES DA CEPAL NOS ANOS DE 1990 E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO: O CASO DO BRASIL

CLAUDIMARA CASSOLI BORTOLOTO PREDOLIM *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
claudibortoloto@yahoo.com.br

Este trabalho pretende analisar as reformas educacionais do Ensino Médio nos anos 1990 e a sua vinculação com as proposições da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL, com base em dois documentos que entende-se serem norteadores das políticas educacionais dos governos latinos americanos. Esses documentos colocam a educação como estratégia central do desenvolvimento econômico e social e para isso os países devem promover a cidadania moderna, que seria o desenvolvimento produtivo através da incorporação do progresso técnico pela industria, assimilação dos códigos da modernidade pela educação, além da ampliação da democracia e efetivação da equidade social. Contudo, esse trabalho pretende apontar que as proposições da CEPAL não foram seguidas pelo governo do período, pois as condições para a sua viabilidade manifestadas nos esforços externos e internos contrariam a lógica da divisão internacional do trabalho e a constituição de um mundo que compreende capitalismo central e periférico com tarefas definidas que viabiliza a hegemonia dos países centrais sobre os países periféricos, assim como garante a submissão da burguesia interna aos interesses externos. Assim a cidadania moderna não se constituiu, pois ela se limitou a assimilação dos códigos da modernidade, fundamentais para a adaptação dos sujeitos às novas relações de trabalho, dadas com a acumulação flexível. A equidade social, criticada por muitos autores, não foi viabilizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, contrariamente à redistribuição pontual de renda, o que houve no país foi a sua maior concentração com maior empobrecimento da classe trabalhadora. Portanto, evidenciamos que as proposições da CEPAL não se efetivaram na década de 1990 ou não influenciaram as reformas por dois motivos, primeiro pela posição que ocupam os países latinos americanos na divisão internacional do trabalho, e a irrealizável cooperação entre os países, já que a dominação desses é uma condição para a manutenção da hegemonia dos paises centrais, e pela subserviência e ausência de um projeto nacional pela burguesia interna, que naquele período estava muito mais preocupada em manter seu cosmopolitismo e status quo, que garantir qualquer forma de desenvolvimento autônomo ou com menos dependência.

AS PROPOSTAS CATÓLICAS E LIBERAIS NA EDUCAÇÂO DO TRIÂNGULO MINEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1892-1955)

PÂMELA FARIA OLIVEIRA *
Faculdade de Educação
pamela8oliveira@hotmail.com

CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO
Faculdade de Educação
carloshcarvalho06@yahoo.com.br

WENCESLAU GONÇALVES NETO
Universidade Federal de Uberlândia
wenceslau@ufu.br

Resumo

O presente artigo é resultante dos desdobramentos do projeto de pesquisa “Estado, Igreja e Educação: Relação entre Católicos e Liberais no Período Republicano no Contexto do Triângulo Mineiro-MG, Brasil (1892-1931), coordenado pelo professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho e com a participação do professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto. Este estudo visou recuperar as propostas católicas e dos liberais no percurso da História da Educação na região do Triângulo Mineiro, em particular na cidade de Uberabinha, utilizando-se da imprensa local, como também da documentação oficial, no caso as Atas das Câmaras Municipais.
Em virtude da diversidade de determinações que envolvem nosso objeto mais amplo de investigação - a História da Educação nesta região, tivemos que promover alguns recortes temáticos, geográficos e cronológicos. Na realidade ampliamos o período inicialmente estabelecido, pois as discussões entre os defensores do ensino público e de caráter laico, em oposição às propostas dos católicos, que rejeitaram qualquer medida educativa que fosse laica, se estenderam para além dos anos de 1930, contexto esse que permitiu uma visão mais global dos debates em tornos da instrução na região, para possibilitar um melhor entendimento na problemática em questão. Desta forma, o processo investigativo foi desenvolvido em duas frentes distintas, mas complementares. Por um lado, buscou-se catalogar todos os artigos possíveis sobre a questão da instrução pública e daquela defendida pelos católicos. Por outro lado, fez-se a análise de forma mais sistemática, principalmente, de conteúdo, das publicações referentes à educação nos jornais e nas atas, promovendo a categorização das informações, dos gêneros jornalísticos, dos eixos temáticos abordados, dando atenção também às propagandas utilizadas no tratamento do tema educação, da justaposição do contexto histórico local e nacional aos fatos relatados.

Palavras- chave: educação, religião, igreja.

AS REDEFINIÇÕES NA RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO E AS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

VERA MARIA PERONI *
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
veraperoni@yahoo.com.br

Este artigo analisa as conexões entre o público e o privado, enfocando o contexto da relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o “culpado” pela crise é o Estado, e as estratégias que propõem o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência. E, como a parceria público-privada, vem influenciando as políticas educacionais no Brasil e redefinindo o conteúdo e a forma de sistemas públicos de educação.

A TEORIA DO CAPITAL HUMANO COMO LEGADO DO SÉCULO XX PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL DO SÉCULO XXI

LETICIA CARNEIRO AGUIAR *
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
leticia.aguiar@unisul.br

A pesquisa analisa os referenciais teóricos da política educacional brasileira na década de 1960, relacionando-os com os referenciais adotados pela mesma na atualidade. Intenciona-se demonstrar como algumas configurações estabelecidas para a educação naquela década, no contexto de um projeto societário de ideologia desenvolvimentista e modernização conservadora, ainda constituem um legado educacional que persiste nas políticas educacionais hoje. Esta é uma pesquisa de natureza documental, que utiliza o método de análise de conteúdo das suas fontes. As fontes documentais utilizadas foram: legislação educacional, Planos educacionais, Planos e Mensagens governamentais. Nos anos de 1960, a política educacional brasileira passou a ser pensada como integrante dos planos econômicos globais e, como política pública, voltou-se para atuar na correlação de forças sociais, seguindo determinações do desenvolvimento econômico capitalista. O binômio educação e desenvolvimento foi estrategicamente planejado, aprovando-se medidas legais num esforço comprometido com a necessidade de ordenar e normalizar a questão educacional, incorporando-a aos preceitos da ideologia desenvolvimentista presente no projeto econômico nacional. Neste momento, a Teoria do Capital Humano constitui-se no principal estatuto teórico da política educacional implantada. Desde a década de 1990, até o presente momento, no marco das reformas do Estado brasileiro, as políticas públicas são redirecionadas para atender demandas de uma economia mundializada, sob a égide do projeto societário neoliberal. Novamente há uma recuperação do raciocínio economicista para justificar os ajustes e reformas que atingem as políticas públicas na atualidade. Embora o atual estágio de desenvolvimento capitalista apresente novidades de grande envergadura política, social e econômica, a reedição de estatutos teóricos elaborados em épocas passadas demonstra que na teoria não tem havido a mesma correspondência. Se, por um lado, na prática, o mundo sofreu transformações significativas, por outro lado, no campo das teorias o mesmo não se verifica com igual intensidade. Mantêm-se matrizes teóricas que reforçam as noções de desenvolvimento como progresso, aliado ao investimento em recursos humanos, e o binômio educação e desenvolvimento novamente é colocado na centralidade das políticas educativas.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

MARISLEI ZAREMBA MARTINS *
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
marisleiz@hotmail.com

Esse artigo tem como objetivo propiciar uma incursão pela história da educação infantil no Brasil, possibilitando a compreensão em relação a trajetória das políticas públicas para a primeira etapa da educação básica. A assistência social desempenhou importante papel no atendimento de crianças de zero a seis anos, pos as creches originaram-se principalmente pela ação da assistência social e não por ações da educação. Segundo RIZZO (1985, p.12) as primeiras idéias sobre a educação das crianças pequenas são registradas em documentos deixados por Platão e nos apontam como objetivo da educação o preparo para o exercício futuro da cidadania e o conhecimento sobre o currículo quando ingressassem na 1ª escola, não faz menção à necessidade do desenvolvimento da 1ª infância, nem qualquer preocupação com os meios empregados para instruí-la. A idéia de educação pré-escolar, portanto, referia-se exclusivamente que deveria ser feita no lar. Com a revolução industrial propiciou-se um aumento significativo em números de fábricas, ampliando-se o campo de trabalho para as mulheres, as mesmas muitas vezes trabalhavam nas fábricas em regime de 16 a 18 horas diárias, deixando seus filhos muitas vezes fritos de uniões ilegítimas sozinhos ou até mesmo nas ruas, surgindo na França as guardeuses d´enfants (criadeiras) com a finalidade de retirar as crianças que perambulavam famintas enquanto suas mães trabalhavam. No contexto brasileiro foi criada uma instituição com a finalidade de "esconder a vergonha da mãe solteira" a Fundação Romão Duarte de Mello Mattos, mais conhecida como "Roda", local onde as mães "vitimadas" pela"desgraça" podiam depositar seus filhos "ilegítimos" sem serem vistas. Para a percepção da real evolução da educação infantil no Brasil, faz-se necessário uma breve retrospectiva dessa importante etapa do desenvolvimento situando-a no contexto das políticas públicas no âmbito brasileiro.

A UNIÃO E A POLITICA EDCACIONAL: TENSÕES E AMBIGUIDADES

ALZIRA BATALHA ALCANTARA *
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
abee@click21.com.br

Este trabalho pretende discutir alguns princípios anunciados pela política educacional recente no âmbito federal, com base no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei 10.172, em 2001, e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído por decreto em abril de 2007. Este plano se auto-apresenta como um plano executivo e almeja superar algumas dificuldades do PNE. Compreende mais de 40 programas, que podem ser agrupados em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Alguns destes programas já existiam antes do PDE, como o FUNDEB, merenda escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), informática nas escolas, e transporte escolar. O documento intitulado “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, em que se encontram os fundamentos e concepções do PDE, afirma que após os resultados da Prova Brasil, de 2006, houve dois estudos em parceria com organismos internacionais com o fito de identificar as experiências exitosas. A análise destas serviu de esteio para a elaboração de 28 diretrizes que orientam as ações indicadas no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” e, por isso, este seria o programa estratégico do PDE. Este, segundo o documento “PDE: razões, princípios e programas”, sustenta-se em seis pilares: visão sistêmica, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, mobilização e responsabilização social. Neste documento, há uma nítida interlocução com o Manifesto dos Pioneiros da Escola nova, de 1932, ainda que não reconhecida. O governo federal tem proclamado um compromisso com a democratização da educação, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Qualidade que, supostamente, se traduz na busca de uma “melhoria da educação”, na implementação de um regime de colaboração e mobilização a fim de se edificar uma gestão participativa, pautada na autonomia. Todavia, é possível constatar, por um lado, que alguns “ingredientes novos” anunciados não são tão novos, por outro, “bandeiras” de ontem, como participação, autonomia ganharam outros sentidos. A descontinuidade das ações é reconhecida como o maior impeditivo para o regime de colaboração. Sendo assim, por que se lançou o PDE em detrimento do PNE ainda em vigor? Ou por que não foi feita uma revisão ampla do PNE, com participação da sociedade, prevista em lei ? O PDE tem como referência o Plano de Metas que proclama o compromisso de Todos pela Educação. Cabe indagar qual é o lugar do município neste compromisso.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA DA PRÁTICA

ARETA HELD PREVIATTI *
Pontifícia Univesidade Católica de Campinas
aretahe@gmail.com

O presente estudo tem como principal problemática a contextualização da autonomia das universidades em relação aos órgãos superiores. Procuramos conhecer a história da educação superior, enfatizando a autonomia universitária, investigar os fatores que regem e interferem na autonomia das universidades, analisar como os elementos históricos e sociais influenciam e intervêm nessas instituições e por fim, constatar até que ponto as universidades têm autonomia nas suas ações educativas, administrativas e financeiras. A fim de coletar dados da realidade realizamos seis entrevistas com gestores de universidades públicas e privadas do estado de São Paulo. Esses dados foram articulados com nosso referencial teórico para uma análise crítica da problemática. Os resultados mostraram que as universidades ainda não possuem o grau de autonomia desejado pela maioria dos entrevistados e estudiosos da área, mas a luta por uma universidade mais autônoma está viva. A autonomia universitária constitui-se como um processo possível de realização.

CAPITAL HUMANO E EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA UNESCO NO BRASIL

JEINNI KELLY PEREIRA PUZIOL*
Universidade Estadual de Maringá
jeinnikelly@hotmail.com

JANI ALVES DA SILVA MOREIRA
Universidade Estadual de Maringá
professorajani@hotmail.com

O objetivo deste artigo é problematizar a relação existente entre os processos educativos e os processos econômico-sociais expressos pela Teoria do Capital Humano, a fim de explicitar a interconexão entre educação e o mundo do trabalho no contexto atual. Tal análise remete ao resgate e a compreensão das diretrizes políticas educacionais propostas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao Brasil sob os auspícios dos ideais provenientes dessa teoria. O referencial teórico-metodológico deste estudo busca explicitar o vínculo orgânico entre a economia do capital e a vida social. Situa-se o objeto de investigação no contexto histórico com o intuito de esclarecer o complexo de mediações concretas que articulam tal análise no bojo das transformações oriundas da mundialização do capital. A educação e a Teoria do Capital Humano são compreendidas neste cenário a fim de evidenciar novas maneiras de análise para uma concepção de educação derivada do trabalho que supere os imperativos da sociedade em vigência.

COMO SE FORMA O PROFESSOR? DA MATRIZ EUROPÉIA AO PARECER CNE/CP 28/2001

VERA LUÍSA SOUSA *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
veraluisa@ibest.com.br

O texto apresenta um breve histórico dos cursos de formação de professores no Brasil, sob a ótica das políticas públicas de educação delineadas a partir do início século XX até o Parecer CNE/CP 28/01. Parte-se da matriz européia (século XVIII) que privilegia o campo do saber técnico em detrimento do campo epistemológico, produzindo as cisões entre teoria e prática, pensar e executar. Discute a adequação da legislação às necessidades hegemônicas de cada época e introduz a reflexão sobre a contradição entre o que o discurso oficial afirma sobre a valorização e o desenvolvimento do profissional da educação e a realidade das ações das políticas públicas de educação que procuram atender às ‘diretrizes propostas’ por organismos internacionais como o Banco Mundial. São também introdutoriamente mencionadas críticas ao modelo que insiste em impor ‘tendências’ para a organização do trabalho docente e, consequentemente, para a elaboração de políticas de formação de professores que tencionam conferir à educação escolar uma conotação individualista, asséptica, adaptativa e tecnicizante.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO SÉCULO XIX

PEROLINA SOUZA TELES *
Universidade Federal de Sergipe
perolinasouza@hotmail.com

A instrução pública nos moldes atuais não é uma realidade estanque, ao contrário, ela está em permanente processo de transformação. As diversas legislações que a regem, as reformas que a reconfigura, os embates políticos-econômicos-culturais-religiosos que a reconstroem são apenas peças do complexo quebra-cabeça que arquitetura a educação brasileira. Dessa forma, este artigo tem por objetivo versar acerca de algumas das principais reformas e legislações educacionais, efetivadas no Brasil durante o século XIX, sendo elas: a Lei de instrução de 15 de outubro de 1827; o Ato Adicional de 1834, e a Reforma Leôncio de Carvalho. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, e como principais fontes tivemos livros, artigos científicos e textos originais das legislações. Objetivamos, com este texto, contribuir para ampliar os debates acerca da historiografia educacional brasileira, colocando como ponto de partida questões que garantiram a constituição da educação enquanto direito dos cidadãos.

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UM CAMPO TEÓRICO: DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR À GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

NEILA PEDROTTI DRABACH *
Universidade Federal de Santa Maria
neila.drabach@yahoo.com.br

MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER
Universidade Federal de Santa Maria
mousque@terra.com.br

Frente às mudanças que se instauram no âmbito educacional, faz-se necessário refletir sobre o campo em que se dão tais inovações a fim de compreender e atuar nestes espaços de forma consciente. Neste sentido, esta pesquisa problematiza o campo em que se situa a institucionalização da “Gestão Democrática do Ensino Público”, assegurada como princípio da educação pública em 1988, através da Constituição Federal. Esta normativa introduz um novo tipo de organização escolar, não mais calcado nos pressupostos da Administração, evocados como hierárquicos e burocratizados, mas, sim, nos princípios da Gestão, entendidos como mais democráticos. Diante disso, apresenta-se a proposição de retomar a constituição teórica do campo em que se assenta esta normativa, a fim de identificar e compreender as concepções teóricas pioneiras que edificam as bases da administração escolar no Brasil; situar o contexto em que se constrói a crítica ao modelo de administração escolar e se gesta os princípios da gestão escolar; e identificar os elementos que convergem à institucionalização da gestão escolar democrática, demarcando as mudanças e continuidades em relação às primeiras elaborações deste campo. Para tanto, apoiou-se na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a pesquisa bibliográfica, apresentando, assim, a interpretação de uma realidade materializada em escritos bibliográficos. Dentre as relações estabelecidas entre as bases teóricas da administração e gestão escolar pode-se identificar o paradoxo entre as forças sociais e econômicas, apontando que este campo continua a se assentar na divisão do trabalho baseado na organização capitalista da sociedade. Ao mesmo tempo, apresenta-se a possibilidade de mudanças, na medida em que os espaços de participação conquistados na gestão democrática podem oferecer alternativas de construção de um espaço público democrático.

CRECHE: DE SERVIÇO ASSISTENCIAL A INSTITUIÇÃO DE ENSINO

SUELLEN IRENE PEREIRA PIERRI *
Universidade Estaduals de Campinas
suellen@unicamp.br

A creche no Brasil surge acompanhando a estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho. A partir desta perspectiva, esta desempenhou, através dos anos, atividades com caráter predominantemente assistencialista e filantrópico de combate à pobreza e à mortalidade infantil, envolvendo situações de grande miséria e desestruturação familiar. A rotina de funcionamento da maioria das creches centrava maior atenção na guarda e nos cuidados físicos da criança, não na educação e na busca de um adequado desenvolvimento global. Essa história persiste na consciência coletiva e dá à creche um caráter que, muitas vezes, não lhe cabe mais.

Com o passar do tempo, a educação foi sendo pensada e sua importância sendo revista, e, a partir da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, a educação pré-escolar é tida como necessária, de direito de todos e a creche é incluída na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

A partir disto, uma nova classe de profissionais deve ser formada, políticas que privilegiem a educação destes devem ser criadas, já que agora não apenas o cuidar da criança é o mais importante, mas deve-se privilegiar a educação de qualidade. Uma boa formação profissional passa a ser não apenas direito do professor, mas também da criança.

O presente trabalho pretende analisar historicamente o papel da educação infantil, observando o processo educacional e o cuidado com a criança pequena, proporcionando a estas um desenvolvimento pleno de acordo com as suas necessidades, e a importância deste processo ser acompanhado por profissionais qualificados e preocupados com um planejamento adequado, colaborando assim para um completo desenvolvimento infantil que englobe o motor, o cognitivo, o social e emocional.

DAS ARENGAS AO VERDADEIRO MÉTODO: A POLÍTICA EDUCACIONAL POMBALINA (1750/1777)

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES PEREIRA *
Tuiti
maftaima@cdr.unc.br

ELZA MARGARIDA DE MENDONÇA PEIXOTO
Universidade Estadual de Londrina
emmpeixoto@yahoo.com.br

A História da Educação brasileira, com base na obra de Fernando de Azevedo – Cultura Brasileira – acentuou que a expulsão dos jesuítas, levada a cabo no governo de D. José I (1750-1777), por seu ministro de estado Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, o que o Brasil sofreu, não foi uma reforma de ensino, mas, antes, a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino jesuítico. Este texto, sem deixar de reconhecer o fato da expulsão dos inacianos e do fim do seu sistema educativo no Reino de Portugal e suas colônias, destaca o caráter moderno, burguês, das reformas pombalinas caracterizadas pelo laicismo, racionalismo e empirismo, perspectivas consentâneas com os interesses da burguesia em formação na Europa. Analisa que as reformas pombalinas de educação se inscrevem em um conjunto de políticas de estado, no contexto histórico da transição do modo de produção feudal ao capitalismo, no quadro do capital concorrencial, caracterizado pela acumulação inicial, a constituição da burguesia e o Iluminismo e levadas a cabo por um governo déspota esclarecido, interessado em fazer no burguês o nobre e neste, o burguês. Para tal contou com as contribuições dos estrangeirados que dos países mais avançados da Europa mandavam notícias e propostas de reformas a Portugal, entre os quais se destacaram Ribeiro Sanches e, sobretudo, Luis Antonio Verney com sua obra Verdadeiro Método de Estudar fortemente influenciada pelas propostas referentes ao conhecimento de John Locke. Brasileiros que estudaram na Universidade de Coimbra, após a sua reforma em 1772, imbuíram-se da visão existencialista da vida e empirista do conhecimento, uma demonstração do caráter inovador da obra pombalina. Que foi possível fazer estas considerações em virtude de que as autoras deste texto perfilham uma perspectiva de totalidade e contradição da vida e estudo dos fenômenos humanos.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

DANIELLE XABREGAS PAMPLONA NOGUEIRA *
Universidade da Amazônia
danielle.pamplona@gmail.com

RAQUEL DE ALMEIDA MORAES RAQUEL
Universidade de Brasilia
rachel@unb.br

O trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da educação a distância (EaD) nos diferentes contextos das políticas públicas educacionais brasileiras. Para isto, considerou-se que as políticas públicas representam o Estado em ação. Em atendimento ao objetivo proposto, relacionaram-se a trajetória histórica das políticas públicas educacionais no Brasil e o caminho percorrido pela educação a distância na história da educação brasileira, revelando-se os seus principais desafios. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica acerca políticas educacionais brasileiras desde o Brasil colônia até os dias atuais, além de fazer referência aos censos da educação a distância no Brasil, no período de 1982 a 2006, a fim de construir o cenário histórico da educação a distância no país. Como resultados, as análises realizadas revelaram uma ampliação da oferta de cursos a distância ao longo dos períodos históricos e em decorrência das políticas públicas educacionais no Brasil. Ao lado dessa expansão há o desafio da institucionalização da EaD, seja pela demanda de maior conhecimento acerca desta modalidade e das tecnologias de informação, seja pela necessidade de políticas mais substanciadas para o seu desenvolvimento.Foi possível notar a frágil regulamentação e a incipiente regulação da EaD, quanto analisada no âmbito do Ministério da Educação, havendo a carência de mecanismos de regulação e supervisão quanto às condições de oferta desses cursos e das instituições que os disponibilizam, sobretudo quanto à multiplicidade de formatos de cursos e metodologias adotadas para a modalidade. Disto, concluiu-se que a superação dos desafios mencionados depende, sobretudo, da capacidade de atualização da regulamentação e de regulação da EaD, assim como da construção coletiva dos rumos desta modalidade, para que esta se torne uma política pública legítima e de qualidade.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: PESPECTIVA DA UNESCO PARA O DESENVOLVIMENTO

ELIANA CLAUDIA KOEPSEL *
Universidade Estadual de Maringá
rkoepsel@uol.com.br

O presente texto focaliza a relação estabelecida entre educação e trabalho em três documentos elaborados e divulgados no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) na transição do século XX para o XXI. O objetivo é apreender e analisar nos textos selecionados a idéia de desenvolvimento que fundamenta a relação entre educação e trabalho. Considera-se que a influência internacional no setor educacional adquiriu proporções surpreendentes nos anos de 1990 e uma vasta documentação, derivada de importantes agências mundiais – mediante diagnósticos, análises e propostas – ofereceu um conjunto de idéias consensuais em torno do qual deveria ser a função da educação. Aborda o objeto em estudo em articulação com o contexto histórico em presença que, repetidas vezes, confere à educação um papel decisivo na luta contra a pobreza, o crescimento econômico e a superação da disparidade social nos países periféricos. Na percepção da crise atribui-se à educação o papel de instrumento de correção das desigualdades. Parte do pressuposto de que o problema está no entendimento de uma pseudoconcreticidade, que vê na transformação do indivíduo a possibilidade de resolver os problemas que são produtos das relações sociais da produção capitalista. Entende que a funcionalidade atribuída à educação, mais especificamente à educação básica, só pode ser compreendida no contexto da crise estrutural do capital que se tornou mais evidente a partir de 1970. Funcionalidade é entendida aqui como a atribuição de um papel e de funções social, política e ideológica para a educação em sua relação com o trabalho no referido contexto. Conclui que, no plano da racionalidade, são as categorias da totalidade e da contradição que se impõem negadas como categorias de análise.

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE: INTERFACES DA CULTURA SURDA

MÁRCIA CRISTINA AMARAL SILVA*
Universidade Estadual de Maringá
marciabizzacchi@hotmail.com

Este trabalho tem como escopo abordar algumas questões acerca da educação e do processo de inclusão atrelados ao conceito de interculturalidade, tratando sucintamente das especificidades da cultura surda. Para tanto, analisaremos a inclusão como mote das políticas educacionais vigentes, políticas essas que se mostram contraditórias, pois apontam para a inserção física dos sujeitos em escolas regulares, isentando-se, na prática, de promover recursos humanos e materiais para uma educação emancipatória. Compreendemos que, ao incorporar a inclusão como ideário norteador da esfera educacional, essas políticas desvelam-se excludentes, pois delegam aos sujeitos, a seus familiares e às instituições escolares a total responsabilidade por sua efetivação. Encontramos, por exemplo, em documentos oficiais como a Constituição Federal, LDB e Declaração de Salamanca, o reconhecimento da igualdade entre os homens e a garantia de serviços de apoio especializado na escola regular para aqueles que deles necessitam. Essas determinações legais tornam-se inoperantes quando não possibilitam aos incluídos total acesso aos conhecimentos científicos. Se o compromisso governamental é ambíguo, questionamos quais seriam os principais fatores que impulsionam essa ambigüidade entre o discurso legal e as práticas sociais de inclusão. Consideramos que o olhar para essas questões possibilita, aos educadores, reflexões acerca dos que são considerados diferentes e destoantes do padrão de normalidade estabelecido pela hegemonia social. Outra contribuição dessa pesquisa se revela nas discussões sobre as especificidades do contexto histórico caracterizado pela globalização, ideologia neoliberal e capitalismo, intermediados pela multiplicidade cultural, inclusive pela cultura surda que tem se sustentado como um movimento que adquiriu visibilidade desde meados da década de 1980, suscitando ações sociais, governamentais e educacionais que precisam ser revisitados pelo viés da história. De caráter descritivo e bibliográfico, fundamentado em uma perspectiva histórica e crítica, a pesquisa encontra-se subsidiada por documentos oficiais, bem como por concepções de pesquisadores comprometidos com essas questões. A conclusão do trabalho aponta para o fato de que a inclusão, tal qual se conforma, reduz as possibilidades educacionais dos incluídos. As condições postas pela sociedade capitalista, globalizada e neoliberal, principalmente no que se refere à apologia a diversidade cultural como escamoteamento dessa inclusão excludente, culpabiliza a cultura pelas diferenças sociais em detrimento das questões econômicas. O trabalho propõe uma discussão sobre as questões afetas às práticas pedagógicas e às ações políticas dos profissionais da educação no sentido de desmascarar o consenso da inclusão, bem como da mobilização dos surdos e seus familiares, para que tenham voz e lutem para a efetivação de seus direitos, mesmo que, inicialmente, de maneira parcial e incompleta.

EDUCAÇÃO INFANTILNO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO ENTRE AS IDÉIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

DANIELLE MARAFON *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
dani.marafon@yahoo.com.br

Este artigo visa analisar as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, bem como a criação de diferentes órgãos para o atendimento da criança de 0 a 6 anos. Apóia-se na história da Educação Infantil na Europa e no Brasil, discutindo o processo de criação das primeiras instituições pedagógicas ocorridas entre o século XV e início do século XXI e o processo de organização da Educação Infantil como política pública. À luz de análise documental e bibliográfica foi possível constatar que as políticas e as concepções pedagógicas que fundamentaram a história da Educação Infantil no Brasil transitaram da assistência à educação.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E POLÍTICA SOCIAL: ESBOÇO DE UM PROBLEMA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DOS CIEPS

PAULO SÉRGIO RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR*
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
paulosrsj@yahoo.com.br

ADELIA MARIA MIGLIEVICH RIBEIRO
Universidade Federal do Espírito Santo
miglievich@gmail.com

Os autores propõem a análise do programa dos Cieps, no Estado do Rio de Janeiro, do ponto de vista de uma avaliação política de uma política social, demonstrando a tensão da luta política quando da entrada dos educadores que passaram a se digladiar em torno de alguns aspectos tais como: 1) o caráter democrático ou segregacionista da experiência ao privilegiar os segmentos mais pobres dentre os mais pobres, portanto, o sentido mesmo da escola pública, somado à aposta na diferença e não na homogeneização de sua clientela; 2) a prática pedagógica que, centrada no aluno e em sua motivação, de um lado, valorizava seu capital cultural na crítica à escola elitista, de outro, acarretava a supressão da figura do professor e danos no processo de ensino-aprendizagem que acabaram por estigmatizar o aluno do Ciep ao invés de promovê-lo. Na explicitação de ideologias em confronto, busca-se perceber o quanto uma política pública inovadora ao atingir o nó górdio da justiça distributiva em nosso país depende de bases consensuais mínimas sem as quais sua eficácia é comprometida.

EDUCAÇÃO POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA EDUCACIONAL PARAIBANA NOS PRIMEIROS ANOS DE 1960.

DIANATIJACY SANTOS FARIAS *
Universidade Federal da Paraiba
dianatijacy@yahoo.com.br

AFONSO CELSO SCOCUGLIA
Universidade Federal da Paraíba
afonso.scocuglia@pq.cnpq.br

EDUCAÇÃO POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA EDUCACIONAL PARAIBANA NOS PRIMEIROS ANOS DE 1960.

Neste trabalho pretendemos investigar e compreender os aspectos políticos, sociais e ideológicos que marcaram a história de parte dos movimentos educacionais paraibanos no intuito de responder a seguinte questão: o que havia de tão perigoso em parte desses movimentos educacionais que inquietou tanto os militares ao ponto dos mesmos rotularem tais movimentos como “práticas subversivas” da ordem nacional e desencadearem uma série de ações repressoras, impedindo assim, a continuidade desse tipo de educação? Esperamos, no decorrer deste trabalho responder a esta e outras questões. Em termos metodológicos pautamo-nos na análise bibliográfica e documental, bem como em depoimentos orais, boa parte deles está contida no Inquérito Policial Militar da Paraíba (IPM), fonte principal desse trabalho.

Palavras - chave: História da Educação. Ditadura. Política. Conscientização.

ENSINO DAS ARTES E A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO BRASIL COLÔNIA AOS DIAS ATUAIS.

LEILA ADRIANA BAPTAGLIN *
Universidade Federal de Santa Maria
leilaa251084@yahoo.com.br

Ao iniciar-se um estudo acerca das mudanças na estrutura educacional, torna-se necessário, primeiramente, fazer um breve relato de como estas têm se apresentado em nosso país ao longo de sua História. Sendo assim, reportando-se a alguns autores que trabalham com o Ensino das Artes e a Administração Educacional buscou-se, neste artigo, transcorrer sobre como estas temáticas vem se estabelecendo ao longo da história do Brasil. Enfocou-se assim, o percurso histórico delineado desde a colonização até os dias atuais, procurando trazer alguns apontamentos de como a estrutura e a organização educacional referente às Artes veio se constituindo. Estes dados foram sistematizados a partir de pesquisas em documentos e de uma análise bibliográfica acerca dos primeiros escritos acerca da administração educacional e do ensino das Artes no Brasil. Estruturou-se assim, um revisitar histórico frente a acontecimentos que perpassam pela Companhia de Jesus; pelo ensino Jesuítico, onde se percebe a intenção de disseminação da fé, do cristianismo; a expulsão dos jesuítas por Marques de Pombal onde se tem um lapso de treze anos de estagnação do sistema educacional; a vinda da família real; a Independência do Brasil; a 1ª Constituição Imperial; a Proclamação da República (1889); a 1ª Constituição Republicana (1891); o auge do ensino brasileiro na década de 1930 com Getúlio Vargas; a 2ª Constituição brasileira (1934); a Escola Nova; a 3ª e 4ª Constituição brasileira; o período da 2ª guerra; a influência do positivismo, dos ideais de Dewey e Nereu Sampaio;a 5° Constituição brasileira (1967); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 5540/68; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 5692/71; o período militar, a efervescência do poder militar, dos golpes e das perseguições; a implementação dos cursos superiores (a expansão das universidades) ; o fim do período militar; a abertura democrática, as novas leis e normativas educacionais até chegar as mais recentes estruturações. Advogados por este percurso temos inúmeras iniciativas frente ao setor educacional no período da década de 1990. Uma das mais significativas conquistas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96. Mais recentemente, em 2001, temos a emergência do Plano Nacional da Educação brasileira (PNE) 10172/01 e; no ano de 2007, temos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tem-se ainda, neste entremeio de ações e resoluções, o Decreto n° 6094 que retoma os compromissos da “Educação para Todos”, agora em âmbito Federal. Percebe-se com isso, que apesar de mais de quinhentos anos transcorridos, somente neste último século é que se têm uma abertura que oportunize a discussão dos primeiros escritos acerca da administração da educação no Brasil. Escritos que apresentam claramente resquícios do processo educativo Colonial os quais permanecem implícitos nas ações, legislações e articulações educacionais da sociedade Contemporânea.

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DO ELITISMO COLONIAL AO AUTORITARISMO MILITAR

ANDRÉ LINS DE MELO *
Secretaia de Educação do Estado do Amapá
andrelins23@yahoo.com.br

O presente artigo visar fazer uma retrospectiva do ensino superior no Brasil do período colonial até o contexto da Ditadura Militar. Mediante pesquisa bibliográfica objetivamos ressaltar que a história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro e que tal história é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e conseqüentemente no ensino superior. Por sua vez, no Estado Novo ocorre uma relativa abertura dos canais de acesso ao ensino superior, com o aumento de cursos, que proporcionou o crescimento do número de estudantes oriundos das “camadas médias”. Esse fato contribuiu para que as escolas superiores se constituíssem num espaço privilegiado de debates. No entanto, o Governo Federal mantinha seu poder de determinação sobre os cursos superiores que compunham a universidade que eram mais uma federação de escolas do que universidades. O período posterior, de 1945 a 1963, conviveu com a herança autoritária no âmbito das relações de trabalho e da organização do ensino deixado pela ditadura varguista, mas empreendeu uma modernização do ensino superior caracterizada pela busca da formação da força de trabalho de nível universitário com vistas a atender o capital monopolista e aplacar os anseios de uma mobilidade social das camadas médias. A ditadura militar empreendeu uma reforma universitária caracterizada pela busca da formação da força de trabalho de nível universitário com vistas a consolidar o projeto de desenvolvimento “associado e dependente” dos centros hegemônicos do capitalismo internacional. Percebe-se que as políticas e reformas do ensino superior empreendidas no Brasil do período colonial até a Ditadura, não tiveram como eixo central as necessidades da maioria da população, mas sim os interesses dos grupos dominantes que constituíam as elites e as demandas de uma economia externa que passou de capitalista mercantil, para industrial e depois monopolista e financeiro. Daí resulta o caráter intervencionista e centralizador que caracteriza as ações do Estado nesse campo.

ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ: A MEMÓRIA DA REGIÃO SUDOESTE

TERESA JUSSARA LUPORINI *
Centro UNiversitário Católico do Sudoeste do Paraná
teju@interponta.com.br

A discussão sobre política educacional não pode desligar-se do entendimento de que a mesma se configura como um programa de ação, inserido no panorama das relações sociais; portanto, com suas características de igualdade-desigualdade e, em decorrência, de inclusão-exclusão. Estão presentes, neste aspecto, as relações de poder que permeiam tais características, especialmente na perspectiva do contexto neoliberal em que se inserem as discussões sobre educação na atualidade. Considera-se, no presente estudo, a sua centralidade tanto no que se refere aos processos que a direcionam para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, quanto no que concerne às relações entre política, governo e educação, o panorama histórico e ideológico em que se incluem e os métodos e processos, as “práticas” delas decorrentes. Nesta perspectiva analisa-se o posicionamento do poder público, quanto às políticas definidas para o ensino superior, em confronto com as demandas sociais criadas pela população e classes dirigentes da região sul e sudoeste do Paraná que resultaram na pulverização de iniciativas educacionais e ausência da oferta pública deste nível de ensino. Toma-se como parâmetro para a discussão o contexto de criação e desenvolvimento do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná-UNICS. O estudo aponta, a partir da análise de diferenciadas fontes de pesquisa, inclusive orais, para a movimentação de diferenciados setores da população da cidade de Palmas, na reivindicação pela implantação do ensino superior na região e para a descontinuidade de políticas públicas para este nível de ensino.

ESTADO E CLASSES SOCIAIS: AS DISPUTAS EM TORNO DA POLÍTICA PARA O ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2002-2007)

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA *
Universidade Federal de Uberlândia
tropia@uol.com.br

O objetivo deste trabalho é analisar a política para o ensino superior no governo Lula (2002-2007) como resultante de um processo político de alianças e embates de classes e frações de classes no Brasil, na atual fase do capitalismo. Embora amplamente dominada por concepções e ações de natureza neoliberal, esta política encontra-se em disputa. Por isso analisar os interesses de classes em jogo constitui uma tarefa teórica e politicamente necessária. Dividimos este trabalho em duas partes: na primeira analisamos as orientações ideológicas e as principais ações estatais implementadas pelo governo Lula durante o período 2002-2007 e, na segunda, algumas das orientações e posições assumidas pelas principais forças sociais na luta pela conquista de seus objetivos. Embora tenham interesses específicos – como procuramos evidenciar -, as frações burguesas (industrial, de serviços e financeira), algumas frações das classes médias e das classes trabalhadoras convergiram, sobretudo em função do PROUNI, e apoiaram a proposta de reforma do ensino superior brasileiro, de forte cunho privatista, levada a cabo pelo governo Lula.

ESTADO E SINDICATOS NAS POLÍTICAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (1931-1946)

AMÁLIA CRISTINA DIAS *
Universidade Federal Fluminense
amaliadias@ig.com.br

A partir das regulamentações de dispositivos da Reforma Francisco Campos de 1931, analisamos a trajetória de implementação de políticas de profissionalização do magistério de ensino secundário. Esta reforma abriu novas perspectivas para a organização do campo profissional do magistério, ao dispor sobre a criação do Registro de Professores, a equiparação de escolas mediante inspeção, a regulamentação dos contratos de trabalho pela criação do Registro Profissional.

Estas frentes de regulamentação se estenderam pelos anos de 1930 e 1940 e procuramos situar a participação do associativismo docente neste processo. Coletivamente organizados, os professores, através da representação sindical, atuaram nos rumos das políticas para o magistério.

Investigamos a profissionalização do magistério particular de ensino secundário, em face do contexto histórico de organização das relações trabalhistas e da expansão do setor privado no ensino, com repercussões sobre o campo educacional e campo de atuação profissional.

A partir da atuação do associativismo docente, examinamos as correlações de força entre órgãos do Governo, empregadores e magistério particular na definição da concessão de registros para o exercício da profissão, contratos de trabalho e registro profissional, a fim de compreendermos os sentidos que foram impressos a estas políticas públicas destinadas a conformar um perfil profissional.

Compartilhando da concepção de Estado Ampliado em Antonio Gramsci, notamos que, longe de ser algo imposto por um Estado uniforme a uma sociedade apática, a legislação é produto de relações sociais e de relações de poder. Sob a égide do Estado no pós-1930, estas relações foram canalizadas para o interior das agências estatais, o que, contudo, não anulou as dimensões de conflito intra-estatais e entre sujeitos coletivos organizados. Compondo o Estado, estes grupos, por meio de comissões, relatórios, anteprojetos, substitutivos, pareceres e campanhas, encaminharam suas propostas, manifestaram resistências, articularam alianças e disputaram a hegemonia do processo decisório, segundo seus interesses de classe.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: REGULAÇÃO DA QUALIDADE OU NOVO VESTIBULAR?

ÉRICA RENATA CLEMENTE RODRIGUES*
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
erica_qib@hotmail.com

AILLA KARTIENNE LIMA MORAIS
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
aillakarte@hotmail.com

ERIKA SILVA DE LIMA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
erica_limma@hotmail.com

JEAN MAC COLE TAVARES SANTOS
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
maccolle@hotmail.com

Nossa comunicação apresenta um estudo teórico sobre as funções reguladoras do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) criado, em 1998, pelo Ministério da Educação para avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio. Defendemos aqui, a partir de pesquisa em documentos oficiais, dos dados divulgados pelo INEP e de vasta bibliografia sobre o assunto, que o ENEM, apresentado como auxiliar da escola para construção do conhecimento do aluno, busca desde o seu início ser um instrumento governamental para forçar um currículo de base nacional, tentando a qualidade da educação via o instrumento avaliativo. Desse modo, a prova do MEC, desde sua concepção, objetivava ser o instrumento para as mudanças curriculares significativas no Ensino Médio de acordo com a concepção de um mundo em transformação, que exige do indivíduo novas habilidades e competências substituindo, inclusive, o vestibular como referência. Inicia-se, assim, o processo de colocar o exame nacional em primeiro plano para corrigir e orientar os currículos das escolas médias criando novas demandas de conhecimento através da avaliação nacional. No entanto, percebemos que essa função reguladora foi perdendo seu sentido na medida em que as escolas foram encontrando formas de preparar para o exame em momentos extra a sala de aula. Desde os primeiros resultados da prova, foi percebida a necessidade da escola de se adaptar ao novo modelo, de buscar ficar entre os melhores numa competição descabida, entre escolas, entre instituições, entre redes de ensino. Com a criação do PROUNI, sua relação com a nota obtida no ENEM, a competitividade foi acentuada mais ainda. A soma de todos os fatores contribuiu para o desvirtuamento da proposta. Escolas e professores iniciaram uma fase de ‘preparação para o ENEM’ com “cursinhos”, com “pré-enem”, com provas simuladas. O que se deveria estar sendo construído diariamente
passou a ser parte das exceções, dos ‘bizús’, das dicas, tão conhecidas dos cursos pré-vestibulares. O treinamento para a realização da prova tirou o caráter espontâneo de conhecimento adquirido e se transforma em um novo vestibular, com dicas, com exclusões e com a aflição da concorrência.

FONTES ESCOLARES: ARQUIVOS DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS DE PONTA GROSSA E CASTRO – PARANÁ.1935 - 2008.

CIRLEI FRANCISCA GOMES CARNEIRO *
Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR
cirleifrancisca@hotmail.com

ANNA CAROLINA TOREZANI RONDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
annacarolinatorezani@hotmail.com

Ao proceder o levantamento e a catalogação de fontes contidas nos arquivos dos Colégios Agrícolas de Ponta Grossa e Castro, no Estado do Paraná, esta pesquisa iniciou-se a partir do marco histórico da crise da ordem oligárquica do Brasil, com a Revolução de 1930, a qual provocou a elaboração do conjunto de reflexões político-sociais com base no processo de desenvolvimento brasileiro. Este projeto governamental tinha por objetivo o crescimento industrial, o incremento das funções estatais e a modernização das estruturais sociais e econômicas. A Era Vargas marcou no plano das políticas públicas as reformas educativas de 1930 a 1945 sendo, então, introduzidas novas correntes pedagógicas na educação brasileira. No Paraná, a histórica luta pela instituição da escola pública perpassou pela governamentalidade da “coisa pública” do Gestor Manoel Ribas. Acompanhando esse processo político-educacional a Gestão Paranaense criou em 1935, Decreto Nº234, a Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”, na capital – Curitiba, além do Abrigo de Menores de Ponta Grossa e a Escola de Pescadores de Paranaguá. Somente pela Lei Nº206, de 10 de Outubro de 1937, a qual foi publicada em Diário Oficial do Estado, de 28 de Outubro de 1937, é que foram criadas duas escolas nos Campos Gerais do Paraná: a Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas’ e a Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo”. Durante a Gestão paranaense de Manoel Ribas foram implementadas, com base em Decretos,10 Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pescadores, as quais pelo Decreto 7.782, de 03 de Dezembro de 1938, foram regulamentadas como profissionalizantes. Ao longo dos anos de 1935 a 1960 havia sido criadas outras Escolas de Trabalhadores Rurais em diversos municípios paranaenses, dentre elas em: Apucarana, Guarapuava,Ivaí, Foz de Iguaçu, Clevelândia, Reserva, Santa Mariana. Assim, as fontes como Livros Ata, Livro Ponto de Funcionários, Boletins de Alunos, Livros de Matrículas, Placas Comemorativas de Fundação das Escolas e outras documentações referentes a essas duas escolas dos Campos Gerais do Paraná permitem a compreensão do paradigma político-educacional que levou o poder público a normatizar, legalmente, as discussões pedagógicas ao longo do Século XX. No plano educacional os debates e reflexões desenvolveram-se em torno da Reforma Francisco Campos, das Leis de Ensino iniciadas por Gustavo Capanema, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Constituição de 1988, segundo a qual o ensino deve ser ministrado no princípio do “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”e, finalmente, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS E ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE SÃO PAULO AO LONGO DA REPÚBLICA: PERFIS INSTITUCIONAIS, PROPOSTAS RESISTENTES E NECESSIDADES SOCIAIS

ROSÂNGELA AP. FERINI VARGAS CHEDE *
Faculdade Estadual de Campinas
roferini@ig.com.br

A presente comunicação pretende socializar projeto de doutorado desenvolvido junto ao grupo de trabalho, HISTEDBR, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Inquietações e reflexões surgidas da realidade concreta de trabalho, como supervisora de ensino da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, suscitou como problema de pesquisa, a reconstrução histórica dos cursos de formação profissional dos gestores educacionais e escolares, da rede pública estadual paulista, a partir de matrizes histórico-ideológicas. A contribuição marxista como aporte de discussão do processo histórico é referencial marcante para quem busca não apenas a descoberta, compreensão e explicação da realidade concreta, mas sim as transformações sociais necessárias para a superação da ordem hegemônica instalada pelo capitalismo. Colocam-se como objetivos do trabalho a caracterização do processo histórico de formação em serviço dos gestores educacionais e escolares da rede pública do Estado de São Paulo e o resgate de fontes históricas relacionadas aos cursos de formação profissional oferecidos aos gestores educacionais e escolares. O método historiográfico será aporte de analise e crítica da produção, de fontes primárias e secundárias, considerando a totalidade, a temporalidade, em movimentos que até podem utilizar-se de particularidades, mas com o objetivo de estabelecer relações com o global e o universal. Por fim, ressalta-se que compreender a história dos cursos de formação para os gestores escolares da rede pública estadual paulista, apesar do caráter particular, pode nos ajudar a compreender um processo maior, ou seja, a própria história da educação brasileira. Cabe, portanto, neste trabalho, uma pesquisa histórico-crítica que busque alternativas de superação das contradições da sociedade atual.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS MUNICIPAIS

LUCYELLE CRISTINA PASQUALOTTO *
Universidade do Oeste do Paraná
lucyellecp@gmail.com

O trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa referente ao processo de formação do profissional da educação infantil da rede pública do município de Francisco Beltrão-Pr, diante do curso normal superior à distância. A partir da LDB no 9394/96, a Educação Infantil passou a ser primeira etapa da Educação Básica e, portanto, reconhecida como parte do Sistema Municipal de Educação. A urgência em integrar o cuidado e a educação, buscando dar continuidade à formação da criança em instituições diversas, com profissionais que dispõem ainda de precária formação, com grande contingente de leigos, revela a necessidade e urgência dessas de reformas institucionais e do preparo dos profissionais. É nesse sentido, que a expansão de cursos de formação de professores na modalidade à distância e as problemáticas evidenciadas, podem ser compreendidas a partir da análise das políticas de formação de professores, que parecem seguir a lógica da reforma do Estado e da educação no Brasil. Sob essa perspectiva de análise, as políticas de educação a distância no país se expandem enquanto alternativa necessária para proporcionar ao acesso a essa formação exigida pela LDB, de forma rápida, acessível e sustentável aos moldes requeridos. Os municípios, ausentes de um programa de formação de professores, aderem ao pragmático, ao economicamente viável, motivando os professores a essa formação aligeirada. Diante dessas considerações, pretende-se compreender o processo de aligeiramento da formação dos profissionais da educação infantil, que estaria contribuindo para uma desqualificação intelectual do professor, resultando em uma pseudoformação. O procedimento metodológico de investigação, que representa um dos componentes fundamentais ao processo de pesquisa, explicitando os princípios, os métodos e as técnicas que possibilitam o estudo da problemática pretendida, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, bem como, de pesquisa qualitativa e quantitativa referente ao processo de formação dos professores dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, através de questionários respondidos pelas professoras. A partir de uma leitura histórica do processo educacional, pretendeu-se evidenciar como vem se efetivando a formação do profissional da educação infantil em âmbito municipal e sua relação com o contexto das reformas educacionais. Como forma de exposição, esse estudo fora organizado de maneira a apresentar os elementos fundamentais para analisar a pesquisa referente ao processo de formação dos profissionais da educação infantil. Primeiramente, procurou-se compreender esse processo de formação a partir dos dados e de referenciais utilizados, e sua viabilização através do curso normal superior à distância enquanto um projeto de formação aligeirado, expondo seus limites e suas implicações. Para enfim, apontar as reflexões em relação à formação - inicial e continuada - enquanto um desafio para as políticas públicas e o papel da gestão municipal nesse processo.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL, HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA E OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS – A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (1962 -2004).

MARILDA BONINI VARGAS *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
boninivargas@gmail.com

MARGARITA VICTORIA RODRÍGUEZ
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
poroyan@uol.com.br

O texto apresenta, mediante uma pesquisa documental, a análise da história da implementação do Curso de Pedagogia da UCDB, e os reflexos das políticas de formação inicial de profissionais da Educação Básica neste curso (1962-2004). Assim, utilizou-se de documentos do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Nacional de Educação - Legislação Educacional, Diretrizes Curriculares; Pareceres entre outros-, e documentos da Instituição pesquisada, como as Resoluções do Curso de Pedagogia; Portarias; Projeto Pedagógico; Matrizes Curriculares e Ementas, visando levantar como as políticas educacionais, em especial as de formação de professores, interferiram nas transformações ocorridas neste curso, no decorrer de sua trajetória até o ano de 2004.O estudo demonstrou que a criação do curso de pedagogia da UCDB, torna-se a partir de 1960, uma necessidade básica para o desenvolvimento da região sul do Estado de Mato Grosso. Os documentos analisados ressaltam a falta de formação universitária para os professores, em especial na região de Campo Grande, pois havia apenas uma escola que oferecia apenas o curso normal, dificultando assim, a formação em inicial dos docentes responsável pela instrução pública. O estudo também demonstrou que as políticas de formação de professores impactaram de forma impresumível no curso pesquisado, implicando em uma formação inicial essencialmente prática. Assim, durante a década de 1970, o curso de Pedagogia da UCDB, incorporou conteúdos vinculados às concepções tecnicistas vigentes na época. Mas este curso adotou de mudanças significativas a partir das reformas educacionais implementadas durante a segunda metade dos anos de 1990. Ressalta-se o curso da UCDB sofreu oscilações curriculares significativas, após a implantação da LDB 9394/1996, ora aumentando, ora diminuindo a carga horária dos núcleos temáticos, não se mantendo estável no período analisado. Verificou-se, portanto, que a formação inicial foi focada na racionalidade técnica. centralizada na prática, provocando um afastamento em relação à fundamentação teórica, voltando-se esta formação para o novo tecnicismo orientado pelos fundamentos técnico-burocráticos da reestruturação produtiva. Enfim, infere-se, portanto, que a formação oferecida apresentou alterações significativas nos conteúdos, nome das disciplinas, carga horária, focando a formação inicial dos profissionais da educação na técnica de ensinar em detrimento ao conhecimento da educação, visando atender as orientações das políticas educacionais implementadas principalmente a partir da década de 1990.

FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: HISTÓRIA, MOBILIZAÇÃO E EXPECTATIVAS.

JEAN MAC COLE TAVARES SANTOS*
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
maccolle@hotmail.com

Esta comunicação versa sobre o processo de constituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Apresenta, primeiro, os movimentos legais desde as propostas elaboradas no Ministério da Educação até as principais alterações na Câmara e no Senado Federal. Mostra, depois, a mobilização dos movimentos docentes e da sociedade organizada através da APEOESP, do CNTE, da UNDIME, do CONSED e de outros, vendo as diversas exigências das organizações e as conseqüentes flexibilizações e rebaixamentos das exigências iniciais em nome de um possível consenso pela educação. Atenta para o fato de o tema fazer parte da história recente da educação brasileira, sendo impossível prever, com certeza, os rumos dessa política, a proposta busca ainda pensar algumas das expectativas para a educação básica e, particularmente, para o ensino médio.

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

JANI ALVES DA SILVA MOREIRA *
Universidade Estadual de Maringá
professorajani@hotmail.com

ANGELA MARA DE BARROS LARA
Universidade Estadual de Maringá
angelalara@ymail.com

Resumo: O objetivo é analisar o processo que desencadeou a redefinição do papel do Estado e da administração pública no Brasil na era da globalização econômica a fim de compreender as influências na agenda de reformas da política educacional brasileira. O recorte histórico para tal compreensão se dá a partir da década de 1990, momento em que consolidou-se as políticas de ajustes neoliberais na educação. As discussões aqui tratadas são mediadas a partir da contextualização histórica da globalização da economia sobre a qual se dá o processo de redefinição do papel do Estado. Considera-se tal questão, como parte constitutiva das mudanças na configuração macroeconômica das relações geridas no mundo do trabalho pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Os procedimentos metodológicos para tal compreensão estabelecem a relação entre o modo de produção capitalista e suas particularidades do momento histórico no qual o foco singular é a configuração das políticas educacionais na área da gestão educacional. Conclui-se que as mudanças estruturais na redefinição do papel do Estado e as políticas de ajustes econômicos neoliberais fizeram parte do conjunto de resultantes que possibilitaram base para a expansão e manutenção do capital financeiro internacional na era de globalização econômica. A gestão educacional imbuída numa visão de mercado foi concebida como arena de disputas e resultados, associada ao discurso democrático, contribuiu para a chamada modernização da educação a fim de adequar os princípios da reforma econômica na educação, considerando-a como alavanca para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Globalização; Reforma do Estado; Políticas Educacionais; Década de 1990.

GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA: REGULAMENTAÇÃO E INDUÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO ESCOLAR

VÍVIA DE MELO SILVA *
Universidade Federal da Paraíba
viviafag@yahoo.com.br

Com a primeira Constituição da República do Brasil, aprovada e deliberada em fevereiro de 1891, foi re-interado um regime político descentralizado no que tange a instrução primária. Os estados brasileiros ficaram responsáveis a criarem e instituírem suas próprias leis para reger o referido nível de instrução. Então, resultante dessa política várias reformas educacionais foram implementadas nos diferentes estados do Brasil e dentre essas reformas se inclui a Reforma Camillo de Hollanda de 1917. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo discutir alguns aspectos da referida Reforma que passou a regulamentar não somente a instrução primária do Estado da Paraíba como também normatizou o funcionamento dos grupos escolares. Nosso interesse em discuti-la surgiu no contexto da pesquisa em nível de mestrado sobre a história do primeiro grupo escolar da cidade de Campina Grande-PB, construído e inaugurado durante o ano de 1924. A pesquisa se desenvolve a partir dos referenciais propugnados principalmente por Pinheiro (2002), Saviani (2004), Mello (1996), Gonçalves (2006), Souza (2004) entre outros. Podemos concluir, mesmo que provisoriamente, a partir das reflexões que efetivamos sobre a Reforma Camilo de Holanda que ela possibilitou novos ares na instrução primária da Paraíba, já que introduziu renovado método de ensino, a saber, o método intuitivo e inovações no que concerne a organização escolar que foi propiciada pela “revolução arquitetônica escolar” que passou a abrigar um novo corpo administrativo-pedagógico que demandou a atuação de novos atores para o trabalho escolar, quais sejam: diretores, porteiros e serventes.

GUIA DE FONTES SOBRE O ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARA, NO SÉCULO XX

MARIA JOSÉ AVIZ ROSÁRIO *
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
mrosario@ufpa.br

CLARICE NASCIMENTO MELO
Universidade Federal do Pará
claricenm@uol.com.br

MARIA FÁTIMA MATOS SOUSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
fmatos@ufpa.br

O presente texto apresenta e discute o resultado preliminar de pesquisa que se debruçou na localização, catalogação e sistematização de fontes escritas sobre a organização da história da organização do ensino público de Belém do Pará, no Século XX, para a produção de um guia. Objetiva discutir articulado à linha de pesquisa, “História das Políticas Educacionais no Brasil”, o processo de preservação e ampliação do universo documental da memória da educação da Região Amazônica e desse modo contribuir para minimizar problemas de acesso às informações, particularmente no que tange a dispersão documental, destruição e alienação de documentos e contribuir ainda para a inserção da história da educação da Amazônia na historiografia e na pesquisa educacional brasileira. As fontes históricas que compõem o guia foram levantadas entre 1994 e 2006 e se encontram nos arquivos do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação). Constituem-se de documentos oficiais escritos -Leis, Atas, Decretos, Mensagens e Relatórios governamentais referentes à educação pública de responsabilidade de poder público de Belém do Pará. Ao todo são 179 fontes organizadas pelos seus respectivos ementários que seguem a cronologia do Século XX, 1900 – 2000.
Em seus resultados destaca-se que a linha de organização temática e cronológica permite compreender parte da história do ensino público sob a responsabilidade de Belém do Pará nos seus diversos processos histórico-político-social, bem como a relação de poder no tecido educacional belenense e as mudanças operadas na organização do ensino.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AGRÍCOLA PAULISTA: OS PROJETOS PRIVADO E ESTATAL PARA A ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA DE PIRACICABA (ESALQ/USP), 1891 A 1910.

RODRIGO SARRUGE MOLINA *
Universidade Estadual de Campinas
molinaprof@hotmail.com

Rodrigo Sarruge Molina

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar os projetos desenvolvidos para a educação agrícola do Estado de São Paulo entre os anos de 1891 e 1910 na cidade de Piracicaba/SP. Estes projetos influenciaram a construção da atual Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, que desde 1934 faz parte da Universidade de São Paulo.Na primeira parte do trabalho, investigaremos o projeto de construção da instituição escolar agrícola idealizada pela iniciativa privada entre os anos de 1891 e 1892, quando a associação “Brazilian Gentleman”, presidida pelo político e agroindustrial Luiz de Queiroz, comprou a fazenda São João da Montanha em Piracicaba. No entanto, o esforço de modernizar a produção da agricultura e pecuária paulista foi ameaçada por problemas financeiros da associação, que recorreu ao governo do Estado de São Paulo em 1892 para tentar salvar o empreendimento. Através de uma série de acordos, ficou acertado que a responsabilidade do projeto de construção da escola agrícola seria do Estado Paulista que realizou o processo de transferência da iniciativa privada para o poder público por meio de uma “doação” compensatória, onde valor da propriedade voltou integralmente para a associação dirigida por Queiroz.Após o período de transição, iniciaremos a segunda parte de nossa análise, quando o projeto torna-se Estatal e dirigido por Leon Alphonse Morimont. Neste período, 1893 a 1896, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas contratou o engenheiro agrônomo proveniente da Bélgica para retomar a construção da escola agrícola em Piracicaba, através de um novo projeto, além de ser encarregado da administração da fazenda Estadual São João da Montanha em Piracicaba. Esta pesquisa entende que os esforços para a construção da instituição, teve como objetivo adequar a cultura e a produção dos fazendeiros e remanescentes indústrias do Estado de São Paulo aos modelos tidos como civilizados ou modernos, da Europa e dos Estados Unidos, através da constituição de mão-de-obra especializada em um contexto histórico em que a revolução técnico-científica propiciou a emergência de uma grande concorrência no mercado internacional. As fontes primárias desta investigação serão baseadas em: decretos, relatórios; revistas; cartas; fotografias; mapas; jornais da época e livros de atas da congregação da instituição, algumas destas fontes, já encontradas, estão sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, no arquivo da Universidade de São Paulo e no arquivo do Estado de São Paulo. Estas fontes serão analisadas e relacionadas em suas particularidades (micro) e também com o quadro geral das estruturas organizacionais da época (macro). Portanto, objetiva-se examinar: as origens da instituição; os projetos pedagógicos; regulamentos; a disposição arquitetônica; os funcionários; os diplomados; a classe (s) social (s) beneficiada, e os aspectos gerais da sociedade da época, como a economia; política; ideologia e cultura.

HISTÓRIA, POLÍTICAS E EDUCAÇÃO: OS CENTROS COMUNITÁRIOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA NO PERÍODO 1963-1974

ALBONI MARISA DUDEQUE PIANOVSKI VIEIRA *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
alboni@alboni.com

MARIA ELISABETH BLANCK MIGUEL
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
maria.elisabeth@pucpr.br

A Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) passou a atuar junto às escolas em 1955, com a Lei nº 1.127, quando da reestruturação administrativa que originou a criação da Secção de Educação e Cultura no Departamento de Educação, Cultura e Turismo. Este Departamento foi constantemente reformulado em face da ampliação de suas funções, até se constituir no Departamento do Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, sob cuja direção o município ingressou no campo da experimentação pedagógica, em 1963. Atendendo às diretrizes do Plano Diretor de Urbanismo, a partir dessa data foram construídos ou assumidos, os primeiros grupos escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: Papa João XXIII (1963), Isolda Schmid (1966) e Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (1967), cada um deles organizado como Centro Comunitário. O objetivo deste trabalho é discutir a concepção de educação que respalda a prática pedagógica implantada nos Centros Comunitários, investigando sua repercussão nas comunidades em que se inseriram e as mudanças pelas quais passaram. Analisa, também, as relações desses Centros Comunitários com a política do bem-estar social e a teoria do capital humano. Para realização da pesquisa, utilizou-se do método de pesquisa documental, com consulta a documentos disponíveis no Arquivo Municipal de Educação e no Arquivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Os resultados obtidos foram de duas ordens: as fontes documentais relativas às políticas de municipalização da educação e a história da implantação dessas políticas. Quanto às fontes cumpre salientar que foram resgatadas desde os planos de urbanização de Curitiba, a partir do plano Agache, até as propostas próximas (1974) que determinaram modificações na condução das escolas da rede municipal de ensino. O importante é a contribuição que aqui se faz relativa às análises das políticas municipais de educação no contexto dos planos de urbanização e a identificação da adoção de conceitos de homem e de educação, concernentes ao conjunto de propostas.

INFORMÁTICA EDUCATIVA E GESTÃO DEMOCRÁTICA – UMA HISTÓRIA DE INCONGRUÊNCIAS

ROMES HERIBERTO PIRES ARAÚJO *
Universidade de Brasília
romes.heriberto@gmail.com

RAQUEL DE ALMEIDA MORAES RAQUEL
Universidade de Brasilia
rachel@unb.br

Parece improvável que a informática educativa tenha papel tão importante no sucesso da gestão democrática da escola pública. Mesmo não sendo fundamental, ocupa posição crucial na afirmação dessa administração no cotidiano escolar. Analisando o uso de computadores nas escolas do Distrito Federal desde sua origem, em 1983, através de pesquisa predominantemente qualitativa com fundamentação no materialismo dialético, que se posiciona a favor do proletariado, constata-se a importância do segmento na perpetuação da condição de dominação. Em estudo da história desse recurso nas escolas públicas do DF, além de se observar uma história fragmentada e cheia de contradições, desvelaram-se, no entanto, experiências que, mesmo desmanteladas por políticas neoliberais, provaram a utilidade desse recurso em currículo e pedagogia críticos, na resistência à exploração, visando à “emancipação humana” e à cultura de cooperação.

INITIATIVES DE RÉÉDUCATION DE L’ENFANCE EN DIFFICULTÉ : ANALYSE SOCIO-HISTORIQUE DE LA SITUATION À LA MARTINIQUE (1850-1970)

FERNAND SAINTE-ROSE *
Université des Antilles Guyane
fernand.sainte-rose@martinique.univ-ag.fr

A historiografica da Martinica pouco se interessou pelas instituições de patrocinio à infância. Ora, no decorrer do período colonial, se vai tecendo uma rede de assistência à infância para atender às necessidades no dominÍo da saúte e da educaçao. Frente à miséria constante das populaçoes, a iniciativa privada é que vai acolhendo à infância em dificuldades. As polítas públicas parecem particularmente preocupadas pelos desregramentos e desvios sociais. No entanto, se tem que esperar as leis da "departementalizaçao"(1) de 1946 para que uma politica social se instale de fato e que se construa um setor médico-social.

(1) Leis que permitem às antigas colônias (Guadalupe, Guiana, Martinica, Reuião) ficarem departamentos franceses

INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DAS PRÁTICAS PATRIMONIALISTAS NO PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO.

BEATRIZ ALVES DE OLIVEIRA *
Universidade Federal de São Carlos
beatriz.oliveira@gmail.com

SANDRA APARECIDA RISCAL
Universidade Federal de São Carlos
riscal@uol.com.br

Este trabalho é resultado de pesquisas de iniciação cientifica e de trabalho de conclusão de curso que abordam as relações de poder e as formas de dominação, segundo a ótica de Max Weber, elementos que se encontram na formação do Estado brasileiro, bem como em outras instituições. Refletir e analisar como estas se concretizaram e se enraizaram nas relações sociais, políticas e administrativas brasileiras é de extrema importância , pois, com tais ponderações pode se ter uma visão do desenvolvimento e busca de um sistema burocrático que não obtivesse em suas entranhas relações em que a esfera pública e privada estivesse interligada de tal maneira que não fosse simples separá-las a qualquer momento. Nessa perspectiva, questões referentes ao poder serão abordadas, pois, na perspectiva weberiana, a dominação só é legitimada ou legítima quando há possibilidade de se obedecer à determinadas imposições, como é o caso das relações patrimonialistas e carismática. Então, é imprescindível compreender a maneira pela qual as ações políticas no inicio da gênese administrativa brasileira eram compostas por práticas patrimonialistas, e que estas não foram extintas, pelo contrário se vincularam ao longo de tal processo. Com a análise do material empírico a luz do referencial teórico indicado permitiu que se compreendesse que o processo de consolidação da Instrução Pública Paulista foi lento e contraditório. O mesmo movimento que possibilitou a implementação de estruturas centralizadas e racionais, permitiu a constituição de um sistema de padrão legal-racional burocrático, bem como a continuidade de relações de poder de caráter patrimonialista. Esses estudos permitiram constatar que nos diferentes momentos, que se seguiram na fase de implantação do sistema, pode-se constatar a constante tensão entre as estruturas de poder centrais, do Departamento de Educação do estado de São Paulo, que visavam a institucionalização do sistema público de ensino e os poderes locais, representados pelas autoridades dos municípios, cuja principal forma de ação era de caráter patrimonialista e clientelista, como se pode depreender dos dados relativos às disputas para nomeação dos inspetores de ensino. Atualmente, em plena democratização e burocratização das instituições ligadas ao Estado, nota-se ainda um pouco dessas ações. Assim, constatou que no processo de consolidação da Instrução Publica Paulista, as práticas patrimonialistas continuaram presentes, mesmo após o advento da República, e dificultaram a racionalização do sistema de ensino, mesmo com a nova exigência de legitimação racional-burocrática. E mesmo nos dias atuais pode-se notar que a superação de tais práticas ainda não ocorreu, pois muitas ações na administração pública educacional refletem as práticas de cunho patrimonial que ainda determinam as deliberações do sistema. Essa realidade foi facilmente identificada no processo de burocratização da Instrução pública e na consolidação de um sistema burocrático de ensino.

JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITO À EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL

ANA PAULA SERRATA MALFITANO *
Universidade Federal de São Carlos
anamalfitano@ufscar.br

Apresenta-se parte das reflexões da nossa tese de doutorado, “A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude – a situação de rua em Campinas, SP”, que se dedicou a investigar as políticas e programas sociais direcionadas para os meninos e meninas em situação de rua em Campinas, SP, no período de 2001 a 2006. A temática da juventude tem sido construída como categoria sociológica e abre o debate sobre a necessidade da criação de políticas sociais que se direcionem para a promoção de acesso aos direitos de crianças, adolescentes e jovens, destacando-se aqueles provenientes de grupos populares. As políticas sociais, entendidas como um conjunto de ações articuladas e reconhecidas como “necessidades humanas”, realizam intervenções consoantes ou distantes dos ideários estabelecidos. À luz do referencial sobre políticas sociais, analisou-se, na referida tese, o Programa “Criando Rede de Esperança”, componente do Plano Municipal para a Infância e Juventude, implementado em Campinas, SP, durante a gestão 2001-2004. O Programa foi elaborado para a criação de uma rede de ações, com participantes do âmbito governamental e não-governamental, para a execução de ações direcionadas a meninos e meninas em situação de rua. A partir dos dados da pesquisa realizada, enfoca-se, neste trabalho, a discussão sobre as ações realizadas pela área de Educação, especificamente sobre a criação de uma “Sala de Transição”, equipamento municipal destinado ao atendimento da população em situação de rua, com o intuito de se configurar como uma aproximação ao letramento e, posteriormente, uma transição para a escola formal. Observou-se que a dinâmica entre os atores configura-se sob uma tensão com compreensões nem sempre congruentes entre os objetivos institucionais e de seus usuários, gerando pouco avanço na produção de direitos para esse grupo populacional. Aponta-se que as políticas sociais concentram limites nas ações desenvolvidas, marcados pela estrutura política neoliberal do Estado democrático capitalista, bem como evidenciados pela execução de ações que se dirigem para a individualização de problemas e pouco progresso na compreensão e enfrentamento coletivos. Todavia, produzem também um nível de cuidado e atenção que se constitui como pontos de apoio para essa população. As políticas sociais armazenam as possibilidades de consolidar efetivamente inovações sociopolíticas e caminham para a promoção dos direitos dos jovens brasileiros de grupos populares. Para tanto, demarca-se o desafio de as ações sociais, entre elas as de educação, estabelecerem práticas inovadoras e efetivas para a promoção de direitos.

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA: FIGURAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DA IDENTIDADE ENTRE AÇÃO RELIGIOSA E LUTA ARMADA

MARIA FÁTIMA DI GREGORIO *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
f_digregorio@hotmail.com

Este estudo trata da participação da Juventude Católica Universitária (JUC) nos movimentos sociais brasileiros no cenário das décadas de 1950 e 1960, apontando as ações e o pensamento sócio-religioso e político inserido na conjuntura brasileira. Formada dentro do movimento Ação Católica Brasileira - a JUC atuou como Ação Especializada ao lado de outras entidades, sendo responsável por uma luta contra o capitalismo nacional e a hegemonia de antigas oligarquias nacionais. A JUC, pelo seu traço diferencial, alterou uma ordem política, social e cultural estabelecida nesses anos, marcando sua atuação no Movimento Estudantil, na política de ocupação de espaços sociais da Igreja Católica, na conscientização de setores populares entre o campo e a cidade, influenciando significativamente na condução da vida política do país. A análise retoma o pensamento religioso no Brasil, na tentativa de repensar a trama entre Igreja e Estado, anos em que as classes médias, os religiosos, os leigos e diversos segmentos, discutiam a inoperância nos setores da vida social. A JUC construiu sua identidade num estado de hibridismo assentado entre Igreja e Universidade, numa práxis de ação sócia religiosa e política contra a injustiça social, imbricando na construção de uma identidade nacional no âmbito cultural, social, econômico e político presente na história do país. O trabalho conclui que por uma série de dificuldades práticas, parte do grupo desenvolve uma nova dinâmica, criando a Ação Popular antes do Golpe de 1964. Essas análises permitiram uma melhor compreensão das formas de atuação do grupo na Bahia, sua importância política e ideológica configurada entre a religião e a política.

MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA AOS ‘OLHOS’ DA IMPRENSA DE ITUIUTABA (1950-1970)

SAULOÉBER TARSIO DE SOUZA *
Universidade Federal de Uberlândia
sauloeber@pontal.ufu.br

ISAURA MELO FRANCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
isaurafranco@hotmail.com

O presente trabalho busca refletir sobre as representações em torno do universo escolar presentes nos jornais da cidade de Ituiutaba, ao longo dos anos de 1950 a 1970 e que revelam o paradoxo de se modernizar o país contando com uma rede de ensino escassa e precária. Tais representações de imprensa foram elaboradas a partir do movimento de expansão da educação pública e do processo de modernização local ao longo desse período. Percebe-se que as mudanças ocorridas em Ituiutaba refletem o contexto nacional e até mesmo internacional, já que, no plano interno, o governo de Juscelino (1956-1960) intensificaria o processo de modernização, sobretudo a econômica e tecnológica, o que aumentaria as divergências sobre as funções sociais da educação escolar. Dessa forma, os jornais que tivemos acesso revelam-nos relações existentes entre a realidade nacional e a local, fazendo-nos compreender que todo o processo histórico é produto de uma construção social que envolve intrinsecamente os planos macro e micro de determinada realidade, levando-nos ao entendimento de que a modernização, mesmo nos lugares mais remotos do interior do país, foi mais intensa no campo econômico e tecnológico, em detrimento do cultural e social.

NEOLIBERALISMO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

MICHELLE FERNANDES LIMA *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
mfernandeslima@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho é resultado parcial da pesquisa “As influências do neoliberalismo no cenário das Universidades Brasileiras na década de 1990” , que tem por objetivo central analisar os reflexos da política neoliberal nos rumos das universidades públicas brasileiras, especialmente no que se refere aos novos papéis assumidos pela universidade. Ao analisar os novos contornos das universidades públicas no contexto neoliberal, delineado no Brasil a partir dos anos 1990 nos deparamos com várias influências e mudanças a partir desta década. Priorizamos para esse trabalho a questão da expansão das instituições de ensino superior de caráter privado em detrimento a escassez de recursos nas universidades públicas e a tendência à privatização do ensino superior. Esta análise está organizada em dois momentos, no primeiro buscamos compreender a relação entre a política neoliberal e o ensino superior e no segundo a discussão sobre a expansão ou democratização presente no cenário brasileiro a partir da criação de inúmeras instituições privadas de ensino superior e pelos programas de apoio aos estudantes para o acesso ao ensino superior privado.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO - LÓGICAS E CONTRADIÇÕES

CLAUDIA CARVALHO COSMO *
Centro Universitário Moura Lacerda
claudia_cosmo@terra.com.br

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES
Centro Universitário Moura Lacerda
silvia_sfernandes@hotmail.com

O objetivo deste artigo é refletir sobre as políticas neoliberais no contexto educacional a partir das lógicas e contradições engendradas nesta relação. Para tanto, resgatamos historicamente o processo que levou o neoliberalismo a ser uma corrente de pensamento hegemônica no mundo ocidental a partir da década de 1980 nos países de capitalismo avançado e, a partir da década de 1990, nos países em desenvolvimento – caso do Brasil.

Estudos apontam que as políticas públicas destinadas à educação são reflexos da contradição própria do ajuste neoliberal que tem norteado a educação latino-americana e brasileira, especialmente após o chamado Consenso de Washington (1989). Tal contradição se manifesta quando o Estado se torna mínimo no que concerne à gestão dos recursos e à descentralização financeiro-administrativa. No entanto, este mesmo Estado mínimo cumpre o papel de agente regulador e controlador dos serviços públicos – como a educação –, na medida em que norteia o trabalho e o currículo realizado pelos professores, realiza avaliações, por meio das quais supostamente verifica a qualidade da Educação e distribui prêmios para as escolas e docentes com melhor desempenho nestas avaliações, praticando uma política meritocrática, que em nada contribui para as reais condições de trabalho dos professores e nem para a melhoria da qualidade da educação para os educandos.

Ao propor que a educação, assim como tantos outros elementos, é uma mercadoria, o neoliberalismo também interfere nas práticas pedagógicas, no entanto, não cria nada de novo neste campo, apenas recria o produtivismo, o escolanovismo, o construtivismo e o tecnicismo – tais recriações são analisadas por Saviani (2007) e brevemente apresentadas também neste artigo. Como o importante no momento é dar aos indivíduos o status de empregabilidade basta uma formação superficial e de caráter utilitarista, portanto, os professores estão sendo formados sob esta lógica e formam seus alunos da Educação Básica sob o mesmo parâmetro.

Portanto, o neoliberalismo já imprimiu suas marcas na educação brasileira e suas contradições se fazem presentes cada dia mais em nossas escolas.

NOTA SOBRE AS POLÍTICAS EM PROL DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

DELTON APARECIDO FELIPE *
Universidade Estadual de Maringá
ddelton@gmail.com

TERESA KAZUKO TERUYA
Universidade de Brasília
tkteruya@gmail.com

RESUMO. A aprovação da Lei 10.639 em 9 de Janeiro de 2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica suscitou um série de debates sobre a relevância de políticas educacionais como a pautada nesta Lei. A aprovação da Lei dividiu a sociedade brasileira em dois grupos distintos: de um lado, aqueles que lutaram pela sua aprovação com argumentos favoráveis a essa legislação, para construir as condições reais de mudança da situação social do negro brasileiro. Os defensores desta legislação dizem que as políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer o direito de ingresso, permanência e sucesso na vida escolar e a valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. De outro, estão os contrários a essa lei, porque consideram que a efetivação dessas ações afirmativas propostas pela Lei 10.639/2003 fere a Constituição Federal de 1988, na qual está prescrito no artigo 206, inciso I, e reproduzida Lei de Diretrizes de Base da Educação no enunciado do artigo 3, inciso I “a todos devem ser assegurados igualdade de condições para permanência e acesso a escola”. A fim de contribuir como esse debate, o presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da aprovação da Lei 10.639/2003 na educação escolar brasileira, na perspectiva dos Estudos Culturais. Para isso estabelecemos como questão norteadora de nosso artigo: Quais as implicações pedagógicas a Lei 10.639/2003 terá na educação escolar? Apresentamos as mudanças ocorridas na educação escolar, dando ênfase à disciplina de História, já que é uma das disciplinas que tem em seu currículo diversas questões sobre as relações étnico-raciais por causa das pressões dos movimentos sociais de caráter identitário da década de 80 do século XX. Além disso, problematizamos as leis instituídas para a educação escolar e voltadas à diversidade étnico-racial no Brasil. Em seguida, analisamos os desdobramentos históricos que levaram à promulgação da Lei 10.639/2003 e o que ela representa para a população brasileira. Concluímos que a aprovação de Leis como a citada contribui para ampliar o conhecimento dos docentes sobre sua prática docente enquanto formadores de posicionamentos sociais. Além disso, a Lei 10.639/2003, ao garantir visibilidade ao afro-brasileiro com a finalidade de propiciar a cidadania e a igualdade racial, por meio de práticas educacionais que valorizem o “outro”, contribui para romper com o silêncio histórico sobre a cultura e história da população negra brasileira. Nesse sentido, a Lei abre caminho para a construção de uma educação antirracista e rompe com as normas discursivas centradas no europeu. A Lei abre espaço para que, no ambiente escolar, seja legítimo falar sobre a exclusão e marginalização de um segmento social.

NUPES: TENDÊNCIAS DA POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

FABÍOLA BOUTH GRELLO KATO*
Universidade Federal de São Carlos
fabiola_kato@hotmail.com

Esta pesquisa destaca a importância de se entender a atuação do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo- NUPES nas formulações políticas para a educação superior, por meio de sua trajetória político-acadêmica. Procuramos também refletir sobre como as aspirações políticas, projetadas pelo NUPES durante quase duas décadas, estão sendo incorporadas pelo arcabouço jurídico educacional e fundamentando as políticas para ciência e tecnologia do CNPq, analisando 30 editais publicados entre 2003-2004. A pesquisa apontou que as propostas do NUPES os tornaram não apenas um protagonista, mas parte orgânica do campo temático, teórico e metodológico do processo de reformas da educação superior. Suas pesquisas e publicações anteciparam-se as políticas que hoje estão sendo incorporadas por meio de leis, decretos, medidas provisórias. O que ficou comprovado, por meio da análise tanto dos editais do CNPq, quanto da tendência mundial à associação a essa nova orientação político-filosófica para o ajuste e manutenção do processo de acumulação capitalista, tendência de clara assunção pelo NUPES, foi a submissão, orientada pelo financiamento e pela avaliação, aos fins, aos objetivos e à política da universidade estatal pública, às políticas implantadas pelo governo federal, que, sob o discurso do uso da capacidade científica da universidade, se apropriam do seu espaço, dos seus pesquisadores, da sua autonomia, transformando a universidade em mediadora entre o Estado e o setor produtivo. Esses indicativos foram essenciais para comprovação da hipótese de perda gradativa da autonomia universitária, numa clara assunção, por parte da universidade, tendo em vista o processo de afastamento progressivo do Estado em seu financiamento, estabelecido por meio de políticas.

Palavras-chave: Educação Superior, NUPES, Autonomia Científica, CNPq.

O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NA REGIÃO DE GUARAPUAVA: DADOS COMPARATIVOS DE 1988 A 2008

CLARICE SCHNEIDER LINHARES*
Universidade Estadual do Centro-Oeste
clarinha_linhares@yahoo.com.br

Este trabalho partiu de estudos sobre o atendimento à criança de zero a seis anos da zona urbana e periférica do município de Guarapuava, e as políticas direcionadas a essa área como resultado de propostas surgidas atualmente. Com isto, estabelecemos um paralelo entre a pesquisa realizada em 1988 cujo índice de 1,3 % era abaixo da média nacional de 4 % e a atual concluída em 2007, que de acordo com a Secretaria de Educação Municipal conta com 14 Centros de Educação Infantil, 238 educadoras com formação de nível médio e superior e 2.302 crianças. Segundo essa coordenação, 1657 crianças estão no Jardim III, 305 estão no Maternal e 340 estão no Berçário, o que demonstra um acréscimo significativo, tanto quantitativo quanto qualitativo. As contribuições através de debates e discussões da sociedade civil, representada por educadores, organismos governamentais e não-governamentais, aprofundaram temas sobre política, currículo e formação de professores, somados às recomendações dispostas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases- nº9394/96 e na Deliberação do Conselho Estadual do Paraná- nº02/05, estabelecendo finalidades, objetivos e critérios. Atualmente as políticas nacionais que norteiam a Educação Infantil, as quais podem ser encontradas em publicações do governo federal e estadual e delineiam diretrizes, metas e ações consideradas prioritárias. A partir da década de noventa, a expansão da educação infantil somou-se à consciência do significado de infância e o reconhecimento de seu direito. Com isso, esta área passa a ter significado traduzidos na concepção de criança-cidadã e na construção do seu próprio desenvolvimento e conhecimento. De acordo com seu Referencial Curricular buscou-se ampliar esse atendimento tornando-a pedagógica e qualificando melhor o professor. A pesquisa anterior demonstrava insuficiência de atendimento priorizando aspectos sociais, biológicos e psicológicos, traduzido em programas de massa aumentando a quantidade, mas sem qualidade. Esses dados comparativos entre as duas pesquisas permitiram constatar melhoria significativa e maior preocupação com os centros de formação de professores. Atualmente as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece, pela primeira vez na história do nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, tornando essa etapa dentro de um contexto educativo. Representa também o resultado de longas e profundas discussões a partir de longas experiências de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Finalmente deve-se evidenciar que houve melhoria significativa nessa área, uma vez que houve a participação de toda a sociedade civil na discussão e na elaboração de projetos educativos os quais deram novo significado à infância brasileira .

O ATENDIMENTO ESCOLAR À INFÂNCIA BRASILEIRA: ELEMENTOS DE UMA HISTÓRIA

NINA ROSA TEIXEIRA OLIVEIRA *
Universidade federal da Bahia
bela_rosa1@yahoo.com.br

CRISTIANE DA C. GOMES DE ALMEIDA
Universidade Federal da Bahia
cris_ufba2002@yahoo.com.br

MARIA COUTO CUNHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
mcouto@ufba.br

ROSEMEIRE BARAÚNA MEIRA DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
rsbarauna@ig.com.br

Este trabalho apresenta um panorama da história do atendimento da Educação Infantil no mundo e no Brasil, assim como um estudo sobre os pressupostos legais que regem a Educação Infantil no país. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Com as análises realizadas foi possível concluir que a construção de políticas para a Educação Infantil, desde o princípio esteve subordinada a interesses diversos daqueles referentes à garantia dos direitos da criança e da família. Além disso, as recentes políticas destinadas a essa demanda no país seguem a linha compensatória de atendimento educacional, visto que propõem programas de baixo custo, maior participação da família e comunidade e conseqüente minimização das responsabilidades do Estado, com isto, propondo uma educação pobre para as crianças pobres do país.

O CAPITAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS: O ONTEM E O HOJE EM ANÁLISE

SUELI MENEZES PEREIRA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
sueli@ce.gmail.com

Trata das políticas de formação de professores primários na realidade brasileira em uma perspectiva histórica de modo que o ontem e o hoje evidenciem que o desenvolvimento das políticas educativas em cada época, tem colocado no professor a maior parcela de responsabilidade em sua implementação a serviço dos interesses do capital. Tendo na legislação a fonte primária de análise, este trabalho resulta de uma pesquisa histórica de caráter teórico, cujo objetivo é evidenciar os interesses mascarados do capital nas políticas de formação de professores primários, hoje anos iniciais do Ensino Fundamental. Valemo-nos inicialmente, das políticas de formação de professores primários na década de 1920, fase em que a modernização da sociedade se consolida associada às características da sociedade da época: uma república oligárquica que tem, ao mesmo tempo, na afirmação e na crise da hegemonia do latifúndio cafeicultor a sua marca. Os movimentos nacionalistas animam os debates culturais entre conservadores e liberais, evidenciando os interesses contraditórios voltados, ou para a perspectiva de mudança, ou para a manutenção da ordem existente. Neste panorama se dão as reformas estaduais do ensino primário e normal, nas quais o político e o pedagógico se encontram sendo o professor a figura de maior destaque, o que faz com que os cursos de formação de professores primários recebam especial atenção nas reformas da década. Esta análise foca as reformas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por fim, busca-se evidenciar os contrapontos com as políticas educacionais atuais e nelas os interesses do capital, a partir da proposta de formação de professores para a educação básica pela LDB - Lei 9394/96 – que se traduz em grandes inovações referentes às instituições formadoras, merecendo destaque se considerarmos a realidade da educação brasileira no contexto do projeto neoliberal. Compreendida no conjunto das transformações que se operam nos setores econômico, social e político do país, ligados ao fortalecimento do projeto do capital com conseqüências para o reordenamento da sociedade, evidencia-se, neste processo, o conflito entre o novo e as tradições, onde aí se identifica o foco de reflexão que nos permite compreender, nas questões educacionais, o papel do professor primário a partir das tensões que se inserem na sua formação em nossa realidade. Se a década de 1920 representou um momento decisivo para o país disto decorrendo a idéia de mudança, de renovação, de progresso para o que a educação se constituiu uma exigência para a sociedade industrial que se buscava, hoje, com a crise estrutural do capitalismo, houve a necessidade de flexibilizar a produção a fim de tornar as empresas mais competitivas e esvaziar as lutas sociais. A educação aparece novamente como instrumento central às exigências do mercado, porém, desta vez, responsável pela formação do trabalhador “competente”, dócil, flexível e competitivo, para o que se formam professores.

O CONSELHO TUTELAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

FRANCIANE FERNANDES MUCHINSKI *
Universidade Estadual do Centro Oeste
franluvbsb@yahoo.com.br

MICHELLE FERNANDES LIMA
Universidade Estadual do Centro-Oeste
mfernandeslima@yahoo.com.br

O presente artigo é parte da pesquisa para conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati, intitulada: Conselho Tutelar e Escola: Entre o Ideal e o Real. O principal objetivo desta pesquisa é a reflexão da relação entre a Escola e o Conselho Tutelar, abordando a história deste órgão, a luz das mudanças sociais do contexto brasileiro, analisando a sua função e da escola, no que se refere a formação de crianças e adolescentes e refletindo essa relação a partir de experiências e de documentos do Conselho Tutelar. Neste artigo, elucidaremos a trajetória histórica dos direitos da criança e do adolescente, analisando algumas concepções de infância e de juventude, que variam conforme o contexto social e histórico em que estão inseridas e onde veremos que, a infância só é percebida quando surge a necessidade de sua mão de obra para o trabalho. Faremos uma retrospectiva das principais leis direcionadas à infância e adolescência no Brasil, desde a Lei do Ensino Obrigatório que surge num momento de transição do sistema manufatureiro para o fabril, quando há a necessidade de qualificação da mão de obra para operar as máquinas que começam a substituir o trabalho braçal, até os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, onde perceberemos que esta lei substitui o termo punição defendido no do Código de Menores por proteção. Pontuaremos que essa substituição do caráter punitivo do Código de Menores pelo caráter protetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorreu devido ao momento de expansão do neoliberalismo no Brasil, sob a presidência de Fernando Collor, onde já não cabia para estes uma lei punitiva, vez que era antagônica às suas demagogias democráticas, porém muda-se o termo, mas o objetivo continua sendo o de controle dos indivíduos a fim de fortalecer a ideologia da classe que se desdobrava em dar continuidade à ascensão do capital.

O DIREITO À EDUCAÇÃO NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DE 1989.

LARISSA WAYHSTREIN MONTIEL *
Universidade Federal da Grande Dourados
larissawtmontiel@hotmail.com

NILCE APARECIDA DA S. F. FEDATTO
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
nfedatto@globo.com

A proclamação da educação como um direito requer a obrigação do Estado na universalização do ensino, visto que a extensão da educação como direito social significa que essa é condição essencial para o usufruto dos demais direitos e para a progressiva equalização social. No Brasil, o reconhecimento formal da educação como direito social a ser garantido pelo Estado se deu a partir da Constituição de 1934, ocasião em que foi incluído pela primeira num texto constitucional um capítulo sobre a educação. Mas somente com a Constituição Federal de 1988, esse direito veio a ser amplamente garantido. Essa Constituição instituiu instrumentos jurídicos para defesa desse direito e para a punição da negligência dos Poderes Públicos em assegurá-lo a todos. Este estudo buscou apreender nos documentos da Assembléia Constituinte de 1989 como ficou configurado o direito à educação básica no Estado de Mato Grosso do Sul procurando desvelar a sua trajetória e como este foi debatido e quanto no decorrer da formulação e elaboração da Constituição Estadual de 1989. Metodologicamente realizamos uma pesquisa qualitativa histórico-documental com auxilio da análise de conteúdos. As fontes utilizadas foram os documentos enviados à Assembléia Legislativa pelos órgãos representativos da sociedade e cidadãos da sociedade assim como entidades eclesiásticas. Além disso, examinamos também o Projeto de Constituição de Mato Grosso do Sul apresentado pela Comissão de Sistematização, em agosto de 1989 e o Texto Final da Constituição promulgado em outubro de 1989. Pelas análises foi possível verificar que o poder executivo assim como o legislativo esteve em sintonia na elaboração da Constituição Estadual de 1989, e que a representação do governo esteve presente na direção dos trabalhos da Assembléia Constituinte compondo a base de sustentação na implantação da segunda Constituição Estadual, prevalecendo os interesses da “democracia” do capital. A população participou do processo de construção da Constituição Estadual de 1989 enviando propostas de artigos que julgaram necessários ao texto da lei a fim de garantir o direito à educação aos cidadãos sul-mato-grossenses. Muitas discussões foram realizadas no âmbito do texto referente à educação, mas que em relação ao nosso tema que é o direito à educação básica constatamos a tentativa das igrejas em garantir o ensino religioso nas instituições públicas restringindo o direito a uma educação laica. As propostas encaminhadas pela população e seus órgãos representativos tentaram de várias formas garantirem o direito à educação de qualidade e o dever do Estado em proporcionar o atendimento do ensino público gratuito. Contudo o texto da Constituição Estadual aprovado não avança em relação à Carta Federal, visto considerar como promoção do direito à educação o acesso obrigatório e gratuito ao ensino fundamental assegurado como direito público e subjetivo.

O DISCURSO IDEOLÓGICO PRESENTE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR DA UNESP/ARARAQUARA – CUCA.

FERNANDA FURTADO CAMARGO *
UNESP
fefurtado@uol.com.br

Este trabalho é um histórico sobre o Programa de Cursinhos Pré-Vestibulares Gratuitos da UNESP, com destaque para o Curso Unificado do Campus de Araraquara – CUCA – tendo em vista o discurso ideológico encontrado em seus documentos oficiais, bem como as motivações que levaram a universidade ao estabelecimento de parcerias com diferentes instituições, públicas e privadas, e as conseqüências imediatas dessas parcerias. Este levantamento histórico foi feito através da análise dos processos referentes aos Convênios de Cooperação Acadêmica, dos relatórios elaborados pelos coordenadores dos cursinhos, de reportagens publicadas no site da UNESP, e de entrevista realizada com a Pró-Reitora de Extensão Universitária. O CUCA é um projeto de extensão universitária destinado a alunos egressos de escolas públicas e tem como “parceiros” Prefeituras Municipais, o Governo do Estado São Paulo através da Secretaria de Ensino Superior e instituições privadas. Para compreender o CUCA enquanto uma política social, uma vez que a educação está nela inserida, faz-se necessário remontar à origem da política social, bem como às transformações ocorridas na sua configuração, em diferentes momentos históricos, no Brasil, especialmente a partir do golpe militar de 1964, passando pelo período de redemocratização política dos anos de 1980, até a configuração estabelecida após a reforma do Estado realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Apesar do visível aumento no número de alunos “beneficiados” pelo projeto, a partir do estabelecimento das parcerias supracitadas, resta saber se o CUCA, que teve em sua origem um caráter popular, diferente do que existe hoje, não passou a reproduzir, ou não passará a reproduzir em breve, a lógica da sociedade capitalista.

O DISCURSO OFICIAL EM EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE CUSTOMIZAÇÃO

DEIZE VICENTE DA SILVA AROSA*
Universidade Federal de Juiz de Fora
dvsarosa@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta estudo realizado sobre o processo de construção do discurso oficial relativo à avaliação da aprendizagem escolar nas políticas públicas em educação, desenvolvidas no município de Queimados/RJ entre os anos de 2001 e 2007. A avaliação, na área educacional, tem ocupado, espaços cada vez maiores no campo das políticas públicas nacionais, sendo considerada como um dos fatores altamente capaz de responder pela qualidade da educação. Algumas propostas de mudanças estruturais na organização do ensino em sistemas públicos têm se firmado como modos de ação governamental no enfrentamento de questões relativas à melhoria do processo educativo. Essas políticas públicas, tomadas a partir de suas diretrizes e ações, apresentam-se como um campo de análise promissor no que se refere à construção de seus discursos. Estes discursos, compreendidos sob a luz do contexto histórico, político, social e econômico em que estão inscritos, imprimem sua marca nos diferenciados modelos utilizados em avaliação. Como pressuposto, foi considerado que a escolha de um determinado sistema, modelo ou forma de avaliação está condicionada aos diversos enquadramentos e regulamentações legais ou estatais, que se reportam a concepções antropológicas, filosóficas e pedagógicas. A pesquisa esteve sustentada pela abordagem qualitativa, baseada em observação, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. Adotou-se como referencial analítico a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, pois ao propor o enfrentamento de questões relativas às relações entre os níveis macro/micro e dos processos de produção, reprodução e mudança cultural, favorece a interpretação da dinâmica da construção do discurso oficial na trajetória da política educacional implantada no município em estudo. Como metodologia complementar para a análise das idéias centrais dos textos documentais e das entrevistas realizadas utilizou-se a Análise do Discurso Crítica, segundo Chouliaraki e Fairclough. A despeito da implantação do ciclo no município em estudo vir revestida de um sentido de mudança com aparente luta contra-hegemônica, pode-se notar o papel que as práticas discursivas encontradas naquelas relações desempenham na manutenção e fortalecimento da ordem dos discursos. Os resultados da pesquisa apontaram modos de ação que são considerados como uma Política de Customização, por notar-se o papel que as práticas discursivas encontradas naquelas relações desempenharam na manutenção e fortalecimento da ordem dos discursos.

O DISCURSO PEDAGÓGICO CONSTRUTIVISTA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO PAULISTA NO PERÍODO DE 1983 AOS DIAS ATUAIS

ANA CAROLINA GALVÃO MARSIGLIA*
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
galvao.marsiglia@gmail.com

NEWTON DUARTE
UNESP
newton.duarte@uol.com.br

O Estado de São Paulo é o principal centro mercantil, corporativo e financeiro brasileiro. A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE) administra cerca de cinco milhões de alunos, 230 mil professores, 5.500 escolas. O número de alunos do Estado de São Paulo é maior que o da população de 15 estados brasileiros. Diante desses números verifica-se a importância de desvelar a política educacional na rede estadual de ensino de São Paulo, explicitando o construtivismo como um elemento estratégico dessa política. A SEE vem mantendo, desde 1983, portanto, há mais de vinte e cinco anos, o construtivismo como discurso pedagógico oficial e, ao mesmo tempo, como um dos pilares para a formatação de um modelo de escola em sintonia com as injunções neoliberais e pós-modernas por meio de dispositivos legais, produção e circulação de materiais distribuídos à rede de ensino. Esses mecanismos funcionam como interventores sobre a prática pedagógica e veiculam valores, teorias e ideologias, trazendo implicações que podem ser observadas no precário desempenho do alunado nos diferentes instrumentos de avaliação de aprendizagem. Assim, o percurso dessas publicações nos últimos 25 anos deve servir à análise das políticas públicas para a educação paulista e se prestar à denúncia das conseqüências da opção teórico-pedagógica da SEE: formação de baixa qualidade limitada à reprodução da divisão social do trabalho.

O ESTADO-NAÇÃO E AS POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

PAULO NOBREGA *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
panobrega@ig.com.br

A partir de fontes oficiais (Mensagens de Governadores, Relatórios da Instrução Pública, entre outros), de jornais da época em estudo, e de bibliografia que trata do tema, o presente artigo discute a relação entre o estado nacional brasileiro – em sua forma federativa, as políticas de instrução pública elementar e as políticas de nacionalização de imigrantes desenvolvidas ao longo da Primeira República, particularmente no Estado de Santa Catarina. Referencia-se no materialismo histórico, articulando categorias como totalidade, contradição, classe, hegemonia, nacionalidade, entre outras. No Brasil as reformas republicanas propunham a implantação da escola de tipo moderno: seriação, homogeneização de alunos, ensino simultâneo, racionalização espacial e administrativa, entre outros. Mas o ensino republicano sofreu significativa influência da presença em território nacional de grandes contingentes de imigrantes e de seus descendentes, resultado de políticas de ocupação territorial desenvolvidas pelo próprio Estado brasileiro desde o Império. No contexto das disputas entre as potências imperialistas mundiais da época, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, a presença desses imigrantes, principalmente nos estados sulinos, passou a ser vista por certos setores das elites dirigentes como ameaçadora da “soberania nacional”, clamando-se a necessidade urgente de nacionalização dessas populações por meio da escola primária pública. Nas disputas políticas entre “luso-brasileiros” e “estrangeiros” exacerbou-se a latente questão do “perigo alemão”. A expansão da oferta de ensino primário público de tipo moderno – os Grupos Escolares, implantados no estado catarinense a partir de 1911 – sofreria uma desaceleração, priorizando-se a oferta de escolas isoladas que – por suas características – não comportavam plenamente as atribuições do ensino moderno, exceto no que dizia respeito ao seu papel nacionalizante por meio do ensino da língua vernácula e de conteúdos morais-patrióticos identificados com um ideal de Estado-nação brasileiro.

O IDEAL MODERNIZADOR DA EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 A 1950

MARIA CRISTINA NUNES CABRAL *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
cabralcris19@yahoo.com.br

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lrochamagalhaes@gmail.com

O presente trabalho objetiva situar, sobretudo, o ideal modernizador da educação em Vitória da Conquista - BA, entre os anos de 1930 e 1950, bastante difundidos, prioritariamente, em exemplares de jornais locais da época. É fruto de uma pesquisa efetivada em consonância à realizada pelo Grupo de pesquisa: Memória geracional e políticas educacionais em Vitória da Conquista – Bahia, do Museu Pedagógico/UESB. Priorizamos esse período, por considerar ser o momento em que o Brasil assumiu uma nova postura econômica e educacional, através do pensamento modernizador que se desenvolvia frente às transformações conjunturais do país. Pretendemos, então, analisar os elos entre a localidade e os grandes debates nacionais, dentre eles o Movimento pela Escola Nova que, defendendo a civilidade como condição primordial de progresso da nação, levantava a bandeira da educação como propulsora da modernidade. Além disso, observamos que nesta cidade as contradições dentro do próprio discurso dos interlocutores, partidários dos ideais de progresso estavam presentes quando, ora se posicionavam favoráveis ao projeto de modernização ora contra.

O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO FUNDEF NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE (1997 A 2000)

MARIA DILNÉIA ESPINDOLA FERNANDES*
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
mdilneia@uol.com.br

FRANCIELLI SOUZA LOURENÇO
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
franslourenco@hotmail.com

O objetivo deste trabalho foi desvelar os impactos que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº. 9.424/1996, causou na educação infantil no município de Campo Grande, no período imediatamente posterior à sua implantação, entre 1997 e 2000 (gestão do prefeito André Puccinelli). Ressalte-se que o Fundef determinou a focalização dos recursos públicos para manutenção e desenvolvimento do ensino no ensino fundamental, embora pela legislação educacional vigente a educação infantil constitui-se na primeira etapa da educação básica, sob responsabilidade do governo municipal. Para tanto foram analisadas a legislação educacional em âmbito federal, estadual e municipal, dados estatísticos populacionais e educacionais, bem como os balanços de contas de governo do município de Campo Grande. De fato, a educação infantil em Campo Grande, historicamente, foi atendida tanto pelo estado como pelo município. Com a vigência do Fundef e com a implantação do regime de ciclos, o governo estadual, contudo, se retirou totalmente desse atendimento. Os resultados da pesquisa demonstraram que houve redução de matrículas e de recursos para a educação infantil no município no período, à medida que o Fundef subvinculou 60% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino para a etapa fundamental, aumentando significativamente a demanda reprimida para a educação infantil.

O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (PRIMEIRA DÉCADA: 1854-1864)

MARIA ELISABETH BLANCK MIGUEL *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
maria.elisabeth@pucpr.br

HENRIQUE KLENK
Pontificia Universidade Católica do Paraná
henriqueklenk@pop.com.br

O trabalho privilegia as fontes documentais para a interpretação do início do ensino público na Província do Paraná. Analisam-se relatórios e ofícios da instrução pública no período de 1854 a 1864, além da legislação educacional do período. Procura-se compreender como se processou o início da instalação da instrução pública e como tal processo foi visto pelas autoridades oficiais e pelos professores que atuavam junto à população. A perspectiva teórica orientadora da análise dos dados fundamentou-se na concepção materialista-histórica, uma vez que se tem como pressuposto que o modo de produção da vida material e as relações sociais que dela procedem, possibilitam o surgimento e consolidação de determinadas instituições sociais, tais como a escola pública. Autores como Bloch, Farge, Sodré, Fávero, Miguel e Wachowicz subsidiam as análises e interpretações. Considera-se que os dados forneceram informações agrupadas em novas categorias, tais como a necessidade da instrução pública, a formação de professores, a precariedade das escolas, a necessidade de materiais escolares, a disciplina e o castigo, a evasão escolar. A interpretação dos dados fornecidos pelas fontes foi realizada considerando-se o discurso oficial e os depoimentos dos professores registrados nos relatórios. Os resultados apontaram que no início da constituição da Província do Paraná, o poder público preocupou-se, ao menos no discurso, com a instrução pública, sem considerar as reais condições provinciais. Os relatórios dos professores permitem a visibilidade dos problemas que interferiam na educação escolar. As questões levantadas são explicadas pelo contexto mais amplo, das reais condições da Província.

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO (1939-1973)

SANDRA MARIA BARROS ALVES MELO SANDRA*
Universidade Eederal de Campinas
sbarrosalves@gmail.com

Pesquisa acerca da criação e constituição do Instituto de Educação do Maranhão, como centro de referência para a formação do professor primário, dentro do contexto político e social do Estado Novo, regime político instituído a 10 de novembro de 1937. O Governo ditatorial de Vargas se utilizou da educação como instrumento basilar para a formação e consolidação da mentalidade nacional preconizada pelo estadonovismo. A criação do Instituto de Educação tida como uma ação modernizante e pautadas nos métodos modernos que exigiam o progresso da nação, teve como objetivo principal a fixação de diretrizes políticas e doutrinais que permitissem ao estado a conformação da sociedade aos seus postulados, ou seja, conformar e orientar a educação no sentido que essa exercesse a função de preparação política dos cidadãos.

O MOBRAL NO MEIO RURAL DE UBERLÂNDIA-MG (1970-1985)

LETICIA BORGES OLIVEIRA *
Universidade Federal de Uberlandia
leticiaborgesufu@yahoo.com.br

SAULOÉBER TARSIO DE SOUZA
Universidade Federal de Uberlândia
sauloeber@pontal.ufu.br

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surgiu no contexto do golpe militar no ano de 1964, tendo como principal característica a expansão quantitativa da educação para jovens e adultos, configurando-se muito mais como um processo de massificação da educação do que sua democratização, de forma que os resultados foram bastante tímidos e de qualidade duvidosa por priorizar o ensino supletivo. Historicamente, as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal surgiram no Brasil com propostas de redução dos elevados índices de analfabetismo que passaram a incomodar os diferentes níveis de governos, desde os anos 30, quando tiveram início os acelerados processos de industrialização e urbanização do país. Contudo, a educação continuou sendo oferecida de maneira desigual às diferentes camadas sociais, tal política atingia muito mais aos grupos economicamente desprivilegiados, especialmente, as pessoas que não puderam freqüentar a escola na idade adequada.

O MOBRAL, como política pública de alfabetização de jovens e adultos, também se insere nesse contexto. No início da década de 1970, chegou ao seu apogeu, com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo, considerado pelo presidente Médici uma “vergonha nacional”.

Nesse período, com o intuito de reduzir os índices de analfabetismo, Minas Gerais se destacou como o primeiro Estado em números de alunos e cidades atendidas por essa campanha. A cidade de Uberlândia foi pioneira na implantação do MOBRAL. Até o final de 1972, o programa fora implantado em mais 22 prefeituras mineiras. Em função da expansão do Programa na região, no segundo ano do MOBRAL no município de Uberlândia foram criadas novas classes de alfabetização estendendo-se aos bairros e também a zona rural.

A proposta desse trabalho é apontar as especificidades desse programa de alfabetização federal no meio rural do município em estudo. Os jornais consultados indicam, em um primeiro momento, que esse projeto no campo também partia da concepção de que o analfabeto seria uma “chaga ou praga social” que deveria ser combatida, reforçando-se a exclusão daqueles indivíduos que não foram alfabetizados em idade escolar adequada. Também podemos afirmar que as condições necessárias para o funcionamento das salas nas fazendas dependia da disposição das 22 professoras contratadas em residirem no local de trabalho durante a semana. Tal situação era gerada em função da falta de transporte até as salas de alfabetização do MOBRAL, de forma que o deslocamento diário era inviável.

É importante frisar que essa pesquisa encontra-se em andamento e que além das fontes escritas (jornais e documentos oficiais), também será utilizado o recurso a fonte oral, entrevistando-se especialmente, algumas das professoras que trabalharam nesse programa na zona rural do município de Uberlândia-MG.

O "MUNICÍPIO PEDAGÓGICO" EM UBERABINHA-MG E MAFRA EM PORTUGAL: REFLESÕES INICIAIS (1888-1927).

LUCIANA OLIVEIRA BAR CARVALHO *
Universidade Estadual de Campinas
lucianabeatrizcarvalho@yahoo.com.br

O presente trabalho visa discutir como foi articulada a questão educacional nas cidades de Uberabinha, no estado de Minas Gerais (hoje Uberlândia) e Mafra, em Portugal, entre 1892 a 1927. Portanto, é um estudo que busca comparar os encaminhamentos dados à Educação nos dois lados do Atlântico. Para tanto, concentramos nossas atenções no período da Primeira República brasileira e da República Portuguesa, em razão da expansão do ensino público verificado nos dois municípios nessas ocasiões. As principais fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: as Atas das Câmaras Municipais dos municípios, procurando identificar nelas os recursos destinados à educação, bem como as solicitações feitas por ambas a outras esferas governamentais, o que, de certa forma, pode caracterizar uma preocupação com o ensino público. Também fizemos levantamentos junto aos jornais mais importantes das duas cidades. No caso de Uberabinha pesquisamos os periódicos A Tribuna, O Progresso e Paranayba. Já em Mafra analisamos O Liberal, Folha Mafrense e Democracia Como conclusões preliminares, observa-se que as iniciativas das respectivas Câmaras denotam uma autonomia e descentralização, advindas da forma republicana de governo, as quais colocam em pauta o tema da instrução pública e promovem muitas medidas para implementá-las.

O NASCIMENTO DE UM DISPOSITIVO DE GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS

FERNANDA DE CAMARGO MACHADO *
Universidade Federal de Santa Maria
nandadecm@yahoo.com.br

MÁRCIA LISE LUNARDI-LAZZARIN
Universidade Federal de Santa Maria
lunazza@gmail.com

O presente trabalho propõe-se a analisar o cenário político em que a emergência de um campo de saber pedagógico-científico e de um corpo de expertise para o trabalho didático com os sujeitos surdos foram produzidos como necessários no ideal moderno de civilização. Em outras palavras, traça uma genealogia da formação de professores em educação de surdos, tendo como objetivo examinar as conexões entre o surgimento dos processos de formação docente neste campo e estratégias de governamento exercidas no registro do Estado de Governo Liberal. Ao explicar o movimento da formação docente como dispositivo de governamentalidade, pretende-se contribuir para o entendimento de como os conjuntos discursivos que cruzam estas medidas políticas geram significados que demarcam a educabilidade dos discentes surdos e o status profissional dos sujeitos docentes, relacionando a funcionalidade deste jogo com o regime governamental do Liberalismo. Para tanto, este trabalho busca alicerce nas contribuições de Michel Foucault, utilizando a noção de dispositivo como utensílio metodológico e a noção de governamentalidade como ferramenta analítica. Outros aportes conceituais do filósofo, tais como discurso, relações poder/saber, poder disciplinar e biopoder, também são acionadas no decorrer da análise. A partir da realização deste estudo, foi possível descrever e analisar a criação da formação de professores para a educação de surdos no século XIX como um dispositivo de governamentalidade acionado pelo Estado Liberal. Tal problematização é viável a partir do entendimento de que, nessa conjuntura, a formação docente responde estrategicamente a uma urgência histórica precisa, qual seja, criar um regime de saber para os professores que permita ordenar a população escolar e produzir corpos surdos dóceis. Assim, a partir do investimento de poder acionado pelos processos de formação docente, fabricam-se professores e alunos surdos interessantes às demandas políticas desta racionalidade.

O PAPEL DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS

DIENE MELLO OLIVEIRA *
Universidade Estadual de Maringá
diene_embo@yahoo.com.br

SÔNIA ANA LESZCZYNSK
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
soniana@utfpr.edu.br

Apesar de existirem no Brasil, escolas que tinham o objetivo de dar formação para o trabalho, o ensino profissionalizante passa a existir oficialmente em âmbito nacional a partir de 1909 com o decreto nº 7566 assinado por Nilo Peçanha que criava ao todo 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em quase todos os estados do país. Apesar do esforço para formar trabalhadores, as instituições passaram por sérios problemas, que iam da escassez de materiais para as oficinas de trabalho e formação, a falta de contra-mestres que pudessem formar os alunos matriculados nestas instituições. Em 1946 um acordo de cooperação firmado entre Brasil e Estado Unidos conhecido como CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial), através do Office of Inter-American Affairs estabecessem convênio em prol do Ensino Industrial Brasileiro, assinado em 3 de janeiro de 1946 e entrando em vigor em 03 de setembro de 1946, pelo decreto-lei 9.724 estabelecia recursos da ordem de US$ 750.000,00. Tal acordo teve a duração de quase 17 anos. Sendo assim, foram quase duas décadas de influência americana na organização e funcionamento das Escolas Técnicas Industriais. A CBAI passa a ser não só um apoio à capacitação de professores para o ensino Industrial, mas uma instituição de suporte ao ensino técnico profissionalizante da época, que investia recursos na aquisição de equipamentos, recrutamento e capacitação de professores, diretores, orientadores e supervisores. Os treinamentos eram intensos e ocorriam no Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores (CPTP) da CBAI estar no Rio de Janeiro até 1957. a partir desta data até o término do convênio o Centro passa a funcionar na Escola Industrial de Curitiba. Em alguns casos, devido à distância entre as várias Escolas realizavam-se cursos por regiões do país. Um aspecto de extrema importância no citado acordo foram as viagens aos Estados Unidos que serviam para conhecer a cultura e modelo indústrial norte americana. Até janeiro de 1951, em torno de 50 professores e diretores das escolas técnicas tinham sido capacitados, sendo que todos haviam estagiado nos Estados Unidos e 600 professores tinham participado de cursos de capacitação em diferentes pontos do país. Apesar de todas as críticas que se possa fazer aos acordos bilaterais e a influência de organismos internacionais na educação brasileira, a CBAI contribui de forma expressiva para a organização e o funcionamento do ensino industrial brasileiro.

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ENSINO NO BRASIL SOB O PRISMA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

ISABELLE FIORELLI SILVA *
Universidade Estadual de Londrina
isabellefiorelli@hotmail.com

ELIANE CLEIDE DA SILVA CZERNISZ
Universidade Estadual de Londrina
elicleic@sercomtel.com.br

JOSÉ CARLOS DALMAS
Universidade Estadual de Londrina
dalmas@uel.br

O presente trabalho objetiva apresentar como evoluiu a democratização do ensino no, e estabelecer relação com os aportes financeiros destinados em cada período analisado, desde a década de 1930, até chegar ao contexto atual. A relação entre quantidade, qualidade e investimentos destinados à educação constituíram-se dialeticamente, ou seja, conflituosa, contraditória e historicamente delineada. Pretende-se explicitar que a democratização do acesso e da qualidade do ensino privilegiou ora aspectos quantitativos, ora qualitativos na evolução do sistema educacional brasileiro. Além disso, evidenciou-se que o conceito de qualidade que norteava as políticas educacionais de cada período apresentado, modificou-se de acordo com interesses político-econômicos eminentes. Percebeu-se também uma grande contradição entre os objetivos proclamados de melhoria da qualidade das redes de ensino e a falta de recursos disponíveis para garantir a efetivação de tal melhoria. Aos poucos fica evidenciado que tal descompasso se deu no contexto atual e, entre outros determinantes, sobressaem-se aos esforços brasileiros em cumprir os acordos internacionais de universalizar a educação básica e também melhorar seus resultados e sua qualidade. Entretanto, tal perspectiva de qualidade está atrelada à eficiência e produtividade, apresentando-se reducionista, por considerar eminentemente sua dimensão mercadológica e neotecnicista, tornando-se excludente, na medida em que adota mecanismos de competitividade e de diferenciação na gestão dos sistemas de ensino. Considerando que o financiamento da educação se constitui num dos determinantes fundamentais para a garantia da qualidade enunciada no âmbito legal, explicitamos e analisamos o mecanismo de fundos (FUNDEF e FUNDEB) implementados no Brasil a partir de 1997/98, por recomendações internacionais, que, de acordo com estudos realizados, demonstram que tal mecanismo que redistribui os recursos destinados à educação, não proporciona a gradativa melhoria das condições de qualidade das redes de ensino públicas e nem cumpre a promessa de equacionar o problema das desigualdades regionais do país. O processo de democratização da educação vem sendo realizado pelo norteamento de referências de cunho eficientista e quantitativo, onde os índices numéricos representativos dos ingressantes e concluintes da educação básica são referências para a tão propalada qualidade de ensino. A escola assume significado de promessa de inserção social, de conquista da cidadania que é reivindicada pelo mercado; promessa essa que está longe de ser cumprida se continuar consubstanciada pela lógica mercadológica e por padrões de qualidade pautados no neoliberalismo, que incentiva o mínimo de investimentos com o máximo de produtividade, pressuposto esse que não se aplica aos objetivos educacionais de apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos científicos construídos histórica e coletivamente, configurando

uma evolução humana, política e social.

O PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: MAIS TEMPO E MAIS QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO PAULISTA?

ADRIANA DE CASTRO *
Universidade Federal de São Carlos
adrianadecastro1@ig.com.br

ROSELI ESQUERDO LOPES
Universidade Federal de São Carlos
relopes@ufscar.br

No estado de São Paulo, no ano de 2006, foram implantadas mais de 500 Escolas de Tempo Integral (ETI) de ensino fundamental, na rede pública estadual. Este trabalho analisou a experiência de uma ETI, da Diretoria de Ensino da Região de Pirassununga, enfocando as possibilidades, os limites e os desafios encontrados pela equipe, no cumprimento dos objetivos propostos pelo projeto. A pesquisa empírica foi realizada numa ETI do município de Pirassununga, entre 2007 e 2008. Foram utilizados entrevistas e questionários para a coleta de dados junto aos pais, alunos, professores e gestores da escola. As médias obtidas pelos alunos das 6ª e 8ª séries da escola objeto da pesquisa, no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), foram utilizadas para elucidar questões relativas à suposta melhor qualidade educacional atribuída às ETIs. O material foi analisado à luz das referências de Gramsci, Manacorda, Paro e Cavaliere. Ainda não podemos afirmar que não houve melhoria do processo ensino aprendizagem com as ETIs, contudo, a extensão da jornada discente, na escola, não pode ser apenas uma questão de ampliação de tempo, mas de uma organização escolar que contemple as atividades obrigatórias e as atividades de livre escolha do aluno. O tema educação em tempo integral, nas escolas públicas brasileiras, é novo. As discussões e pesquisas acerca do tema são escassas, fazendo com que ele adquira uma importância ímpar no cenário educacional atual.

Palavras – chave: políticas públicas, educação de tempo integral, escola pública.

O PROJETO TAVARES LYRA E SUA PROPOSTA DE REFORMA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO. EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

LIGIANE APARECIDA DA SILVA *
Universidade Estadual de Maringá
lgnsilva@bol.com.br

MARIA CRISTINA GOMES MACHADO
Universidade Estadual de Maringá
crismach_cris@hotmail.com

Este trabalho busca analisar a Coletânea Documentos Parlamentares – Instrução Pública, enfocando as questões referentes à reforma do ensino secundário prevista no Plano Integral de Ensino, conhecido como Projeto Tavares Lyra. Este projeto, elaborado pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, autorizava o Governo Federal a reformar o ensino secundário e superior, ao mesmo tempo que propunha a promoção e difusão do ensino primário. Durante o período de dois anos, respectivamente, 1907 a 1908, o projeto foi elaborado por uma Comissão de Instrução devidamente constituída e discutido entre os parlamentares. A reforma do ensino secundário que, segundo o proponente, era assolado por uma crise, deveria priorizar os seguintes itens: reforma do Ginásio Nacional, com a divisão do curso em dois ciclos, sendo que o primeiro prepararia para o mercado de trabalho, enquanto o segundo formaria os bacharéis em Letras ou Ciências; extinção dos exames parcelados preparatórios e restrição da equiparação dos colégios privados por meio da instituição de um exame oficial final – denominado exame de madureza - com vistas ao ingresso nos cursos superiores; formação qualificada dos professores em Escolas Normais Superiores; admissão por concurso e fim da carreira vitalícia, bem como a contratação de delegados e auxiliares com a função de fiscalizar a aplicação da reforma nos estabelecimentos de ensino. A reforma teria seu início no Ginásio Nacional, servindo de modelo para os demais liceus do país. O projeto Tavares Lyra constitui-se em uma fonte documental pouco analisada, mas significativa para os estudos históricos da educação brasileira do início do século XX. Em relação ao ensino secundário, tencionava preparar a mocidade para a “vida moderna” e não somente habilitá-la para o ingresso no ensino superior, evidenciando a necessidade de uma formação adequada para o homem diferenciado que se a almejava formar em meio às transformações pelas quais passava o país, a saber, a organização do regime republicano, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a chegada dos imigrantes, além do processo de industrialização que aqui se iniciava.

ORIGENS RENASCENTISTAS DO ATUAL MOVIMENTO PEDAGÓGICO REFORMISTA E NEOLIBERAL DENOMINADO ENSINO REFLEXIVO

JOSÉ CARLOS ABRÃO *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
jabrao73@gmail.com

Nesta comunicação apresento, sob a forma de ensaio, resultados de um conjunto de investigações teórico-reflexivas em torno de um movimento que se iniciou pratica e quase simultaneamente ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo, a da hegemonia do financeiro sobre o produtivo, a partir da década de 70 do século passado: um movimento de caráter pedagógico que, entre outras denominações, costuma ser referido como ensino reflexivo. O objeto maior da investigação é o de procurar compreender, analisar, criticar e sugerir alternativas. O seu resulto está expandido em quatro momentos: 1) introdução, em que contextualizo o referido movimento; 2) questões metodológicas, onde a abordagem se prende ao desdobramento das implicações relativas ao uso instrumental da díade sincronia/diacronia, 3) o foco maior do ensaio: destacar os fios envolventes na tessitura ligada ao eixo “origens modernas-ensino reflexivo” com destaque para a contribuição de Montaigne; 4) algumas conclusões procurando enfatizar o lado pouco criativo do atual movimento ensino reflexivo em relação às propostas pedagógicas de caráter cético-reflexivo presentes nos Ensaios de um dos mais destacados ícones do nascente pensamento moderno.

OS ANTECEDENTES DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932)

SIMONE BURIOLI IVASHITA *
Universidade Estadual de Maringá
sivashita@yahoo.com.br

RENATA DE ALMEIDA VIEIRA
Universidade Estadual de Maringá
realvieira@gmail.com

O objetivo deste artigo é apresentar os antecedentes da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em março de 1932 e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de renovação educacional no país. Por meio da abordagem de aspectos históricos da época, em especial as reformas da instrução pública dos anos de 1920 ocorridas em São Paulo, Ceará e Distrito Federal, dentre outros estados, busca-se contextualizar as principais orientações contidas nesse documento. O recorte temático circunscreve-se especificamente em saber o quanto essas Reformas empreendidas puderam contribuir para a construção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no início dos anos 30. Para tanto, lança-se mão de estudos de autores brasileiros que se debruçam sobre a história da educação no período, bem como se utiliza do próprio texto do Manifesto publicado em 1932 pela Companhia Editora Nacional. Pode-se assinalar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi concebido por educadores empenhados em construir novas diretrizes para a política educacional brasileira, em busca da reconstrução do país por meio da educação. Nesse documento, verifica-se a defesa de uma educação pública, garantida pelo Estado, laica, gratuita e obrigatória, como também o fim da segregação entre os sexos, com a instalação da co-educação. Percebe-se que ao condenar a escola tradicional, entendida como demasiadamente literária, o texto do Manifesto sugere reformas importantes para a educação da época. Pode-se concluir que o Manifesto inova ao tratar a educação como problema social, indicando uma tomada de consciência pelos educadores. Seus resultados, porém, foram pouco sólidos, apesar do impulso no sentido da reconstrução educacional do país.

OS BACHARÉIS EM CIÊNCIAS E LETRAS DO LYCEU DE GOYAZ E LYCEU DE GOIÂNIA E SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL NO ESTADO DE GOIÁS DE 1906 A 1969

FERNANDA BARROS *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
fernandabarros32@yahoo.com.br

O Lyceu de Goyaz foi objeto de pesquisa no curso de mestrado intitulada Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937, os dados coletados foram úteis para concluirmos que a instituição educacional foi significativa para o Estado de Goiás durante os anos em que se dedicou ao ensino de humanidades. Esta é uma pesquisa em andamento realizada no doutorado, em continuação a pesquisas anteriores que tem como objeto os Lyceus de Goyaz e Goiânia, ambos mantidos pelo Estado de Goiás desde as suas criações em 1846 e 1936 respectivamente. O problema inicial da pesquisa é a investigação da real participação das instituições educativas na formação da cultura política e intelectual do Estado de Goiás durante o século XX, através de seus bacharéis, que depois de receberem o título secundário se enveredaram principalmente pelas carreiras liberais, altamente valorizadas no início do século XX. A delimitação espacial da pesquisa foi feita baseando-nos em características das instituições, o ano de 1906, equiparação do Lyceu de Goyaz ao Colégio de Pedro II e 1969 o ultimo ano de organização humanística do currículo destas instituições, que por tais características atendiam sobremaneira à elite financeira que procurava um futuro acadêmico, ao contrário da classe trabalhadora que não tinha condições de seguir carreiras que lhes exigissem tempo de maior de formação. A metodologia adotada é uma minuciosa coleta de documentos históricos, como documentos oficiais dos poderes executivo legislativo e judiciário de Goiás; um banco de dados de todos os ex-alunos que passaram pelas instituições, levando em consideração o ano de ingresso e não os ano de saída, já que a organização do sistema educacional secundário do Brasil na primeira metade do século XX dava possibilidades diversas aos alunos para o ingresso na universidade; e tambpem, documentos orais, coletados com ex-alunos, ex-funcionários e ex-professores do Lyceu. Como pesquisa em andamento, podemos apresentar somente resultados parciais de que a política e a intelectualidade do Estado de Goiás estão de fato ligadas ao Lyceu, o que nos falta responder é o quanto esta ligação e tornou efetiva.

OS CLUBES AGRÍCOLAS ESCOLARES NA PARAÍBA (1930-1934)

PRISCILLA LEANDRO PEREIRA *
Universidade Federal da Paraíba
priscilla_leandro@hotmail.com

ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO
Universidade Federal da Paraíba
acfp@terra.com.br

Este trabalho é conseqüência dos primeiros resultados da pesquisa que se encontra em andamento intitulada: Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba: interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937), parcialmente financiada pelo CNPq. O projeto tem como objetivo analisar o processo de implantação de políticas educacionais nos primeiros anos da Segunda República observando a sua dimensão social e cultural que marcou o início de um novo momento na história educacional paraibana. Tal aspecto esta centrado na discussão sobre as diferenças e semelhanças entre os grupos escolares e as escolas rurais. Esse dois tipos de instituição escolar fizeram parte de políticas estatais que redundaram na criação de duas “redes” de ensino que, articuladamente, pretendiam romper com o atraso do ponto de vista das práticas pedagógicas (ensino tradicional) e superar os elevados índices de analfabetismo que tanto assolavam o Brasil e a Paraíba em seu meio urbano e rural, isto é, no campo e na cidade. Todavia, aqui nos deteremos em analisar a experiência social relacionada aos Clubes Agrícolas Escolares vinculados, não raras vezes aos grupos escolares localizados na capital do Estado da Paraíba bem como em alguns centros urbanos do interior.

A base documental na qual se alimenta a nossa análise esta assentada, primordialmente, no Jornal A União, periódico este dos mais lidos e importantes no Estado da Paraíba. Entretanto, as mensagens dos presidentes/governadores enviadas para a Assembléia Legislativa, além dos relatórios elaborados pelos diretores da instrução pública são fontes que também muito tem nos auxiliado na reconstituição das grandes diretrizes políticas e educacionais propugnadas pelos “novos” donos do poder que passaram a gerir o Estado brasileiro a partir do Movimento de 1930. Tais aspectos, todavia, tem sido analisado tomando como referencial teórico gramsciano que nos possibilita compreender a história em seu movimento processual. Partindo do conhecimento mais geral sobre a formação econômica e social brasileira, articulada ao desenvolvimento do sistema capitalista, depreendemos como foram forjadas as relações de dominação no interior do Estado e do sistema educacional brasileiro.

Assim podemos concluir, mesmo que provisoriamente, que a implantação de escolas profissionalizantes agrícolas as escolas rurais e os clubes agrícolas escolares se constituíram importantes ações educacionais que visaram não somente contribuir para a diminuição dos índices de analfabetismo, mas concomitantemente, o de reelaborar uma cultura em que favorecesse a fixação do homem no campo mais preparado técnico e intelectualmente e conseqüentemente mais apto para atender as demandas oriundas do mercado e do próprio sistema capitalista.

PANORAMA ACERCA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS DA CIDADE DE ASSIS/SP NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

HERALDO MÁRCIO GALVÃO JÚNIOR*
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
heraldogalvao@yahoo.com.br

Na virada do século XIX para o XX, no Brasil, assiste-se a uma série de medidas que visam tornar mais eficiente e moderno nosso precário sistema público de ensino; assim, foram criados grupos escolares, ginásios oficiais e escolas normais em várias regiões do país; intelectuais renomados eram convidados a produzir livros didáticos e a legislação altera substancialmente conteúdos e métodos de ensino.

Há poucos levantamentos acerca da distribuição geográfica das escolas públicas ou privadas; no entanto, dados esparsos e incompletos sugerem baixos investimentos educacionais – públicos ou privados – nas zonas pioneiras. O Anuário do Ensino 1920/1921 apresenta a região de Assis como a penúltima do Estado em número de Escolas Isoladas. Distante da capital, a região da Alta Sorocabana parece receber as instituições educacionais que o governo estadual decide implantar em todo o território paulista. Assim, a história e os arquivos das mais antigas instituições educacionais da região – principalmente os grupos escolares que deram origem aos atuais EMEF “Dr. João Mendes Jr” (Assis, 1915) e EE “Adolpho Arruda Mello” (Presidente Prudente, 1925) – são particularmente importantes por revelar experiências e práticas educativas distantes dos projetos experimentais de vanguarda desenvolvidos nas cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, freqüentemente abordados por pesquisas acadêmicas.

Uma historiografia renovada da educação recupera fontes tradicionalmente relegadas ao esquecimento, tais como a literatura didática, os depoimentos orais de professores, os arquivos escolares; enfim, elementos que nos permitam visualizar o cotidiano das salas de aula. Sendo assim, pretende-se, nesse evento, apresentar os resultados iniciais de um projeto de pesquisa que visa organizar um banco de dados com as informações dos livros de matrícula do antigo Grupo Escolar “Dr. João Mendes Júnior” (1935-1959), que formam uma série documental rica em informações capazes de revelar o perfil social da clientela atendida, pois apresentam ano a ano o nome dos alunos matriculados, endereço, profissão do pai, nacionalidade e desempenho (aprovação/retenção); também visa realizar entrevistas com ex-alunos e ex-professores; tais dados podem fornecer categorias sociológicas para se pensar a quem serve a escola pública moderna e, eventualmente, desmitificar o seu “passado de ouro”. A data da criação, a localização, as características dos prédios e os índices de aprovação das mais antigas instituições educacionais da cidade sugerem que o esquecimento de algumas instituições, em contraponto ao enaltecimento de outras, pode ser um importante fator para a construção da imagem do “passado de ouro” da escola pública.

Dessa forma, se fez necessário, inicialmente, resgatar a história da cidade de Assis, visando encaixá-las nas políticas públicas da época, e de suas instituições de ensino na primeira metade do século XX, informações que serão apresentadas nesse evento.

PARCERIA INTERISNTITUCIONAL PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTO SOCIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO

MARILDA OLIVEIRA COSTA*
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
marildacosta@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a parceria interinstitucional na oferta do curso “Pedagogia da Terra” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), entre 1999 e 2003, focalizando as relações entre os sujeitos sociais envolvidos, principalmente entre a UNEMAT e o MST, também incluindo instituições e órgãos governamentais. Para tanto, faz uma análise das implicações, dessa parceria para as concepções de educação difundidas pelos meios oficiais e aquelas expressas no projeto de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O presente artigo analisa as concepções de educação tendo como referencial teórico-metodológico, autores que subsidiam propostas de formação na sociedade capitalista, quanto os que apontam para a superação deste modelo e a construção de outro modo de sociabilidade. Nesse sentido, o curso foi marcado por fortes embates e tensionamentos entre a universidade e o MST. A pesquisa, que levou em conta o contexto de crise do capitalismo e de reforma do Estado no Brasil a partir dos anos de 1990, foi conduzida por meio de análise documental e bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados apontaram para alguns avanços, limites e contradições relacionados com aspectos metodológicos, de gestão e das tendências teórico-metodológicas do Projeto Pedagógico do curso e aquelas que influenciam os trabalhos educativos do MST. Considera, ainda que haja interação entre os saberes dos Movimentos e da Universidade, sempre haverá o conflito e o trabalho educativo, por parte dos Movimentos, que vai além da base curricular tida como oficial e acertada por ambos.

PERÍODOS DE DESENVOLVIMENTISMO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICO-COMPARATIVA ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961) E DO GOVERNO LUIS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2008).

CAIO AUGUSTO PADILHA *
Unicamp
padilha.caio@hotmail.com

JORGE UILSON CLARK
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
jorgeclark1@yahoo.com.br

O presente artigo traz à baila uma análise histórico-comparativa entre as políticas educacionais do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2008). Para tal, estabelecemos uma breve rememoração do período nacional-desenvolvimentista, ressaltando aspectos considerados importantes acerca do contexto político da época e principalmente, focando no ideário que envolvia o campo educacional à época. Utilizamos este mesmo procedimento como base para analisarmos o atual governo e assim, estabelecermos um breve e hipotético comparativo entre dois períodos distintos da história, mas caracterizados pela lógica desenvolvimentista impulsionada por políticas de incentivo ao crescimento econômico e permeados pelo populismo, como característica marcante de seus governantes.

Procuramos ainda estabelecer uma análise que não levasse em consideração somente a elaboração destas políticas, mas também ressaltasse seus objetivos e suas conseqüências para a realidade brasileira.

Desta forma, ofertamos mais um estudo à Academia, retomando discussões acerca de um período ainda timidamente estudado (o nacional-desenvolvimentista) e promovendo o diálogo entre diferentes épocas no que diz respeito à história das políticas educacionais.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL (1931 A 2004): CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

RÉGIS HENRIQUE SILVA *
Universidade Federal de Goiás
regishsilva@bol.com.br

Este estudo tem como objetivo fazer um breve resgate histórico das Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação brasileiras, no período de 1931 a 2004, com o intuito de verificar os aspectos contextuais que determinaram suas diretrizes. Inicialmente, discutimos as Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação brasileiras, com destaque para a “inexistência” do IV Plano Nacional de Pós-Graduação, no período de 1990 a 2004. Em seguida, retomamos a denúncia dos baixos índices de investimentos, por parte, do Governo Federal em Ciência e Tecnologia, e por fim, demonstramos os altos índices de concentração regional do SNPG, com base em dados do ano de 2004. A discussão das Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação brasileiras foi articulada com o esquema de cinco grandes fases de organização do processo de criação e desenvolvimento desse nível de ensino, no País, no período estudado. É importante observar, que ao expormos esse breve histórico das Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação objetivamos demonstrar que o Governo Federal, no período de 1990 a 2004 realizou investimentos insuficientes, no setor de Ciência e Tecnologia do País, principalmente, na pós-graduação. Portanto, não pretendíamos aprofundar as discussões acerca destas questões, mas tão somente explicitar que este tratamento interferiu e ainda interfere nas atividades desenvolvidas pelos programas de pós-graduação no Brasil, e, estas interferências podem ser visualizadas, por exemplo: 1) no início tardio de atividades de pós-graduação, especialmente, na área de educação; 2) no limitado número de programas de pós-graduação em educação com linha de pesquisa em educação especial, além da concentração destes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e 3) também, no número limitado de vagas oferecidas nos cursos quando comparado com as demandas da sociedade. Além desses problemas os programas enfrentaram, não só durante o período de implantação, mas ao longo de todo o tempo de existência, condições pouco favoráveis à realização de pesquisas, tais como: corte de verbas destinadas ao financiamento de trabalhos científicos, à compra de equipamentos para laboratórios, ao pagamento de bolsas para pesquisadores, dentre outras, o que, inegavelmente, produziu reflexos na qualidade das pesquisas científicas desenvolvidas. Entretanto, apesar das inúmeras dificuldades e problemas apontados, não se pode deixar de reconhecer que o processo de criação e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, é dinâmico, e expressa diferentes tipos de interesses e contradições, assim sendo, também traz alguns avanços, como, por exemplo, o aumento no número de programas de pós-graduação e conseqüentemente da produção científica, crescimento do número de doutores atuando nas universidades e nos centros de pesquisas, aumento no número de artigos assinados por brasileiros em revistas internacionais indexadas, crescimento do número de menções aos trabalhos nacionais, criação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e etc.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): CENTRALIDADE DO ENSINO À DISTÂNCIA E ESVAZIAMENTO DO CONTEÚDO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS RECENTES

LALO WATANABE MINTO *
Unicamp
lalowm@yahoo.com.br

Neste trabalho pretende-se analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 pelo governo brasileiro, na perspectiva do papel nele exercido pela modalidade ensino à distância. Os procedimentos utilizados envolvem: a leitura e análise dos documentos oficiais nos quais estão expostos os objetivos do plano, atentando especificamente para aquilo que diz respeito ao ensino à distância, e da legislação referente à regulamentação do PDE como política pública da área educacional. O referencial teórico utilizado é o materialismo histórico, com o qual se pretende compreender o objeto em questão, não por sua lógica e coerência próprias, mas na sua vinculação com as reformas e as políticas educacionais brasileiras na forma como vêm se desenvolvendo nos últimos 15 anos. Em linhas gerais, as conclusões a que se pode chegar neste trabalho apontam para o lugar central ocupado pelo ensino à distância nas ações do PDE. Em especial, no que se refere às políticas de formação de professores, por um lado, e de expansão do ensino superior, por outro. Neste sentido, destacam-se algumas características essenciais já presentes na reforma dos anos de 1990: a precarização da formação e do trabalho docentes, a reafirmação de certas políticas e práticas de avaliação, a ausência de uma política de financiamento que resulte na criação de condições objetivas efetivas para implementação das ações propostas.

POLÍTICA EDUCACIONAL MATO – GROSSSENSE: A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM CORUMBÁ, SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (1928-1940)

ROOSILENNY DOS SANTOS SOUZA *
Universidade Católica Dom Bosco
roosilenny@hotmail.com

REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA
Universidade Católica Dom Bosco
reginacestari@hotmail.com

O objetivo desta pesquisa é investigar o processo de implantação do ensino secundário no município de Corumbá – importante entreposto comercial no início do século XX -, localizado no Sul do estado de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul), no âmbito da política educacional mato-grossense, o que requer tratar especificamente do Ginásio Maria Leite no recorte temporal que compreende 1928 a 1940, período em que se estruturou a referida Instituição Escolar. O estudo baseia-se em fontes primárias constituídas por leis, decretos, regulamentos, livros de Atas da Câmara Municipal de Corumbá, mensagens presidenciais e livros escolares. Os resultados iniciais mostram que em março de 1918, sob a iniciativa da professora Maria Leite Pedroso de Barros, tem início em Corumbá um curso secundário particular. Em 2 de junho de 1918 os professores Maria Leite Pedroso de Barros, Ciríaco Felix de Toledo e Henrique Valle fundam a “Sociedade Instrução Corumbaense”, com o intuito de viabilizar o ensino secundário particular em Corumbá, a fim de atender as expectativas da sociedade local que vislumbrava a efetivação desse grau de ensino. Contudo, somente ao final da segunda década do século XX, com a fundação do Ginásio Maria Leite em janeiro de 1928, sob a iniciativa do professor José de Souza Damy, o ensino secundário passou a ser oferecido permanentemente, superando a fragmentação e intermitência desse nível de ensino em períodos anteriores. Assim, seguindo a tendência de grande parte das instituições de nível secundário do Império e da Primeira República, o Ginásio Maria Leite começou como uma escola particular que mantinha suas atividades de ensino voltadas para os anseios da elite local. Em 1929 o referido Ginásio passou da responsabilidade da iniciativa privada para a responsabilidade do Poder Público Municipal e, finalmente, foi assumido pelo Poder Público Estadual em outubro de 1937, ampliando as possibilidades de acesso da população a esse nível de ensino.

POLÍTICA EDUCACIONAL MATO-GROSSENSE: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM MUNICÍPIOS DO SUL DO ESTADO (1910 -1930)

REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA *
Universidade Católica Dom Bosco
reginacestari@hotmail.com

Esta pesquisa, em andamento, busca compreender o processo histórico de implantação e consolidação das instituições escolares, no âmbito das políticas educacionais mato-grossenses, entendendo que essas instituições são determinadas pelas necessidades estabelecidas pelas relações entre os homens. O recorte espacial é o sul desse estado (atual estado de Mato Grosso do Sul criado em 1977, pela divisão do estado de Mato Grosso). Seu objetivo, neste trabalho, é analisar o processo de implantação dos grupos escolares em Mato Grosso, a partir da reforma educacional de 1910, na região sul do estado, no período de 1910 a 1930. O recorte cronológico se deve à Lei nº nº. 533, de 4 de julho de 1910 que reorganizou a Instrução Pública Primária de Mato Grosso, assim como ao Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, expedido por meio do Decreto nº. 265 de 22 de outubro do mesmo ano, que instituiu a criação dos Grupos Escolares, além do novo Regulamento da Instrução Pública, expedido por meio do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, que estabeleceu uma classificação das escolas, entre elas, as escolas reunidas. O estudo baseia-se em fontes primárias constituídas por leis, regulamentos, mensagens presidenciais encaminhadas à Assembléia Legislativa do estado, relatórios de inspetores, além de jornais da época. Os resultados mostram que: o discurso oficial dos gestores estaduais estava em sintonia com as políticas educacionais adotadas em âmbito nacional, que enfatizava a importância política e social da instrução pública, no sentido de superar os problemas existentes; a instauração dos grupos escolares, como um modelo inovador de organização escolar primária no Brasil, fez parte da política educacional do estado; os grupos escolares instalados nas principais cidades, por sua vez, com demanda por escolas, enfrentaram, inicialmente, problemas relacionados à infra-estrutura (prédio e mobiliário); enfim, que apesar do discurso da modernização, a expansão da educação primária no estado foi lenta e dependente das escolas isoladas, reunidas e particulares, sendo que a implantação da escola agrupada foi paulatina, ao longo do período.

POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE NO BRASIL PÓS 1990: CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO

FLÁVIA XAVIER CARVALHO *
Universidade Estadual de Maringá
flavia_social@hotmail.com

AMÉLIA KIMIKO NOMA
Universidade Estadual de Maringá
aknoma@uem.br

Este artigo aborda a política pública nacional para a juventude a partir de 1990. Tem o objetivo de analisar a configuração de tal política, visando ressaltar a sua vinculação com as de alinhamento neoliberal. Estabelece-se a interlocução com autores que vêm discutindo a temática e que lançam luz para a atribuição de significados aos principais elementos contidos em documentos pertinentes à política direcionada aos jovens. Ao adotar o método do materialismo histórico, analisa-se o objeto de estudo em articulação com o cenário histórico de referência da fase da mundialização do capital, das transformações sociais decorrentes da devastadora crise estrutural do capital e das soluções encaminhadas pela ordem hegemônica para a reprodução das relações sociais capitalistas e para a legitimação das estratégias de regulação social. Evidencia que a política para a juventude foi, e continua sendo, gestada e implementada em um contexto social marcado por lutas políticas de segmentos sociais diferenciados, contando com a participação de muitos autores e atores nacionais e internacionais. A partir dos anos 1990, passaram a assumir um direcionamento alinhado às políticas de cunho neoliberal para o combate à pobreza, focalizadas na juventude em situação de vulnerabilidade e que propalam a centralidade na educação para se alcançar o desenvolvimento juvenil.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDAR-EDUCAR.

DARLENE NOVACOV BOGATSCHOV *
Faculdade Unissa de Sarandi
darlenenb@wnet.com.br

JANI ALVES DA SILVA MOREIRA
Universidade Estadual de Maringá
professorajani@hotmail.com

O objetivo é analisar as políticas educacionais para o atendimento à infância no Brasil a partir de uma compreensão histórica sobre o processo de mudança na concepção de um atendimento assistencialista à infância para a fase da concepção atual que propala uma indissociabilidade entre cuidar e educar. Apresentam-se as raízes históricas do assistencialismo no atendimento á infância no Brasil diante das transformações oriundas do capitalismo e que definiram as políticas educacionais, bem como, o contexto da reforma educacional a partir da década de 1980. Destaca-se o aparato legislativo que regulamentou o atendimento à criança no Brasil. Tal compreensão permite uma reflexão sobre o momento atual de atendimento à infância no Brasil relacionando às políticas públicas implantadas por meio das recomendações das agências internacionais aos países em desenvolvimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DE ESCOLAS EXTINTAS

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lrochamagalhaes@gmail.com

ANA PALMIRA BITTENCOURT SANTOS CASIMIRO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
apcasimiro@oi.com.br

DANIELA MOURA ROCHA DE SOUZA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
danymrs@ig.com.br

RUY HERMANN ARAÚJO MEDEIROS
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
apcasimiro@bol.com.br

Relatamos uma medida de intervenção, já realizada, em arquivos de escolas extintas sob a guarda da Diretoria Regional de Educação e Cultura da nossa Região – DIREC-20, de acordo com os objetivos fins do Museu Pedagógico: de rastreamento, catalogação, preservação e musealização de quaisquer documentos, sejam eles escritos, sonoros, fílmicos ou fotográficos, considerados importantes para organizar a produção de conhecimentos e sobre a história da educação no município de Vitória da Conquista e região Sudoeste do Estado da Bahia. O Projeto adotou a perspectiva de Thompson (1981) que considera que o diálogo entre fontes documentais poderá desencadear interrogações às evidências, e Schaff (1978) que diz ser possível o acúmulo de verdades relativas; ou, ainda, do próprio Marx (1973 de que a partir do mais desenvolvido podemos entender o menos desenvolvido. Neste caso, especialmente, a equipe do Museu Pedagógico, a partir de referencial teórico-metodológico que privilegiou os pensamentos de Jameson, SH. (1964) e de Schellenberg, e a partir da realidade empírica das suas ações de pesquisa, diagnosticou uma necessidade imediata de intervenção em importante arquivo que abrigava os documentos escolares da Região Sudoeste, e pertencente à rede escolar estadual. O arquivo escolar da DIREC-20 encontrava-se instalado numa pequena sala, que integra conjunto de outras, alugadas pelo Estado e abrigava documentos de escolas públicas e particulares extintas. Tratava-se, praticamente, de um depósito de documentos, em vias de serem descartados. Considerando-se que não é possível a história sem fontes, e como os documentos ainda são as fontes históricas fundamentais, interferimos junto à Reitoria da UESB e à Coordenação Geral da DIREC-20, e apresentamos uma proposta a partir da qual a Equipe do Museu se comprometeu a acolher o arquivo da DIREC em seu próprio espaço. A partir do translado do acervo para o Museu, organizamos, musealizamos e digitalizamos os documentos pertinentes, para pesquisadores e pessoas da região, na demanda por sua história escolar. Com a preservação, ficaram centralizadas informações necessárias e prontamente disponíveis; Com a guarda, conservação, classificação e possibilidade de acesso aos dados documentais, alunos e professores poderão ter comprovantes de sua situação e direitos decorrentes de seus cursos. E, mais que isso, deixamos documentada parte da vida de pessoas, que têm direito de ver preservados comprobatórios biográficos, documentos que integram suas vidas e de seus semelhantes.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O ACESSO DO JOVEM AO MERCADO DE TRABALHO

ALESSANDRA HELENA WIEDERKEHR *
Pontifícia Universidade Católica Paraná
ciga@terra.com.br

Um dos desafios da sociedade atual é manter níveis aceitáveis de emprego e de desenvolvimento em bases sustentáveis e possibilitar a inclusão da população em padrões de vida e de cidadania característicos dos países desenvolvidos. A partir deste contexto, realizou-se o presente estudo, que teve o intuito de abordar o acesso ao mercado de trabalho por meio das políticas públicas educacionais. Teve como objetivo geral analisar os fatores educacionais que dificultam e/ou impedem a inserção do jovem no mercado de trabalho. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada a quatro jovens que foram encaminhados ao mercado de trabalho formal (e que tiveram 10 ou mais entrevistas negadas), a seus pais e a cinco empresários ou seus representantes. O estudo demonstrou que a parceria entre as famílias e a escola tem ações diferenciadas para cada entrevistado, mas que a trajetória escolar revela um descompasso entre as expectativas dos pais e o resultado obtido. Chama-se a atenção para a necessidade de uma revalorização epistemológica do espaço escolar, de sua natureza e de suas transformações por meio das experiências educativas e seus movimentos sociais, a fim de que o jovem conheça a origem social de seu sofrimento de não conseguir adentrar o mercado de trabalho. Foi possível constatar que, no Brasil, o acesso à educação e ao trabalho por meio das políticas públicas educacionais acompanha a história política do país e que se faz essencial a elaboração de novas ações educativas que tragam respostas às dificuldades que as políticas educacionais enfrentam, sobretudo no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho.

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: FORMA DE SUPERAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL?

MARLEIDE RODRIGUES DA SILVA PERRUDE *
Universidade Estadual de Campinas
perrude@sercomtel.com.br

ANA LUCIA FERREIRA AOYAMA
Universidade Estadual de Londrina
aoyama@uel.br

ELIANE CLEIDE DA SILVA CZERNISZ
Universidade Estadual de Londrina
elicleic@sercomtel.com.br

Este artigo visa discutir como as políticas para a educação a partir de encaminhamentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras agências internacionais assumem o papel de apaziguadoras da questão social. O contexto de estudo centra-se no cenário da educação pós década de 1990. A análise foca alguns documentos propostos pelas agências internacionais, com vistas à compreensão de como tais organismos têm orquestrado um discurso em prol da educação como redentora da questão social, dos problemas com origem na exclusão e na violência, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil. O estudo ancora-se em análise documental, sendo realizada a análise de conteúdo dos textos e fontes selecionadas. Nesta perspectiva, apresentamos dados sobre o discurso produzido por tais agências no que tange a orientações, discursos e ações voltadas às políticas educacionais, com vistas a promover uma educação que forme um homem pacífico, solucionador de problemas contemporâneos e o cidadão necessário à governança democrática.

POLITICA EDUCACIONAL NO CAMPO: ESPAÇO DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO

APARECIDA DO CARMO LIMA*
Universidade Estadual de Maringá
cidaems@gmail.com

MARCOS PEREIRA COELHO
Universidade Estadual de Maringá
prof_marcoscoelho@yahoo.com.br

ROSANA VASCONCELOS VITO
Universidade Estadual de Maringá
rosana.vito@yahoo.com.br

Neste escrito busca-se a compreensão de elementos históricos que articulam-se à política educacional na materialidade do campo brasileiro. Com objetivo de entender o contexto das públicas de Educação do Campo, e a ação dos sujeitos do campo para a efetivação de práticas educativas nas áreas de Reforma Agrária. Aborda-se o contexto de constituição das práticas educativas no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se articulam em parte, por meio de políticas públicas de educação com subsídio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Em específico para os processos formativos no MST/PR, em função de possibilitar a formação técnica em Agroecologia dos sujeitos do campo. Cuja perspectiva é que os estudantes e egressos contribuam na organização da produção nas áreas de Reforma Agrária e Comunidades Camponesas. A partir dos elementos acima, situa-se a particularidade de uma prática pedagógica da Escola Milton Santos, localizada no município de Maringá, no estado Paraná, como um dos processos articuladores de formação de técnicos em Agroecologia.

PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA: DOS PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE

LÍLIAN DAYSE FRÓES TAVARES *
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
liliandftavares@yahoo.com.br

MARIA APARECIDA SILVA
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
masilva46@oi.com.br

Este artigo é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, que verifica relações entre conhecimentos prescritos e conhecimentos construídos no exercício das atividades diárias de trabalho de jovens e adultos com deficiência em uma empresa de Minas Gerais. Inscreve-se, teoricamente, no âmbito do debate sobre Trabalho e Educação. Alinha-se como estudo das políticas públicas de inclusão profissional de pessoas com deficiência; como reflexões acerca da educação no processo de inserção e permanência de jovens e adultos com deficiência no mercado formal de trabalho; e como possível estudo de interesse da área de História da Educação, ao resgatar visões sociais, práticas educacionais e laborais dispensadas às pessoas com deficiência no Brasil, dos primórdios à contemporaneidade. Indagações norteiam o artigo: serão as políticas públicas de inclusão profissional de pessoas com deficiência expressões de processo de refuncionalização das demandas dos movimentos sociais das décadas de 60, 70 e 80 do século XX? Serão as políticas públicas de formação profissional dessas pessoas demandas do estágio de acumulação flexível do capital e, ainda, resultados de pressões de organismos internacionais? Para respondê-las, empregam-se procedimentos da hermenêutica. As verificações das transformações econômico-sociais e das políticas do final do século XX e início do século XXI – suas continuidades e rupturas – ancoram-se em autores clássicos e contemporâneos críticos. Entre os resultados do estudo, destaca-se que: na área da educação, especificamente das pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, a legislação existente representou, sem dúvida, avanços, embora a realidade esteja ainda muito aquém dos anseios da sociedade que almeja uma vida mais digna e justa para estas crianças, jovens e adultos; a pedagogia e as práticas da exclusão têm origens remotas e condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico; apesar da legislação brasileira ter avançado muito nas últimas décadas, os órgãos responsáveis ainda não têm conseguido implementar, de forma efetiva, as ações prescritas em lei; as políticas públicas de inclusão profissional de pessoas com deficiência são expressões do processo de refuncionalização das demandas de movimentos sociais nacionais, bem como resultado de pressões de organismos internacionais; as políticas públicas, a partir da década de 90 são respostas atrasadas às demandas sociais e contemplam atualmente a inclusão das pessoas com deficiência, apenas de forma compensatória.

PROGRAMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE NOVENTA: A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL

ADREANA DULCINA PLATT *
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
adplatt1@hotmail.com

MARCI BATISTÃO
Universidade Estadual de Londrina
marcibatis@hotmail.com

Este artigo tem por objetivo resgatar histórica e conceitualmente os principais programas educacionais que durante toda a década de noventa foram fomentados pelo governo federal e articulados pelo Ministério da Educação enquanto medidas segundo a reforma da educação proposta em todo este período. Da mesma forma empreendemos a análise crítica desta agenda frente ao processo de reestruturação da agenda econômica proposto pela articulação da Nova Direita. Foram sistematizados e estudados cinco grandes blocos de programas e mais detidamente os Programas de Apoio Financeiro, Alimentar, à Saúde, à Escola/alunos e às Famílias e os Programas de Correção de Fluxo. O estudo conclui que as políticas educacionais na década estuda visam a inclusão dos indivíduos que historicamente se pautam à margem da distribuição de riquezas, da atividade laboral e do acesso a bens e serviços sociais; porém, que essas políticas são essencialmente paliativas, buscando eliminar os conflitos sociais e apenas aliviar a extrema pobreza da população, porquanto é gerenciada pelo viés sistêmico da relação custo-benefício.

RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

ELISABETH ROSSETTO *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
lisath2006@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo faz uma breve análise da trajetória histórica do ensino superior no Brasil, com ênfase nas políticas públicas de inclusão no ensino superior. Tem como objetivo investigar como vem ocorrendo o processo de inclusão da pessoa com deficiência neste nível de ensino. Para tanto, utiliza-se dos documentos oficiais que tratam do acesso e da permanência do aluno com deficiência no referido nível de ensino e que, consequentemente, influenciam as políticas educacionais relativas às Universidades Brasileiras. Parte-se do pressuposto de que a legislação que assegura os direitos da pessoa com deficiência funcionam, também, como elemento desencadeador de seu processo de inclusão. Acredita-se que as leis se constituem em uma ação política de acesso e democratização do ensino superior e está em consonância com os princípios constitucionais, na garantia dos direitos das pessoas com deficiências. Isso, no entanto, não tem sido o suficiente, para assegurar o acesso e a permanência desses alunos na Universidade. Os resultados evidenciam a ocorrência de dificuldades que se concentram no processo de ensino-aprendizagem desses alunos e a necessidade de se investir na qualidade do ensino destinada a estes alunos, ou seja, em sua formação.

REFORMA EDUCACIONAL E IDENTIDADE PROFISSIONAL: O CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DE CUIABÁ NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM MATO GROSSO NOS ANOS 1960

MARCIA SANTOS FERREIRA *
Universidade Federal de Mato Grosso
msf@ufmt.br

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o processo de profissionalização docente ocorrido no estado de Mato Grosso através da análise e interpretação das mudanças introduzidas pelas atividades do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá na identidade profissional dos professores que atuavam no ensino primário mato-grossense durante os anos 1960. Criado no contexto da reforma do ensino primário promovida pelo governo presidencialista de João Goulart (1963-1964) e mantido em funcionamento após o golpe militar de 1964, o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá caracterizou-se pelo oferecimento de cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas como “leigas”. A pesquisa documental realizada para a elaboração deste trabalho envolveu a consulta a periódicos e relatórios de atividades produzidos por órgãos subordinados ao Ministério da Educação, assim como a artigos de jornais em circulação no estado de Mato Grosso e a depoimentos de professoras que atuavam no magistério primário em diversas regiões deste estado nos anos 1960. A análise destes documentos buscou a identificação dos seguintes elementos: os diversos papéis estabelecidos para o Centro de Treinamento do Magistério nas propostas de reformas educacionais promovidas pelo governo federal durante o período em estudo; a forma como estas propostas se concretizaram, ou seja, as atividades efetivamente realizadas pelo Centro no contexto político e educacional mato-grossense; a divulgação destas atividades pela mídia impressa local; e, o significado destas atividades para os diversos segmentos do magistério que atuavam no ensino primário e na administração educacional no estado de Mato Grosso. A interpretação aqui sugerida toma as atividades do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá como uma expressão das tecnologias da reforma educacional colocadas em prática ao longo dos anos 1960, entendidas não apenas como veículos que funcionaram para a introdução de mudanças técnicas e estruturais da organização do ensino, mas também como mecanismos que atuaram para reformar a identidade dos professores do ensino primário, ao mudarem o significado do que é ser professor. O foco desta interpretação, portanto, direciona-se para as mudanças das relações e subjetividades, enfatizando a nova configuração disciplinar que surgiu a partir das reformas, dotada de novos valores, novas identidades e novas formas de interação. As atividades do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá emergem, a partir desta perspectiva, como participantes do processo de profissionalização do magistério do ensino primário mato-grossense, ocorrido ao longo dos anos 1960, que envolveu a introdução de modificações significativas nas relações hierárquicas e nos procedimento de motivação existentes à época.

REFORMAS EDUCACIONAIS E A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

DANIELA MIRANDA MARQUES *

prof.danimiranda@gmail.com

ALISANGELO APARECIDO DOS SANTOS

alisangelo@hotmail.com

MARCILENE ROSA LEANDRO MOURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
marcia.moura1972@uol.com.br

PRISCILLA SILVA LOPES

priscilla_slopez@yahoo.com.br

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, apresentou e implementou no ano de 2008 uma Proposta Curricular para todas as escolas da rede pública estadual. Esta Proposta amparada na distribuição de materiais gráficos indicam os conteúdos a serem trabalhados, a atuação dos professores, os objetivos a serem alcançados e a forma que os alunos devem ser avaliados após determinados períodos. Neste sentido, este artigo traz o seguinte questionamento: A proposta curricular apresentada pela SEE/SP atende às determinações de organismos internacionais e conseqüentemente das reformas educacionais ocorridas na década de 90 do Século passado? Na tentativa de iniciar esta discussão apresento num primeiro momento informações gerais sobre a Proposta Curricular. Num segundo momento, por meio de pesquisa bibliográfica, tentar relacioná-la às determinações de organismos internacionais - como, por exemplo, o Banco Mundial – e consequentemente às definições da reforma educacional ocorrida nos anos 90 do Século passado, fazendo ainda de forma preliminar uma breve discussão sobre o trabalho do professor e questões relacionadas à autonomia e precarização do seu trabalho.
.

REGULAÇÃO DO TRABALHO EDUCACIONAL ATRAVÉS DOS PLANOS DE CARREIRA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE DE 1948 A 2003

MARIA CONSOLAÇÃO ROCHA *
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
tuca564@ig.com.br

Neste artigo analisamos o Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Para uma melhor compreensão dos avanços e recuos das políticas governamentais de valorização dos/as profissionais da educação da capital mineira, consideramos as diversas propostas apresentadas seja pelo poder executivo, legislativo ou a própria categoria.

A preocupação em normatizar o trabalho dos servidores municipais, no geral, e da educação, em particular, está presente no processo de constituição da capital mineira, através de legislação municipal, desde 1898. Entre as regulações específicas da educação destacamos, neste artigo, as legislações a partir de 1948, o Regulamento do Ensino Primário Municipal de 1954, os anteprojetos de Estatuto dos Servidores das Escolas Municipais de 1985 e 1992, e o Plano de Carreira dos Servidores da Educação, de 1996.

O histórico dessas regulações é organizado em momentos: as regulações do trabalho no setor educacional de 1948 até a década de 1970; as regulações do trabalho no setor educacional na década de 1980; as regulações do trabalho no setor educacional na década de 1990.

Por último, analisamos o atual plano de carreira dos/as profissionais da educação de Belo Horizonte, buscamos sintetizar as propostas dos/as profissionais que foram incorporadas e apresentamos nossas considerações acerca dos limites, perspectivas e as demandas da categoria que continuam em curso.

PALAVRAS-CHAVE: plano de carreira da educação, valorização do magistério, regulação das relações de trabalho

SER NORMALISTA, SER PROFESSORA NOS “ANOS DOURADOS”:MEMÓRIAS DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO TRIÂNGULO MINEIRO NAS

CLARISSA BETANHO INÁCIO *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
clarissabinacio@terra.com.br

BETÂNIA OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
betanialaterza@netsite.com.br

ELIZABETH FARIAS DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
lizbet@uol.com.br

LUCIA DE FATÍMA VALENTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
valentelucia@yahoo.com.br

MARIA ANGELICA PEREIRA BASTOS
universidade federal de uberlandia
angelicamariapereira@hotmail.com

VALÉRIA APARECIDA DE LIMA
Universidade Federal de Uberlândia
valima44@hotmail.com

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla denominada “Modernidade e Educação pública no interior do Brasil: Estudo de caso no Triângulo Mineiro (1930-1950)”, aprovada pela FAPEMIG. Tem como escopo a análise das relações entre a formação docente, os saberes e as práticas pedagógico-culturais produzidas no ensino primário nas décadas de 1940 a 1950 na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais. O período ora citado, que vai da década de 1940 até o final da década de 1960 é considerado pelos historiadores como a era “de ouro” ou “anos dourados”. A metodologia utilizada foi entrevistas semiestruturadas estabelecendo com os sujeitos a interlocução sobre a cultura escolar compreendendo que a mesma é própria da instituição e possui suas especificidades instauradas no interior das escolas, transitando de alunos e professores, de normas a teorias. Numa forma geral, engloba tudo o que acontece no interior da escola. O registro das narrativas possibilitou analisar e compreender as seguintes questões: A formação da professora primária deste estudo foi realizada majoritariamente em Escolas Regionais ou em Institutos de Educação? Qual a influência de tal formação na prática pedagógica das mesmas? Como era o Currículo do Ensino Normal no primeiro ciclo e no segundo ciclo? Quais eram disciplinas predominantes no Currículo? Como eram as normas de conduta para as professoras primárias daquela época? Como era o comportamento da professora primária na sociedade? Qual(is) a(s) principal(is) fonte(s) de saberes das professoras e como esses saberes eram ressignificados e mobilizados no cotidiano escolar? Como são concebidos os conteúdos didáticos válidos e obrigatórios para aquele contexto histórico? Quais os significados e sentidos que as educadoras atribuem ao ensino primário daquela época? Qual a relação de gênero e formação docente? A investigação da pesquisa revelou que os saberes e práticas

re/construídas no ensino primário guardam significativa relação com o cotidiano vivido pelas professoras e sua prática cultural. Percebe-se que as histórias pessoais, a formação docente e as condições de vida e trabalho de cada professora interferem direta e/ou indiretamente na re/constituição dos saberes e das práticas pedagógico-culturais. Assim essa pesquisa além de trazer novos elementos para o debate acerca da formação de professores trás também o significado histórico da docência no ensino primário nos meados do século XX.

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E DESCENTRALIZAÇÃO: ENTRE A LDB 4.024/61 E A LDB 9.394/96 – PERCURSOS PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
oseias.ol@uol.com.br

ANA PAULA COLARES FLORES MORAES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
acolaresflores@yahoo.com.br

CLARICE ZIENTARSKI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
claricezientarski@yahoo.com.br

DANIELE RORATO SAGRILLO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
danielesagrillo@yahoo.com.br

NEILA PEDROTTI DRABACH
Universidade Federal de Santa Maria
neila.drabach@yahoo.com.br

SUELI MENEZES PEREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
sueli@ce.gmail.com

A proposta deste trabalho é investigar as políticas de organização dos Sistemas de Ensino Brasileiro no contexto da LDB 4.024/61 e da LDB 9.394/96 e as interferências sofridas no percurso de discussão e implementação das mesmas, em especial na atual perspectiva de descentralização proposta pela legislação federal. Busca-se uma revisão contextual dos antecedentes históricos que delimitam a discussão e elaboração destas legislações educacionais, bem como os reflexos dos condicionantes políticos e econômicos no processo de redemocratização da educação nacional. As temáticas referentes à constituição dos sistemas de ensino, descentralização, gestão democrática e autonomia inserem-se nos debates e estudos efetivados no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional – UFSM/RS, que objetivam discutir a definição e implementação das concepções educacionais recentemente estabelecidas e que se situam no contexto macro das políticas neoliberais. Tendo como base empírica a legislação educacional do período de 1930 aos dias atuais, a análise pauta-se em uma abordagem crítico-dialética, possibilitando um olhar retrospectivo e reflexivo sobre as políticas que delimitam a redução do papel do Estado no atendimento das demandas sociais, dentre elas a educação. Como esta construção se efetiva, a partir dos dispositivos legais e se consolida na prática educacional brasileira, é tarefa a ser investigada, considerando que a necessidade de implementação dos Sistemas de Ensino e a aposta na descentralização com forte apelo ao envolvimento local são apresentadas na Constituição Brasileira de 1988. A Carta Magna, discutida e elaborada num período de confluência entre projetos sociais democráticos e interesses neoliberais, reflete intenções e ações de uma sociedade que se liberta das amarras ditatoriais e antidemocráticas, ao mesmo tempo sofre os impasses dos interesses do capitalismo, o que se reflete nas normativas educacionais.

UMA ANÁLISE DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS E LEGAIS DO ENSINO OBRIGATÓRIO NO PAÍS E DE SUA AMPLIAÇÃO PARA NOVE ANOS

MARCELO LUIS RONSONI *
Universidade Federal de Santa Maria
marceloufsm@hotmail.com

A ampliação do Ensino Fundamental traz no seu bojo reflexões que possibilitam problematizar a história, para que possamos seguir novos rumos, agindo de maneira diferente sobre a educação no momento presente. Assim sendo, torna-se imprescindível o constante estudo dos aspectos históricos e legais da implantação dessa política pública, bem como seus antecedentes, a fim de dar continuidade à discussão compreendendo as bases que a sustentam numa perspectiva social, ideológica, política e cultural. Nesse texto trazemos uma revisão em termos de políticas públicas através da análise da legislação educacional, documentos produzidos pelo Ministério da Educação e Pareceres elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, para melhor visualizar o processo que envolve a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. O objetivo desse trabalho é analisar os antecedentes históricos e legais do ensino obrigatório no país, trazendo para discussão aspectos da legislação brasileira que se referem, direta ou indiretamente, à questão da mudança no Ensino Fundamental e o ingresso da criança de seis anos no primeiro ano, uma vez que a implementação da política dos nove anos do Ensino Fundamental depende de fatores políticos, sociais e educacionais. Por estas razões se julga necessária a compreensão da trajetória dessa implantação, através da análise dos dispostos nos documentos legais.

UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS PCN NO BRASIL

MARIA JOSELIA ZANLORENSE *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
mjzanlorense@hotmail.com

MICHELLE FERNANDES LIMA
Universidade Estadual do Centro-Oeste
mfernandeslima@yahoo.com.br

Este artigo é parte da pesquisa de conclusão do Curso de Pedagogia, intitulada: Uma análise sobre a formação dos Professores nos documentos dos Parâmetros em Ação. Uma abordagem necessária nesta pesquisa foi a contextualização das políticas educacionais na década de 1990, momento este em que se deram as reformas educacionais e a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases Nacionais 9.394/96, culminado na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, assim como a sua divulgação em todo o território nacional, objetivo deste artigo. Pertinentes a tais questões, consideramos também a influência dos organismos internacionais, assim como a implantação dos ideários neoliberais no modelo educacional brasileiro.

UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DE LUTA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SALTO CAXIAS NO SUDOESTE PARANAENSE

MARCO ANTONIO BATISTA CARVALHO *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
marcoab_carvalho@yahoo.com.br

RESUMO:
A história que envolve as lutas de classes minoritárias pode ser observada por vários aspectos, entretanto, a luta pelo direito a educação, quando organizada, revela-se bandeira capaz de aglutinar espaços outros de conquista. O presente trabalho se propõe a revelar parte de um movimento reivindicatório em prol da educação de um grupo social marcado pela desapropriação de suas propriedades em função da construção de uma hidroelétrica e seu reassentamento em outra localidade. Deste movimento de luta se faz o registro da criação da CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, um autentico movimento popular autônomo que objetivou reunir, esclarecer e organizar direta e indiretamente a população atingida pela barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no Sudoeste do Estado do Paraná. Uma vez instituída, a comissão na luta por benefícios às famílias assentadas, prioriza as áreas da saúde e da educação. Assim, fruto destes embates, há o registro de varias conquistas, dentre estas, o movimento consegue que sejam construídas duas escolas no reassentamento. Assim, este artigo, ao tratar deste percurso, vivenciado por este contingente de reassentados, revela a importância do movimento coletivo em prol de melhorias e como, no interior do próprio movimento, a educação é elencada como potencializadora do crescimento e fortalecimento de outras ações em prol de novas frentes de lutas por outros benefícios. Para estas análises, que em um primeiro momento se detiveram no campo educativo, foram tomados como fonte primária os projetos político pedagógico das escolas e a fala dos diretamente envolvidos com a idealização, estruturação e trabalho efetivo nas escolas que foram criadas.

UM MOMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL DE IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO DE PEDAGOGIA PARA PROFESSORES EM SERVIÇO: A UNIVERSIDADE SE ASSUMINDO COMO UM ESPAÇO HISTORICAMENTE PRIVILEGIADO PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

MIRIAM DARLETE SEADE GUERRA *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
miriamseade@hotmail.com

Este texto foi elaborado para contextualizar historicamente o momento político e educacional vivido antes, durante e após a implantação do Curso de Pedagogia para professores em exercício do magistério, do Programa Interinstitucional de Formação de Professores em Serviço (PIFPS), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Aquidauana (CPAQ), em 1999, que foi o objeto de estudo de minha tese de doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Para entender a implantação do curso de Pedagogia fez se necessário retomar a discussão em torno da valorização do magistério, que perpassa pela formação do professor, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, passando pela LDB 9394/96, chegando ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS) de 2003. Ficando assim registrado que a legislação em vigor no momento da implantação e da operacionalização do Curso de Pedagogia, e a que veio posteriormente, atribuía uma importância histórica a formação profissional do professor do Ensino Fundamental. De onde, depreende-se que para se ter uma educação comprometida com a formação para a cidadania, é preciso criar uma ampla, sólida e significativa rede de formação. Depois de traçar esse percurso histórico é possível perceber que a UFMS reafirma, pelo menos no Brasil, as universidades como espaço historicamente privilegiado para formação dos profissionais da educação (e dentre estes os professores), uma vez que é na universidade que podemos encontrar as possibilidades de uma prática que inter-relacione pesquisa, ensino e extensão, apresentando assim uma alternativa concreta de se enfrentar as propostas de desqualificação da formação docente

Eixo Temático:
História, trabalho e educação

A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA EM PATOS DE MINAS/MG: A UNIÃO DOS ESTUDANTES PATENSES - UEP (1958)

GEENES ALVES DA SILVA *
Universidade Federal de Uberlândia
valentimareado@hotmail.com

A União dos Estudantes Patenses (UEP) foi fundada em 1958, conseqüência do processo de constituição do movimento estudantil secundarista em Patos de Minas. Para compreendê-lo, é necessário analisar a origem e a evolução da escola patense, bem como a influência exercida pelo Centro Cultural Rui Barbosa (CCRB), fundado em 1954, e pelo Padre Almir, ordenado na cidade em 1956, nas ações empreendidas pelos estudantes. A imprensa também foi importante nesse processo, pois além de publicizar as ações estudantis também deu credibilidade às mesmas, uma vez que o principal veículo de comunicação usado pelos estudantes foi um jornal da Igreja católica, de ampla circulação na cidade no período em questão. Fundada a UEP, os estudantes procederam à elaboração de seus Estatutos que, carregados por valores típicos de uma cidade provinciana, consolidaram a formação de sua identidade, qual seja, tradicionalista e conservadora.

“EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DAS ONGS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: APARELHO HEGEMÔNICO OU CONTRA-HEGEMÔNICO?”

MARCOS ROBERTO LIMA DE*
UNICAMP
lima2782@terra.com.br

Este projeto se propõe a realizar uma análise descritiva e comparativa de projetos educacionais realizados por ONGs da região metropolitana de Campinas a partir do início dos anos 90, período concomitante à implementação das Reformas Educacionais em consonância com as novas diretrizes econômicas neoliberais. Tais orientações constituíram-se como tentativa de se forjar uma saída ao capital para sua crise estrutural, por meio da implementação da reestruturação produtiva, das privatizações e a política do Estado mínimo, criando todo um processo de (des)sociabilização cuja crítica se faz imprescindível para a desfetichização das formas de representação, destacando-se o “terceiro setor” e o culto ao comunitarismo, impostos através da “pedagogia do consenso” aplicada por este Estado educador. A educação nesse contexto tem um importante papel para o capital, uma vez que as transformações na base produtiva através da reestruturação flexível e a maior dependência da ciência no processo produtivo têm se caracterizado pela grande liberação da força de trabalho humana impondo novas relações sociais.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO COTIDIANO DO TRABALHADOR

ANA LUCIA TOMAZ CARDOSO *
Universidade Estadual de Campinas
fcardoso@teracom.com.br

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO COTIDIANO DO TRABALHOR

Ana Lucia Tomaz Cardoso/UNICAMP

O presente texto tem por objetivo contribuir no debate sobre a Educação Pública brasileira, centrando a discussão na Educação Permanente, tema recorrente nos documentos orientadores da UNESCO, a partir dos anos 1970, tendo como fio condutor a questão escolarização versus in(ex) clusão no mundo do trabalho, no contexto da globalização do capital. Considera-se tal procedimento necessário porque se parte do pressuposto de que as questões tratadas nesta pesquisa devem ser contextualizadas no tempo e no espaço histórico em que foram produzidas para que a análise possa ser realizada por mediações entre as esferas do particular e da totalidade. A Educação Permanente apareceu como uma nova perspectiva de educação no intuito de aproximar a escola dos indivíduos, quebrando limitações temporais e abrindo espaço nas escolas ao meio social, político, econômico e cultural no qual o individuo está inserido. Para que isso ocorra se fará a análise dos documentos selecionados, estabelecendo um diálogo crítico com as fontes primárias e secundárias, buscando apreender os fundamentos teóricos e ideológicos nelas enunciadas para ao final, traçar um perfil da educação permanente e sua influência na educação de jovens e adultos no Brasil, visando apreender o controle social que o capital exerce no mercado de trabalho e nas políticas educacionais.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO NOROESTE SUCROALCOOLEIRO DO ESTADO DO PARANÁ E OS IMPASSES NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO

RITA DE CÁSSIA PIZOLI *
Faculdade Esatdual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí
ritacpizoli@hotmail.com

O presente artigo tem como objeto as políticas de Educação Profissional formuladas a partir da promulgação do Decreto nº 5154-2004 pelo MEC- Ministério da Educação e Cultura do Brasil e sua articulação com as políticas educacionais para essa modalidade, expressas em documentos produzidos, publicados e divulgados pela SEED- Secretaria de Educação do Estado do Paraná e pelos estabelecimentos de ensino que ofertam Educação Profissional nos municípios da Região Noroeste do Paraná . Busca-se explicitar vinculações com questões econômicas, políticas e culturais da fase financeira de desenvolvimento do capitalismo mundial, bem como sua expressão durante a última década, na região delimitada. Pretende-se compreender o processo de implementação das políticas para o ensino profissional numa região marcada pela economia crescente do setor de produção sucroalcooleiro, considerando as relações entre educação e trabalho e as forças entre as diversas classes, forças e grupos sociais presentes nesse contexto. O artigo apresenta os impasses dos principais cursos de educação profissional pesquisados durante o ano de 2008 na região delimitada, incluindo cursos integrados e subseqüentes ao Ensino Médio, PROEJA e cursos do Programa Escola de Fábrica.

A ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA DE SOROCABA - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DE SEU ALUNADO E GRADE CURRICULAR(1929-1942)

JOSÉ ROBERTO GARCIA *
UNIVERSIDADE DE SOROCABA
jrmfgarc@dglnet.com.br

Esta pesquisa tem como objetivo fornecer subsídios para entender a origem, a instalação, a evolução e as mudanças ocorridas no ensino de uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo - a Escola Profissional Mixta de Sorocaba – durante o período de 1929-1942. O trabalho não pretendeu estudar exaustivamente a instituição, limitando-se a priorizar dois aspectos: (a) identificar a origem do alunado da instituição, e, o perfil ocupacional dos responsáveis pelos alunos; e, (b) caracterizar os cursos realizados no período escolhido. A periodização estipulada – 1929-1942 - abrange desde o início de funcionamento da instituição e se estende até o surgimento, e a equiparação da instituição, de uma nova organização para o ensino profissional no país, organização essa promovida pelo Decreto-Lei Federal número 4.073, de 30/01/1942, que promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, buscando-se entender que trabalhador estava sendo formado pela instituição. Para o desenvolvimento deste trabalho foram efetuadas consultas periódicas aos arquivos históricos existentes no acervo disponibilizado pelo Centro de Memória da instituição. Dentre os documentos pesquisados destacam-se os diários oficiais; os livros de registros de matrículas; os boletins; os livros dos diplomados.

A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS CENTRAIS DE TELEATENDIMENTO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO - CRÍTICA DO MODELO " HÍBRIDO" DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

LUCIENE MARIA DE SOUZA *
Universidade Federal de Uberlândia
lucienesociais@yahoo.com.br

Este texto é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós – Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. O estudo teve como objetivo problematizar o processo de formação dos trabalhadores nas centrais de teleatendimento analisando as influências do modelo de organização do trabalho taylorista e toyotista no cotidiano dos trabalhadores. Desse modo, vale ressaltar, que muito se aponta o aumento do emprego no setor de teleatendimento, no entanto, pouco se discute em quais condições ele se concretiza na vida dos trabalhadores. A problematização dos modelos de organização do trabalho presente nessa atividade bem como suas implicações no processo de formação profissional desses trabalhadores constitui-se em um desafio que permite ir além das aparências, e aprofundar a essência dos processos sociais. Para o desenvolvimento da pesquisa realizamos um amplo levantamento bibliográfico, entrevistas com trabalhadores e gestores do setor de teleatendimento. Assim, debatendo dentro dos princípios do materialismo histórico dialético demonstramos que ao contrário dos discursos que defendem a superação do modelo taylorista pela organização flexível do trabalho, constatamos que a organização do trabalho nas centrais de atendimento apresenta-se de forma “híbrida”, ora os homens de negócios se utilizam de um modelo ora de outro. Na verdade, não houve superação de um modelo ao outro, mas um processo de continuidade e rupturas de acordo com os interesses e necessidades do capital.

A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO ÂMBITO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

FABIANE SANTANA PREVITALLI *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
fabianesp@netsite.com.br

CARLOS ALBERTO LUCENA
Universidade Federal de Uberlândia
carlosluc@faced.ufu.br

ROBSON LUIZ DE FRANÇA
Universidade Federal de Uberlândia
rlfranca@ufu.br

O objetivo deste trabalho é discutir em uma perspectiva histórica, tomando como referência a via de acumulação taylorista-fordista do capital e a via da acumulação flexível, a relação trabalho e educação, problematizando as diferentes dimensões entre organização e controle do trabalho, capacitação e qualificação profissional. Busca-se analisar quais são e até que ponto um conjunto de novas qualificações e habilidades demandadas pelas empresas estão implicando em maior autonomia do trabalhador no chão de fábrica e revertendo a extrema divisão entre concepção e execução do trabalho, pilar do padrão de acumulação taylorista-fordista. Entende-se que historicamente o capital se apropria dos saberes da classe-que-vive-do-trabalho, aplicando-o, enquanto técnica, à produção de mercadorias, resultando em um constante processo de desqualificação profissional e intensificação do trabalho. As analises estão fundadas em estudos de casos de setores econômicos .

A IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

ROBERTO LEME BATISTA *
Universidade Estadual Paulista
rlbatista07@uol.com.br

GIOVANNI ALVES
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
giovanni.alves@uol.com.br

Este trabalho apresenta o resultado parcial da pesquisa sobre a ideologia da educação profissional que se configurou na nova institucionalidade decorrente da reforma neoliberal empreendida nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Contexto histórico em que se impôs uma afirmação ideológica, segundo a qual, haveria uma importância da educação básica para a formação profissional dos indivíduos. Nesse sentido, ganha posição uma visão segundo a qual haveria uma centralidade da educação, sobretudo porque a esta caberia a formação da força de trabalho, desenvolvendo as "competências" para atender as necessidades do mercado. Nas três últimas décadas verifica-se a ocorrência de profundas transformações de natureza política, econômica e social. Contexto da mundialização do capital, e é no lastro de seu metabolismo, que se funda a reestruturação produtiva, processo de extrema complexidade e desdobramentos heterogêneos. Impõe-se a ideologia da nova educação profissional que tem na noção de competências e na empregabilidade sua retórica principal. O mundo do trabalho passa por profundas transformações capazes de mudar o perfil da classe trabalhadora, pois o capital ao responder à crise de acumulação e valorização desenvolve novas formas de gestão e organização da produção, gerando um processo de acumulação flexível. Essa ideologia uniformiza as mudanças no sistema produtivo, fazendo crer na universalização do caráter sistêmico da reestruturação produtiva.

A INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O TRABALHO DOS PROFESSORES: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.

LILIANA SOARES FERREIRA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
anaililferreira@yahoo.com.br

O estudo da educação no Brasil revela uma proximidade entre a infância e os modelos de profissão dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, perceptível nos processos utilizados ao produzirem a aula. Da análise da compatibilidade entre esses sujeitos e a forma como são percebidos, observa-se como têm evoluído os processos educativos para os professores e a educação escolar. Assim, este trabalho, tendo como base pesquisa bibliográfica em obras relacionadas à História da Educação e à Sociologia da Educação, foi elaborado sob a perspectiva metodológica de uma sistematização, buscando inter-relacionar os temas e aprofundando-os com base na leitura de obras representativas dos estudos acerca dos aspectos sobre os quais está-se estudando. Os argumentos estão organizados em torno de um eixo comum: os professores são profissionais da educação que produzem sua práxis com base em um projeto pedagógico individual, elaborado em movimentos dialéticos entre o individual e o coletivo, no espaço-tempo da escola. Assim encaminhado, o trabalho propõe reflexões sobre quem são os professores na história da educação brasileira e como o são, explicitando tais concepções de modo comparativo à infância e à escola ao longo desta história.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS AGRÍCOLAS NO PARANÁ

VERA LUCIA MARTINIAK *
Universidade Estadual de Campinas
veramartiniak07@yahoo.com.br

Esta pesquisa, em andamento, analisa as transformações econômicas e sociais que ocorreram na agroindústria, buscando o entendimento sobre o mundo do trabalho e a relação com a criação das instituições de ensino profissionalizante agrícolas no Paraná. Tem como objetivo a análise dos requisitos educacionais e de qualificação que as novas formas de produção e organização do trabalho têm demandado no âmbito das relações entre as agroindústrias e produtores rurais. O referencial teórico-metodológico definido para este estudo está alicerçado nos fundamentos da concepção materialista histórica, cuja análise busca entender uma realidade em movimento, com todas as suas leis que assim a apresentam, entre o mundo do trabalho e a educação. Dessa maneira, estamos considerando que a realidade não existe desvinculada de seus pressupostos reais dentro de um contexto concreto, em condições materiais determinadas. Partindo desse pressuposto, utiliza-se para análise documentos, fontes primárias e secundárias encontradas nos arquivos públicos do Estado do Paraná e acervos particulares. Como a pesquisa encontra-se em andamento, as aproximações aqui apresentadas ainda podem sofrer alterações à medida que a análise das fontes for se desenvolvendo.

A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

RONALDO DOS SANTOS TRAVASSOS *
Fundação Oswaldo Cruz
rstravassos@bol.com.be

Este trabalho apresenta, de forma sucinta, o início do estudo da relação educação e trabalho no processo histórico em virtude da incorporação do conhecimento e de novas técnicas de produção desenvolvidas pelo avanço do capitalismo ao tornar a ciência em potência das forças produtivas. Destaca a centralidade do trabalho como forma dos homens em modelarem sua práxis pelo ato de produzir em sua existência transformando a natureza, e ao se relacionarem entre si, criam normas de conduta e convivência, determinam as formas pelas quais constituem a sociedade no processo histórico, uma vez que os homens ao transformarem a natureza se relacionam com os outros homens potencializando suas ações. Também procura investigar os efeitos de reestrutura produtiva na formação do trabalhador, tais como: flexibilização, precarização e formação flexível diante das inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo. Apresenta a noção de empregabilidade condicionada a qualificação como forma de responsabilizar o trabalhados pelo o seu fracasso da sua inserção no mundo do trabalho. Ao concluir coloca a Politecnia como resistência por considerar que a formação politécnica orienta a prática pedagógica pelos fundamentos científicos do processo produtivo.

A LOUSA E O TORNO - O SENAI E A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

MEIRE TEREZINHA MÜLLER *
Universidade São Marcos
meiremuller@hotmail.com

Ensinar a trabalhar é uma preocupação presente nos mais diversos agrupamentos humanos. No Brasil, registros sobre espaços de formação profissional aparecem desde o período colonial. No lar, nas oficinas, nos engenhos ou em escolas, o ensino de ofícios é uma constante, apresentando, muitas vezes, características próprias da filantropia ou da caserna, sendo quase sempre destinado aos “pobres, órfãos e desprovidos da sorte”. Nos anos finais do Império e nas primeiras décadas da República, o Estado, a sociedade civil e a Igreja criaram várias instituições dessa natureza com a preocupação declarada de, a par da formação profissional, tentar manter a paz social pelo confinamento de jovens e crianças em espaços onde se formariam os futuros trabalhadores braçais, já que o trabalho intelectual era destinado aos filhos das elites. Em 22 de janeiro de 1942, parte integrante da assim chamada “Reforma Capanema” foi criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial pelo decreto-lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, a partir da interferência direta da elite empresarial, representada por Roberto Simonsen, Roberto Mange, Euvaldo Lodi e outros. A justificativa para tal criação foi a “falta de braços necessários ao parque industrial, então em franca expansão”. Porém, acreditamos que essa premissa não é verdadeira e que a criação de escolas voltadas ao ensino de profissões foi, na verdade, necessária à manutenção e crescimento do capitalismo. A institucionalização do SENAI, diferente do discurso que afirma que os industriais o teriam “idealizado” a pedido do governo, percebemos que nem a massa empresarial (formada por pequenos e médios empresários) e nem os próprios operários o compreenderam num primeiro momento, não o identificando como um órgão pertencente a todos, mas como um encargo a mais, pelo recolhimento compulsório de impostos e que poderia causar desemprego aos não freqüentadores. Uma vez implantado, entretanto, o SENAI acabou por se constituir, por muitos anos, como o órgão hegemônico de formação de mão-de-obra industrial no Brasil, procurando, cada vez mais, uma aproximação com o sistema produtivo e cada vez menos com a educação.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

POLYANA IMOLESI SILVEIRA DE FRANÇA*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
polyanai@terra.com.br

O tema dessa pesquisa considera a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior (IES) do Brasil e toma como referência o processo de mercantilização da educação superior à partir das reformas empreendidas nesse seguimento educacional.

Parte-se da problemática de que as reformas educacionais no contexto tanto da reestruturação produtiva do trabalho quanto da reforma de Estado iniciadas na última década no Brasil e também nos demais países da América Latina trouxe mudanças profundas e significativas para os trabalhadores em geral e especificamente para os trabalhadores docentes.

No atual contexto questões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho devem ser consideradas nessa discussão bem como o impacto das chamadas desvalorização e desqualificação da força de trabalho, desprofissionalização e proletarização do trabalho docente, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo-industrial e o docente como o próprio produto do seu trabalho.

Trata-se de um estudo sobre as questões das reformas educacionais no contexto tanto da reestruturação produtiva do trabalho e as mudanças profundas e significativas para os trabalhadores em geral e especificamente para os trabalhadores docentes no que se referem aos processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho bem como o impacto das chamadas desvalorização e desqualificação da força de trabalho, desprofissionalização e proletarização do trabalho docente.

A metodologia usada fundamenta-se na utilização de referenciais bibliográficos que versem sobre a temática, documentos e entrevistas com professores que atuam em IES da região do Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba. O método de abordagem empregado é a perspectiva dialética histórica, correlacionando-as com as perspectivas que permeiam o debate sobre as políticas sociais, bem como, a compreensão da historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservando suas especificidades. O estudo, baseado em pesquisa de natureza exploratório-descritiva, com metodologia do materialismo histórico dialético.

Nesse sentido compreende-se que o panorama da precarização do trabalho docente no ensino superior tem sido sustentado por governos afinados com os ditames das políticas neoliberais, hábeis em gerar leis que, no caso da educação superior, vêm acentuando a retirada do Estado do financiamento às instituições públicas, obrigando-as a uma privatização interna e proporcionando mais subvenções às instituições privadas, tidas muitas vezes como modelos de gestão.

APRENDIZADO, COMPETITIVIDADE E AS NOVAS FORMAS DE CONHECIMENTO PRODUTIVO PARA O TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

JEFFERSON CARRIELLO CARMO *
Universidade de Sorocaba
jeffcc@uol.com.br

O objetivo deste trabalho é investigar a associação do aprendizado ao processo de acumulação capitalista, nessa nova fase histórica, marcada pela inovação tecnológica. Essa preocupação foi norteada através da pesquisa de cunho teórico-bibliográfico. Verificou-se que os argumentos que evidenciam e constatam essa nova fase do capital acentuam a sua harmonização em torno da revolução tecnológica com as tecnologias de informação em que o conhecimento e a informação são prerrogativas de um novo princípio econômico e educativo em que o aprendizado está agregado a uma ação cumulativa para a ampliação do conhecimento. É um processo para aperfeiçoar os procedimentos na busca e no refinamento das habilidades do trabalhador. Este aprendizado viabiliza não apenas a incorporação de inovações incrementais, relacionadas à maior eficiência dos processos produtivos, mas também a exploração de novas oportunidades produtivas e tecnológicas, possibilitando a expansão para novos mercados, a partir de novas formas de exploração do trabalhador nos vários níveis de sinergia em relação aos produtos gerados e às técnicas previamente empregadas.

A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

MARCOS CASSIN *
Universidade de São Paulo
marcosc@ffclrp.usp.br

MONICA FERNANDA BOTIGLIERI
Universidade Federal de São Carlos
monicabotiglieri@ymail.com

O texto pontua as relações entre Trabalho e Educação nas transformações históricas da organização do trabalho e as exigências desta na organização da educação para o trabalho e para a manutenção das relações de produção e a partir dessas referências faz-se algumas considerações desta relação, Trabalho e Educação, nas transformações no processo produtivo no interior no modo de produção capitalista na segunda metade do século XX, o que foi denominado por muitos de revolução técnico-científica. A partir desse percurso defende-se a tese da educação como importante elemento de reprodução das condições de produção, qualificação para o trabalho, e reprodução das relações de produção, processo persuasivo de legitimação das relações de produção dominantes numa determinada formação social. Por último afirmamos que o Estado nas sociedades de classes é mediador na relação Trabalho e Educação com o objetivo de reproduzir as condições de produção e as relações de produção.

Palavras chaves: Trabalho, Educação, Reprodução, Condições de produção, Relações de produção

AS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO POR MEIO DOS SINDICATOS

ROBSON LUIZ DE FRANÇA *
Universidade Federal de Uberlândia
rlfranca@ufu.br

AS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO POR MEIO DOS SINDICATOS

Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia
Pesquisa com apoio do CNPq
Eixo Temático: História, trabalho e educação.

Esta pesquisa encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisa História, Trabalho e Educação da Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
Parte-se da premissa que a crise do capitalismo tem afetado diretamente os trabalhadores dos diversos setores produtivos, por um lado e por outro se apresenta de forma inexorável a criação e reprodução dos mecanismos de controle próprios do capital pelos sindicatos que por sua vez possuem a responsabilidade de organizar e reordenar as forças dos trabalhadores em prol do desenvolvimento social. O Estado ao seu modo tem subordinado as forças sindicais e cooptado seus agentes no processo reducionista da formação profissional tendo em vista a apropriação do discurso de que o desemprego é por falta de qualificação do trabalhador ou ainda o processo de qualificação por meio de a educação consistir como o principal meio de formação profissional e como meio de manter seu emprego. A questão referente à qualificação e a posição assumida pela ação sindical, diante do contexto da formação profissional; se esta comunga, de forma ilusória, com a idéia de que a educação é caminho para que os trabalhadores escapem do desemprego.
A metodologia usada fundamenta-se na utilização de referenciais bibliográficos, analise de documentos e entrevistas com as lideranças sindicais filiadas as Centrais Sindicais. O método de é o da perspectiva dialética histórica, para a compreensão dos meios e processo que acarretaram mudanças e a relação com as perspectivas do debate sobre as políticas sociais, bem como, a compreensão da historicidade dos processos e suas particularidades internas. O estudo, baseado em pesquisa de natureza exploratório-descritiva, com metodologia do materialismo histórico dialético.
Demonstram-se as principais intervenções da ação sindical para formar o trabalhador para o emprego, num quadro em que cresce o desemprego e onde a situação do trabalho é cada vez mais incerta. Analisam-se, nos limites de espaço e tempo deste trabalho, as características recentes da ação sindical no Brasil, diante do quadro de transformações profundas no mundo do trabalho, com destaque para o rápido avanço do desemprego e da precarização. Enfocando alguns episódios recentes, como as negociações entre empresários e sindicatos do setor comerciário, a aprovação da legislação do contrato temporário de trabalho e as negociações em torno da reforma da previdência, é que se ilustrar as mudanças em curso nos padrões de ação dos setores mais ativos do movimento

sindical brasileiro, frente ao empresariado e ao Estado.

AS IMPLICAÇÕES DA QUALIFICAÇÃO DE MILITANTES DO MST: O CASO DAS PEDAGOGAS DA TERRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

JANAÍNA RIBEIRO DE REZENDE *
Universidade Federal de São Carlos
janarire@yahoo.com.br

LUIZ BEZERRA NETO
Universidade Federal de São Carlos
lbezerra@ufscar.br

Este texto tem como objetivo analisar se a formação nos cursos de Pedagogia da Terra impactou nas propostas e práticas educativas desenvolvidas pelo MST no estado de São Paulo. Para tanto, foi necessário diagnosticar quantas pessoas se formaram nesses cursos e que atuam neste movimento social no estado, bem como levantar informações a respeito da trajetória de vida dessas pedagogas, a forma de ingresso e as características gerais dos projetos que elas cursaram, a atuação após a graduação nos assentamentos ou acampamentos, na militância do MST e sua formação posterior à graduação. Para a realização da pesquisa, lançamos mão de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semi e não-estruturadas e observação participante. A análise das informações está sendo realizada através do procedimento de triangulação das informações e validação consensual. É possível esboçar um perfil das pedagogas da terra que é bem diverso, uma vez que elas apresentam origens e trajetórias profissionais distintas. O compromisso com a luta pela terra e a Educação do Campo é um elemento presente em todas as histórias de vida, porém as motivações que levaram as participantes ao MST são bem diferentes. Muitas delas apresentam um histórico de migrações, típico do campesinato brasileiro, vítimas do processo de desenraizamento, encontrando na militância do movimento social uma forma de construir referências de vida e sociabilidade. Essas profissionais atuam em diferentes regiões do estado, duas desenvolvem ações na regional da Grande São Paulo, três em Promissão, uma em Iaras, uma no Pontal do Paranapanema e outra na Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF. Temos ainda duas que são pedagogas vinculadas ao MST paulista, mas que atuam fora do estado e até mesmo do país, uma atua na Paraíba e outra em Moçambique, ambas desenvolvem atividades nessas áreas indicadas pelo Movimento. Todas elas participaram de várias edições de cursos de Pedagogia da Terra, realizados em parceria com diversas universidades brasileiras, tendo uma educanda que se formou Uijuí, quatro que participaram do curso da Unemat, quatro fizeram o curso do Iterra, em parceria com a UERGS e outra que estudou na Unioeste. Ao terminar a graduação, uma delas fez especialização em Educação do Campo na ENFF, pelo Pronera, em parceria com a Unb. Atualmente, ela faz mestrado em Educação na Unicamp, tendo ingressado no curso regular. A maioria das pedagogas desenvolve ações vinculadas ao setor de Educação do MST, em nível estadual ou nacional. Em análise preliminar, foi possível identificar que a formação em Pedagogia da Terra contribuiu na qualificação da atuação do setor de Educação do Movimento. No entanto, as pedagogas têm dificuldade de ação no cotidiano escolar devido às inúmeras demandas do setor de Educação. O que indica que estes cursos especiais parecem garantir uma formação de qualidade e podem representar um avanço significativo na oferta de Educação do Campo, embora seja cedo para conclusões definitivas.

A SINGULARIDADE DO TRABALHO DOS TÉCNICOS DE PALCO: FORMAS DE INSERÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

MARIA APARECIDA ALVES *
UNICAMP
mcidalves@hotmail.com.br

O objetivo deste trabalho é analisar as equipes de apoio técnico aos espetáculos do Theatro Municipal de São Paulo, com ênfase na compreensão de questões como a necessidade ou não de formação profissional para atender as exigências desse trabalho. Além disso, buscaremos refletir sobre as habilidades que são mobilizadas para atender as necessidades das produções nessa área – sempre realizadas num tempo exíguo e com poucos recursos na área técnica –, observamos que os procedimentos adotados na organização do processo de trabalho na área técnica são voltados ao desenvolvimento de um trabalho coletivo, em que o princípio da cooperação mútua entre as várias equipes de profissionais envolvidos passa a ser a base desse trabalho. Esses trabalhadores fazem parte das equipes de apoio técnico que se inter-relacionam com os denominados corpos estáveis, músicos e bailarinos, na concretização das apresentações artísticas realizadas no Theatro Municipal. Essas equipes técnicas são compostas por 44 profissionais das áreas de iluminação, cenotécnica, maquinária, sonoplastia, guarda-roupa e contra-regragem. A singularidade do trabalho das equipes de apoio técnico é a de criar as condições concretas para a realização do espetáculo. Assim, enquanto ofício ligado às artes, os técnicos desenvolvem uma atividade diferenciada das outras profissões que se inserem no mundo do trabalho. O trabalho realizado pelas equipes de apoio técnico é parte da constituição coletiva do trabalho em artes.

AS METAMORFOSES DO MUNDO SOCIAL DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

GIOVANNI ALVES *
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
giovanni.alves@uol.com.br

JEINNI KELLY PEREIRA PUZIOL
Universidade Estadual de Maringá
jeinnikelly@hotmail.com

O presente texto pretende abordar, num primeiro momento, as transformações estruturais do capitalismo mundial nas condições da globalização, explicitando seu vínculo com o metabolismo social do trabalho e as metamorfoses no interior do modo de produção. Depois, procuraremos apreender de modo preliminar, o significado essencial da ideologia da educação profissional hegemonicamente disseminada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Estado brasileiro, cujo interesse vislumbra a estrita adequação da educação ao desenvolvimento econômico. O arrimo teórico-metodológico deste ensaio busca explicitar o vínculo orgânico entre a economia do capital e vida social, situando o objeto de investigação crítica no interior do contexto histórico-mundial do modo de produção capitalista em sua fase de globalização. Finalizaremos pontuando a inegável relação entre educação e trabalho, não sob a ótica economicista que rege a lógica da sociedade burguesa, mas sob a perspectiva ontológica no qual a educação, enquanto categoria derivada do trabalho deve ter a função social de auxiliar na elaboração de novas consciências que possam transcender os imperativos da sociedade do capital.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NO BRASIL

CLAUDIO PINTO NUNES *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
claudionunesba@hotmail.com

Este artigo, inicialmente, apresenta uma discussão sobre a relação entre educação e trabalho enquanto campo de pesquisa no Brasil ao longo do século XX e início do século XXI. Em seguida, este texto focaliza a legislação que vigorou e vigora sobre a formação e qualificação do trabalhador, descrevendo e discutindo como se deu essa formação/qualificação com a vigência de leis federais, passando pela Lei Orgânica do Ensino Fundamental/1942, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996.

CAPITALISMO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: POLIVALÊNCIA OU POLITECNIA?

PAULO CÉSAR DE SOUZA IGNÁCIO *
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do SE de MG - Campus Juiz de Fora
paulo.c.ignacio@gmail.com

Considerando as bases materiais pelas quais o homem, com o seu trabalho – na forma histórica em que se manifesta sob o capitalismo – realiza e controla seu intercâmbio com a natureza (re) produzindo sua existência e tendo em vista o trabalho pedagógico, no âmbito do processo de trabalho capitalista, como uma das formas históricas mais expressivas de disciplinamento para a vida social e produtiva, buscamos investigar em que grau, o nível alcançado pela base técnica da produção na atualidade, marcado pelo regime de acumulação flexível, dá as condições objetivas para que o debate sobre a concepção politécnica de educação seja, definitivamente, considerado, ainda que no campo do contraditório, na medida em que, pelas relações sociais de produção capitalista, o limite seja a polivalência.

CINCINATO BRAGA E A INSTRUÇÃO TÉCNICA NO BRASIL

CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES *
Universidade Estadual Paulista
mendes.claudinei@gmail.com

TEREZINHA OLIVEIRA
Universidade Estadual de Maringá
teleoliv@gmail.com

Neste texto analisamos as propostas de Cincinato Braga (1864-1953) para o estabelecimento da instrução técnica no Brasil vinculadas ao seu projeto de modernização da economia, especialmente a agricultura. Ainda que o autor coloque a agricultura no centro do seu projeto de desenvolvimento econômico não descarta a industrialização, se bem que como complemento das atividades agrícolas. Sua proposta de estabelecimento de escolas de instrução técnica, química, mecânica e agrícola, bem como de laboratórios para assessorar os agricultores fazem parte de um plano bastante vasto, que pretendia abarcar o Brasil. Envolvia a ampliação da infra-estrutura de transporte, ferrovias e rodovias, portos e a extinção de impostos de exportação. Estes eram caracterizados como verdadeiros impostos protecionistas que protegiam os competidores dos produtores brasileiros. Percebe-se, por conseguinte, que Cincinato Braga tinha um projeto para a dinamização das atividades produtivas e que a instrução técnica era uma das condições essenciais para se alcançar aquele objetivo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

UBIRATAN AUGUSTO DOMINGUES BATISTA *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
uadbatista@yahoo.com.br

MICHELLE FERNANDES LIMA
Universidade Estadual do Centro-Oeste
mfernandeslima@yahoo.com.br

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso intitulada: “Reflexões sobre a relação entre educação e trabalho no contexto da formação profissional”. O objetivo central desta pesquisa foi analisar as inter-relações entre educação e trabalho, tendo como principal eixo de estudo a formação profissional no Brasil, especialmente na década de 1990. Uma das questões analisadas na pesquisa refere-se à compreensão dos modos de produção capitalista e a relação existente entre educação e trabalho, evidenciando as suas diferentes formas de organização, tema desse trabalho. O presente texto está organizado em quatro momentos, visando analisar os diferentes modos de produção, tais como: o artesanato, sistema doméstico, manufatura, sistema fabril, fordismo, taylorismo e o toyotismo. Priorizamos também neste trabalho compreender a presença do Brasil no cenário mundial, a partir de uma análise histórica.

CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A LUTA DO MST PELO ACESSO A EDUCAÇÃO.

RODOLFO DE JESUS CHAVES *
Universidade Federal de São Carlos
rodosbanga@yahoo.com.br

Trabalhos sobre a organização, as formas de luta e de reprodução dos movimentos sociais do campo tem tomado fôlego nos últimos anos. Dentre os movimentos que defendem a reforma agrária, destaca-se o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que tem modificado a realidade das populações campesinas que ingressaram em suas fileiras para conquistar seus direitos. Direitos estes que não se resumem apenas a conquista da terra para trabalhar. Como podemos observar, o movimento tem diversificado a sua pauta de reivindicações, assim tentam assegurar direitos como o trabalho, a saúde, a educação etc.

A origem do MST está relacionada ao um período histórico no Brasil onde a sociedade passava por um movimento amplo, no qual aspiravam pela abertura política e redemocratização do país. Tentaremos ao longo deste texto estabelecer um paralelo entre o momento de nossa história com a própria constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com o objetivo de destacar os caminhos tomados pelos mesmos em suas lutas. Na da dinâmica organizacional do Movimento dos Sem Terra, buscaremos também evidenciar, dentro das relações sociais, um novo quadro no que diz respeito ao exercício da cidadania. Nesse sentido, tentaremos identificar quais categorias de democracia podem ser vislumbradas naquilo que acreditamos ser uma nova forma de participação social que os Sem Terra estão (re)criando. Nosso foco de análise serão as lutas em torno da educação, porém como não podemos isolá-la das demais lutas, serão destacados outros elementos que configuram as conquistas dos trabalhadores Sem Terra.

A história desse Movimento tem demonstrado que as transformações ocorridas no campo em benefício dos trabalhadores rurais tem sido fruto da luta dos mesmos, já que os últimos governos deixaram num plano secundário o esboço de uma reforma agrária e de diminuir as desigualdades no meio rural. Sendo assim, acreditamos que é indispensável compreender como tais conquistas têm sido feitas ao longo da história do MST. Partindo desta perspectiva, o presente texto tem como objetivo fazer uma breve discussão sobre como a luta dos trabalhadores rurais do MST tem produzido e reproduzido uma Educação do Campo, levando-se em consideração o papel desempenhado por esses atores na recente História da Educação Brasileira.

CRIANÇAS NEGRAS NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM MATO GROSSO NA DÉCADA DE 1890

MARY DIANA DA SILVA MIRANDA*
Universidade Federal de Mato Grosso
marydianamiranda@yahoo.com.br

CARLA PATRÍCIA MARQUES DE SOUZA
Universidade Federal de Mato Grosso
porfcarladj@gmail.com

PAULO SÉRGIO DUTRA
Universiade Federal de Mato Grosso
paulo.afropop@gmail.com

Propomos por meio desta comunicação, apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “A presença de crianças negras na Instrução Primária em Cuiabá-MT” que vem sendo realizada no interior do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grossa e ligada especificamente ao Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória - GEM. Na História da Educação mato-grossense são poucas as pesquisas que abordam a temática relacionada com a história da educação dos negros. Tal ausência serviu como impulso para que o GEM desenvolvesse um projeto amplo sobre a História da Educação e Racismo na Primeira República 1889-1930. Desde 2008 por meio de um processo investigativo histórico e documental, temos seguido na tentativa de detectar a possibilidade de crianças negras estarem freqüentando a Instrução Primária em Mato Grosso no período republicano. As principais fontes utilizadas nessa pesquisa foram os recenseamentos populacionais, ofícios e decretos emitidos pela Diretoria Geral de Estatística, relatórios e ofícios da Instrução Pública localizados no Arquivo Público de Mato Grosso – APMT e no banco de dados disponível no GEM. A partir do Recenseamento Populacional da Freguesia de São Gonçalo e da Sé datado de 1890, verificou-se que o referido documento contém informações que registram situações educacionais vivenciadas por crianças negras. Tais informações evidenciam que crianças negras estavam freqüentando a escola. Deste modo, esta pesquisa tem como foco central o acompanhamento da trajetória educacional destas crianças negras, sua freqüência e permanência nas instituições escolares.

DE UMA ESCOLA ESTRATÉGICA, UMA GUERRA TÁTICA: OS MOVIMENTOS DE RECONVERSÃO DA ELITE PAULISTANA A PARTIR DA FAC. DE DIREITO DE 1932 A 1937

ARNALDO ROMERO *
Universidade Estadual de Campinas
romero_arnaldo@yahoo.com.br

Esta comunicação apresenta o projeto de estudo, vinculado ao HISTEDBR-Campinas, que pretende reconstruir a história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pesquisando a movimentação da elite paulistana no comando dos “instrumentos de poder” de São Paulo e do Brasil, realizado por seus alunos, professores e dirigentes, a partir dessa escola no período pós Revolução de 1932 até o advento do Estado Novo em 1937. A pesquisa quer compreender o mecanismo de imbricação dessa escola com as transformações que o sistema capitalista, à época, produzia na sociedade brasileira, particularmente em São Paulo. Quer, também, reconstruir as razões que fizeram e ainda fazem com que determinada escola seja a eleita para servir de local privilegiado de “transformação” da elite, onde se constroem as marcas da distinção para seus alunos, professores e diretores, que, mais tarde, assumiram e assumem os postos de maior destaque das burocracias e da burguesia local, regional e nacional.

DUALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO: A POSTURA ASSUMIDA PELO “GINÁSIO DE CONQUISTA”

EDILEUSA SANTOS OLIVEIRA *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
leu_vc@yahoo.com.br

ANA ELIZABETH SANTOS ALVES
Universidade Estadula do Sudoeste da Bahia
ana_alves183@hotmail.com

A memória de ex-alunos e os documentos como atas, cadernetas, avaliações, jornais, decretos, referentes à trajetória de uma instituição, nos permite conhecer algumas das suas práticas e avaliar o grau de fidelidade às propostas pedagógicas oficiais. Com esse propósito estudamos o primeiro Ginásio do município de Vitória da Conquista, BA, instalado em 1940 e dirigido pelo seu fundador até 1960, a fim de confirmarmos se este estava de acordo com a política pedagógica vigente na época, marcada principalmente pela dualidade estrutural, garantida pela distinção entre o ensino secundário, que preparava para o ensino superior, e as outras modalidades de ensino (Industrial, Comercial, Normal, Agrícola), que preparavam para o mercado de trabalho. Desde a pedagogia dos jesuítas até as reformas implantadas na primeira metade do século XX, a dualidade do ensino no Brasil vem sendo reforçada, e o Ginásio de Conquista, instalado para atender aos filhos de comerciantes, proprietários rurais e políticos, do município e da região, é um exemplo de instituição escolar que contribuiu com essa política educacional.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIOEDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

VANIA CRISTINA PAULUK DE JESUS *
SECRETARIA DA CRIANÇA E JUVENTUDE
vpauluk@hotmail.com

O texto trata de analises e considerações sobre situação laboral e educacional de adolescentes que cometeram atos infracionais e cumprem medida socioeducativa de internação no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa- CENSE/PG. Num primeiro momento, discorremos sobre a crescente preocupação societária com a violência. Em seguida, situamos as possibilidades de medidas socioeducativas, conforme a legislação vigente, para os adolescentes atores de atos infracionais. Passamos então, para análise e discussão dos dados de escolarização e trabalho em que se encontravam os adolescentes que passaram no CENSE/PG, no ano de 2008. Finalmente, fazemos considerações sobre as possibilidades e desafios da união entre educação e trabalho.

EDUCAÇÃO, IMPERIALISMO E MODO DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

FRANCISCO MÁURI DE CAFVALHO FREITAS MÁURI*
Universidade Federal do Espírito Santo
mauridecarvalho@yahoo.com.br

Na atual quadra política da República brasileira se a educação oficial não está voltada à construção de uma nova sociedade, sem classes, então o trabalho pedagógico tem por objetivo consolidar o poder da burguesia. Os intelectuais da ordem reforçam a ação dos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado. A densidade política do imperialismo reclama a feitura de análises acuradas quanto às modificações mundiais empreendidas contemporaneamente pelo capitalismo. Para tanto é preciso observar no desenvolvimento deste modo de produção as alterações sofridas no início do século XXI, antecipadas por Lenin já no alvorecer do século XX: domínio da vida econômica pelos monopólios, criação do capital financeiro especulativo e da oligarquia financeira, predomínio da exportação de capitais, em detrimento da exportação de mercadorias, fusão de grandes empresas, partilha do mundo em áreas extrativistas entre as sete maiores e mais poderosas potências capitalistaS, sob comando norte-americano. Essas características são consubstanciadas hoje pela ideologia neoliberal, proclamada como apoteose de novidadeiras formulações teóricas do capitalismo sobre a possibilidade de elevar a condição de vida do proletariado e dos trabalhadores assalariados para patamares invejáveis ao mais rigoroso teórico marxista. Sob o ponto de vista da tradição marxista é inquestionável que o capitalismo alcançou sua forma superior de desenvolvimento e para sobreviver e exercitar-se de forma imperial, precisa se expandir e para isto necessita abocanhar outras regiões e países do globo terrestre. O imperialismo é a marca decisiva e absoluta que diferencia o século XX e o século XXI dos séculos anteriores. O objetivo do presente estudo é reportar a não existência da escola à margem da vida, à margem da política, sendo a afirmação contrária falsa e hipócrita. Na cidade do capital, o local por excelência da política é o Estado. Logo, a tarefa da crítica é afirmar que a construção de um projeto pedagógico escolar à superação do capitalismo “é ontologicamente impossível sem a própria superação do capital”. Todas as tentativas de desenvolver uma política transformadora por intermédio da educação escolar acabam prisioneiras dos mesmos limites que tornam a sociabilidade burguesa e a sociabilidade operária incompatíveis entre si. Enfim, na cidade do capital os discursos da esquerda montados sob categorias abstratas e universais, apenas demonstra que a esquerda perdeu de vista os valores éticos classistas, sua natureza política e, não raro, perdeu a própria vergonha. Este fato não nos deixa alternativa senão trabalhar no sentido de construir outra esquerda, baseada nos princípios classistas e na tradição histórica do marxismo-leninismo.

EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

ILMA DE ANDRADE BARLETA *
Universidade Federal do Amapá
ilmabarleta@bol.com.br

OTO JOÃO PETRY
Universidade Federal do Amapá
otodez@yahoo.com.br

O presente artigo tem, por um lado, como objetivo discutir as implicações da educação neoliberal frente à globalização da economia e analisar a organização escolar e seus condicionantes formativos. Para isso, é feita uma abordagem sobre as seguintes categorias de análise: território, globalização, mundo do trabalho, educação e neoliberalismo. De outro norte, faz-se um esforço para indicar elementos no processo globalizador da economia que influenciam nas formas de conceber e promover a educação. Assim, foi possível vislumbrar, a partir do movimento da unidade para o todo e deste para unidade do fenômeno educativo, as influências e determinações que a organização estrutural política, econômica e ideológica almejam sobre a formação do sujeito na era da globalização.

EDUCAÇÃO, PROGRESSO E TRABALHO: O PAPEL DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES EM MINAS GERAIS

RENATA FERNANDES MAIA DE ANDRADE*
Universidade Federal de Uberlândia
renata0212@yahoo.com.br

MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
mpsrossi@hotmail.com

EDUCAÇÃO, PROGRESSO E TRABALHO: O PAPEL DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES EM MINAS GERAIS

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de renata0212@yahoo.com.br
ROSSI, Michelle Pereira da Silva mpsrossi@hotmail.com
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Capes

O Nosso trabalho busca apreender a organização das escolas profissionalizantes e ou técnicas em Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX, resultado do discurso de modernização do trabalho e do campo, via racionalização do trabalhador. Este projeto educativo valorizou as escolas profissionalizantes, como importantes formadores de uma nova concepção de sociedade, ensino e progresso. Daí a valorização a partir das últimas décadas do Império, na organização de Leis e Decretos com este fim. Trata-se de um trabalho de pesquisa de História das Instituições Educacionais. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e levantamento documental em relação à implantação de medidas políticas, considerando os Decretos e Leis; medidas econômicas e educacionais para atender ao ideário mineiro. O projeto educacional para o desenvolvimento de escolas profissionalizantes e ou técnicas em Minas Gerais, ainda no período Imperial, pouco modificou-se, e até os anos 1920, o governo investiu mais em escolas primárias, deixando o ensino médio na direção de instituições privadas. A maior dificuldade encontrada para a organização destas escolas estava na ausência de pessoas qualificadas para a organização do ensino, o que resultava no convite de professores estrangeiros para a organização do ensino, bem como, posteriormente, no próprio recrutamento de seus alunos formados para exercerem a docência. Assim, as mudanças significativas acontecem a partir dos primeiros anos do século XX, principalmente nos anos 1920, quando o Governo passa a investir de forma significativa no ensino médio e superior. Idealizava-se, portanto, o perfil de um novo trabalhador: disciplinado e racional, formado pela escola, seja para atuar no campo, nas minas ou na indústria. Conseqüentemente, exigia-se uma nova escola, um novo professor e métodos modernos. No contexto mineiro, a junção destes ideais atendeu ao discurso de progresso via educação.

ENSINO JURÍDICO E EXAME DE ORDEM: HISTÓRIA, DILEMAS E DESAFIOS

RITA CÁSSIA FAGUNDES *
Universidade Federal de Sergipe
ritafagundes@hotmail.com

Este artigo tem a pretensão de apresentar o contexto histórico do Ensino Jurídico no Brasil, dando destaque a acontecimentos marcantes da História da Educação Brasileira, relacionando-os com o atual contexto do Ensino Superior e com o Exame de Ordem, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil. Para isso, partimos do entendimento que a educação é um fato social e assim, está intimamente ligada à estrutura sócio-econômica vigente. Acreditamos que ao entender as relações que envolvem o Ensino e o próprio Exame de Ordem, teremos mais subsídios para compreender as implicações decorrentes de tal problemática. Constatamos que a historiografia jurídica precisa ser reinterpretada e desmistificada, a fim de compreendermos as origens e a evolução das formas jurídicas de dominação, existentes até hoje.

ENSINO TÉCNICO: DESDE O PERÍODO COLONIAL À ERA NEOLIBERAL

DANIELA DANTAS RIBEIRO SIMÕES*
Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC
danieladrs@uol.com.br

MARIA EUGÊNIA CASTANHO
PUC-Campinas
meu@dglnet.com.br

O presente artigo discorre sobre a história do ensino técnico e as relações com o neoliberalismo. A partir daí, surge uma fundamental indagação: Até que ponto as necessidades dos mercados internacionais relacionam-se com a formação do trabalhador técnico brasileiro? Para dar compreensão, suporte e embasamento a este tema, foi fundamental o emprego de pesquisa bibliográfica. Cabe notar, porém, que tal pesquisa foi norteada pela busca de um quadro de referência capaz de oferecer contribuições originais, evitando-se assim meras descrições e citações bibliográficas. Observou-se que o ensino técnico, destinado à formação da força de trabalho diretamente ligada à produção é um tema que tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira. É neste contexto, que cabe um olhar mais atencioso para este tipo de educação formadora. No decorrer da história brasileira percebe-se que as relações entre educação e trabalho estão diretamente entrelaçadas. Nesse contexto, com o avanço da tecnologia, é exigida cada vez mais a formação de técnicos especializados e, mais ainda, uma organização do trabalho voltada para o aumento da produtividade, eficiência, eficácia e do lucro. Nota-se ainda que, a legislação brasileira (voltada aos sistemas educacionais), ao longo do século passado, baseou-se em medidas nem sempre favoráveis às camadas desfavorecidas da sociedade. Neste sentido, a educação esteve sempre relacionada aos interesses das classes elitizadas ou do poder governamental vigente.

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E EDUCACIONAIS DAS FÁBRICAS DE PAPEL E CELULOSE EM TRÊS LAGOAS/MS

REGIANE APARECIDA COSTA ANDRADE *
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
regianedandrade@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos causados pela instalação de duas grandes multinacionais fabricantes de papel e de celulose no município de Três Lagoas/MS, bem como discutir sua influência na vida social da comunidade. Pretende-se identificar e compreender a participação das empresas no programa de educação ambiental desenvolvido por elas. A referida pesquisa encontra-se em fase inicial, onde já foram realizadas: a) uma revisão preliminar da literatura a respeito da temática do progresso e do meio ambiente; b) uma análise de jornais e sites da internet. Pretende-se, no andamento da pesquisa, utilizar-se de análise documental e entrevista semi-estruturada. Com o levantamento prévio feito até o momento, verificou-se que a falta de medidas infra-estruturais, e os possíveis impactos ambientais, permite concluir que estão comprometendo a qualidade de vida, saúde e bem estar da população local.

ESCOLA ESTADUAL AGROTECNICA AFONSO DE QUEIROZ (1985-1996): REMINISCENCIAS DAS POLITICAS EDUCACIONAIS DA DITADURA MILITAR EM PATOS DE MINAS

THAÍS AZEVEDO ALVES*

thaishist@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise acerca da Instituição de Ensino Técnico Agrícola da cidade de Patos de Minas – MG. Nosso intento foi analisar a Escola Estadual Agrotécnica “Afonso de Queiroz” dentro das políticas de reformas educacionais contextualizadas no momento histórico em que ela foi gerida e instalada. Objetivando perceber as intencionalidades desse modelo de ensino, a quem ele atendia e qual foi seu papel social e formador dentro da sociedade patense, buscamos articular a história do âmbito nacional com a história local. Foi possível, assim, identificar mecanismos que foram compreendidos enquanto promovedores de um projeto que tem início nos fins da Ditadura Militar, se efetiva durante o período de Redemocratização e exerce suas atribuições no período da Nova República. Através do levantamento de fontes arquivísticas de imprensa e através da história oral, percebemos que a instituição foi almejada por longos anos e que, além de um clamor social, a instituição foi soerguida dentro das políticas Educacionais do Regime Militar, embora tenha consolidado sua existência sobre uma nova conjuntura política.

ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AFRICANA E SUAS RAMIFICAÇÕES NO BRASIL DO SÉCULO XVIII.

LIDIANE MARIANA DA SILVA GOMES*
Universidade Salesiana de Americana
lidianemariana@gmail.com

Este trabalho pretende analisar as formas de educação praticadas pelos africanos na África durante a colonização do século XVIII, ampliando a compreensão de uma cultura que tradicionalmente se expressa pela oralidade e suas tradições educacionais que são intrínsecas ao desenvolvimento do ser político, social e religioso. É possível, a partir desta compreensão, estabelecer relação com a trajetória histórica do africano e seus descendentes no Brasil. O objetivo é encontrar nas manifestações educacionais que se encontram à margem do ensino tradicional, que no Brasil, se estabelece com força somente no final do século XIX com iniciativas privadas, formas eficazes e consistentes de ensino desenvolvidas por seus ancestrais, assim como estabelecer alguns traços que caracterizam o que é e como funciona a educação para os africanos. Por fim, discutir suas conseqüências na trajetória de conquista na cultura brasileira nos aspectos lingüísticos, musical, artes de forma geral, nas formas de expressão etc.

FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: ALGUMAS QUESTÕES

EDSON CAETANO *
Universidade Federal de Mato Grosso
caetanoedson@hotmail.com

CAMILA EMANUELLA NEVES
Universidade Federal de Mato Grosso
camilaemanuella@yahoo.com.br

O artigo pretende discutir a trajetória das mulheres no exercício do magistério relacionando-a com o mundo do trabalho e, assim, ampliar os olhares sobre a constituição da profissão docente. Na busca por uma maior inserção no mercado de trabalho, a mulher, através de lutas, avançou e recuou em momentos distintos, mas acabou por conquistar espaço e identidade profissional. A feminização da profissão docente é vista como um dos fatores de desvalorização profissional da carreira docente. Atualmente, uma parcela considerável das professoras manifesta insatisfação com a docência, em razão da crescente desvalorização da profissão, dos baixos salários e das precárias condições de trabalho. O texto pretende, ainda, discutir as interferências promovidas pela reestruturação do trabalho pedagógico no sentido da flexibilização e precarização do trabalho docente.

FONTES PARA HISTÓRIA EDUCACIONAL DA CIDADE DO CRATO – CE

JUSCELÂNDIA MACHADO VASCONCELOS *
Universidade Regional do Cariri
juscelandia@yahoo.com.br

ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
Universidade Regional do Cariri
zuleide@urca.br

Muitos são os caminhos que nos levam a contar a historia da educação. A pesquisa que apresentamos tem como título Resgatando a História da Educação no Cariri Cearense que tem catalogado: história de instituições escolares, história de vida de professores, catalogação de periódicos, registros de documentos e de relatos orais, objetivando resgatar a história educacional da Região do Cariri. Neste estudo apresentamos a catalogação das instituições educacionais criadas na cidade do Crato, região sul do Estado do Ceará. Nosso objeto maior é criar um acervo na Universidade Regional do Cariri – URCA com a memória da educação regional, de forma a auxiliar estudantes, professores e pesquisadores. A pesquisa iniciada em 2004 vem realizando levantamento documental de arquivos oficial e privado, entrevistas com educadores e educandos, adquirindo iconografias e filmagens de educadores e instituições. Resgatamos até o momento a história de 34 (trinta e quatro) instituições, iniciando com a história do Seminário São José, de 1875, primeira instituição e responsável pela criação das escolas para rapazes e moças da região. Concluímos que o estudo até o momento realizado tem colaborado com formação de jovens pesquisadores, a catalogação de documentos esquecidos em sua história, a formação de bibliotecas e Museus locais e a consolidação do nosso Grupo de Pesquisa que se encontra com professores pesquisadores com doutorado ou cursando doutorado em História da Educação, bolsistas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e um Grupo de Estudo sobre a temática.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA EM UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ÉTICO-SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB (1960-1970)FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA EM UMA NOVA CONFIGURAÇÃO ÉTICO-SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB (1960-1970)

JUSSARA NATÁLIA MOREIRA BÉLENS*
Universidade Federal da Paraíba
sarabelens@uol.com.br

CHARLITON JOSÉ SANTOS MACHADO
Universidade Federal da Paraíba
charlitonlara@yahoo.com.br

Formação profissional feminina em uma nova configuração ético-social em Campina Grande-PB (1960-1970)

Resumo

O presente trabalho, como extensão de pesquisa vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR- GTPB, nos remete à educação no Brasil nos anos de 1960- 1970, quando havia sido permeada pelo discurso da década anterior do desenvolvimentismo, reaproveitado pela política do governo militar, cujo interesse principal era o de preparar mão-de-obra qualificada para uma sociedade industrial emergente. Nesse contexto, ressoa nos projetos educativos o lema “educar para o trabalho”, centralizado na preocupação com a profissionalização dos educandos, para atender às exigências do mercado de trabalho. Campina Grande-PB, que passava por um momento de euforia, vindo dos anos 50, se adaptou à política da educação para o trabalho. Assim, o respectivo estudo objetiva analisar o processo de construção e de consolidação de uma nova ética, através da qualificação de mulheres nas escolas de formação em nível técnico nessa cidade, uma vez que se evidenciava uma ruptura histórica dos papéis destinados à mulher e ao homem; bem como tenta verificar a participação efetiva de mulheres nestes cursos preparatórios e no mercado de trabalho. Metodologicamente, este trabalho pretende, através de fontes bibliográficas e documentais, compreender a formação técnica, a qualificação e a inserção feminina no mercado de trabalho da época. Tratar de acontecimentos do passado leva-nos a reconhecer a importância que a memória tem para a história presente, pois submergidos no esquecimento, impedem-nos de construirmos e registrarmos experiências de vidas que se cruzaram e revelaram histórias particulares encenadas num contexto social, político, cultural e econômico, passíveis de serem reconhecidos por futuras gerações

GESTÃO HETERÔNOMA E TRABALHO DOCENTE

EDUARDO PINTO E SILVA *
Universidade Federal de São Carlos
dups@ig.com.br

O trabalho aborda as relações entre gestão heterônoma e trabalho docente a partir de proposições teóricas e de dados de duas pesquisas realizadas por outros pesquisadores. Procuramos evidenciar as relações entre a gestão educacional heterônoma e os processos de exploração, precarização e intensificação do trabalho do professor. Um das pesquisas foi realizada em sete Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região Sudeste e inclui dados atuais e do período de 1995-2005. Destacamos alguns dados e análises desta pesquisa e os contrapomos a dados de uma outra pesquisa realizada em uma escola da rede estadual de Niterói (RJ). Argumentamos, sobretudo a partir da primeira pesquisa, que o modelo de gestão organizacional heterônomo se revela como condizente ao pragmatismo e a mercantilização educacionais. Na seqüência do artigo foram abordadas as relações entre trabalho docente e sofrimento psíquico e/ou adoecimento. No que tange às questões relacionadas aos aspectos psicossociais e à subjetividade do professor, consideramos haver diferenças significativas entre professores-pesquisadores da Educação Superior e os dos professores da rede pública da Educação Básica. Os primeiros geralmente desenvolvem uma auto-imagem enaltecida que tende a os conduzir senão a os aprisionar à ideologia do produtivismo acadêmico e à busca por prestígio, com conseqüências que parecem ser progressivamente prejudiciais à vida sócio-familiar e à saúde. Já os segundos tendem a encarnar o arquétipo do órfão e a vivenciar sentimentos de medo, abandono e exploração que se relacionam aos aspectos objetivos da realidade sócio-institucional.

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE CARMELO - MG (1980-2008)

CLÁUDIA APARECIDA MORAES MARIANO *
Universidade Federal de Uberlândia
claudiaufu@yahoo.com.br

CARLOS ALBERTO LUCENA
Universidade Federal de Uberlândia
carlosluc@faced.ufu.br

Ao longo da história a humanidade tem passado por transformações que afetam os processos de trabalho, as relações sociais e educacionais. Essas transformações têm provocado incertezas sobre os destinos dessa sociedade. A grande crise do capitalismo monopolista no final da década de 1960 do século XX e metade da seguinte colocou questões fundamentais ao segmento do capitalismo, suas classes sociais, os homens de negócios e os trabalhadores. Mudanças estruturais foram realizadas. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a determinar diretrizes para a economia e educação nos países subordinados em relação ao desenvolvimento capitalista. Com efeito, a formação dos trabalhadores passou por profundas transformações. Diante disso as polêmicas relativas ao que o mercado de trabalho exige da educação e, ao mesmo tempo, o que a educação oferece ao mercado de trabalho se acirram, apontando que diferentes concepções de educação sinalizam diferentes concepções de sociedade. Um dos dilemas da sociedade atual é saber o que fazer com as pessoas que não conseguem se inserirem no mundo do trabalho e que são obrigadas a sobreviver de forma precária. Tendo como referência as articulações entre educação, história e trabalho, propomos a fazer um estudo sobre a qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica na região de Monte Carmelo no período de 1980 a 2008, pois entendemos que a história desses trabalhadores está inserida na dinâmica excludente adotada pelo sistema capitalista assemelhando-se assim à situação de miserabilidade de milhares de trabalhadores no Brasil e no mundo. Ao fazer este estudo percebemos que a problemática do desenvolvimento capitalista na atualidade é a destruição massiva dos postos de trabalho, em que ocorre a precarização do trabalho vinculado à abolição dos direitos sociais; o raciocínio economicista dominante na vinculação direta entre educação e emprego fundamenta-se na teoria do capital humano, que reduz essa relação a uma questão de custo benefício. Nesse sentido é importante questionar as análises que buscam ajustar a educação e a formação profissional à reestruturação produtiva conhecida como conseqüência dos processos de globalização. No entanto, mesmo sabendo que na lógica capitalista a expropriação do trabalhador vai ser cada vez maior e que lutar contra essa lógica não é nada fácil; enquanto “classe que vive do trabalho” devemos acreditar e promover ações que possam pelo menos minimizar os efeitos dessa lógica de destruição e exploração do trabalho cada vez maior a que estamos sujeitos e tentar recuperar a condição de humanização do ser social dada pelo trabalho a que se referem Marx e Ricardo Antunes.

JOVENS NEGROS E ESCOLAS: INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICAS EM CUIABÁ (1890)

CARLA PATRÍCIA MARQUES DE SOUZA*
Universidade Federal de Mato Grosso
porfcarladj@gmail.com

MARY DIANA DA SILVA MIRANDA
Universidade Federal de Mato Grosso
marydianamiranda@yahoo.com.br

PAULO SÉRGIO DUTRA
Universiade Federal de Mato Grosso
paulo.afropop@gmail.com

O trabalho “Jovens negros e escolas: instrução e educação públicas em Cuiabá (1890)” foi desenvolvida junto ao GEM (Grupo Educação e Memória) que vem ao longo de sua existência, prestando importantes contribuições na área da História da Educação, seja do Estado de Mato Grosso ou em âmbito nacional. Os estudos realizados pelo grupo são feitos em períodos históricos diferenciados, com centralidade para as temáticas nacionais e regionais (Brasil Colônia, Império e República). A importância do tema, bem como o recorte temporal, justifica-se pela necessidade de entender quais eram os projetos modernizadores, desenhados para o Brasil que inaugurava o período republicano, baseado nas noções de ordem e progresso, bem como o ideario de nação desenvolvida que o governo brasileiro buscava dar ao país naquele momento. A escolha pelo grupo de jovens negros que viviam em Cuiabá nos primeiros anos da Primeira República pode ser explicada pelo fato de serem as crianças e os jovens considerados, dentro dos discursos oficiais, os responsáveis pela construção de uma nova nação brasileira que surgia com o início da República, deixando definitivamente para trás as ideias e práticas, consideradas atrasadas por aqueles que dirigiam o país e eram os responsáveis pelas inovações que começavam a ser implantadas. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a presença de jovens negros recém libertos nas instituições de ensino públicos da cidade de Cuiabá, suas trajetórias, os debates, e projetos políticos pensados para o campo da educação, que era na Primeira República, era uma das grandes preocupações. Desta forma, procuramos conhecer como foi a vida estudantil dos jovens negros cuiabanos entre fins do século XIX (1890), para compreendermos se houve inclusão desses sujeitos históricos e ainda como os mesmos eram representados na política educacional local.

LUKÁCS E SAVIANI: A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

NEWTON DUARTE *
UNESP
newton.duarte@uol.com.br

São ainda poucas e bastante tímidas as tentativas de aproximação entre os estudos de Lukács (ontologia do ser social) e de Saviani (pedagogia histórico-crítica). Adotando a concepção lukacsiana de que a sociedade é um "complexo composto de complexos", este estudo parte do pressuposto de que a educação adquire real significado como objeto da reflexão ontológica somente quando analisada como um dos complexos que compõem o ser da sociedade. Mas como o ser da sociedade é histórico, a essência ontológica da educação só pode ser apreendida numa perspectiva historicista. Numa primeira aproximação, portanto, é cabível afirmar-se que uma ontologia da educação busca compreender a essência historicamente constituída do processo de formação dos indivíduos humanos como seres sociais. Trata-se da análise dos processos historicamente concretos de formação dos indivíduos e de como, por meio desses processos vai se definindo, no interior da vida social, um campo específico de atividade humana, o campo da atividade educativa. Este trabalho procura mostrar que a pedagogia histórico-crítica postulada por Dermeval Saviani contém elementos para uma ontologia da educação escolar. Não seria, porém, contraditório buscar elementos para uma reflexão ontológica sobre a educação, justamente na obra de um educador que se destacou pela defesa do caráter essencialmente histórico das relações entre educação e sociedade? Essa contradição existiria se o conceito de ontologia aqui adotado fosse o de uma reflexão filosófica metafísica, idealista, que considerasse a essência das coisas como algo independente da realidade social concreta. Mas quando a ontologia é entendida na perspectiva do materialismo histórico e dialético, a essência passa a ser vista como algo que é gerado ao longo do processo histórico e, portanto, algo que só pode ser devidamente compreendido a partir de uma perspectiva histórica. Uma das características basilares dos trabalhos de Dermeval Saviani é justamente a busca de superação da dualidade entre essência e historicidade, característica essa que fez o pensamento desse educador destacar-se de outras teorias críticas sobre a educação brasileira. Para que uma teoria marxista da educação possa ser também uma pedagogia marxista, é necessário assumir um posicionamento afirmativo sobre o que significa educar seres humanos hoje. Esse posicionamento não pode prescindir de uma reflexão ontológica sobre a educação. Os elementos para uma ontologia da educação na obra de Dermeval Saviani são justamente aqueles onde ele apresenta um posicionamento afirmativo sobre a essência do ato educativo.

LUTA DE CLASSES, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL, ANOS 30 E 40: ANÁLISE DO PROJETO INDUSTRIAL BURGUÊS A PARTIR DO IDORT

ERALDO LEME BATISTA *
Universiadade Estadual de Campinas
eraldo_batista@hotmail.com

Este trabalho faz parte do objeto de pesquisa desenvolvido no programa de pós-graduação FE/Unicamp, junto ao grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR. Neste texto, analisarei a constituição do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), na década de 30 no Brasil, que surge como instrumento de divulgação e propaganda das idéias dos industriais. Refletirei também a proposta deste Instituto divulgadas pela revista IDORT, buscando demonstrar que foram propostas que visavam a colaboração e cooperação de classe, que foram contestadas por setores importantes do movimento sindical deste período histórico, pois pressupunha a implantação da racionalização no espaço fabril. Analisarei também, o debate em torno da educação profissional dos trabalhadores brasileiros, como forma de substituir os trabalhadores estrangeiros, que tinham idéias “estranhas”, “complicadas” e atrapalhavam o projeto da burguesia industrial. Diversas estratégias foram utilizadas, buscando a cooperação, colaboração, no entanto sem muito sucesso com os setores combativos dos movimentos sociais, e que sob o Estado Novo, outras estratégias são implementadas para o projeto industrial, a perseguição as principais lideranças comunistas e sindicais e violenta repressão. Buscarei apontar a importância das idéias de Taylor, presentes nos discursos dos principais membros fundadores do IDORT, Roberto Simonsen, Roberto Mange, Lourenço Filho e Armando Salles de Oliveira, constantemente divulgados na revista do referido Instituto.

MINAS GERAIS RUMO AO PROGRESSO: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR AGRÍCOLA DE LAVRAS - ESAL

MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROS *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
mpsrossi@hotmail.com

A criação da Escola Agrícola de Lavras para o desenvolvimento agrícola foi ponto importante, não somente na sociedade lavrense, mas como referencial para o Estado de Minas Gerais. Por isto, o nosso trabalho busca apreender os objetivos educacionais da Escola, desenvolvidos pelos seus idealizadores: os Professores Samuel Gammon e Benjamin Hunnicutt. Trata-se de um trabalho de pesquisa de História das Instituições Educacionais. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e levantamento documental em relação à implantação do processo educativo presbiteriano em Lavras, sob a influência do pensamento educacional norte-americano, presentes nos ideais de seus idealizadores. Na tentativa de localizar tais princípios educacionais, recuamos aos primeiros anos do Brasil República, quando os missionários educadores, presbiterianos, instalaram a Escola Agrícola (1908). Em relação à nossa data limite, o ano de 1938, quando a Escola Agrícola de Lavras passou a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (E.S.A.L.). A configuração do projeto educacional desenvolvido pela Missão Leste Presbiteriana no Sul de Minas, resultou no estabelecimento de uma Escola Agrícola, pioneira em Minas Gerais. Constituindo-se a base para a oficialização da Universidade Federal de Lavras – UFLA, federalizada em 1963. O vínculo entre educação e evangelização atendeu ao ideário destes educadores presbiterianos, sendo possível identificar que, a evangelização indireta (via educação), procurou delinear um modelo de escola que atendesse a princípios religiosos e sociais: ensinar era transmitir não somente o ensino racionalizado voltado para o desenvolvimento da agricultura, mas também, o ensino de valores religiosos protestantes, em um contexto em que o discurso de progresso emergia-se no contexto mineiro.

MULHERES BRASILEIRAS NOS CAMINHOS DE SUA HISTÓRIA: ANÁLISE DE IMPRESSOS ESCRITOS DA REVISTA “O CRUZEIRO” – VESTÍGIOS DE SUA REPRESENTAÇÃO

LUANA DETTMER CABREIRA *
Universidade Federal de Santa Maria
luanadettmer@yahoo.com.br

CARINE MARTINS GODOY TORRES FRASSON
Universidade Federal de Santa Maria
carinepedagogia@yahoo.com.br

CINARA DALLA COSTA VELASQUEZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
cinaravelasquez@gmail.com

GABRIEL BELINAZO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
gbelinazo@yahoo.com.br

JORGE LUIZ DA CUNHA
Universidade Federal de Santa Maria
jlcunha@smail.ufsm.br

LÍNDICE MARTINS DA ROCHA

lindy_sm@yahoo.com.br

Temos como objetivo geral deste trabalho fazer uma reflexão com relação à história da mulher na sociedade brasileira nos anos 50 do século XX. Essa reflexão visa como a mulher era representada na sociedade e como a mesma é representada nos dias de hoje, entende-se essa representação com relação à questão de gênero, cultural, escolar e as normas de civilidade que instituía a comunidade da época dos anos 50. Dessa maneira fizemos uma comparação das normas de civilidade da época dos anos 50 com as normas instituídas pela sociedade de hoje. As reflexões foram feitas através de análises da revista “O Cruzeiro” do ano de 1953, na seção “Da mulher para a Mulher”, nesse espaço as mulheres escreviam para a revista para tirarem dúvidas a respeito do comportamento feminino. A autora das respostas dadas as mulheres que escreviam a revista se chamava Maria Tereza, que respondia as mulheres o que para a mesma e para a sociedade da época seria o ideal de comportamento feminino e ideal de felicidade. Maria Tereza aconselhava as mulheres a se privarem de seus desejos e anseios para o bem estar dos seus maridos, elas tinham apenas que fazer as vontades dos maridos e cuidar de seus deveres como donas de casa. Vemos, portanto que a mulher era ditada pela sociedade apenas como um sujeito que tinha deveres domésticos e matrimoniais a serem cumpridos, ela não tinha direito de escolha e nem de opinião, apenas deveria cumprir com deveres de esposa, mãe e doméstica. Porém percebemos no decorrer da pesquisa que muitas mulheres não estavam satisfeitas com a maneira em que eram vistas e anuladas pela sociedade, e algumas escreviam para a revista com certa indignação, porém sempre em forma de pergunta, em busca de aconselhamento sobre alguma situação em que a mesma se encontrava no momento.

O DESAFIO DA REALIZAÇÃO DO PROEJA EM GOIÁS

CAMILA APARECIDA CAMPOS *
Universidade Federal de Goiás
camilaapcampos@gmail.com

Esta pesquisa de mestrado analisa uma experiência em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Estado de Goiás, no período de 2006 a 2010. O presente artigo apresentará uma análise da implementação do programa supracitado que perpassa pelo legado da reforma educacional dos anos 1990.

O Proeja foi instituído pelo Governo Federal, dentro do contexto de retomada da discussão nacional sobre a volta de oferta de cursos de ensino médio integrados a formação profissional, que já se anunciava, com a edição da portaria do Ministério da Educação nº 2.080, de 13 de junho de 2005, que fixou as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional (EP) integrada com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) nas escolas da rede federal de educação profissional, atualmente denominadas de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Esta articulação entre EJA e Educação Profissional se tornou um programa de governo em 20 de junho de 2005, através do Decreto 5.478 que previa a destinação de a 10% das vagas oferecidas na rede federal de educação profissional para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens e adultos. Em 2006, revoga-se este decreto, “A partir de uma ampla discussão com diversos atores envolvidos na oferta de educação profissional, educação de jovens e adultos e educação básica, verificou-se a necessidade de alteração em suas diretrizes” (BRASIL, 2007, p.4) e é promulgado o Decreto nº 5.840, em 13 de julho de 2006, que avança na sua abrangência para além das instituições federais de educação tecnológica e passa a ser um programa federal, que poderá ser adotado ainda pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, nos níveis fundamental e médio.

Um dos principais enfrentamentos no campo da educação profissional no Brasil, na última década, se deu em torno do cumprimento do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 que determinava a formação técnica em detrimento da geral, o que impedia a continuidade da oferta de cursos integrados de nível médio. Quando esse decreto foi revogado, pelo Decreto 5154 de 23 de julho de 2004, a proposta de volta da integração curricular era uma expectativa entre os profissionais/trabalhadores da educação profissional. Essa expectativa pode se efetivar, entre outras medidas, com a criação do Proeja.

A pesquisa que ora se realiza analisa os desafios e possibilidades da volta do currículo integrado, uma experiência em Goiás que teve seu início em 2006, em cumprimento ao decreto federal. Esta experiência de Proeja está sendo pesquisadas através da análise dos seus projetos pedagógicos, de questionários aplicados a alunos professores e gestores e do acompanhamento in loco. O que se apresenta a seguir são dados parciais dessa análise.

O PNPE NA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE 2003 A 2007 E A FORMAÇÃO DO JOVEM: PRECARIZAÇÃO E CAPTURA DA SUBJETIVIDADE

INAYÁ MARIA SAMPAIO *
Universidade Federal de Uberlândia
inayamsampaio@hotmail.com

Os acontecimentos recentes no mundo do trabalho têm introduzido novos antagonismos entre a burguesia capitalista e a classe trabalhadora. Isso tem provocado uma crescente complexificação das relações entre as classes e no interior delas, em um movimento em que o Estado atua de forma desconcentrada, em um processo de flexibilização de suas ações, criando políticas sociais focalizadas e/ou compensatórias a favor da valorização do capitalismo em sua estratégia política. As políticas sociais aparecem como uma resposta às necessidades de apoio aos “homens de negócios” e por meio da mediação política dos interesses antagônicos de classes no período de crise estrutural do modelo capitalista de produção. Nesse momento, as políticas de educação profissional têm caminhado no binômio ambíguo de democracia e desenvolvimento tecnológico, impactando na formação profissional o caráter técnico e político do discurso desse processo. Esse discurso é marcado pela reivindicação para a universalização da Educação Básica e para o desenvolvimento da Educação Profissional, que, contraditoriamente, visam o aumento da produtividade para o capital. Assim, a sociedade tem imposto à educação, o papel de formar, qualificar e requalificar a força de trabalho no paradigma de maior produtividade e exploração da força de trabalho, no aumento da mais-valia absoluta e relativa. Na sociedade capitalista contemporânea, apesar de se aclamar a educação escolar como meio de desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho, essa educação não concebe a visão ampliada de formação profissional na medida em que não há integração real da Educação Básica com o mundo do trabalho, sendo tratada de forma desvinculada da Educação Profissional. Entretanto, a formação, se é que pode ser chamada assim, se apresenta de forma cada vez mais precarizada e precarizante com o intento de atender aos interesses dos “homens de negócios” as políticas dos organismos internacionais para a educação, e aos ditames do capital. Esse estudo é resultado de minha pesquisa de Mestrado que buscou analisar as nuances da formação do trabalhador perante a reestruturação do capital no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). O que se pode verificar com a pesquisa é que cada vez mais encontramos formas precarizantes de educação profissional oferecidas em sua maioria por meios privados e organizações não governamentais financiadas pelo governo federal, por medidas de políticas públicas compensatórias ou paliativas, sendo implantadas por meio de programas e projetos que, em discurso, visam a inserção dos excluídos no mercado de trabalho formal, no contexto do aumento de desemprego, como se este não fosse um desdobramento de um processo maior de reorganização do capitalismo perante suas crises.

O SEGUNDO CICLO DOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL (1968-1979)

ELZA MARGARIDA DE MENDONÇA PEIXOTO *
Universidade Estadual de Londrina
emmpeixoto@yahoo.com.br

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES PEREIRA
Tuiti
maftaima@cdr.unc.br

O levantamento, catalogação, compilação e análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil vêm permitindo a organização desta produção em cinco ciclos. Este texto é dedicado ao estudo das múltiplas determinações históricas da produção do conhecimento no segundo ciclo. Este se compõe de um conjunto de 83 obras produzidas entre 1968 e 1979 dedicadas às temáticas práticas, políticas, formação e produção de conhecimento. Recorre-se à análise da conjuntura histórica caracterizada pelo crescimento da população, pela migração para os centros urbanos com conseqüente inchaço populacional para se entender o significativo aumento dos trabalhos referentes a políticas sobre o tempo livre, contextualizada na expansão do trabalho intensivo e expropriação do trabalhador brasileiro e no regime político da Ditadura Militar Civil. Aponta-se o surgimento, ainda tênue, da temática da era do lazer, tratada já com intensidade pelos sociólogos do primeiro adeus ao trabalho, na França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e que no Brasil, em tempos de "uma sociedade do trabalho", começam a ser conhecidos e seguidos. Questiona-se se a defesa da era do lazer não se constitui no ataque ao trabalho por parte do capital e à negação da luta de classes.

OS PROJETOS EDUCACIONAIS DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL MINEIRO ASSOCIADO A FIEMG A PARTIR DAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DA CNI (1980-2000)

JANE MARIA SANTOS *
Universidade Federal de Uberlândia
jane05@uol.com.br

CARLOS ALBERTO LUCENA
Universidade Federal de Uberlândia
carlosluc@faced.ufu.br

Este trabalho consiste numa pesquisa de doutorado em andamento que possui como tema de análise, os projetos e ações educacionais do empresariado industrial mineiro associado à FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) em suas interfaces com as diretrizes da CNI (Confederação Nacional da Indústria), entre 1980 e 2000. Com as mudanças políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira desde a última década do século passado, marcada pela ascensão da ideologia neoliberal e por diversas transformações no setor produtivo, é factível a demanda pela formação de um novo perfil de trabalhador – o que por sua vez, justifica a ênfase das entidades representativas dos interesses empresariais na reformulação do sistema educacional, objetivando uma economia avançada e competitiva. Os objetivos aqui expostos estão sendo problematizados por meio do método histórico que possibilita buscar dialeticamente os acontecimentos e diferenças a partir de processos histórico-sociais mais amplos – a economia globalizada e a monopolização do capital, de modo a reconstruí-los como parte de determinadas realidades, no caso a CNI no quadro nacional e da FIEMG no aspecto estadual, que compõem um complexo e contraditório emaranhado de diferentes interesses e forças sociais. É possível perceber que há diversos interesses em disputa, cerceados por projetos contraditórios. As resistências presentes nessa dinâmica constituem os entraves decorrentes das condições naturais do trabalhador, de não-submissão às condições de trabalho que lhe são colocadas. Ou seja, é necessário discutir o projeto educacional das elites, de forma articulada ao atual contexto no qual a primazia do mercado sobre o Estado, do econômico sobre o social. Por ora, tem-se como hipótese que em consonância com as diretrizes educacionais da CNI, os projetos educacionais da FIEMG revelam o aspecto da polivalência, da captação da subjetividade do trabalhador, para que ele não consiga enxergar o sentido opressor do trabalho que executa e a dimensão unilateral da formação educativa à qual ele está submetido. Contraditoriamente, a atividade que funda o homem enquanto ser social humanizando-o, se transforma em instrumento de opressão, de sacrifício, alienando a vida do trabalhador. No entanto, nessa perspectiva analítica é impossível descartar as prováveis formas de resistência presentes neste aspecto, de modo a apontar que, fazendo uma analogia ao pensamento de Marx, é entremeio à esta formação que se encontram os germes de sua auto-destruição. Essa nova configuração da força de trabalho não é um processo passivo e homogêneo, mas complexo, constantemente mutável e conflituoso.

O SURGIMENTO DAS PRISÕES, O ESTADO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL

CAMILA MAXIMIANO MIRANDA SILVA*
Faculdade Católica de Uberlândia
camilamaxi@hotmail.com

Esse artigo tem como propósito analisar a história do surgimento das prisões, estabelecendo as possíveis conexões sobre o papel do Estado, ao longo da história, no processo de gestão das políticas educacionais que visam minimizar a criminalidade mediante a qualificação profissional para reinserção no mercado laboral dos egressos do sistema prisional. Partimos do suposto que as políticas de qualificação profissional implantadas nos sistemas prisionais não contribuem para a redução da reincidência criminal retro-alimentando o binômio inclusão/exclusão. A pesquisa coloca em relevo as vozes e percepções dos sentenciados e gestores sobre o Estado e as políticas educacionais implantadas no sistema prisional. Esse estudo evidencia por meio de dados empíricos a inoperância dos processos de ressocialização do sentenciado mediante a incongruência e fragilidade da gestão das ações voltadas para a reinserção social e laboral do ex-apenado aliadas a deserção do Estado para com o sistema prisional.

O TRABALHO NA GÊNESE HISTÓRICA DA ARTE EM LUKÁCS E VIGOTSKI: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LITERATURA

NATHALIA BOTURA DE PAULA FERREIRA *
Universidade Estadual Paulista
nathaliabotura@ig.com.br

NEWTON DUARTE
UNESP
newton.duarte@uol.com.br

O presente trabalho buscará trazer algumas contribuições para as questões da arte, da educação e, mais especificamente, para o campo do ensino de literatura, que no Brasil, tem amplamente se descaracterizado em sua especificidade. O propósito desse artigo é, em um primeiro momento, a compreensão do elemento essencial e ativo que repousa na gênese histórica da arte, para que, em um segundo momento, possamos compreender seus desdobramentos na educação. Para tanto, faremos uso do legado estético de

George Lukács (Estética), filósofo húngaro marxista e do psicólogo soviético L.S. Vigotski também seguidor do materialismo histórico dialético. (Psicologia da Arte). O trabalho para Marx é a categoria que define o ser social. Assim sendo, o trabalho, se compreendido em sua raiz histórica e material, nos permite obter uma concepção de homem como ser que tem a necessidade produzir os seus próprios meios de existência, seja ela material ou simbólica. Destarte, a categoria de trabalho para o gênero humano é a demonstração máxima de sua condição ontológica inalienável. Por isso, essa categoria carece de uma análise bastante criteriosa e cuidada para não incorrermos a aplicações indevidas ou inadvertidas a qualquer tema em questão. Nesse sentido, tratar das formas abstratas do reflexo artístico, pressupõe também a compreensão da gênese do trabalho e das formas de consciência dele advindas. O homem complexificou sua atividade de trabalho ao longo do processo de seu desenvolvimento até que ela viesse a ganhar características específicas, particularidades de uma atividade essencialmente estética. A formação dos sentidos e das sensibilidades humanas é um processo dialético desenvolvido ao longo da história social e subordinado as condições objetivas de cada momento histórico. Acreditamos que a estética marxista propicia uma compreensão profunda, de preocupação com a dignidade humana, de busca da essência e dos fenômenos presentes numa obra de arte e que, ao refletir seu tempo, torna-se patrimônio humano-genérico. Sabemos, todavia, que, muito pouco foi realizado para construção efetiva de uma educação estética de qualidade. Nesse sentido o compromisso que a pedagogia histórico-crítica tem a educação e com os conteúdos escolares coaduna-se com a altura da riqueza cultural humana objetivamente existente. Sendo assim, a literatura universal deve ser socializada como conteúdo indispensável para melhor compreensão da riqueza estética da humanidade.Dessa maneira, entendemos que a arte, e em seu interior a literatura, é uma das manifestações da vida humana cuja necessidade precisa ser criada nas novas gerações pela escola pública.

PCB E ESCOLANOVISTAS NO DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ESCOLA: DUAS TESES E UMA SÓ PRÁTICA

APARECIDA FAVORETO *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
cidafavoreto@globo.com

Este artigo tem como objetivo explicitar a relação entre concepção de educação escolar e revolução presente nos documentos e ou publicações dos integrantes e simpatizantes do PCB (1922 a 1935), de modo a entender como os pecebistas se aproximavam e ou se distanciavam das discussões escolanovistas do período. Apesar do PCB não ter realizado nenhum debate específico sobre a relação entre educação escolar e revolução, pode-se destacar que o PCB, em seu período inaugural, buscou materializar sua perspectiva revolucionária em alianças políticas, interferências nos sindicatos, ações eleitorais e formação política da classe trabalhadora por intermédio do Partido. Nesse esforço, seus integrantes se lançaram com muita dedicação, disciplina e, acima de tudo, paixão. No que se refere ao debate sobre a reforma educacional e necessidade da escola publica, o PCB acampou grande parte das argumentações escolanovistas. No entanto, com uma divergência. Enquanto os escolanovistas acreditavam que a escola poderia ser um elemento ativo na construção do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, podendo reconstruir e regenerar a sociedade e/ou a cultura brasileira por intermédio da escola; os pecebistas, não atribuíam à escola nenhum elemento ativo no processo revolucionário. Para eles, o elemento ativo estava no desenvolvimento histórico da produção e na mobilização da classe operária por intermédio do Partido. Para os comunistas brasileiros, a escola burguesa e ou reforma escolar era necessária, entretanto, como uma etapa a ser atingida pela sociedade brasileira, antes da revolução operária. Para eles, a educação comprometida com a revolução operária far-se-ia pelo Partido. Uma perspectiva em relação à escola que expressa uma concepção etapista e bipolar da história, a qual os pecebistas se apoiavam ao interpretarem a realidade brasileira.

PIRATARIA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E NOÇÕES DE CRIMINALIDADE

PABLO LACERDA BUENO *
Universidade Federal de Uberlândia
lacerdabueno@yahoo.com.br

Este trabalho procura compreender as relações sociais e culturais que se dão com o advento do CD pirata para vendedores e consumidores em Uberlândia, baseando-se no período que vai de 2001 até 2006. A partir de periódicos e entrevistas com os próprios camelôs em questão, nos preocupamos em observar como se dá a re-significação do fetiche do objeto e como a pirataria se legitima socialmente (embora seja ilícita legalmente). Não para menos, também trabalhamos a postura da fiscalização sobre este meio informal. Finalmente, apontamos como todo este processo de reconhecer e pertencer também são resultado da maneira como fomos educados sobre a noção de criminalidade.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO “CLASSE-QUE-VIVE- DO-TRABALHO”: UMA ABORDAGEM SOBRE A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PROFESSORAS E PROFESSORES

CLÁUDIA LETÍCIA DE CASTRO DO AMARAL *
Universidade Federal de Santa Maria
claudia.amaral@mail.com

LETÍCIA RAMALHO BRITTES
Universidade Federal de Santa Maria
leticia.brittes@hotmail.com

LILIANA SOARES FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
anaililferreira@yahoo.com.br

Este artigo propõe discutir o trabalho dos professores a partir de uma concepção de classe social, bem como procura compreender o processo de proletarização desses trabalhadores. Entende-se que o trabalho das professoras e professores insere-se em uma classe social, sob o viés da proletarização do trabalho destes profissionais. Além disso, buscar-se-á apresentar propostas que elucidem o reconhecimento de pertença das professoras e professores a um grupo cuja organização aponte para a recuperação de sua condição de trabalhadores da educação. Para tanto, considera-se relevante que esses profissionais reconstituam também sua condição de produtores do saber com o qual trabalham a fim de redimensionarem o seu lugar de sujeitos da ação educativa. O presente trabalho foi elaborado pelas autoras através da contribuição das leituras e reflexões desenvolvidas no Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão do Pedagógico, Trabalho e Políticas Públicas –, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, tendo como aporte teórico-metodológico um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo. Com base na pesquisa realizada, destaca-se a necessidade de ressignificação do trabalho dessas professoras e professores, conforme a proposta de Ricardo Antunes (2005), em que situa esses trabalhadores como “classe-que-vive-do-trabalho”. Dessa forma, explicita-se claramente o processo de pertencimento dessa classe social a um grupo socialmente organizado que possibilita aos professores agirem como sujeitos de sua práxis educativa.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

MANOEL NELITO MATHEUS NASCIMENTO *
Centro Universitário Salesiano de São Paulo
mnelito@yahoo.com.br

Este estudo da relação entre trabalho e educação tem por objetivo analisar as transformações na organização da produção, na divisão do trabalho e nas relações de trabalho, bem como as possíveis relações com os processos educativos gerais e de formação da força de trabalho. O estudo faz uma abordagem histórica da relação trabalho e educação, utilizando como principais fontes de pesquisa os estudos já realizados e as obras disponíveis em diversas áreas do conhecimento sobre o desenvolvimento da agroindústria canavieira. A análise está organizada em quatro fases: a primeira abrange o período que vai do século XVI ao XIX, quando a lavoura da cana-de-açúcar e a produção manufatureira do açúcar no engenho se realizavam com o trabalho escravo. A instrução escolarizada interessava apenas a uma pequena camada da elite e servia como ponte de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. A segunda fase, a transição da produção manufatureira no engenho para a produção industrial na usina, nas últimas décadas do século XIX, no processo que foi concomitante à transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. Nesse novo contexto, a educação cumpria o papel estratégico de formadora do novo trabalhador, para atendimento às demandas por escolarização e formação da força de trabalho para o emergente sistema produtivo brasileiro. A terceira fase analisa como se deu a expansão acelerada da industrialização no processo de substituição de importação de mercadorias, a partir da década de 1930, momento em que surgiu a grande indústria brasileira. Em consequência, houve uma crescente absorção de grandes contingentes de operários qualificados para operar, manter e reparar os equipamentos, assim como de trabalhadores qualificados para o planejamento e controle da produção. A educação geral e a educação técnica profissional foram consolidadas em redes. A quarta fase aborda a reestruturação da produção com ênfase na automação (robotização) dos processos produtivos, com mudanças radicais para o trabalho e a formação profissional. Os resultados do estudo permitem concluir que as transformações nas formas de organização da produção e no trabalho engendram novos processos educativos e estes se transformam à medida que o capitalismo avança, mudam as relações de produção e se amplia a divisão do trabalho. De modo geral, os principais elementos que caracterizam os atuais processos de produção canavieira e educativos estão presentes em todas as fases estudadas, que em síntese são: tendência de desqualificação do trabalho; esvaziamento das atividades laborais em termos de conhecimento; permanência da dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro; necessidade de se reafirmar que o trabalho é um elemento constitutivo do ser humano, responsável pela produção e reprodução da sociedade e pela transformação do próprio homem.

RENASCENDO DAS CINZAS? A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADES ARGENTINAS COM A “FÁBRICA SEM PATRÕES” ZANÓN

HENRIQUE NOVAES *
Unicamp
hetanov@yahoo.com.br

A união entre trabalhadores intelectuais e manuais ronda as páginas da história da América Latina desde a Reforma de Córdoba de 1918. Mesmo cheia de descontinuidades, essa tentativa de apoio mútuo perpassa a história dessa região, mas foi fraturada nos anos 1960, pelas ditaduras militares. Alguns acreditam que desde o processo de “redemocratização” dos anos 1980, professores e pesquisadores tentam reatar seus laços históricos com os trabalhadores. Será que estamos renascendo das cinzas?

Este artigo relata nossa pesquisa sobre a relação entre as universidades argentinas, em especial os pesquisadores das “ciências duras”, com a “Fábrica Sem Patrões” Zanón. Ele é o resultado de uma viagem por duas semanas – em setembro de 2008 - para Neuquén e Buenos Aires, com o objetivo de entrevistar trabalhadores de Zanón e professores da Universidade de Comahue, além da Universidade de Buenos Aires (UBA).

O artigo seque o seguinte percurso. Primeiramente retratamos a rebelião social argentina de dezembro de 2001 em perspectiva histórica, para depois analisar as particularidades de Neuquén. A fábrica recuperada Zanón foi observada na terceira seção. Em seguida, fizemos um breve histórico do debate sobre C&T nos anos 1960 (“la noche de los bastones largos”), e retratamos a “ajuda” de alguns químicos da UBA, e da engenharia da Universidade de Comahue para a recuperação de Zanón. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

REPERCUSSÕES DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO CAMPO EDUCACIONAL: A DOCÊNCIA TEMPORÁRIA EM FOCO

RENATA DE ALMEIDA VIEIRA *
Universidade Estadual de Maringá
realvieira@gmail.com

FATIMA CRISTINA LUCAS DE SOUZA
Universidade Estadual de Maringá
fatimacristinalucas@yahoo.com.br

LIZETE SHIZUE BOMURA MACIEL
Universidade Estadual de Maringá
newliz@uol.com.br

A docência temporária no ensino superior público brasileiro é o objeto de interesse deste estudo. A reflexão aqui proposta parte das mudanças ocorridas na esfera produtiva, uma vez que a mesma permite divisar os pressupostos da precarização do trabalho docente nos dias correntes. Entende-se que a precarização em vigência finca suas raízes no processo de reestruturação produtiva, a qual remonta aos anos de 1970, e põe em ação uma série de estratégias de flexibilização dos processos de produção. Os contratos de empregos temporários, por exemplo, integram-se a esse projeto de flexibilização, bem como assumem contornos de superexploração do trabalhador. Nesse contexto de discussão, e para esta comunicação, estabelece-se como objetivo, analisar a docência temporária no ensino superior público e gratuito. Busca-se mostrar que essa vinculação precária do professor é acionada no processo de flexibilização dos vínculos empregatícios. Para alcançar o objetivo proposto, desenvolve-se um estudo bibliográfico aliado a um estudo de campo, realizado por meio de questionário aberto, uma das técnicas de coleta de dados, aplicado aos docentes de duas instituições de ensino superior localizadas na região noroeste do Estado do Paraná. Tal empreendimento tem como sustentação os pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, empregados para a apreensão da relação entre reestruturação produtiva, flexibilização dos contratos de trabalho e precarização do trabalho docente. Adianta-se, aqui, que um dos resultados obtidos, refere-se à constatação, viabilizada pela análise realizada sobre as respostas obtidas junto aos professores temporários, que não há, ainda, um entendimento histórico dos processos que permeiam e orientam a docência temporária implantada pelo Estado e consolidada nas instituições de ensino superior públicas. Diante disso, conclui-se que a precarização das condições de trabalho do professor, em especial do professor temporário, e, por conseguinte, de sua própria atividade, segue a mesma direção das tendências que têm caracterizado o mundo do trabalho, logo revela o que se passa no conjunto social.

SAINDO DO SILÊNCIO: MULHERES NEGRAS EDUCADAS NO VALE DO GUAPORÉ NO SÉCULO XX

PAULO SÉRGIO DUTRA *
Universiade Federal de Mato Grosso
paulo.afropop@gmail.com

CARLA PATRÍCIA MARQUES DE SOUZA
Universidade Federal de Mato Grosso
porfcarladj@gmail.com

MARY DIANA DA SILVA MIRANDA
Universidade Federal de Mato Grosso
marydianamiranda@yahoo.com.br

NAILZA DA COSTA BARBOSA GOMES
Universidade Federal de Mato Grosso
nailzabarbosa@bol.com.br

O presente trabalho é desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória do Programa de Pós-Graduação do Instituo de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso. O estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em que se analisa a formação profissional recebida pelas professoras negras que atuaram na instrução pública no Vale do Guaporé. Os ideais de nacionalismo, eugenia e higienismo são proposições para a análise da educação recebida pelas professoras negras formadas e que atuaram na instrução pública nas décadas de trinta e quarenta na educação guaporeana; época em que esses ideais eram intensos nos discursos dos intelectuais responsáveis pelo futuro da educação brasileira construindo a nação. Este estudo parte das fontes históricas, iconográficas e relatos orais em que se pretende entender a história da educação do Vale do Guaporé através da memória dessas professoras e como os ideais nacionalistas às influenciaram. Utiliza-se, ainda, trabalhos acadêmicos realizados sobre professoras negras que atuaram na região guaporeana no início do século XX e documentos oficiais da época. Esta pesquisa traz algumas indagações acerca do período em que as professoras negras receberam a instrução para atuar nas escolas da região. Tais indagações referem-se ao percurso das professoras negras como alunas, assim como as suas práticas pedagógicas e relações com a comunidade. Os documentos registram a presença de adolescentes negras, que foram educadas em instituição religiosa mantida pelo frade franciscano Dom Francisco Xavier Rey e que passaram a atuar como professoras e agentes de saúde na região.

SISTEMA PRISIONAL: TRABALHO E EDUCAÇÃO COMO FORMA DE REINSERÇÃO SOCIAL

LÍVIA ANDRADE FERREIRA *
Universidade Federal de Uberlândia
euliviandrade@yahoo.com.br

Sabendo que os indivíduos são resultado do meio no qual se inserem, não há dúvida de que as relações sociais encontradas em dado ambiente influenciam diretamente na forma de vida dos indivíduos. Deste modo, procuramos resgatar a história do sistema prisional e do mundo do trabalho, destacando as principais mudanças que ocorreram nestes âmbitos e verificando suas influências na vida dos sujeitos, o que se deu por meio de uma investigação de natureza exploratória-descritiva, que teve como base principal pesquisas bibliográficas. Assim, o presente trabalho se torna de suma importância para apontar como nossa sociedade se modifica constantemente, sendo que vários elementos ligados ao Estado agem de acordo com o contexto histórico no qual se encontram. Diante disso, temos como principal foco analisar se trabalho e educação servem como instrumentos de resgate da dignidade e da re-inserção social de ex-apenados, ou se atuam em prol da manutenção de sistemas de dominação como o Estado.

SUBSUNÇÃO DO TRABALHO DOCENTE AO ESTADO

CAROLINA DE ROIG CATINI *
Faculdade de Educaçãoda USP
carolcatini@usp.br

O trabalho analisa a relação entre o trabalho docente e o Estado, enfatizando seu processo de subordinação, bem como as principais determinações do trabalho que advém de tal relação. Com isso, demonstra as mudanças materiais e conceituais que ocorrem mediante as alterações no processo de trabalho e em seu caráter social revelado a partir da posição do trabalhador da educação em relação ao Estado. Os momentos fundamentais de tais processos são analisados à luz dos conceitos de trabalho material e imaterial e da objetificação do trabalho social, com os quais se evidenciam o que é específico da relação educacional e o que é geral da relação social capitalista. Procura-se demonstrar que o processo de trabalho docente modifica-se não apenas por processos de mudança da organização e divisão de trabalho no interior da escola, mas que incide sobre ele os mecanismos de controle e gestão do sistema de ensino como um todo.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO COLÉGIO DOS ANJOS NA CIDADE DE BOTUCATU

NEISE MARINO CARDOSO CARDOSO*
Centro Universitário Salesiano
neise_cardoso@hotmail.com

O estudo da história de instituições escolares torna-se referência substancial para entendimento da história da educação brasileira. Conhecer a complexidade histórica das relações escolares de uma localidade é relevante, pois nos faz entender o processo sociocultural e político porque passou a sociedade estudada. Este trabalho integra os debates presentes em nossa pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Sócio-Comunitária do Unisal/Americana/SP. O tema apresentado fez parte de um projeto de pesquisa e relatou a história de um Colégio Confessional Católico instalado em Botucatu, no Estado de São Paulo: o Colégio dos Anjos, criado em 1912. A pesquisa teve por objetivo levantar dados desde a fundação na Itália, com a Congregação das Irmãs Marcelinas e que fizeram história e, com a vinda para o Brasil no início do século XIX. O Colégio dos Anjos cumpriu com um importante, papel na formação cultural e educacional da cidade e a pesquisa demonstrou suas ligações com as questões políticas e socioeconômicas envolvidas em âmbito regional. Os procedimentos metodológicos da pesquisa levaram em consideração o levantamento e análise de fontes primárias, e secundárias, que tratam do objeto pesquisado, articulando o diálogo com os dados obtidos e a elaboração de conceitos que deram origem às categorias de análise. Percebeu-se que o Colégio dos Anjos apresentou, uma peculiar importância histórica, demonstrando ter relevante, significado para a sociedade local, na medida em que também simbolizou os ideais republicanos que eram divulgados e implementados com a instauração da República.

TRABALHO, COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO MST A PARTIR DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA

ALEX VERDÉRIO *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
alexverderio@yahoo.com.br

Este artigo aponta elementos relacionados à formação dos sujeitos (homens, mulheres, jovens e idosos, crianças e adolescentes) de uma Comunidade assentada pelo processo de Reforma Agrária. Processo este que ocorre, no Brasil, tencionado pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A Comunidade a qual dirigimos nosso olhar é organizada em torno da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI, um Assentamento estruturado de forma coletiva, desde a produção, agroindustrialização e comercialização do que é produzido pelas famílias assentadas, até a vivência coletiva das mesmas. Tem por base o trabalho coletivo, no qual todas as pessoas têm responsabilidade sobre as discussões, encaminhamentos e execução das decisões tomadas pelo coletivo.

Este Assentamento está situado em Paranacity, noroeste paranense, e é composto por vinte e cinco famílias que, desde de 1993, a partir da luta, persistência e resistência, vêm se propondo à garantia de uma vida digna das pessoas que ali vivem, empunhando a bandeira da Reforma Agrária como uma política de Estado imprescíndivel para a superação das desigualdades e transformação da realidade social em nosso país.

Direcionamos nosso olhar às relações de trabalho ali efetivadas, na perspectiva de analisar sua capacidade formadora e educativa.

O MST entende a Educação como espaço de formação de seus sujeitos; todavia, esta não se efetiva somente através da educação formal, mas também, e inclusive, nos processos de luta e resistência, dos quais os sujeitos que integram o MST são os protagonistas. Desta forma, ao discutir a formação dos sujeitos em um Assentamento Coletivo do MST, procuramos evidenciar as ações destes na perspectiva de compreendê-los como sujeitos que, dentro da luta de classes, se propõem, dentro dos limites postos, a construírem uma alternativa de organização do trabalho que se aponta como a principal matriz formadora em tal realidade.

A categoria trabalho tem uma interferência concreta no conjunto das relações sociais desenvolvidas no Assentamento. Além de o trabalho ser a força propulsora para efetivação das condições materiais que garantem a existência da Cooperativa – que, por sua vez, garante a existência material dos sujeitos que a compõem – e por possuir esta característica intrínseca a sua materialidade, o trabalho passa a desempenhar papel fundamental na formação de todos os sujeitos envolvidos.

O presente esforço foi elaborado a partir da vivência no Assentamento e do vínculo orgânico do pesquisador com o MST. Para elaboração desta reflexão, direcionamos nosso esforço na perspectiva de identificar o papel da categoria trabalho na formação do sujeito Sem Terra, bem como sua centralidade na construção teórica do próprio MST.

TRABALHO RURAL E EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO TREZE DE ABRIL: ANÁLISE DO PROJETO DE ESCOLA INTEGRAL DA EMEIF LEONNOR MENDES DE BARROS

SAMILA BERNARDI DO VALE *
Universidade Federal de São Carlos
samila_84@hotmail.com

O presente trabalho se trata da sistematização de dados que estão ligados a um projeto de mestrado em andamento desde março de 2009, pelo programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos. As informações organizadas neste texto são resultados da pesquisa referente ao projeto atual e de dados obtidos em projeto de extensão de 2005 a 2006 realizado no assentamento Santo Dias, coordenado pelo Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem –Terra, em Ribeirão Preto e pesquisa de iniciação científica sobre a temática Trabalho Rural e Educação, nos anos de 2007 e 2008, realizadas durante a graduação na Universidade de São Paulo. No primeiro momento será apresentado um breve histórico sobre a luta pela terra no Brasil e o surgimento do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem- Terra (MLST). Em seguida o texto vai tratar do assentamento Treze de Abril, no município de Restinga, e da EMEIF Leonnor Mendes de Barros, localizada neste assentamento. Objetiva-se nesse momento da exposição, dar enfoque a questão do desempenho não satisfatório que os alunos desta instituição apresentaram na avaliação municipal aplicada em 2007 a todos os alunos que terminaram a primeira fase do ensino fundamental e ingressaram na segunda fase nas escolas (urbanas) do município de Restinga e ao projeto de escola integral elaborado pela equipe gestora da escola e uma comissão de pais afim de atingir as exigências por parte da avaliação. No terceiro momento do trabalho será iniciada uma discussão sobre a importância ou não de uma educação específica para o campo partindo da problemática do trabalho em meio ao capitalismo contemporâneo e o reflexo na reorganização do espaço rural, com a mecanização e informatização, o uso de insumos industrializados, as agroindústrias e um conjunto de atividades não-agrícolas, para em seguida fazer a relação entre Trabalho Rural, na perspectiva do “novo rural” e educação.

TRAJETÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

ALÍCIA FELISBINO RAMOS *
Universidade Ferderal de Uberlândia
aframos@centershop.com.br

Este trabalho tem por objetivo traçar o percurso histórico da educação profissional no Brasil, destacando como esta foi instituindo uma identidade voltada para atender às necessidades do mercado. As leis educacionais informam, então, a materialização de perspectivas políticas que, por sua vez, refletem as demandas do capital em relação ao mundo do trabalho. Contudo, a observação do histórico da rede profissional apresentada pelos governos demonstra em especial em sua fundamentação atender basicamente aos mesmos objetivos do momento de sua criação no país, um século atrás em 1909, cuja justificativa do governo era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência.

Eixo Temático:

História, idéias pedagógicas, currículo e avaliação

A FILOSOFIA COMO MATÉRIA DE ENSINO: HISTÓRIA E QUESTÕES METODOLÓGICAS

DALTON JOSÉ ALVES *
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
dalton2006@gmail.com

O presente texto tem como base pesquisas realizadas no mestrado e no doutorado na área de filosofia e história da educação, realizadas na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, bem como baseia-se também em outras leituras e estudos posteriores. A filosofia como matéria de ensino, sua história e questões metodológicas, refere-se a uma abordagem que visa tratar de modo panorâmico sobre como se realizou e tem se realizado o ensino de filosofia nas escolas de nível básico no Brasil e em outros países, neste caso deu-se preferência àquelas experiências que direta ou indiretamente têm mais proximidade com a realidade brasileira. Então, em cada caso, se faz referência a alguns dados históricos de como se desenvolveu a introdução da disciplina filosofia no currículo do nível básico e depois comenta-se um pouco do método de ensino aplicado, quais os modelos em conflito, como se organiza a avaliação etc. Em se tratando do ensino de filosofia no Brasil, coloca-se alguns problemas de ordem didático-metodológicas e depois apresenta-se um resumo da história da presença/ausência da filosofia na história da educação escolar brasileira. Por fim, apresenta-se algumas perspectivas atuais que envolvem a luta política sobre a introdução da filosofia no currículo do ensino médio, bem como quais são os desafios atuais que a realidade do ensino em sala de aula apresenta aos professores de filosofia e que necessitam de uma resposta urgente, tanto do ponto de vista didático-metodológico quanto da formação dos professores.

ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

THAIS CRISTINA OLIVEIRA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
thais_educa@yahoo.com.br

O presente artigo teve como propósito analisar a influência da Pedagogia Histórico-Crítica e oferecer um debate no campo da Educação Física. Consideraram-se os trabalhos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) dos anos de 2005 e 2007. Objetivou-se mapear, identificar e analisar nos Anais os estudos que abordaram a Pedagogia Histórico-Crítica. Para a investigação serviu-se dos Anais em CD-ROM, os quais foram produzidos e distribuídos pela comissão organizadora do evento. O método de análise utilizado foi o quantitativo-qualitativo. Nos trabalhos publicados nos Anais, percebeu-se que todos tiveram como citação o principal autor da Pedagogia Histórico-Crítica. Nos estudos utilizaram a pedagogia Histórica - Critica para a estruturação e análise dos referidos trabalhos. Nitidamente identificou-se que de maneira intrínseca todos os trabalhos possuíam a abordagem construída por Saviani no ano de 1979 e a importância dessa concepção de educação para o campo da Educação Física principalmente no que tange a formação de professores. Com a análise dos estudos notou-se que o campo de investigação da Educação Física sofreu as mesmas influências que a Pedagogia em geral. O palco da Educação Física perpassou por processos de transformação educacional desde a República até os dias atuais. Estes processos inovadores ou os quais tentam ser e são necessários para uma melhor qualidade no ensino. Nessa conjuntura verificou-se o quão são importantes trabalhos dessa proporção, pois se tornam veículos de difusão do saber produzido nas entidades acadêmico-científicos, devido ao fato de proporcionar o conhecimento de determinada área, bem como entender facetas da Educação e Educação Física em geral.

A PEDAGOGIA LIBERTÁRIA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL

ANGELA MARIA SOUZA MARTINS*
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
amsmartins@alternex.com.br

A Pedagogia Libertária e a Educação Integral

Eixo Temático: História, idéias pedagógicas, currículo e avaliação

Nosso trabalho tem como objetivo principal a reflexão sobre as contribuições que a Pedagogia Libertária trouxe para pensar a educação integral, uma educação que une trabalho manual e intelectual, de modo a formar o homem em seus diferentes aspectos: intelectual, moral, político e artístico. A defesa deste tipo de educação esteve presente nas propostas do movimento operário de inspiração anarquista, principalmente no final do século XIX e início do século XX. O movimento operário buscava, por meio da educação, transformar a consciência dos trabalhadores e de seus filhos para realizar a revolução sócio-cultural. Três autores são fundamentais para pensar a Educação Integral na Pedagogia Libertária: Bakunin, Paul Robin e Ferrer y Guardia. Bakunin defendia a educação integral e acreditava que os trabalhadores deveriam estar em contato com as conquistas científicas, porque precisavam ser intrumentalizados para enfrentar as classes privilegiadas e o poder de Estado. A educação integral seria um dos caminhos para conquistar a igualdade entre os homens. Bakunin lutava para acabar com a dualidade educacional, ou seja, a existência de um tipo de instrução para as classes privilegiadas e outra para o proletariado, por isso passou a lutar pela educação integral para todos. Paul Robin considera o homem segundo duas concepções: como um ser em si mesmo, independente, completo por si só, que deve ter o direito de desenvolver todas as suas faculdades e também como membro de uma coletividade que deve contribuir com seu trabalho para todos. Paul Robin defendia a implantação de uma educação integral, que abriria caminho para construir um novo tipo de sociedade e também possibilitaria à formação plena do homem, dando-lhe acesso a totalidade dos conhecimentos humanos. Segundo ele, os homens constroem sua visão de mundo a partir do que aprenderam. Ferrer y Guardia defendia uma educação racional completa e harmoniosa que desenvolvesse a formação da inteligência e do caráter e a preparação de uma pessoa física e moralmente equilibrada. Para Ferrer y Guardia, o homem é um ser complexo pois conjuga coração, inteligência e vontade, por isso não podemos habituar as crianças a obedecer, a crer e a pensar, segundo as diretrizes da pedagogia tradicional. Concluímos que Bakunin, Paul Robin e Ferrer y Guardia defendiam os métodos ativos, com a finalidade de preparar os estudantes para o trabalho e também incentivar a militância. Respeitavam a liberdade da criança, sua espontaneidade, as características de sua personalidade, sua independência, seu juízo e espírito crítico. Essas propostas educacionais iniciaram a discussão sobre a educação integral.

Palavras chaves: História das idéias pedagógicas, Pedagogia Libertária, Educação Integral.

A POLÍTICA CURRICULAR E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO NEOLIBERAL.

RACHEL AGUIAR ESTEVAM DO CARMO *
Universidade Federal Fluminense
raec1982@yahoo.ccom.br

O presente trabalho é uma tentativa de compreender as mudanças das políticas educacionais no período neoliberal, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990.

Utilizamos um conceito denominado política curricular, desenvolvido pelo professor da Universidade de Valença Gimeno Sacristán para fundamentar a tese de que as mudanças das políticas educacionais, no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, a partir do final do século XX, estão voltadas para alterar as organizações do saber e a prática educativa em sala de aula. Organizar o saber e as práticas educativas são dimensões de estudo da teoria curricular, por isso defendemos que as últimas mudanças jurídico-politicas focam nas estruturas curriculares, transformando radicalmente a forma e o tipo de conteúdo a serem trabalhados pelos professores e estudantes universitários.

Faremos um percurso histórico das políticas educacionais começando pela Declaração de Bolonha, idealizado na Europa. Tal Declaração representa o primeiro passo para políticas curriculares para o ensino superior de dimensões transnacionais, além de influenciar, no Brasil, a elaboração do projeto Universidade Nova, idealizado pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia e contando com apoio e adesão da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do ABC. A arquitetura curricular da Universidade Nova altera radicalmente a estrutura atual das universidades brasileiras. Além do projeto, o governo Lula publica o Decreto Presidencial nº. 6.096 de 24 de abril de 2007, através do qual institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – o REUNI. Tal Decreto Presidencial respalda as alterações estruturais e curriculares indicadas no projeto Universidade Nova.

Segundo esse novo formato de universidade, a disciplina (que é a base da grade curricular atual e é onde se concentram conteúdos) ganha novas disposições, com a finalidade de dinamizar os conteúdos e de retardar a escolha profissional dos universitários.

As políticas curriculares neoliberais atuam para moldar as universidades na superfluidade nas relações sociais, conforme escrito por Ricardo Antunes.

As conseqüências para esse tipo de organização curricular são a ausências de projetos autônomos, elaborados nas próprias universidades e o aprofundamento da autonomia conservadora, idéia que se inicia a partir do neoliberalismo no Brasil e que significa a deliberação de políticas curriculares fora do espaço universitário.

Discutir projetos atuais é tentar contribuir para novas propostas curriculares que visem à superação da dualidade capital/trabalho. Partindo desse princípio, estaremos dialogando em prol de elaborações curriculares que pautem na formação onilateral dos universitários. Construiremos, assim, coletivamente, um currículo de novo tipo.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DO XIX AO SÉCULO XXI ANALISANDO A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JANE APARECIDA GONÇALVES DE SOUZA*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
jane.souza@ufjf.edu.br

Este trabalho faz parte da dissertação Avaliação X relações de poder: um estudo do Programa Nova Escola/ Rio de Janeiro defendida em 2007 pelo Programa de Ciências Sociais da UFJF, neste artigo é apresentado um estudo sucinto da politica educacional brasileira, bem como uma análise da politica educacional do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo analisar as relações de poder (disputas internas) que perpassaram o período educacional sob a gestão do senhor Leonel Brizola. Neste sentido é possível inferir que as relações de poder estão imbuídas em cada momento histórico. As políticas educacionais do Rio de Janeiro a partir dos anos 80 do século XX foram repletas de jogos políticos de interesses, tendo na figura do senhor Leonel Brizola a representatividade do líder carismático, que influenciou e ainda influencia o curso da evolução histórica do Rio de Janeiro, ele foi capaz de provocar nas pessoas reações dicotômicas entre amor e ódio nos seus ideais .

A PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES NO BRASIL

JOSÉ LUÍS FÉLIX *
Faculdade de Ciências e Letras
zeluis@femanet.com.br

Esta pesquisa concentra-se na produção lingüística publicada pelos imigrantes alemães no Brasil. O espaço político-geográfico cobre o sul do Brasil e os principais estados que acolheram os imigrantes. A marca temporal vai de 1824, marco inicial da imigração alemã para o Brasil, até 1937, época da nacionalização promovida pelo governo brasileiro no início da Segunda Guerra Mundial. Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes alemães notaram a necessidade de educar seus filhos, conforme a tradição germânica. Fundaram escolas e começaram a organizar um sistema educacional. A construção, a manutenção e o desenvolvimento exigiram muitas reuniões e discussões acerca da infra-estrutura, do currículo, do perfil dos professores e da formação de recursos humanos. O resultado destas reuniões era registrado em atas, relatos e, não raro, resultavam em publicações. Muito polêmico era o ensino do português aos imigrantes e este tema provocou constantes discussões não só nas áreas de colonização como também fora delas. Assim, acumulou-se ao longo da história dos imigrantes no Brasil uma quantidade relativamente grande de conhecimento lingüístico, ora sobre o ensino do português, ora sobre o ensino do alemão. Esta produção lingüística dos imigrantes alemães encontra-se dispersa nos acervos sobre imigração alemã e ainda não foi devidamente sistematizada. Por estar em alemão, no estilo gótico, este conhecimento raramente consta da história oficial acerca da educação e dos imigração em geral.

A SÉRIE BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA E SUA PRESENÇA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS NO PÉRIODO DE 1930 – 1946: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS NORMALISTAS.

BELISSA PINHO JAMBERSI *
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
luaradapj@yahoo.com.br

O presente projeto de Mestrado é fruto de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPESP, com vigência de um ano (fevereiro/dezembro de 2008) tendo como objeto de estudo a investigação da educação durante os anos dourados da Primeira República brasileira e a formação intelectual dos normalistas da cidade de São Carlos, no período de 1911 a 1930, procurando apontar como que a formação de cunho humanística e o ensino propedêutico irradiavam ou não o ideal republicano a partir do qual a educação era entendida como uma alavanca para o progresso. A pesquisa realizada durante a graduação mostrou que a Antiga Escola Normal de São Carlos, produziu uma revista pedagógica denominada Excelsior! a qual servia como um aparato pedagógico de novas metodologias de ensino. A análise de seus artigos evidencia o modo pelo qual o reflexo do contexto histórico nacional influência a concretização de uma forma específica do processo de organização do campo escolar, que já por volta dos primeiros decênios da Republica Nova, os cursos de formação de professores sofria o entrave ideológico de duas correntes pedagógicas distintas: o humanismo versus a concepção moderna de Educação. Pretende-se no Mestrado, apontar como que a concepção moderna de educação ganhou forças na década de 30 influenciando um novo perfil de professor e uma nova ideologia educacional tendo como objeto de análise, a coleção “Atualidades Pedagógicas” (no período de 1930 a 1946). É importante ressaltar que a coleção “Atualidades Pedagógicas” faz parte da Série Biblioteca Pedagógica Brasileira dirigida por Fernando Azevedo, protagonista do Manifesto dos Pioneiros em 1932.

CONCEPÇÃO POLÍTICA E HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS

ARMINDO QUILLICI NETO*
Universidade Federal de Uberlândia
armindoqn@terra.com.br

O texto trata do desvelamento da concepção política que sustentou a implantação e desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, desde a vinda da Família Real até o período contemporâneo. A questão que norteia o texto tenta identificar qual concepção foi vigente na constituição da Educação Superior brasileira. O artigo aponta, ainda, que a necessidade da Educação Superior se deu diante da vinda da Família Real, uma vez que o país não dispunha de infra-estrutura básica para o fornecimento de serviços que atendiam o sistema que estava sendo implantado. Sendo assim, o século XIX assistiu a influências de algumas correntes de pensamento que já eram vigentes na Europa. O país recebeu influência de concepções fundadas no Ecletismo, que por sua vez, tinha raízes no Naturalismo e no Liberalismo Político. No período da República, principalmente nas primeiras décadas, buscou-se demonstrar a presença forte do Liberalismo e principalmente a implantação dos ideais do Positivismo. Esses ideais foram marcantes para o desenvolvimento dos novos projetos de educação que o país buscou implantar após o rompimento com a educação da Igreja católica. Em meio ao espírito de mudanças, educadores lutavam por uma educação leiga, em que o Estado respondesse pela responsabilidade da educação. Por meio de análise histórica e política da educação, localiza-se a legislação que deu sustento à formação das escolas superiores, principalmente a Reforma Francisco Campos, a Reforma Universitária, de número 5.540/68, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº. 10.172, em 09 de janeiro de 2001. Os autores que sustentaram a referida reflexão foram: AZEVEDO (1971), ANTUNHA (1975), BRZEZINSKI (1996), CUNHA (1986), CURY (1978), FAORO (1958), FÁVERO (1998), FIGUEIREDO (2005), FRANCA (1952), LAUWERYS (1969), LEITE (1989), NAGLE (1976), PAIM (1974), SCHWARTZMAN (2005), e outros.

DA PRÁTICA DO ENSINO À PRÁTICA DE ENSINO: OS SENTIDOS DA PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL DO SÉCULO XIX.

SHIRLEI TEREZINHA ROMAN GUEDES *
Universidade Estadual de Maringá
shirleirguedes@gmail.com

ANALETE REGINA SCHELBAUER
Universidade Estadual de Maringá
analeteregina@yahoo.com.br

Este trabalho foi elaborado com base na pesquisa desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Educação, na Universidade Estadual de Maringá que versa sobre a constituição histórica da Prática de Ensino e sua importância na formação de professores. A Prática do Ensino como modalidade de formação de professores foi no século XIX, uma maneira de preparar o professor primário, mesmo depois da criação da Escola Normal em seus primeiros anos. Por duas ocasiões no período do Império, a legislação oficializou a formação por meio da Prática do Ensino. Nessas legislações, a formação do professor acontecia por meio do conhecimento prático do Método de Ensino Mútuo, ou sob a forma de professores-adjuntos. Essa modalidade de formação, em que a prática é o ponto de partida, foi implantada para suprir a necessidade de professores em um período em que as escolas normais ainda não haviam sido criadas ou as mesmas eram abertas e fechadas por falta de alunos. Com a consolidação da Escola Normal como lócus de formação do professor a partir da década de 70 do século XIX, a Prática de Ensino passa a acontecer na Escola Anexa ou Escola Modelo, local em que o aluno da Escola Normal aprendia na prática como ser professor. Depois da implantação da Escola Normal, a formação do professor deixa de ser exclusivamente na prática. Sob esta perspectiva, buscamos compreender em que momento e de que forma a Prática de Ensino se configurou e como influenciou a formação de professores na Escola Normal. Abordamos a transição entre a Prática do Ensino e a Prática de Ensino, diferenciando o primeiro modelo como aquele em que a prática acontecia de forma ‘artesanal’, por meio da convivência, observação e imitação de outro professor. No segundo modelo, a formação do professor estava ancorada nos estudos desenvolvidos na Escola Normal e a prática era desenvolvida na Escola Modelo anexa à Escola Normal.

DESSERIAR O ENSINO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UMA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR TEMA GERADOR NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

DELMA MARCELO DOS SANTOS *
Universidade Federal do Estado do RIo de Janeiro
delmagjpt@ig.com.br

O presente trabalho constitui-se de um texto teórico-reflexivo sobre um estudo de caso em uma escola do município de Duque de Caxias, RJ, recém municipalizada, que vem tentando construir práticas pedagógicas que possam ser caracterizadas como práticas ligadas a organização escolar ciclada. A referida rede municipal organiza-se em Ciclos de Alfabetização a partir dos três primeiros anos de escolaridade e depois retoma a seriação do 5º ao 9º ano.

Este texto faz parte de um momento inicial da análise de dados de minha pesquisa de Mestrado. O objetivo da pesquisa é identificar no cotidiano da escola pesquisada práticas de mediação pedagógica que possam ser associadas à organização escolar ciclada. A princípio imaginei ser possível encontrar práticas genuinamente cicladas. O cotidiano escolar me mostrou que isto não é possível, pois o cotidiano escolar é um todo complexo formado por inúmeras influências. O que tenho encontrado são práticas híbridas que ora mostram-se como inovadoras, ora comprometidas com práticas tradicionais da organização da cultura e dos saberes escolares.

Metodologicamente venho realizando desde o segundo semestre de 2008 observações em três turmas (uma de 1º, outra de 2º e outra de 3º ano de escolaridade), análise de documentos da escola pesquisada e da Proposta Pedagógica da rede municipal de ensino. Está previsto para o primeiro semestre de 2009 a realização de entrevistas com as professoras regentes das turmas observadas e com pessoas que participaram da reformulação curricular responsável pela inclusão da organização curricular em Ciclos de Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O objetivo desta apresentação é lançar questionamento ao objeto de estudo e à bibliografia selecionada sobre Ciclos, escolaridade, currículo e ensino/aprendizagem, sabendo que ainda não é possível responder a todos neste momento da pesquisa.

Segundo Fetzner (2008) é recente pensar, na escola, que todos têm condições de aprender. Durante muito tempo a escola seriada, baseada numa organização de conhecimento pré-estabelecida à priori, naturalizou o sucesso de poucos e o fracasso de muitos no campo da aprendizagem. A escola em ciclos, em especial em Ciclos de Alfabetização, tem se configurado como uma alternativa política e epistemológica à escola seriada, se constituindo uma possibilidade de construção de uma escola diferente, inquieta e que busca outra maneira de pensar a educação (FERNANDES 2008).

Na efetivação desta organização do ensino podem ser encontradas algumas possibilidades que apontam para uma construção de uma educação menos reprodutora das desigualdades sociais, mas também, são visíveis alguns limites e desafios.

DOS EXERCÍCIOS DEVOTOS AOS EXERCÍCIOS DE AGULHA: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DAS MENINAS DESVALIDAS DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DA PIEDADE, 1925-1930.

ALEXANDRE RIBEIRO NETO *
Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro
alexandreribeironeto@bol.com.br

Nosso trabalho tem como objetivo analisar o currículo das meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, interior do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1925 a 1930. Utilizamos como fontes primárias os Relatórios de Compromissos e as Atas da Câmara Municipal, para conhecermos a cidade na década de 1920. Procuramos conhecer quais eram os projetos dos legisladores para a instrução pública, relacionando o Educandário com as demais instituições de ensino. Em nossa pesquisa apresentamos a seguinte hipótese: havia a preocupação de formar as meninas para serem mães de família e mulheres virtuosas, essas práticas baseavam-se na moral cristã, nas Escrituras Sagradas e na tradição.O currículo do educandário era composto por aulas de rudimentos da geografia e histórias pátrias, música, desenho linear, trabalhos de agulha e costura.Assim, consideramos que as meninas órfãs eram educadas para reconstruírem os laços familiares rompidos, através da formação de novos lares, de modo que fossem boas mães, capazes de cuidar da casa e dos filhos, afastando-se da prostituição e do ócio, postura que cumpria as metas estabelecidas pelos legisladores, que se preocupavam com a malandragem dos meninos desvalidos. Pretendemos também dialogar com autores que se dedicam ao estudo do tema como FERNANDES (2007), que analisa as casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina em Portugal, Schueller (2001), que estuda a atuação Associação Protetora da Infância Desvalida no Rio de Janeiro, HISLDORF (2005), que lança luzes sobre o Seminário das Educandas de São Paulo, MADEIRA (2008), que em seu recente trabalho apresenta a pedagogia feminina das casas de caridade fundadas pelo Padre Ibiapina no Nordeste. Utilizaremos também as reflexões de MARCÍLIO (2006) e VENÂNCIO (1998), sobre a história da criança abandonada no Brasil.

EDUCAÇÃO COMO MISSÃO? FRANCISCANAS DE UMA ORDEM ALEMÃ NO BRASIL (1937-1961)

ANTONIETTE CAMARGO DE OLIVEIRA *
Universidade Federal de Uberlândia
antoniette@bol.com.br

WENCESLAU GONÇALVES NETO
Universidade Federal de Uberlândia
wenceslau@ufu.br

Objetivos: Confirmar a suspeita de que os franciscanos em geral e as Franciscanas de Dillingen em particular deixaram sua marca e contribuição para a formação do campo educacional e cultural brasileiro; compreender os contextos da fundação desta Ordem religiosa e o que marcou sua vinda para o Brasil. No Rio de Janeiro foram fundadas 2 instituições educacionais: os Colégios “Santa Maria” e “Santo Antonio”, respectivamente em 1940 e 1942, sendo que na Paraíba esta Ordem tomou para si a direção de um Colégio já existente, o atual “Santa Rita”, fundado em 1911, e cuja direção passou às mãos das Franciscanas de Dillingen a partir de julho de 1937. Considerou-se os interesses políticos, os interesses da Igreja católica, dos Franciscanos e da Congregação referida entre 1937 e 1961. Considerou-se seus modos de pensar/visões de mundo; as disciplinas e cursos oferecidos no decorrer do período proposto; questões como disciplinarização, comemoração e formalidades. Metodologia/fontes: Analisou-se a produção acadêmica sobre a História da Educação brasileira dentro do período proposto; sistematizou-se algumas fontes de pesquisa, a princípio no Rio de Janeiro, nos arquivos dos referidos Colégios. Criou-se séries de dados através de: fichas de alunos (nacionalidade/descendência, sexo, entrada e permanência, curso e outros). Prevaleceu o caráter qualitativo das análises, considerando igualmente os tipos e quantidades de fontes. Assim, além das fontes já citadas, tomou-se contato com fotos; regulamentos e regimentos internos; regras e crônicas da Ordem religiosa. Assim, uma bibliografia geral (História) e outra específica (História da Educação), foram cruzadas com as evidências sistematizadas. Foram feitas ainda entrevistas com ex-alunos(as), ex professores(as). Conclusões: Houve no ano de 1936, um grande empenho por parte dos bispos brasileiros no sentido de abrir escolas católicas. As Irmãs, por sua vez, em muitas de suas crônicas, enfatizam sua “expulsão” da Alemanha pelos nazistas, o que não se deu de forma direta. A luta contra o comunismo no Brasil, fez com que as escolas dirigidas pelas Irmãs alemãs fossem fechadas algumas vezes. A educação oferecida pelas Franciscanas de Dillingen apresentou-se enquanto missão evangelizadora; entretanto, tudo indica que seu investimento na educação das comunidades onde se instalaram teve um caráter para além do ideológico, sendo que devido às diversas circunstâncias ao longo de pelo menos 3 décadas o fator econômico teve grande peso. Fica perceptível que as franciscanas, por uma questão de sobrevivência, adaptaram-se ao Brasil, sendo que muito do que trouxeram consigo das suas formações originais foi aproveitado nos colégios que dirigiram.

EDUCAÇÃO GERAL: POSSIBILIDADES CURRICULARES NA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

CARMEN CÉLIA BARRADAS CORREIA BASTOS*
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
carmencbcb@yahoo.com.br

Do ponto de vista da história da universidade brasileira, o ensino da educação geral, com base humanista, teve, em sua breve existência, momentos de importantes embates político-acadêmicos para sua implantação. Destacamos a década de 1930, quando da criação da Universidade de São Paulo (USP), fato relevante para a discussão da temática, pois, naquele momento, fortalecia-se a ideia de um modelo universitário que se diferenciasse dos consagrados ensinos do tipo profissional, com a reunião de faculdades sob uma única administração, com base no autodidatismo vocacional. Sendo sempre alvo de críticas, a postura curricular de um ensino universitário mais amplo adotada pelos idealizadores da USP foi, aos poucos, perdendo forças dentro da universidade, e o caráter técnico/profissionalizante de formação universitária começava a predominar. A possibilidade de retomar um ensino que privilegie aspectos de formação humanista, contrapondo-se ao tecnicismo, tem sido discutida no contexto universitário brasileiro desde então, mas nem sempre tem encontrado espaço de implementação nas instituições de ensino superior, principalmente em relação à materialidade das propostas de formação acadêmica formalizadas nos projetos pedagógicas dos cursos de graduação. Discutimos, ainda, as ideias do Projeto de Reforma Universitária atualmente em tramitação, que apontam para uma possível configuração curricular, opcional às universidades, de ter um Ciclo de Formação Geral (CFG) como base do curso de graduação. Neste texto, defendemos uma formação universitária mais ampla, que vá além da dimensão especialista, hoje fortemente presente nas instituições de educação superior do Brasil.

EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL: APONTAMENTOS BÁSICOS

ANA PALMIRA BITTENCOURT SANTOS CASIMIRO*
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
apcasimiro@oi.com.br

Muitos dos preconceitos, hábitos, atitudes e omissões da nossa sociedade são resquícios de uma ‘mentalidade’ colonial, numa sociedade de senhores e escravos. Naquele contexto, se o lema da colonização portuguesa era a Dilatação da Fé e do Império, a Companhia de Jesus, administrando uma boa parte dos conflitos daquela sociedade, complementava este lema mediante a égide de atingir a Maior Glória de Deus e da Igreja. O presente texto, a partir de uma abordagem dialética inspirada em Lucien Goldmann e mediante leituras das representações culturais do período colonial, segundo a concepção de Roger Chartier, conceitua e apresenta características do pensamento educacional no Brasil colonial, mapeia as transformações ocorridas nos séculos coloniais, enumera as principais ordens religiosas envolvidas na educação colonial e considera sobre as modalidades de educação aqui ministradas. A seguir, confronta as idéias pedagógicas e religiosas dos intelectuais coloniais, considerados aqui como intelectuais orgânicos, uma vez que catalizavam os conflitos advindos da situação de escravidão em larga escala. Também se inserem neste quadro as idéias religiosas e pedagógicas contidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, promulgadas em 1707, uma vez que foram idealizadas e escritas por uma equipe de peritos convocados para o Sínodo. Ademais, o presente texto analisa o grau de consciência desses autores acerca do fato concreto da escravidão.

ESCOLA NOVA, IGREJA CATÓLICA E ENSINO DE LITERATURA FRENTE À “PERVERSIDADE” DE AUTORES FRANCESES

MARIA LUCIA AMORIM SOARES *
Universidade de Sorocaba
maria.soares@prof.uniso.br

ELIETE JUSSARA NOGUEIRA
Universidade de Sorocaba
eliete.nogueira@prof.uniso.br

LEANDRO PETARNELLA
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
leandro-nunes@uol.com.br

O movimento de republicanização da República pela difusão do processo educacional – movimento de matriz nacionalista e voltado principalmente para a escola primária, exposto publicamente através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, exigiu uma reação peremptória daqueles pertencentes à Igreja Católica, que faz publicar, então, uma coleção de manuais de Língua Portuguesa a ser adotada por suas escolas. Respeitar sempre a moral mais rigorosa, pelo culto a Deus, à Pátria, à Família tendo como meta suprema a Literatura e seu alvo soberano a Glória de Deus e a Salvação das Almas era o objetivo da coleção. Assim, o conhecimento da literatura francesa se fazia necessária antes de combate-la ou favorece-la para repelir os “venenos”, como os escritores rebeldes / pornográficos, e assimilar as “vitaminas”, como os escritores que amavam a Deus assegurando a ordem à sociedade.

ESCOLAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PARAHYBA DO NORTE: A DISCIPLINA PEDAGOGIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO*
Universidade Federal da Paraíba
acfp@terra.com.br

Este trabalho é parte da pesquisa de amplo espectro temporal que se encontra em andamento intitulada: História da Disciplina e da Pesquisa em História da Educação na Paraíba (1886 - 2007). Entretanto, aqui me deterei em analisar como o ensino de história da educação foi desenvolvido em instituições voltadas para a formação de professores na Parahyba do Norte, no período de 1886 a 1893. Nesse sentido, pretendo verificar se a tese generalista e amplamente difundida pela historiografia brasileira de que o ensino da História da Educação não se constituiu como disciplina nas estruturas curriculares nos primeiros cursos e/ou instituições destinadas à formação de professores. Assim, objetivo a partir dessa questão analisar as prescrições que foram estabelecidas no sentido de qualificar o professor que deveria ensinar no “ensino primário” ou “elementar” na Província paraibana. Temos alguns indícios que no caso da Província da Parahyba do Norte o ensino de História da Educação pode ter ocorrido no âmbito da disciplina Pedagogia quando foi indicada a possibilidade de discutir “noções gerais sobre a ciência da educação e suas idéias capitais”. Esse aspecto, portanto, nos remete a possíveis estudos que tenham se desenvolvidos no tocante à constituição de sua própria história, ou seja, a história do fazer pedagógico.

Pauto a discussão à luz das reflexões realizadas por Goodson (1995) no que concerne aos processos de escolarização e de Chervel (1991) que discute, mais especificamente, sobre a história das disciplinas escolares. Utilizo como fonte os regulamentos do Externato Normal (1884) e da Escola Normal (1893), além dos relatórios das diretorias instrução pública.

Assim, é possível concluir, mesmo que provisoriamente, que a gênese do ensino de história da educação tenha se processado nesse contexto, ou seja, no âmbito das discussões "capitais" da pedagogia. Posteriormente, foi configurada a disciplina de fundamentos da educação, aonde se encontravam numa só disciplina conteúdos relacionados á filosofia, história e sociologia da educação.

IDEÁRIO EDUCATIVO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

FABIANE LOPES OLIVEIRA *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
binane@uol.com.br

ROSA LYDIA TEIXEIRA CORRÊA
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
rosa.correa@pucpr.br

O presente estudo tem como propósito apresentar alguns aspectos de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, sobre o Colégio Martinus, criado no seio da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, por imigrantes alemães. Analisa o ideário de educação presente na formação de professoras nesse Colégio, entre as décadas de 1960 e 1990, por meio do Curso Normal e do Magistério. O Curso Normal, oferecido nesse Colégio desde ano de 1968, foi autorizado pelo Decreto Estadual n. 13.302 de 4/12/1968, tendo se dado a execução do plano experimental por meio da Resolução n. 48/70, do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Foi reconhecido pelo Decreto Estadual n. 662 de 17/08/1971. Os dados apresentados neste texto são parciais. Os ideários educativos são analisados por três Regimentos do Colégio (1975, 1976 e 1987), bem como de um Relatório de professores do ano de 1971. Os resultados indicam a presença híbrida de ideário educativo, composto de um lado, por uma compreensão Evangélica Luterana (Cristã), concomitantemente à formação da professora normalista voltada para questões de cunho exclusivamente feminino (Higiene e Puericultura, Artes na Educação, Educação para o Lar), e de outro, pela influência do pensamento renovador e tecnicista até o ano de 1976. Nesse período o Curso Normal foi ofertado somente para o sexo feminino. O Relatório de professores do colégio, além de explicitar a concretização da proposta de formação, sobremaneira feminina da normalista, aponta para a sua especificidade, considerando a pouca capacidade intelectiva das alunas para a apreensão de conhecimentos, por exemplo, de ordem matemática. A partir do ano de 1976, a formação de professores passa a ser feita em Curso de Magistério, organizada segundo os ditames da Lei n. 5.692/71. Desta forma, é possível constatar a supressão do ideal de formação feminina pela formação, cujas características incorporam aspectos importantes de profissionalização, em consonância com o modelo já adotado de modo geral pelas instituições formadoras com o mesmo propósito. Constata-se que somente decorridos seis anos da promulgação dessa lei é que essa instituição submeteu-se àquelas exigências quanto à formação de professores em curso de magistério.

INTERFACE ENTRE CINEMA E CURRÍCULO DE HISTÓRIA

CELSO LUIZ JUNIOR*
Universidade Estadual de Londrina
celsoluizjunior@gmail.com

TERESA KAZUKO TERUYA
Universidade de Brasília
tkteruya@gmail.com

Na atualidade, as escolas são meios de produção e reprodução de conhecimento, processando e estabelecendo trocas culturais constantes com a Cultura Midiática. Sendo o cinema um produto da mídia e da indústria cultural muito presente na sociedade e na escola atual, propomos neste artigo uma reflexão sobre a interface entre o cinema e currículo da disciplina de história, acreditando que a escola e a disciplina mais que difusão e apropriação dos conteúdos escolares deve ter também, a finalidade de preparar professores e alunos para sistematizar e proporcionar um olhar mais crítico desse objeto da cultura da mídia.

O CANTO DISCIPLINARIZADOR DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

ANDRÉA ACETI GURGEL *
Universidade do Rio de Janeiro
andreaaceti@gmail.com

DAYSE MARTINS HORA
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
daysehora@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa sobre a história do currículo da Escola Pública do Distrito Federal. Foi realizado um recorte na história da disciplina escolar - música, adotando por base as investigações que temos explorado sobre a concepção e desenvolvimento dos grupos escolares na Instrução Pública no Distrito Federal no final do século XIX e início do século XX. O objetivo central é identificar as funções sociais, educativas e musicais das canções no Hymnario do Distrito Federal, averiguando se os conteúdos existentes estão de acordo com as prescrições dos Programas escolares, discutindo as formas como são apresentadas e se possível às intenções pedagógicas que se configuraram no decorrer da história do currículo dos grupos escolares como estratégias para o progresso e civilização da nação. A investigação tem por base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental usando como fontes primárias, o Boletim da Intendência do Distrito Federal do Rio de Janeiro no período de 1893, quando foram criados os grupos escolares, até 1930, localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que serviram de fonte para a apreensão dos programas de ensino. Hymnarios e Cânticos Escolares foram encontrados na Biblioteca Nacional, setor Música, que serviram de base para a compreensão do emprego de determinados conteúdos nas canções escolares.

Palavras-chaves: História do ensino escolar de música, Grupos escolares, Hymnarios e Cânticos Escolares.

O CURRÍCULO DA PEDAGOGIA LIBERTÁRIA: ARTICULAÇÃO ENTRE O FORMAL E O NÃO-FORMAL

FERNANDA MATTOS CARPINTEIRO DOS SANTOS*
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
nandinhapedag@yahoo.com.br

O presente trabalho visa apresentar reflexões sobre o currículo defendido pela pedagogia racional libertária. Para tanto, será dada maior ênfase à realidade brasileira, especialmente no que tange ao período denominado de Primeira República. Em um primeiro momento, são discutidos os diferentes conceitos de educação, partindo da própria etimologia da palavra, para, em seguida, situar a pedagogia libertária dentro de um deles. Depois, busca-se apresentar as características das diferentes modalidades de educação, com o intuito de desconstruir interpretações equivocadas que levam à desconsideração de várias manifestações e experiências educativas. Traça-se um breve panorama histórico do início do século XX no Brasil, ressaltando as principais peculiaridades do anarquismo e a importância dada, pelo referido movimento, à educação. Faz-se menção a algumas práticas pedagógicas de certas instituições escolares ácratas, como a Escola Moderna nº 1, a Escola Moderna nº 2 e a Universidade Popular. Desse modo, destacam-se os principais objetivos e princípios do pensamento pedagógico libertário, que tem compromisso com a transformação da ordem societária vigente. Ressalta-se que o trabalho pedagógico libertário, cuja ênfase recai sobre a coletividade, ultrapassa os limites físicos da escola. Neste contexto, os periódicos assumiram importante papel. Isto porque se constituíram em um dos mais importantes veículos de divulgação das idéias anarquistas, podendo ser encontrados em diversos espaços. Dado o seu grande alcance, foram utilizados, especialmente no âmbito educacional, como poderosos recursos e valiosas fontes no processo de construção de uma consciência crítica e revolucionária. O grande ‘obstáculo’ encarado pelos libertários no mencionado período foi o analfabetismo. Neste contexto, os jornais foram fundamentais para a modificação desta situação, haja vista que vários indivíduos acabavam sendo alfabetizados por intermédio de sua leitura, a qual era realizada com base na cooperação. Outra peculiaridade abordada, no que diz respeito à imprensa libertária, é a presença de traduções nos jornais publicados. Estas tiveram grande importância, pois levavam ao conhecimento de muitos indivíduos, inclusive educadores, iniciativas bem sucedidas. Dessa maneira, serviam de ‘fonte de inspiração’ para que pudessem ser realizados projetos comprometidos com a transformação social. Conclui-se que as práticas curriculares são permeadas por relações políticas e de poder. Sendo assim, não se pode compreendê-las efetivamente sem entender como se processa as interações sociais e seus desdobramentos. O currículo, na perspectiva libertária, representa até hoje uma proposta bastante ousada, devido principalmente ao seu caráter de inovação. Além disso, implica em profundas mudanças não só no tocante ao sistema educacional, mas fundamentalmente na mentalidade daqueles que o conduz.

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA, OS CADERNOS ESCOLARES E A SALA DE AULA DA ESCOLA PÚBLICA

THELMA DE OLIVEIRA *
Universidade de São Paulo
thelma.o@gmail.com

A partir da constatação de que a escola pública se encontra dissociada do seu papel institucional moderno (DUBET, 1998), este trabalho buscou compreender como funciona o currículo de História em uma sala de aula da escola pública de São Paulo. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa na qual foram fotografados cadernos de alunos das classes observadas. Os cadernos foram analisados através de um aporte teórico híbrido, isto é, que preserva o horizonte de mudança social das abordagens críticas, mas com uma ampliação trazida pelo pensamento pós-crítico. Tomando os cadernos como dispositivos escolares (GVIRTZ, 1999) de não autoria (CHARTIER, 2002), isto é, naturalizados e invisíveis, observei que os conteúdos curriculares apresentam temas que são trabalhados de forma aligeirada e empobrecida, que não permitem o estabelecimento das relações que tornariam o conteúdo de História significativo para a compreensão do presente, idéia propagada em várias instâncias da História Ensinada (PCN, livro didático, discursos da professora, academia). Dessa forma, há um esvaziamento do potencial explicativo da disciplina, com a permanência de discursos retóricos legitimadores da disciplina que não correspondem às práticas da sala de aula, como é perceptível na análise dos cadernos escolares de História.

O CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UNICAMP: AS REFORMULAÇÕES CURRICULARES EM QUESTÃO (1974-1998)

LUCIANA CRISTINA SALVATTI COUTINHO *
Universidade Estadual de Campinas
lucoutinho@dglnet.com.br

Este artigo objetiva analisar as reformulações curriculares do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, ocorridas entre 1974 e 1998. Ao empreender tal tarefa, verificou-se que o projeto implementado a partir de 1998 é fruto de quatro reestruturações efetuadas ao longo de sua história, em confronto com as orientações da política de formação dos profissionais da educação que, por sua vez, foi-se definindo, concomitantemente, à conformação da política educacional em geral, ambas gestadas em função das mudanças na sociedade brasileira.

O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO HISTÓRICO ESCOLAR DE PERNAMBUCO

ANDREA AGNES SILVA PINTO SILVA PINTO*
Universidade Federal de Pernambuco
agnessilva@ufpe.br

Esse trabalho é parte de uma pesquisa concluída de Mestrado, apresenta resultados sobre como o Ensino Religioso foi se configurando no currículo das escolas públicas oficiais, em particular na Escola Normal de Pernambuco. Evidencia um embate entre a laicidade no ensino oficial e a Igreja Católica que se dedicará a defender o Ensino Religioso para retornar ao cenário civil, político e educacional, destituído com a constituição de 1891. A Escola Normal de Pernambuco foi estudada a partir da divisão do seu currículo em dois momentos: 1864-1888 e 1889-1916. Para compreensão da questão da laicização foi identificado as disciplinas de caráter religioso presentes e/ou não, nestes dois momentos. Para a Igreja, a retirada do Ensino Religioso do currículo das escolas públicas parece ter sido um dos mais polêmico e lamentado fato ocorrido em decorrência da Republica. Para os liberais, a laicidade tornou-se uma medida necessária para o progresso das ciências. A pesquisa foi baseada na Nova História e na História das Disciplinas Escolares e nos estudos que tem se desenvolvido sobre o Currículo. As fontes utilizadas, dentre outras, foram leis, relatórios, ofícios, grades curriculares, Cartas Pastorais e jornais

O MANUAL DIDÁTICO NA PEDAGOGIA DE ANÍSIO TEIXEIRA E PAULO FREIRE

MARIA LUCIA PANIAGO L. NEVES *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
mlpaniago@yahoo.com.br

SILVIA HELENA ANDRADE BRITO
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
shbrito@terra.com.br

Esta comunicação busca identificar no pensamento de Anísio Teixeira e Paulo Freire, o papel desempenhado pelo manual didático na relação do trabalho didático. Neste estudo, focalizaremos a pedagogia desses educadores, como referência para o entendimento sobre o manual didático no tempo histórico de suas produções intelectuais, ressaltando que, ainda hoje, os problemas fundamentais da educação brasileira discutidos por eles, permanecem presentes no debate educacional contemporâneo. A partir da investigação bibliográfica em obras desses e de outros autores sobre as suas respectivas pedagogias, pudemos constatar que ambos tiveram como mote a transformação nas bases da educação no Brasil – embora sob pressupostos diferentes. Em Anísio Teixeira observou-se a defesa da escola pública laica, gratuita e obrigatória para todos. Seu entendimento sobre a escola como a instância que possibilitaria a superação do subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil, levou-o a propor a organização de um sistema de ensino que operasse “profundas” mudanças na “velha escola”. Nessa perspectiva embora negasse a educação livresca, não negava a importância dos livros em geral, tendo no manual didático o complemento para as experiências realizadas pelos alunos. Já em Paulo Freire fica evidente que a educação era um ato político, portanto, conscientizadora e libertadora, pressuposto que determinou a sua proposta de educação. Ele foi assumidamente um educador comprometido com um projeto social e político, na perspectiva de uma educação como prática da liberdade. Liberdade entendida por ele como libertação do oprimido. A partir desse pressuposto propôs uma educação que, ao problematizar a realidade em que vivem os homens, conscientiza e liberta do opressor criando, assim, um método de alfabetização de adultos, que atendesse a esses propósitos. Por entender que as cartilhas tradicionais não elevavam os alunos a condição de sujeitos de sua própria história, aboliu-as adotando os Cadernos de Cultura Popular construídos a partir dos debates, entre coordenadores e participantes, sobre situações-problema, o que possibilitava a conscientização e concomitante alfabetização dos participantes. Tal qual Anísio Teixeira, Paulo Freire não dispensa o manual didático. Apenas substituiu este por outro que atendia melhor aos seus objetivos.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A PROPOSTA CURRICULAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PARA A GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL

GESILAINE MUCIO FERREIRA *
Faculdade Unissa de Sarandi
gesim@pop.com.br

DARLENE NOVACOV BOGATSCHOV
Faculdade Unissa de Sarandi
darlenenb@wnet.com.br

GISLAINE APARECIDA VALADARES DE GODOY DALCOLLE
Faculdade Unissa de Sarandi
gislainevaladares@hotmail.com

JANI ALVES DA SILVA MOREIRA
Universidade Estadual de Maringá
professorajani@hotmail.com

A autonomia escolar, a necessidade de participação da sociedade no processo de tomada de decisões da escola é uma ação e/ou discurso que se tornou consenso na atualidade das políticas educacionais, no contexto da gestão escolar. Atribuiu-se esse papel ao processo de elaboração e aplicação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) que na visão atual deve ser elaborado coletivamente e tem como um de seus elementos constitutivos a Proposta Curricular. O objetivo deste texto é refletir sobre os conceitos e o processo de elaboração e concretização do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular no contexto atual da gestão escolar concebida como democrático-participativa. Entende-se a temática como uma particularidade do planejamento educacional e das políticas educacionais que foram geridas no contexto das reformas educacionais neoliberais ocorridas a partir do final da década de 1980 no Brasil. Para dar conta das questões históricas que desencadearam esse processo faz-se uma contextualização sobre as políticas educacionais para a gestão escolar a partir desse período. Em seguida, compreendem-se os novos nuances e marcos práticos desses documentos no âmbito escolar. Tal pesquisa torna-se uma reflexão necessária para a práxis docente no contexto atual a fim de desvelar receituários e discursos que não visam uma transformação, mas apenas uma reprodução de consensos. Conclui-se que a gestão escolar, coordenada pelo profissional pedagogo, tendo como prática a elaboração e concretização de seus objetivos pontuados nos documentos de planejamento da ação educativa ainda não alcançou seus marcos decisórios, pois seus objetivos são contraditórios com à própria natureza do capital.

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIA NA REFORMA EDUCACIONAL DE 1930 EM GOIÁS.

APARECIDA MARIA ALMEIDA BARROS*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
cidaab@gmail.com

A Reforma Educacional de 1930 em Goiás foi resultado de uma modernização conservadora promovida pela oligarquia dominante à época, servindo-se da burocracia do estado e da imprensa oficial para mobilizar e divulgar as inovações preconizadas. Com o apoio técnico e intelectual de uma equipe de educadores enviada pelo governo de São Paulo, denominada “Missão Pedagógica Paulista”, esta reforma introduziu em Goiás um ideário pedagógico de inspiração escolanovista. Dentre as estratégias e ações que impulsionaram a reforma está a reorganização do ensino primário e do curso normal, a construção de grupos escolares, a formação de normalistas, treinamento de professores e inspetores escolares, aquisição de mobiliário e instrumentos de ensino, criação do ‘Jardim da Infância’, além da inclusão de trabalhos manuais no currículo obrigatório. Atos públicos com a presença da sociedade local eram organizados periodicamente pela burocracia do estado no sentido de divulgar os resultados imediatos conseguidos pelos intelectuais paulistas no intento de modernizar o ensino goiano.

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR: O DEBATE DAS TEORIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

GESTINE CÁSSIA TRINDADE *
Universidade Federal de São Carlos
gestine@ibest.com.br

Este ensaio tem como objeto a relação entre sociedade e educação escolar na contemporaneidade. Sua centralidade está na vinculação da educação escolar a uma concepção de sociedade mediada por uma concepção pedagógica. O objetivo é focalizar rumos para a escola diante do contexto do “recuo da teoria” e da “decadência ideológica” que marcam o campo educacional na atualidade. Na primeira parte apresento sucintamente o ideário pós-modernista e neoliberal na relação sociedade e educação escolar. Na segunda, analiso algumas características comuns as teorias pedagógicas contemporâneas do “aprender a aprender” que, ao legitimarem a vida cotidiana alienante, através do currículo escolar e da atividade do professor, transformam radicalmente o clássico papel social da escola. Na terceira, o ideário da teoria pedagógica histórico-crítica é afirmado na educação escolar comprometida com a formação do indivíduo para a humanização. O ensaio é concluído com a exposição das três principais frentes de reação para a ofensiva pós-modernista e neoliberal em curso e de contribuição da educação escolar para o processo de superação das relações sociais sob a égide do capital, a saber: crítica séria as teorias pedagógicas do “aprender a aprender”; a defesa intransigente do currículo escolar e da atividade do professor centrados no conhecimento objetivo; e o avanço na elaboração da teoria pedagógica histórico-crítica.

TEORIAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: CURRÍCULO 1998

VANESSA CAMARGO ROCHA *
Universidade Estadual de Londrina
vanessa_crocha@yahoo.com.br

O presente trabalho objetiva analisar a difusão de teorias pedagógicas no curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, especificamente no período de vigência do currículo pleno instaurado no ano de 1998. Para subsidiar a análise, além de revisão bibliográfica, foram utilizados como fontes entrevistas realizadas com alunos egressos e documentos oficiais do referido curso. Os resultados apontam que o curso permitiu o acesso a diferentes teorias pedagógicas, entretanto evidenciam a predominância da Pedagogia Construtivista no que se refere aos teóricos e teorias pedagógicas estudadas, especialmente nas atividades práticas da graduação, como é o caso dos estágios obrigatórios. Por fim, destaca a necessidade de que o curso de Pedagogia propicie o estudo aprofundado das teorias pedagógicas clássicas, através das quais se tornaria possível uma prática pedagógica coerente e fundamentada.

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE AS POLÍTICAS CURRICULARES PARA OS CURSOS JURÍDICOS

LILIAN SILVANA PERILLI DE PÁDUA *
Instituto de Ensino Superior COC
lilianpadua@gmail.com

ALESSANDRA DAVID MOREIRA COSTA
Centro Universitário Moura Lacerda
aledmcosta@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho é a sistematização da história do currículo oficial dos cursos jurídicos no Brasil, com base na legislação e documentos oficiais, contextualizando as reformas curriculares com as políticas públicas para o ensino superior, por meio da pesquisa bibliográfica e da legislação educacional vigente. Os resultados demonstram que os currículos jurídicos no Brasil conduzem a um ensino excessivamente dogmático, cada vez mais desvinculado da realidade social, em que o pensamento dogmático do direito está apto para explicar a normatividade do fenômeno jurídico, porém incapaz de propiciar um avanço teórico que traga para a ciência jurídica o questionamento acerca das demandas sociais, o que confirma a opção pela concepção cientificista do Direito, decorrente do positivismo jurídico e que está presente nos documentos oficiais que fixam as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Direito. A regulamentação expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos jurídicos, reproduz a preocupação já consagrada nas legislações anteriores, com o elenco de disciplinas distribuídas em eixos de formação, fundamental, profissional e prática. Entretanto, ao flexibilizar a elaboração dos projetos pedagógicos, as Diretrizes Curriculares não vinculam a metodologia adotada pelo corpo docente e conduzem ao modelo de reprodução do conhecimento, segundo princípios de seleção e organização de conteúdos previamente estabelecidos, com vistas ao controle social e cultural da sociedade. No contexto do ensino jurídico, a abordagem histórica de criação e desenvolvimento dos cursos de Direito no Brasil, demonstra que um dos objetivos do processo de elaboração dos currículos das Faculdades de Direito foi o de formar quadros para os poderes legislativo, judiciário e executivo. Esta condição, nos permite concluir que os cursos jurídicos exercem sua atuação, de natureza econômica e cultural, no campo das políticas educacionais, por meio da formação de profissionais que atuam nas carreiras jurídicas e em cargos no executivo, editando e aplicando a legislação que regula a sociedade. Esta pesquisa conclui que, em grande parte pela atuação dos cursos jurídicos na formação dos profissionais da área, esta atuação hoje se faz de forma muito mais conservadora do que progressista, agravando as desigualdades sociais e distanciando o Direito de sua função social, que é garantir o acesso à justiça e aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal aos grupos sociais excluídos.

Palavras-Chave: Currículo, Ensino Jurídico, Política Educacional.

Eixo Temático:

História, práticas escolares e processos educativos

A “LOUSA MÁGICA” E A MEMÓRIA: REVISITANDO UMA PRÁTICA ESCOLAR NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS

ANGÉLICA TASQUETTO *
Universidade Federal de Santa Maria
angidavila@gmail.com

Este estudo consta de uma experiência no Ensino das Artes Visuais realizada em âmbito escolar com educandos de primeiro ano do ensino médio, da Escola Estadual Cilon Rosa, em Santa Maria/RS. Utiliza-se da metáfora da “lousa mágica” para tecer considerações acerca da experiência vivenciada e refletir sobre algumas questões da memória e da trajetória docente como balizadoras da construção do conhecimento da área de Ensino das Artes Visuais. Além disso, o propósito deste trabalho é de apresentar algumas considerações acerca das trajetórias docentes, objetivando-se colocar em pauta, as experiências de vida como mediatizadoras na construção do conhecimento da área de Ensino das Arte Visuais. Considerando-se, que se possa proporcionar aos educandos acessos aos meios artísticos contemporâneos, destaca-se a memória, a trajetória e a experiência docente, como meio que possibilite mudanças e transformações na Educação, em específico, na área de Ensino das Artes Visuais, onde entender o processo de atuação do profissional de Ensino da Arte significa entre outras coisas, reconhecer sua, trajetória, suas experiências e os aspectos dinamizadores de suas representações enquanto Educadores. Pensando sobre este viés, acreditamos na reflexão constante sobre nossas práticas educativas. E de tal forma, a pesquisa da “Lousa Mágica” pretende trazer inquietações subjetivas acerca da memória docente e tecer relações com o Ensino das Artes Visuais, suscitando alguns questionamentos, acerca da relevância de se aproximar as produções artísticas contemporâneas com os educandos, para que se possa possibilitar uma interação, e onde se torna fundamental rever e construir uma nova percepção dentro do contexto em que se apresenta a o Ensino das Artes Visuais. Deste modo, é fundamental que se problematize a discussão de algumas questões das memórias e trajetórias docentes como potenciais pedagógicos a fim de analisar os meandros das questões educativas e propor uma educação, que considere os diferentes contextos em que estão inseridos os educandos na atualidade, permitindo assim, contemplar as diferenças, inclusive de espaço e tempo.

A CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS MODELOS MULTISSERIADOS DE ENSINO

MARISTELA ROSSO WALKER *
Universidade Federal do Acre
maristelawalker@hotmail.com

TERESA KAZUKO TERUYA
Universidade de Brasília
tkteruya@gmail.com

A educação brasileira no decorrer de sua trajetória histórica se destaca por discursos e práticas que visam mostrar a eficácia, as contradições, às concepções dos modelos educacionais vigentes ou passados. Nos estudos que realizamos a modalidade multisseriada se constitui forma predominante de oferta do ensino fundamental no meio rural da Região Amazônica e seu entorno. No entanto, apesar de sua importância, as classes multisseriadas parecem relegadas a um patamar inferior (um ensino com pouca importância ou reflexos na formação dos estudantes) ou quase inexistente nas discussões sobre a prática pedagógica, na formação dos docentes que atuam neste tipo de ensino ou das políticas públicas, o que pode ser comprovado pela escassez de literatura sobre o assunto, pelas estatísticas que compõem o censo escolar oficial, pois elas não existem, apesar do enorme contingente de escolas e professores que atuam nos territórios longínquos da região norte do Brasil. Dados apontam que somente no estado do Acre, mais de 70% das escolas entre estaduais e municipais são multisseriadas. Os autores deste trabalho são frutos deste modelo o que os motivou a investigar a temática. Este artigo é resultante de trabalho de conclusão de curso, realizado por alunos formandos de Pedagogia na Universidade Federal do Acre - Campus Floresta em Cruzeiro do Sul. O objetivo da pesquisa é analisar como ocorre o ensino multisseriado e sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da Escola Inencir Mororó de Oliveira, em Cruzeiro do Sul/AC. Esta escola localiza-se na zona rural e atende alunos do 1º ao 5º ano. O desenvolvimento do mesmo ocorreu no período de maio de 2007 a janeiro de 2009. As hipóteses investigadas foram: se a disposição dos alunos em sala de aula afeta a aprendizagem, e a existência de déficit e carências de aprendizagem no ensino multisseriado. Utilizamos metodologia qualitativa de base histórico-cultural, abrangendo um breve percurso da educação rural no Brasil, da educação multisseriada, e no município de Cruzeiro do Sul. Os instrumentos de pesquisa empregados foram a entrevista estruturada, observações “in loco” e análise documental e bibliográfica. As contribuições de Salomão Antonio Mufarrej Hage, Selma Garrido Pimenta, Sergio Celani Leite, Maria Julieta Costa Calazans, Martha Kohl de Oliveira e outros fundamentam a análise sobre a educação no meio rural englobando estudos sobre o ensino multisseriado e os processos de mediação que o professor utiliza para trabalhar com um universo diverso de conteúdos e conceitos que vão desde a alfabetização até o 5º ano do Ensino Fundamental. Conclui-se que apesar das diversidades, é possível elaborar conhecimento em salas multisseriadas, além de constatarmos que o professor usa mecanismos metodológicos que o ajudam a efetivar a aprendizagem em meio a tantas dificuldades.

A CRISE NA REDE DE ESCOLAS DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 80 E 90:UM OLHAR DESDE AS CONCEPÇÕES DE ÉTICA E CIDADANIA

ALVORI AHLERT *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
alvoriahlert@yahoo.com.br

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre a crise nas escolas de Rede Sinodal de Educação, filiadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, nas décadas de 80 e 90. A partir das concepções de ética e cidadania, realizamos uma leitura interpretativa sobre a crise referenciada nos principais documentos normativos e orientadores da direção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e sua rede de escolas associadas (Rede Sinodal de Educação). Foram analisadas as atas do Conselho de Educação da IECLB e da Associação Evangélica de Educação, alguns dos principais documentos que registram estudos e palestras patrocinados pelo Conselho de Educação, manifestos públicos e relatórios do Pastor Presidente da IECLB aos Concílios Gerais da IECLB. Tais interpretações nos permitem afirmar que as escolas evangélicas de confissão luterana viveram uma crise de identidade, de política, de rumo e significado nas décadas de 80 e 90, levando para um entre as escolas e comunidades mantenedoras e, em muitos casos, para práticas individualistas e centralizadoras do poder.

ADMISSÃO E EXCLUSÃO: RESGATANDO A HISTÓRIA DE ACESSO A UMA ESCOLA GINASIAL

SÔNIA FILIÚ ALBUQUERQUE LIMA*
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
soniafiliu@uems.br

Este estudo teve como objetivo geral resgatar alguns elementos históricos dos primeiros anos do funcionamento da primeira escola pública do município de Maracaju – MS a oferecer o ensino ginasial. O presente trabalho constitui-se de um relato parcial de pesquisa interdisciplinar desenvolvida pelos acadêmicos e docentes do primeiro ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Maracaju. O estudo foi realizado como uma modalidade de prática pedagógica, componente curricular introduzido no curso desde o seu inicio. Nesta prática, cada disciplina envolvida investigou um objeto referente a seus conteúdos específicos no pretendido resgate histórico. Este texto focaliza o problema e o objetivo relativos à disciplina de Sociologia e Educação. O objetivo específico, em Sociologia, foi identificar o perfil sócio-econômico dos alunos que ocuparam as 25 vagas anuais, através do exame de admissão, em um município que já contava à época com cerca de 4.000 habitantes. Os procedimentos desenvolvidos pelos acadêmicos e professora foram a análise de documentos e entrevistas com antigos alunos, utilizando as orientações metodológicas da história oral. No quadro geral do perfil dos estudantes pode-se perceber que suas famílias formavam as camadas sociais de maior poder aquisitivo do município, dos seus dirigentes, que mantinham uma boa relação com a escola, e, na grande maioria, eram brancos. A analise histórica e sociológica tecida a partir dos construtos teóricos de Snyders, Bourdieu-Passeron e Freitag reforçam o pensamento de Snyders, segundo o qual, eles não são privilegiados por ter freqüentado a escola, mas freqüentam a escola porque são privilegiados. Conclui-se que a escola legitima as desigualdades através de mecanismo que tornam a educação “direito” de poucos como resultado de uma sociedade de desigualdades.

A EDUCAÇÃO COMO APORTE DE SOCIALIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA: COMPREENDENDO AS RELAÇÕES DE PODER COMO SUBSÍDIO TEÓRICO NA CONFIGURAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS.

EVERTON BANDEIRA MARTINS *
Universidade Federal de Santa Maria
evertonufsm@yahoo.com.br

DEROCINA CAMPOS SOSA
Universidade Federal do Rio Grande
derocinacampos@hotmail.com

JORGE LUIZ DA CUNHA
Universidade Federal de Santa Maria
jlcunha@smail.ufsm.br

Neste texto discorreremos sobre o papel da Educação como fonte de difusão e produção do conhecimento na sociedade contemporânea, destacando os processos educativos. Ao longo do escrito defenderemos que, cabe as diferentes práticas educacionais, o objetivo das mudanças sociais nas diferentes estruturas organizacionais. Para tal, se faz indispensável refletirmos sobre o papel da Educação como práxis de socialização na constituição do senso de cidadania entre seus participes. Por isso, optamos por discutir sobre relação Conhecimento-Poder, sendo cabível nesta perspectiva a análise da configuração das redes de poder existentes na sociedade hodierna. Assim, partiremos do cruzamento das discussões, concatenando que na ordem mundial atual, existe uma certa mobilidade da população, porém, uma mobilidade controlada. Nesse aspecto emerge o conceito de cidadania, o qual trataremos. Escolhemos este caminho por acreditarmos que a cidadania pode ser alcançada por todos na teoria, mas na prática apenas alguns poucos conseguem romper com o status quo. Evidenciando assim, que os profissionais da área da Educação devem pautar suas atuações, focados não apenas nas práticas escolares, mas oferecendo subsídios aos diversos produtores de processos educativos. Destacaremos estes pensamentos com o objetivo de romper com.a dicotomia cidadão, não-cidadão, o qual não tem mais motivos para se apresentar. Por este motivo se fez necessário abordar o papel dos processos educativos, no que se referem às discussões a respeito de práticas cotidianas. Assim defenderemos que é só a partir dos processos educativos, e ai se inclui as práticas escolares, principalmente as do Ensino Básico obrigatório, que existe uma maior possibilidade de afetar a atual realidade, na busca de rompimentos. Por fim, discorreremos sobre a Educação que é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo de toda a vida, em sociedade, e por isso produto e produtora das complexas redes sociais, servindo tanto como legitimadora como catalisadora de mudanças.

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DE MUDANÇA NA EDUCAÇÃO EM SERGIPE(1931-1947)

ANA C.R.GRUNENNVALDT *
Universidade Federal de Mato Grosso
anagrunennvaldt@uol.com.br

A educação sergipana e a disciplina – Educação Física no período de 1931 a 1947 foi o lócus do projeto de pesquisa que derivou este trabalho em particular, o encaminhamento metodológico percorreu a observação e análises das fontes que perpassaram a apropriação de um aparato legal que fundamentou e orientou uma indicação para as práticas pedagógicas nas escolas, bem como a constituição de planejamento escolar que definiu um espaço físico para a disciplina e a adoção de uma perspectiva metodológica que sustentou a formação dos professores e a conformação de um campo profissional – a atuação pedagógica em Educação Física, em que o Estado foi à instância fomentadora e agregadora dos fundamentos e valores desta constituição. O período enfocado evidencia o estabelecimento de uma mentalidade na sociedade sergipana que procura instituir a idéia do moderno, do novo, sendo desprendidos esforços para obter resultados em torno de ideais que já circulavam nos meios educacionais desde os anos 20. Neste panorama revelaram algumas características atinentes à condução de atividades associadas a elementos imprescindíveis a determinadas estratégias empregadas e inspecionadas nas escolas, que deveriam constituir um universo que possibilitava à criança, o exercício de cada um de seus sentidos, buscando-se elementos que lhe despertem a atenção, o prazer, o interesse e a simpatia pelos estudos. A Educação Física neste conjunto vai atuar na formação de hábitos e condutas, suscitando o trabalho de grupo, valorizando a participação dos alunos nas suas diversas atividades, participando na criação de uma ambiência que propagava a concepção de uma escola de atividade sadia, alegre, de trabalho inteligente e patriótico. A definição de um programa para disciplina e seu conseqüente ajustamento às indicações legais da adoção do Método Francês foi enfocado pela intervenção do Estado para a prática pedagógica desenvolvida nas escolas, como também foi investido no treinamento e a formação dos professores da área e estabelecendo diretrizes para o ensino da Educação Física.

A FORMAÇÃO DA MULHER REPUBLICANA NO OESTE DO BRASIL: AVANTE PROFESSORAS!

ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA CHAGAS*
Universidade Católica de Goiás
mpsrossi@yahoo.com.br

MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
mpsrossi@hotmail.com

A FORMAÇÃO DA MULHER REPUBLICANA NO OESTE DO BRASIL: AVANTE PROFESSORAS!

CHAGAS, Alessandra Pereira da Silva isale@hotmail.com
ROSSI, Michelle Pereira da Silva. mpsrossi@hotmail.com
Universidade Católica de Goiás - UCG
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Capes

Nosso objetivo é estudar a história da formação feminina no magistério durante o primeiro período Republicano no Oeste do Brasil, nas regiões do Estado de Goiás e oeste de Minas Gerais. Estas regiões apresentam semelhanças importantes quanto à estruturação das suas sociedades, o povoamento pela exploração do ouro, a presença tardia de escolas, bem como a influência das congregações católicas e, principalmente, sobre a história da educação da mulher. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, quanto às representações de mulher e as primeiras escolas femininas. Como também, levantamento documental em relação aos jornais e revistas sobre a profissionalização feminina, consolidados pelos diferentes discursos religiosos e políticos. De certo, os planos educacionais desenvolvidos para a mulher, não deixaram de favorecer a relação entre escola e lar. Finalmente, ao analisarmos a consolidação da educação feminina em Goiás e Oeste de Minas Gerais, entendemos que a consolidação de tal educação correspondeu às expectativas daquele primeiro período republicano: formar a Mãe-Educadora, tendo como papel importante a presença das escolas confessionais católicas. Em ambos, a profissionalização feminina não foi aceita de forma passiva, mas foi alvo de resistências por determinados grupos sociais, pois a profissionalização deslocava a mulher para o espaço público, tido como perverso e perigoso. As representações sociais femininas: esposa submissa ou mãe virtuosa, estiveram presentes no discurso conservador da Igreja para a formação destas mulheres educadoras. A história da educação comparada nos permite, assim, analisar tais singularidades regionais e preciosidades para história da educação feminina no Brasil.

A HEGEMONIA DO LEMA “APRENDER A APRENDER” NA ALFABETIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FATIMA APARECIDA DE SOUZA FRANCIOLI *
Universidade Estadual Paulista
fasfrancioli@hotmail.com

ANA CAROLINA GALVÃO MARSIGLIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
galvao.marsiglia@gmail.com

NEWTON DUARTE
UNESP
newton.duarte@uol.com.br

RESUMO: Este artigo propõe-se a apresentar como a pedagogia construtivista chegou ao Brasil a partir da década de 1980 e, ao ser adotada pelas políticas públicas educacionais, tornou-se hegemônica nas séries iniciais do ensino fundamental, principalmente no processo da alfabetização. Sob a concepção da psicogênese da língua escrita, a alfabetização se desmetodizou estabelecendo, assim, um rompimento com os métodos de alfabetização considerados tradicionais. A desvalorização, pelo construtivismo, dos métodos de alfabetização, do ato de ensinar e do domínio técnico da língua escrita pela criança levam, inevitavelmente, à desvalorização do trabalho do professor e a constantes resultados insatisfatórios apontados pelas próprias avaliações governamentais no que se refere ao domínio da língua escrita pelos alunos do ensino fundamental. Nesse sentido, este artigo analisa criticamente a presença, na concepção construtivista de alfabetização, de quatro posicionamentos valorativos adotados pelas pedagogias do “aprender a aprender”.
Palavras-chave: alfabetização, construtivismo, posicionamentos valorativos

A HISTÓRIA DA PRÁTICA DA LÍNGUA INGLESA NO SECUNDÁRIO BRASILEIRO: UM RESGATE HISTORICO E MORAL

RICARDO WESTPHALEN DE QUEIROZ JUCÁ*
Universidade Tuiuti do Paraná
westeacher@hotmail.com

O objetivo desta pesquisa, é resgatar na história da Disciplina “INGLEZ” do ensino secundário brasileiro, período de 1850-1930, a prática através do método usado até aquele momento, as razões de sua criação, inserção e permanência nos currículos oficiais baseados no Imperial Collegio de Pedro II. Para que possamos comparar e analisar se tal prática deveria ser retomada na atualidade, compreenderemos assim, as razões da atual desvalorização que a Língua Inglesa vem sofrendo, no ensino regular, justificando a sua possível exclusão do currículo regular.
A pratica do método em questão foi lentamente excluída dos Programas de Ensino a partir de 1931, quando se insere uma nova metodologia em oposição ao método anterior, e aparentemente, seria um advento para o ensino de línguas vivas daquele momento, mas ao analisarmos tal prática e trazemos para atualidade, surge o questionamento sobre a real , já que o método anterior proporcionava aquisição de vocabulário, habilidade nas interpretações de texto, juntamente com as regras gramaticais.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A TEORIA, O MÉTODO, A PESQUISA, OS CONTEÚDOS DE ENSINO E A REALIDADE

IRENI MARILENE ZAGO FIGUEIREDO*
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
irenifigueiredo@unioeste.br

CEZAR RICARDO DE FREITAS
Secretaria Municipal de Educação de Cascavel
czr_04@hotmail.com

Na atualidade, a discussão teórica tem sido gradativamente suprimida ou secundarizada, visto que é considerada perda de tempo para o desenvolvimento das pesquisas educacionais e para o trabalho pedagógico. Isso significa que existe a negação da objetividade para produção/socialização do conhecimento. Portanto, problematizamos, neste artigo, algumas questões sobre a indissociabilidade entre a pesquisa e o trabalho pedagógico, o método e o ensino, a teoria e a prática, visando enfrentar o debate sobre o “recuo da teoria” que tem se manifestado nas pesquisas educacionais, bem como se contrapor a perspectiva imediatista do trabalho pedagógico, onde as reflexões teóricas são taxadas de “abstrações”, “delírios” e que não teriam “aplicação prática”. Trata-se de problematizar a relação entre a teoria, o método, o processo de pesquisa, os conteúdos de ensino e a realidade, a partir da compreensão de que a reflexão teórica, partindo da realidade material, pode superar as “aparências” e alcançar a objetividade do conhecimento, através da contínua apropriação do objeto pelo pensamento.

ALGUNS ASPECTOS HISTÓRIOS DE PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

HUGO ANTONIO FONTANA *
Universidade Federal de Santa Maria
hugofontanap@yahoo.com.br

Historicamente a modalidade de educação a distância, no seu processo de produção de materiais didáticos e organização pedagógica, possui vínculos com os modelos sociológicos e econômicos. Nessa perspectiva os paradigmas considerados são: o Fordismo caracterizado por tarefas fragmentadas e especializadas, produção em massa/série e controle centralizado; o Neofordismo assinalado pela produção de novos produtos que visam segmentos específicos, flexibilização e novas formas de organização e trabalho; e o Pósfordismo distinguido pela alta inovação de produtos, variabilidade no processo de produção e responsabilização do trabalho com exigências de comprometimento e criatividade;

Até o presente momento isso parece ter reflexos no desenvolvimento dessa modalidade de educação. Essa suspeita provocou um trabalho de investigação que objetiva verificar a possibilidade do desenvolvimento da educação a distância em universidades públicas com paradigmas distintos.

Através de um processo de investigação, com professoras e professores do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) envolvidos na modalidade de educação a distância, objetiva-se verificar a possível transferência de modelos sociológico e econômicos para essa modalidade de educação. Levou-se em conta, nesse trabalho, aspectos históricos e metodológicos advindos dos modelos conhecidos como fordismo, neofordismo e pósfordismo. Observa-se, até o presente estágio da pesquisa, o uso de paradigmas industriais como principal caminho utilizado.

A MODERNIZAÇÃO URBANA E A PRODUÇÃO DO 1º LICEU CAMPO-GRANDENSE: RUMO A CAMINHADA DO PROGRESSO OU ÀS PRÁTICAS DE EXCLUSÃO (1938-1980)?

ROSIMERI DA SILVA PEREIRA ROSI*
unicamp
rosimerisp@yahoo.com.br

MARA REGINA MARTINS JACOMELI
Universidade Estadual de Campinas
mararmj@unicamp.br

É pretensão neste trabalho apresentar uma análise critica a respeito da primeira instituição pública de ensino secundário no sul do Mato Grosso (1938) com o intuito de abrir espaço para reflexões que nos garantam compreender a história da sociedade moderna articulada aos movimentos que configuraram as diversas fases do capital, além de produzir conhecimento e enriquecimento do acervo público educacional campo-grandense. O referencial que orienta a análise fundamenta-se nas categorias assim formuladas: reformas educacionais, modernização urbano - industrial e ideologia liberal e ensino secundário. Esta pesquisa tem como ponto de partida as seguintes questões: - Com a implantação do 1º ginásio publico que ideologias serão determinantes na legitimação da referida escola, ou seja, quais foram os objetivos destinados a este segmento de ensino entre os anos de 1938 – 1980 - uma caminhada rumo ao progresso ou às práticas de exclusão? A investigação baseia-se nos seguintes procedimentos: levantamento e estudo da literatura pertinente ao tema, levantamento e análise de fontes primárias e secundárias (legislação, relatórios, normas, pareceres, entre outros). Procura-se compreender e explicitar inicialmente o processo histórico de implementação e funcionamento do colégio, no âmbito das políticas educacionais, visto que mediante a Reforma Francisco Campos em 1931 o ensino secundário passa a ser pré-requisito de acesso a escola de 3º grau, e neste caso, ganha relevo o ensino ginasial - e com o clima de modernização percebe-se que a valorização do progresso técnico científico aliado ao novo projeto político-econômico-social de organização do Estado Nação engendram a implementação de um novo centro de ensino secundário – só de que desta vez de ordem “publica” - visto que no sul do Mato Grosso apenas três ginásios de ordem privada funcionavam em tal região – sendo eles o colégio Oswaldo Cruz, Dom Bosco e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Os resultados parciais expressam que a alta seletividade, estabelecida com a reforma de Francisco Campos, evidenciada através de dispositivos legais que estipulavam uma avaliação extremamente minuciosa, alem dos exames de admissão cujo objetivo foi controlar a expansão do ensino frente à alta demanda, e do controle estipulado sob os programas de disciplinas e métodos que também se objetivavam a oposição ao avanço da demanda social de educação, gerando assim uma baixa produtividade da educação escolar secundária, o que de certa forma faz do ensino secundário uma estrutura rígida capaz de garantir o maior ponto de estrangulamento do sistema educacional brasileiro, haja vista que este era o segmento que possibilitava acesso ao ensino superior. Esse movimento dialético ajuda-nos a entender o princípio da totalidade, ou seja, a examinar o fato social (local) como momento de um determinado todo (nacional), a partir das recíprocas conexões e mediações que necessariamente se estabelecem.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA DISCIPLINA HISTÓRIA NO GINÁSIO FREI ROGÉRIO (1943-1961)

ISABELA TOSCAN MITTERER *
Universidade do Oeste de Santa Catarina
isamitterer@hotmail.com

MARIA ANGELICA CARDOSO
Universidade Estadual de Campinas
cardosoangelica@terra.com.br

SANDINO HOFF
Universidade Tuiuti do Paraná
sandino.hoff@terra.com.br

Este artigo relata os resultados da pesquisa, que está inserida no projeto A História da Organização do Trabalho Didático, cujo objetivo foi reconstruir a história da educação escolar ocorrida na região do Vale do Rio do Peixe, meio oeste catarinense. A investigação tem por objeto a organização do trabalho didático na disciplina História efetivada nas práticas escolares do Ginásio Frei Rogério, no período de 1943 a 1961. O caminho escolhido para adentrar a instituição foram as práticas escolares da disciplina. Os componentes investigativos fundaram-se na categoria subalterna de Organização do Trabalho Didático envolvendo três aspectos: a relação educativa, a mediação dos recursos didáticos e o espaço físico. O mergulho nas fontes – legislação, estatutos da escola, atas, pontos para provas, normas metodológicas, conteúdos programáticos, propostas pedagógicas, relatórios – buscou respostas para as seguintes questões: como se deu o desenvolvimento histórico-temporal da disciplina História? A que necessidade social a disciplina atende? Qual a sua função? Qual a relação entre os conteúdos prescritos e os conteúdos ensinados no Frei Rogério? Como a prática escolar do Ginásio organizou esta disciplina? Com que finalidades? Verificar como se organizou historicamente o trabalho didático na disciplina História efetivada no Ginásio Frei Rogério, no intuito de interpretar o sentido de sua identidade e de sua singularidade foi o objetivo estabelecido para essa investigação. Alcançá-lo implicou, por meio de pesquisa bibliográfica, descrever o desenvolvimento histórico temporal da disciplina. A seguir, utilizando-se de pesquisa documental, explicitar as práticas escolares efetuadas na disciplina História, buscando por meio da relação conteúdos prescritos/conteúdos ensinados o lugar e as funções que ela exerceu. Partimos do pressuposto de que há uma conexão íntima entre o trabalho didático e a forma de ser de uma instituição escolar. A organização do artigo traz, após a introdução, a fundamentação teórico-metodológica, seguida por breve histórico do Frei Rogério e, no quarto item, algumas notas sobre a pedagogia marista. Uma síntese do desenvolvimento histórico temporal da disciplina História é apresentada no quinto item. A descrição e a análise dos dados compõem o sexto item, subdividido em: 6.1) A relação educativa; 6.2) A mediação dos recursos didáticos; e 6.3) O espaço físico. Por fim, a análise ao permitir o entendimento das práticas escolares, que seguia as instruções impostas pelo Ministério da Educação, permitiu-nos entender a organização do trabalho didático no âmbito do Frei Rogério. A História, cuja função é formar cidadãos conformados à ordem dominante, também no Frei Rogério foi organizada de forma a cumprir essa função. O aspecto singular é dado pela vertente religiosa: formar o cidadão não apenas “virtuoso”, mas também “bom cristão”. Igreja e Estado caminhavam juntos defendendo os mesmos interesses.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA FEF/UFG: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

ALINE SILVA NICOLINO *
FAculdade de Educação Física da Universidade Fedral de Goiás
aline.nicolino@gmail.com

HELENA MÁRCIA MONTEIRO DE SANTANA
Universidade Federal de Goiás e Secretaria Municipal de Educação/Goiânia
hmmsantana@yahoo.com.br

ROSIRENE CAMPELO DOS SANTOS
Universidade Federal de Goiás-UFG
rosiedfisica@hotmail.com

WILSON LUIZ LINO DE SOUSA
Universidade Federal de Goiás
wlino@fef.ufg.br

Este ensaio visa apresentar as ações pedagógicas desenvolvidas no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás (FEF/UFG) trabalhadas na disciplina Estágio Curricular Supervisionado (ECS), no ano letivo de 2008. Para melhor descrever sobre a experiência do estágio em instituições municipais, de ensino infantil e básico, da cidade de Goiânia/GO foi preciso conhecer, investigar e interpretar as problemáticas vivenciadas e elucidadas no contexto escolar, bem como sua estrutura e gerenciamento, além de atentar para questões importantes (matrizes teóricas, campo de trabalho, status e ética profissional), que norteiam a formação dos futuros professores. Para tal, a disciplina ECS investiu no registro e documentação de tais experiências pedagógicas, organizando e sistematizando tais informações formais e informais, de modo a viabilizar a compreensão de todo processo e suas partes, permitindo uma maior reflexão, discussão e avaliação da interlocução das bases teóricas com a prática social. Tais arranjos e diversidades provocaram o debate sobre a práxis pedagógica durante o processo de formação acadêmica e os meios para que isso seja estimulado, articulado e dialogado. Por isso, como questão norteadora do estudo indagamos: quais as inovações implementadas no Estágio Supervisionado da FEF/UFG enquanto eixo articulador do currículo?.Como objetivo buscamos: identificar, analisar e avaliar se o estágio contribui na formação de professores numa perspectiva omnilatera, utilizando-se do materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico. O paradigma da cultura corporal do movimento foi o eixo articulador da disciplina e o tripé ensino, pesquisa e extensão foi fundamental na formação do aluno/estagiário como pesquisador, contribuindo para melhor problematizar as dificuldades emergidas da práxis pedagógica. Portanto, a experiência permitiu verificar que mediar as relações entre escola, universidade e conhecimento sistematizado, de forma a conhecer, problematizar e estabelecer diálogos com os estagiários, professores, gestores educacionais e alunos do campo de estágio possibilita intervenções conjuntas, alicerçadas em parcerias e convênios, concretizando um processo formativo inicial e continuado.

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE PRÁTICAS DOCENTES COMO UMA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO HISTÓRICO CONSTRUÍDO

RITA DE CASSIA BASTOS ZUQUIERI *
prefeitura municipal de bauru
rita.zuquieri@terra.com.br

ANA MARIA LOMBARDI DAIBEM
Universidade Estadual Julio Mesquita Filho
anamaria@bauru.sp.gpv.br

A presente pesquisa efetivou-se com o objetivo de responder a seguinte questão:Práticas docentes no Ensino de Ciências na Educação Infantil desenvolvidas através dos passos metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica,propiciam um processo de ensino e aprendizagem qualitativamente superior, para professores e alunos?

Diante do problema proposto escolhemos para desenvolvimento metodológico a Pesquisa-Ação, segundo Thiollent(2004), por ser um referencial que propicia a participação ativa do grupo e envolve a comunidade local como um todo, propósito este de uma educação emancipatória inspirada na Pedagogia Histórico-Crítica. A etapa de Diagnóstico constou da apresentação do projeto de pesquisa na escola e de duas entrevistas iniciais com as professoras participantes. A etapa de Intervenção tratou da Prática Social Inicial, Problematização e Instrumentalização e a etapa de Avaliação tratou da Catarse e da Prática Social Superior(Prática social inicial modificada) .

Os passos metodológicos da Pedagogia Histórico –Crítica se articulam às etapas da Pesquisa – Ação, fornecendo condições favoráveis um quadro estruturado para a pesquisa.

O conteúdo escolhido para a intervenção foi o “LIXO”, assunto importante, que envolve diretamente os alunos, as famílias ,a escola e a comunidade.

Como resultados da pesquisa pudemos concluir que a prática docente à luz da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, efetivada na Educação Infantil no âmbito do Ensino de Ciências produz um processo de ensino e aprendizagem qualitativamente superior para professores e alunos, pois os depoimentos e relatórios ,bem como a própria ação pedagógica das professoras participantes esclarecem tal afirmação e a prática social final realizada pelas crianças em forma de texto garantem o resultado relevante da pesquisa

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA DA CIDADE DE LONDRINA-PR (1937 A 1972)

THAIS BENTO FARIA*
Universidade Estadual de Maringá
thasofia@hotmail.com

ANALETE REGINA SCHELBAUER
Universidade Estadual de Maringá
analeteregina@yahoo.com.br

RESUMO: Instigados por questões que envolvem a constituição do ensino primário no município de Londrina, com a criação do primeiro grupo escolar, e na tentativa de perceber que papel esta instituição desempenhou para a formação e consolidação desta cidade, estabelecemos como objetivo reconstruir a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas”, de 1937 a 1972. Na análise associaremos as condições econômicas, históricas, sociais, políticas, culturais e a história tecida por esta escola primária pública de zona urbana. Para tanto, opta-se pelo uso de fontes documentais, orais e iconográficas. Os documentos serão provenientes do interior da escola e de outros locais que detém valioso arquivo sobre o período. Quanto às fontes orais, entrevistaremos ex-professores e ex-alunos que escreveram a história do “Hugo Simas” entre as décadas de 30 a 70 do século XX. Estamos convictos que as imagens fotográficas também contribuirão para compor o tempo e espaço analisado. Esperamos que este estudo forneça elementos importantes para a compreensão histórica da escola primária em Londrina e desvende a cultura escolar produzida com a criação do primeiro grupo escolar londrinense, preenchendo o conhecimento lacunar a respeito desta instituição educativa.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NOS PROCESSOS DE LUTA PELA TERRA E SOBRE PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL EM TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO APRESENTADAS ENTRE 1999 E 2006.

FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES *
Unicamp
fabicassia@yahoo.com.br

Nesse texto realiza-se a análise de dissertações e teses que tiveram por objeto a educação de adultos em movimentos de luta pela terra, bem como em trabalhos que realizaram estudo sobre projetos de extensão rural. Não foram analisadas pesquisas que levassem em consideração a educação promovida em instituições escolares sob a responsabilidade do Estado. Foram analisados 16 trabalhos, sendo 9 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, defendidas no período entre 1999 e 2006 em universidades públicas e privadas no Brasil. A análise foi orientada no sentido de buscar nesses trabalhos os seguintes aspectos: intencionalidade, metodologia da pesquisa, lugar social em que se dá a educação, questão educacional discutida nas teses, agente educador e educando e as principais referências utilizadas. Foram ressaltadas as tendências quanto a esses aspectos no conjunto dos trabalhos, além de abordarmos também, quem é o pesquisador, a interface com a educação escolar, quais os saberes desenvolvidos nos diferentes processos educativos, conforme apareceram nas pesquisas, nas quais adquirem maior ou menor destaque. A partir desta análise, foi constatada uma diferença fundamental entre os dois grupos de trabalhos analisados, de um lado trabalhos ligados ao MST e seu confronto com o sistema do capital. A grande maioria das teses e dissertações que trataram da educação neste movimento social teve a preocupação de enfatizar que o próprio movimento representa um sujeito pedagógico, responsável por educar continuamente a massa pobre que se junta à luta, no sentido de levá-los a uma melhor compreensão de sua condição social e das possibilidades de superá-la. De outro lado, estão os trabalhos que tiveram por objetivo estudar as abordagens realizadas pelo governo e por Ongs na educação dos trabalhadores no campo, denominadas de atividades de extensão rural. Neste caso, a motivação do governo volta-se a capacitar os pequenos agricultores de modo a torná-los mais competitivos no mercado, paralelamente à manutenção e ao apoio majoritário ao agribusiness, dos grandes produtores. Trata-se, nesse caso, de uma abordagem do Estado que pressupõe o capitalismo, ao mesmo tempo em que pretende melhorá-lo, sem confrontá-lo em nenhum momento, garantindo prioritariamente os interesses dos latifundiários.

A PRODUÇÃO DE MANUAIS DIDÁTICOS E O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA MÉDIA EM DOIS MOMENTOS HISTÓRICOS (1935-1989)

SILVIA HELENA ANDRADE BRITO *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
shbrito@terra.com.br

O objeto desse texto são dois manuais dedicados ao ensino de Sociologia na escola média, tendo em vista seu desenvolvimento como disciplina, em dois momentos históricos: o primeiro, nos anos 1930, algum tempo após sua introdução no currículo do Colégio de Pedro II e das escolas normais; o segundo, nos anos 1980, quando seu ensino estava vinculado aos cursos de magistério e à escola de 2° grau, na condição de disciplina optativa. Para o primeiro momento, a obra examinada é Princípios de Sociologia, de Fernando de Azevedo; e para o segundo momento, é considerado o texto Sociologia, de Paulo Meksenas. São três os objetivos desse trabalho: 1. desvelar o conteúdo e proposta de utilização desse instrumento do trabalho didático, conforme descrito e sugerido pelos autores; 2. destacar as similaridades e distinções entre a proposta comeniana de uso do manual didático, e o proposto pelos autores (o que foi incorporado/superado, historicamente); 3. destacar as similaridades/distinções entre as propostas dos próprios autores, considerando o que foi incorporado/superado por Azevedo e Meksenas, diante do processo de expansão/universalização da escola pública, nos distintos momentos históricos da história da educação no Brasil vividos por esses autores. Para alcançar os objetivos propostos, um primeiro passo foi o levantamento secundário que permitiu conhecer as condições de produção de cada uma das obras, considerando o processo de institucionalização do ensino de Sociologia. Esse levantamento também foi importante para a reflexão em torno das categorias que norteiam as análises realizadas nesse texto: trabalho, trabalho didático, organização do trabalho didático, instrumentos do trabalho didático e manual didático. Em seguida, para a descrição do conteúdo e das metodologias de ensino de Sociologia propostas pelos autores, optou-se pelo exame de um tema, visto não ser possível abordar com profundidade o conjunto dos conteúdos ali expostos. O tema escolhido foi a apresentação, nos três livros, dos clássicos da Sociologia – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. O estudo comparativo dos três posicionamentos far-se-á por sua contraposição à proposta comeniana, por um lado; e pela contraposição dos autores entre si, considerada a particularidade existente em cada um dos momentos históricos no qual produziram. O texto está subdividido em quatro partes, a saber: 1. a descrição das condições de produção, do conteúdo e das metodologias de ensino de Sociologia propostas por Fernando de Azevedo, a partir do exame do tema escolhido; 2. a descrição das condições de produção, do conteúdo e das metodologias de ensino de Sociologia propostas por Paulo Meksenas, a partir do exame do tema escolhido; 3. a contraposição entre o proposto pelos autores e o método comeniano e contraposição entre o proposto pelos autores entre si, vistos como expressões de etapas distintas da história do ensino de Sociologia no Brasil; 4. considerações finais.

A REGULAMENTAÇÃO DOS CASTIGOS E PRÊMIOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DO SÉCULO XIX

ANDRÉ PAULO CASTANHA *
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
andrecastanha@brturbo.com.br

Ao investigar a estrutura curricular da escola primária do século XIX, a partir de fontes primárias, alguns elementos foram se articulando de forma muito clara ampliando consideravelmente a concepção de currículo. Assim ao relacionar currículo e sociedade, não tem como dissociar daquele, a prática dos castigos e prêmios, os métodos de ensino e o controle dos livros didáticos. Os historiadores da educação, especialmente Manacorda, têm destacado o sadismo pedagógico como uma das características básicas do processo educativo ao longo da história da educação. No Brasil, a história não foi diferente, visto que a prática dos castigos e da distribuição de prêmios estiveram presentes nas escolas primárias do século XIX, caracterizando-se como elementos centrais na ação pedagógica dos docentes. A partir de tal afirmação procuro fazer, no presente texto, uma investigação buscando evidenciar os dispositivos legais e os discursos de autoridades e intelectuais, acerca da utilização e/ou aplicação dos castigos físicos e morais, bem como da política de distribuição de prêmios aos melhores alunos das escolas primárias. O objetivo central é evidenciar os mecanismos utilizados pelos professores e/ou Estado para difundir determinados valores e princípios entre os alunos. Para tanto, tomei como fontes de análise a legislação educacional produzida pela Corte e as províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, bem como decretos diversos, regimentos, relatórios de presidentes de províncias, de inspetores de instrução pública, de comissões de inspeção, além de estudos e proposições de autores do século XIX. A legislação educacional referente à instrução pública primária no Império explicita os instrumentos de punição e premiação aplicados aos alunos. A leitura dos relatórios dos inspetores e os escritos de intelectuais do século XIX, revelam que, na prática, o uso dos instrumentos punitivos iam além dos previstos na legislação. A análise das fontes primárias revela o caráter sádico da escola primária imperial, e permite afirmar que a prática dos castigos e prêmios foram componentes importantes do currículo escolar, contribuindo efetivamente para a introdução de determinados valores na população escolar e, por meio dela, na sociedade.

A RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO – UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MIRIAM SANTOS DE SOUSA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
miriamsousa@uol.com.br

O trabalho ora apresentado é uma sistematização de reflexões sobre a prática pedagógica desenvolvida na formação de professores para a educação básica, tanto no Curso de Pedagogia, como em programas especiais de formação de professores desenvolvidos por órgãos governamentais e não governamentais. O fio condutor dessa reflexão é a busca de coerência entre teoria e prática, tendo em vista que o exercício de analisar a práxis no nível de elaboração do pensamento caracteriza o trabalho intelectual e, como tal, deve ser parte do cotidiano dos profissionais da educação. Inicialmente são apresentadas algumas considerações sobre o contexto social global nesse início de século, com ênfase no debate teórico-metodológico acerca da produção do conhecimento das conseqüências políticas desse debate. Segue-se alguns elementos do contexto mais estrito do ambiente universitário no qual nós, professores, desenvolvemos nossa prática profissional, ensaiando algumas análises acerca dos limites e perspectivas dessa prática, em especial no que se refere à formação de professores para a educação básica a partir da constatação de que as transformações econômicas, políticas e sociais e sobretudo, ideológicas, em curso, repercutem profundamente na formação da subjetividade dos indivíduos, inclusive aqueles que desempenharão o papel de educadores. Como estas questões estão sendo consideradas nos cursos de formação de educadores? A partir de que pontos de vista a condição humana é abordada no cotidiano do trabalho docente no interior das agências de formação? Como nos posicionamos, educadores de educadores, diante da crise epistemológica, ética, política, em suma, social, em que se enredou a humanidade nesse final de milênio?

AS CULTURAS ESCOLARES DE CONFINAMENTO NA PARAHYBA DO NORTE: TESSITURAS ENTRE A MATRIZ IMPERIAL E AS QUERELAS REPUBLICANAS- 1858-1940

RAMSÉS NUNES E SILVA *
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
ramsesnunes@gmail.com

A cultura escolar, entendida enquanto manifestação de simbolismos diversos que perpassam os espaços destinados à educação, dimensiona a complexidade e não problematizações simplistas que possam se propor a desnudar definitivamente o universo da instrução de confinamento. Os internatos, entendidos por nossa pesquisa enquanto representações de um tipo de cultura escolar, aqui chamados de confinamento, se obstaculizariam como espaços de manutenção dos habitus da tradição, efetivamente fechados à dimensão mundana externa aos muros dos colégios? Nosso artigo se propõe a discutir de que maneira são tecidas as relações culturais nos espaços de instrução confinados da Paraíba do Norte a partir das documentações iconográficas e impressas que abordam esses espaços entre as décadas de 1920 e 1930. Como as dimensões midiáticas e estatais produziriam sentidos específicos para a cultura escolar na dimensão de sua respectiva divulgação/projeção? Para tanto, trabalhamos desde fontes oficiais a partir de relatórios provinciais, propagandas escolares e fotografias que possam nos encaminhar para uma análise da cultura escolar produzida no e para os internatos que funcionaram na Paraíba do Norte entre o Império e a República.

AS ILUSTRAÇÕES DOS LIVROS ESPELHO (1928), VIDA NA ROÇA (1932) E ALEGRIA (1937) DO AUTOR THALES CASTANHO DE ANDRADE: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA RURAL DO BRASIL NO SÉCULO XX

CLEILA DE FÁTIMA SIQUEIRA STANISLAVSKI *
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
cleilafss@itelefonica.com.br

Neste artigo apresento características da Escola Rural das décadas de 1920 e 1930, destacadas por meio das ilustrações dos livros escolares Espelho (1928), Vida na Roça (1932) e Alegria (1937) do autor Thales Castanho de Andrade, que fazem parte da Coleção Leitura Escolar e foram publicados pela Companhia Editora Nacional. O objetivo deste texto é destacar aspectos que caracterizam a escola rural no início do século XX. Para o estudo optei por procedimentos metodológicos de pesquisa documental e bibliográfica e está situado no campo da história do livro no Brasil estruturando-se a partir das idéias de Roger Chartier numa abordagem identificada como história cultural. Nessa abordagem algumas reflexões são feitas sobre a escola rural no Brasil partindo das leituras de textos sobre a história do livro e tendo como suporte material as ilustrações dos livros, a fim de compreender o que Chartier denomina “protocolos de leitura”. Para Chartier (2001, p. 10) os vestígios que são privilegiados numa pesquisa são protocolos de leitura, inscrevem no texto a imagem ideal feita por seu leitor. O autor Thales Castanho de Andrade representa e caracteriza um profissional de escola isolada rural, pois sabe-se que foi autor de diversos livros que tinham como tema e cenários a escola rural, e foi professor de escola rural. Iniciou sua carreira no Magistério em Jaú, em 1912, estado de São Paulo, na Escola Rural de Banharão, posteriormente chamada de Escola da Saudade e que hoje está abandonada. Mais tarde foi professor do Grupo Escolar de Porto Ferreira e do Grupo Escolar Modelo, anexo à Normal Oficial de Piracicaba, e, mais tarde, foi diretor dessa escola. Também foi inspetor e assistente técnico de ensino rural, nomeado no ano de 1943, diretor geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo - nomeado em 16 de setembro de 1947- aposentando-se com mais de 47 anos de serviços prestados ao estado de São Paulo. Os aspectos que caracterizam a escola rural do início do século XX, especificamente nas décadas de 1920 e 1930, ressaltados nas ilustrações dos livros, demonstram uma escola que estava imersa num momento de grandes aspirações e mudanças sociais no Brasil. Estava caracterizada pela falta de recursos materiais, financeiros e pedagógicos, incluindo a falta de profissionais habilitados, vendo na obrigação de improvisar e particularizar os meios para dar a educação às crianças. As ilustrações apontam aspectos referentes ao cenário educacional rural, tem características próprias que permitem serem questionadas e estudadas e é fonte fecunda de representações que perpassam o momento da criação dos livros e primeira divulgação editorial, período que compreende as décadas de 1920 e 1930.

AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

EVELLYN LEDUR DA SILVA *
Universidade Federal de Santa Maria
evellyn.ledurdasilva@gmail.com

CAMILA RIBEIRO MENOTTI
Universidade Federal de Santa Maria
camila_menotti@yahoo.com.br

ESTELA MARIS GIORDANI
Universidade Federal de Santa Maria
estela@pesquisador.cnpq.br

A temática ‘materiais didáticos’ possui relevância e pode se tornar muito mais do que uma alternativa que possibilita uma melhor compreensão do conteúdo trabalhado. Identificou-se nas tendências pedagógicas existentes na história da educação brasileira as várias maneiras de conceber os materiais didáticos. A pesquisa foi realizada com 35 professores, da Educação Básica, do município de Santa Maria – RS e objetivou identificar se os professores utilizavam-se de metodologias inovadoras; se os materiais didáticos faziam parte do processo de ensino e aprendizagem; se os docentes e discentes fabricavam seus próprios materiais didáticos; quais eram as disciplinas difíceis de serem ensinadas e quais eram difíceis de serem apreendidas pelos alunos. O resultado do trabalho possibilitou verificar que conteúdos de matemática e de língua portuguesa são os mais difíceis de serem ensinados e aprendidos. A maior parte dos professores concorda com a importância da utilização dos materiais didáticos para a compreensão e dinamização do conteúdo. Através dessa visão verificou-se que os professores preocupam-se com a aprendizagem do aluno, pois em várias colocações eles demonstraram buscar metodologias e novos caminhos para a concretização do conhecimento. Contudo, observou-se que estes ainda não superaram a visão de pedagogia tradicional e escolanovista em relação aos materiais didáticos. Percebeu-se isso, pois, ainda estes, não são explorados em suas dimensões cognoscitivas, afetivas, sócio-culturais. Compreende-se que, a aprendizagem discente é mais significativa quando os instrumentos de aprendizagem trazem em si características de seu cotidiano e também, quando o próprio discente faz parte do processo de construção de seus materiais didáticos, uma vez que, ao utilizar estes instrumentos, o aluno observa concretamente àquilo que veria somente na teoria. Portanto, os materiais didáticos são instrumentos que possibilitam o desenvolvimento das competências, tanto do ensinar (alunos e professores) quanto do aprender (alunos e professores), mas ao longo da história o manuseio destes, nem sempre teve uma ênfase significativa, pois durante muitas décadas essas ferramentas não possuíam valores positivos. Desde a Pedagogia tradicional à atualidade, a utilização dos materiais didáticos vem sofrendo transformações: ora utilizado, ora deixado de lado. Trata-se de resgatar nas concepções pedagógicas a potencialidade da visão de cada uma e propor alternativas educacionais considerando os novos desafios em direção ao desenvolvimento das potencialidades, autonomia, capacidade crítica e criativa de ambos os sujeitos da relação pedagógica: professor e aluno.

A TENDÊNCIA TECNICISTA E O ENSINO DE ARTE

CRISTIANE DE CAMPOS *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
crysdecampos@hotmail.com

CLAUDIA MARIA PECHAK ZANLORENZI
Universidade Centro - Oeste do Paraná
aecmari@gmail.com

O presente artigo é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso[1] intitulada “A permanência do tecnicismo no ensino de arte nas séries iniciais nas escolas da rede pública na cidade de Inácio Martins”, neste nível de ensino analisando a trajetória de todo o processo educativo e em relação ao trabalho na disciplina de artes, como uma forma de conhecer as metodologias e as concepções que permeiam esse ensino é conhecendo também as tendências pedagógicas. A partir de uma reflexão atenta é possível analisar suas particularidades e projetos político-pedagógicos diferenciados, desenvolvidas em contextos diferentes, porém todas com um objetivo em comum: orientar as ações pedagógicas. O objetivo deste trabalho é demonstrar os princípios do tecnicismo e a sua influência no ensino de arte e como essa pedagogia utiliza seus métodos na preparação para o mercado de trabalho. Para tanto primeiramente será discutido brevemente o contexto brasileiro na época, em seguida será comentado sobre o tecnicismo, abordando como este se processa no ensino da arte, ou seja, a educação artística.

A TRAJETÓRIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

CLEUSY DE FÁTIMA NASCIMENTO *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
cleusy_24@hotmail.com

MARISA SCHNECKENBERG
Universidade Estadual do Centro-Oeste
marisas@irati.unicentro.br

A gestão escolar se estabelece no contexto escolar como meio para atingir determinados fins na escola, como planejar, organizar, dirigir e avaliar. Para tanto existem várias formas de gestão e cabe a instituição escolar escolher qual é a forma mais adequada. A gestão democrática se desenvolve como forma de rompimento do paradigma tradicional presente nas escolas, e, portanto é necessário entendê-la como uma mudança que ocorre devido a um processo de interação e organização de acordo com o contexto educacional. O presente artigo é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso , intitulada “Organização do Trabalho Pedagógico: poder, influência e autoridade”, a qual tem como objetivo central, a caracterização dos determinantes da ação pedagógica na gestão da escola pública municipal de Inácio Martins-PR. Este artigo apresenta um breve histórico da administração, abordando as teorias administrativas que influenciaram a educação, bem como as características da administração e da gestão escolar, enfocando as relações entre os sujeitos da escola, expondo o papel da liderança e as relações de autoridade, antagonismo e poder estabelecido na instituição escolar.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PRÁTICA DOCENTE: UMA ANÁLISE DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ

LEANDRO TURMENA *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
lturmena@hotmail.com

O texto resulta da pesquisa que analisou a proposta pedagógica oficial do estado do Paraná e a concepção pedagógica de professores da Rede Estadual de Ensino. Parte do princípio de que a educação escolar é produto do trabalho humano historicamente determinado analisando-a à luz dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica a qual tem seu fundamento epistemológico assentado no materialismo histórico dialético. A investigação problematiza a tendência pedagógica que norteia as diretrizes curriculares do Estado do Paraná, veiculadas pelo governo, nos mandatos do Governador Roberto Requião, a partir de 2003; indaga se a referida proposta é efetivada na prática educacional das escolas. A investigação analisou o documento Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná e entrevistas realizadas com professores das escolas Estaduais de Palmas, estado do Paraná. Perguntou-se: qual pedagogia conduz as diretrizes curriculares do Estado? Tal pedagogia é efetivamente implementada em sala de aula? O resultado das entrevistas demonstrou que os docentes afirmaram ser a Pedagogia Histórico-Crítica a base epistemológica da proposta pedagógica que o Estado do Paraná assume nas diretrizes curriculares. Confrontando os resultados das entrevistas com os pressupostos teóricos das Diretrizes e da Pedagogia Histórico-Crítica, constata-se que não há a suposta coerência teórica. Apesar das Diretrizes Curriculares terem sido discutidas, com um número significativo de professores da rede estadual de ensino através dos programas de formação continuada instituídos pelo governo do Estado, não houve a implementação de Pedagogia Histórico-Crítica como anunciada oficialmente.

CARTAS DE HOMENS: O DISCURSO SOBRE A MASCULINIDADE NA SEÇÃO “DA MULHER PARA A MULHER” NA DÉCADA DE 50

JOANA ELISA RöWER *
Universidade Federal de Santa Maria
joanarower@yahoo.com.br

CARINE MARTINS GODOY TORRES FRASSON
Universidade Federal de Santa Maria
carinepedagogia@yahoo.com.br

CLÁUDIA REGINA COSTA PACHECO
Universidade Federal de Pelotas
crcpacheco@yahoo.com.br

JORGE LUIZ DA CUNHA
Universidade Federal de Santa Maria
jlcunha@smail.ufsm.br

JOSIANE CAROLINE MACHADO CARRÉ
Universidade Federal de Santa Maria
josianecarre@yahoo.com.br

TIAGO MELGAREJO DO AMARAL GIORDANI
Universidade Federal de Santa Maria
tigiordani@yahoo.com.br

Este texto apresenta o resultado de uma análise/reflexão preliminar e inconclusa das correspondências escritas e enviadas por homens a seção “Da mulher para a mulher” da Revista “O Cruzeiro” na década de 1950. Este trabalho surge em decorrência do projeto intitulado “Saberes Impressos Imagens de Civilidade em textos não-escolares: composição e circulação” que objetiva mapear e investigar imagens de civilidade veiculadas em textos não-escolares. Os textos não-escolares pesquisados na revista “O Cruzeiro” na coluna intitulada “Da mulher para mulher” publicados entre 1950 e 1959 permitem descrever concepções e práticas que constituíam a civilidade da época, produzindo uma determinada experiência do que era polido, agradável, adequado, civilizado, educado, enfim, correto. A apropriação da Revista “O Cruzeiro”, especificamente da seção “Da mulher para a mulher”, como objeto de investigação incide sobre um referencial teórico interdisciplinar e sob uma perspectiva que não foge a interdisciplinaridade, ou seja, a da história na relação com a educação. A análise das correspondências precedeu a catalogação das revistas e a realização de um histórico sobre a revista. O período delimitado do estudo, década de 50, deve-se a vários fatores: a existência e disponibilidade de exemplares da Revista “O Cruzeiro” pertencentes ao acervo do Prof. Jorge Luiz da Cunha e disponíveis na Universidade Federal de Santa Maria; a crescente expressão que a Revista assume no campo das publicações de variedades; as grandes transformações políticas e a re-organizações do ensino e reformas educacionais antecedidas e balizadas por um cunho moralizante vigente no período e de caráter cívico e nacionalista; e, ao contexto sócio-cultural em que a década de 50 precede a efervescência do feminismo das décadas de 60 e 70 que embora em cenário político diferente do existente na Europa e Estados Unidos tem aqui suas manifestações, embasadas pelas lutas, principalmente, por direitos políticos desde o século XIX, cujos questionamentos realizados pela crítica feminista atingiram também as concepções sobre o masculino, suscitando desestabilizações.

A relação das leituras ordinárias com a escola formal remete a continuidade e a imbricação dos processos de educação do homem em e para a sociedade. Ademais permite redefinir invisibilidades do cotidiano masculino na correlação com a vivência pública do homem e com os preceitos normativos do feminino de uma determinada classe social. A interpretação da masculinidade pelo discurso social, a aceitação destes discursos, e a abertura de brechas podem ser interpretadas como linguagens de poderes/saberes que se inscrevem nos processos de socialização e construção de gênero de toda a sociedade e, dessa forma, da escola. A leitura de textos ordinários, dados a ler fora da escola, mas que obtem uma aprovação social da leitura, permitem uma compreensão das dinâmicas educativas não formais que acontecem na continuidade e/ou ruptura da educação formal.

CONCEPÇÕES PARTILHADAS: NARRATIVAS E IDEOLOGIAS EM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.

BÁRBARA MARTINS DE LIMA DELPRETTO*
Universidade Federal de Santa Maria
delpretto@gmail.com

O presente artigo se propõe a dialogar aspectos sociais relevantes na educação de pessoas com altas habilidades/superdotação, frente às novas dinâmicas desenvolvimentistas que deflagram novas necessidades individuais e coletivas para o aproveitamento benéfico dos talentos apresentados por tais sujeitos. Para tal, neste artigo os recursos metodológicos foram análise bibliográfica, aplicação de entrevistas semi-estruturadas e realização de observação participante do tipo artificial. Após a apresentação e análise dos fatores apresentados, é possível compreender que a educação de pessoas com altas habilidades/superdotação mostra-se como um desafio socialmente relevante porém, o desperdício de talentos, as marcas narrativas-ideológicas, a configuração de uma nova exclusão social e a frustação econômica têm sido fatores que impedem o crescimento de resultados fidedignos e contínuos na área. Com isto, o debate e as ações iniciais na área indicam carência na estruturação de pressupostos ideológicos que submetam às análises a política de regularização e aproximação estatal.

CONFERENCIAS PEDAGOGICAS NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1855 – 1879)

MARGARETE MARIA SILVA *
Universidade Federal de Pernambuco
mmsilva.ufpe@gmail.com

Este estudo pretende descrever e analisar a primeira Conferência Pedagógica ocorrida em 1878 na província de Pernambuco com enfoque na participação dos(as) professores(as) primários. O período histórico delineado corresponde à primeira referência em lei das Conferências até após a sua efetivação. A pesquisa fundamenta-se teórico-metodologicamente nos pressupostos da Nova História Cultural e nos estudos da História da Educação Brasileira no século XIX. Utilizamos como fontes de pesquisa relatórios gerais e ofícios da Instrução Pública, a legislação provincial, o relatório específico das Conferências de 1878 e o Jornal do Recife. As Conferências Pedagógicas são caracterizadas por serem um momento em que os professores se reuniam para debaterem sobre temas relacionados ao ensino e foram instituídas em Pernambuco com a nova Organização da Instrução Pública em 1855 – Lei n. 369, com o objetivo de reunir os professores públicos para discutirem sobre assuntos que interessassem ao regime interno da escola, reaparecendo legalmente em 1874. Contudo, a realização das Conferências só veio a acontecer a partir de 1878, como apresentado nas fontes encontradas. Os resultados apontam que a Conferência parece ter sido organizada com o objetivo de reorganizar a Instrução Pública da província, abordando temas relativos ao sistema e métodos de ensino, organização curricular, situação do professorado e do ensino na província, além de discussões sobre a moral. Neste contexto, a participação dos(as) professores(as) se deu de diversas formas, desde a estruturação das Conferências através da escolha dos pontos a serem debatidos nas Conferências até a sua efetivação por meio do discurso proferido pelos professores sobre os temas escolhidos para o debate.

CONSTRUINDO PRÁTICAS E OLHARES PARA A COMPREENSÃO DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA GUATÓ .

MARGARETH ARAÚJO E SILVA *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
margareth_araujo_silva@yahoo.com.br

JORGE EREMITES OLIVEIRA
Universidade Federal da Grande Dourados
eremites@ufgd.edu.br

O estudo evidencia a constituição da identidade étnica da criança Guató. Respalda-se na abordagem etnográfica para analise do contexto sociocultural e educativo da criança. A pesquisa fundamenta-se nos estudos que vêm sendo realizados sobre as culturas da infância, tendo como núcleo central os pressupostos da Psicologia Social Comunitária, dialogando com a História, Antropologia e Referenciais Curriculares para Educação Escolar Índigena. Busca-se conhecer como se desenvolve a consciência da criança de sua identidade étnica, sua origem a partir da experiência e da determinação do meio. As formas como as crianças organizam suas brincadeiras, os significados construídos nas relações sociais que estabelecem com os objetos do brincar e entre si, evidenciam como as crianças Guató lidam com seu meio cultural, familiar e a sociedade em que vivem. Utilizamo-nos de técnicas variadas como registros de episódios e fotográficos, entrevistas com e sobre crianças, observação participante com registro de campo, pesquisa e análise de fontes documentais, levantamento da história literária e dinâmica de vida do grupo. Preliminarmente, constata-se que o ambiente humano é constantemente criado e recriado pelas atividades culturais e a linguagem infantil contém o código das representações e recortes do mundo legados pela cultura, e é assim que se transmitem as visões de mundo de uma geração a outra.

DANÇA, CULTURA E EDUCAÇÃO:EM DEFESA DA ALEGRIA NA ESCOLA

REGIANE ÁVILA *
Universidade Federal de Goiás
regianeavila@yahoo.com.br

Este trabalho buscou traçar relações do ensino da dança na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. A intenção é ressaltar a importância da dança no contexto escolar, por ser esta uma produção sócio-histórica e que muito contribui para se construir a humanidade que se busca por via do trabalho educativo. Defendemos que a prática pedagógica dialógica deve ter nas “crenças” e “experiências sócio-corporais” dos nossos alunos um ponto de partida para a espiral dialética de ampliação do conjunto dos saberes necessários a emancipação crítica, criativa, transformadora e autônoma de nossos educandos em relação à dança.

DESENHO LINEAR: SABER E DIDÁTICA PARA ESCOLAS DE ENSINO MÚTUO FRANCO-LUSO-BRASILEIRAS

GLÁUCIA MARIA COSTA TRINCHÃO*
Universidade Estadual de Feira de Santana
gaulisy@gmail.com

O artigo refere à pesquisa de doutoramento na perspectiva da História Comparada da Educação e das Disciplinas Escolares, em especial a de Desenho. O estudo traz o livro didático como base empírica e suporte e lugar de memória. A análise identifica o conhecimento em Desenho como objeto de ensino, destinado às escolas públicas franco-luso-brasileiras, no início do século XIX. Busca-se identificar as construções de novos textos para a organização do saber em Desenho, os grupos que pensaram e organizaram esses textos e os elementos selecionados referentes à sua didática, materializados, registrados e socializados nos livros didáticos. O estudo demonstra como o Desenho Linear, um dos conhecimentos básicos que atenderam às escolas de primeiras letras, passou a objeto de ensino dividindo espaço com o Ler, Escrever e Contar. O compêndio de Desenho Linear de Louis-Benjaman de Francoeur foi a primeira versão organizada dos fundamentos básicos do Desenho em forma de manual. Apesar da lentidão da divulgação do manual e da socialização do Desenho, os autores de compêndios, ou manuais, que vieram a seguir foram inspirados ou influenciados pelo saber a ensinar recriado e materializado por Francoeur, e socializado por meio impresso de seu manual de Desenho. Dentre outros, estão autores brasileiros e portugueses. Em 1829, um compêndio em português foi publicado no Brasil, cujos fundamentos de inspiração são oriundos do Dessin linéaire de Francoeur. Surgiu com o título Princípios do Desenho Linear compreendendo os de Geometria Pratica, pelo methodo do ensino mútuo; extraídos de L. B. Francoeur: dedicados aos amigos da instrucção elementar no Brasil por A.F. de P. e Hollanda Cavalcanti Albuquerque. O primeiro compêndio de autoria portuguesa aparece em 1853, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, e foi criado por um anônimo de iniciais O.D.C. Com o título de Elementos de Desenho Linear, este foi dedicado especialmente às meninas do Real Colégio Ursolino (ALMEIDA, 1957, p. 457). A inclusão do saber desenhar, basicamente nos moldes de Pestalozzi - aperfeiçoamento do olho e da mão, através da percepção sensível da natureza desenvolvida nas sensações visuais, imitação de modelos e exercício sistemático do Desenho -, como saber importante para a formação cidadã desde o início do século XIX, mostra uma realidade que se contrapõe à que se propaga atualmente na História da Educação, de que nesse período se buscava apenas difundir uma cultura letrada do saber ler, escrever e contar. Isso se deu mesmo que a aceitação e difusão do Desenho como disciplina tenham corrido a passos lentos e que não tenha ocorrido de forma homogênea e ao mesmo tempo em todos os países adeptos do ensino mútuo, principalmente em Portugal e no Brasil.

DISCURSO EUGENISTA E REGULAÇÃO DA INFÂNCIA: NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO DISCURSO DO FRACASSO ESCOLAR

MARIA SOCORRO NÓBREGA QUEIROGA*
Universidade Federal da Paraíba
socorroqueiroga@gmail.com

O meu propósito mais geral neste ensaio é tratar dos discursos sobre a infância produzidos pelas ciências humanas no contexto específico das enunciações sobre crianças com histórias de trajetórias minoritárias na escola, consubs-tanciadas nos discursos do fracasso escolar. O referencial no qual me acosto é o estudo realizado na Tese de doutoramento, o qual compreende a arqueologia e genealogia do conceito de fracasso escolar, na perspectiva teórica dos estudos pós-estruturalistas, sobretudo das proposições de Michel Foucault. A partir da análise dos documentos estabeleci três eixos a partir dos quais pude fazer uma leitura dos discursos produzidos sobre as crianças com trajetórias minoritárias na escola: a infância, a educação escolar e o fracasso escolar. A formação discursiva sobre as crianças com trajetórias minoritárias na escola, produziu arquivos dos quais selecionei os saberes da psicologia e da pedagogia, estabelecendo a série histórica do “eugenismo”, predominante desde meados do século XIX até a déca-da de trinta do século XX; a série do “planejamento”– que compreende o período entre a década de 1960 e 1980 – e a série da eficácia – de meados dos anos 1980 até a contemporaneidade. No metodológico descrevo a constituição da in-fância como categoria social, tomando como suporte a história sociológica de Norbert Elias e Philippe Ariès, para delinear o momento na história das socieda-des européias ocidentais, de invenção da infância e a constituição da escola mo-derna como lugar de produção de novas formas de disciplinamento das crianças. Para a leitura arqueológica dos discursos elegi um acontecimento que deu subs-tância a cada uma das séries históricas: as teses da “I Conferência Nacional de Educação”, para a série histórica do eugenismo; a teoria da “privação cultural”, para a série do planejamento e o “discurso construtivista” para a série da eficácia. Contudo, faço um recorte para o discurso eugenista em educação, e me acercan-do das ferramentas genealógicas construídas por Michel Foucault, analiso o seu funcionamento, em cenário específico de relações de poder, e os efeitos que pro-duzem, ou seja, como efeitos de relações de poder ligados a redes de governo da infância, equipamentos coletivos criados para disciplinar a criança, funcionais à legitimação de processos de exclusão e de inclusão social e escolar.

DISCURSO HIGIÊNICO NA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO IMPERIAL: COLÉGIO PEDRO II (1829-1850)

CAROLINA FUZARO BERCHO *
UFSCar Universidade Federal de São Carlos
carolinafuzaro@hotmail.com

O propósito deste trabalho é analisar o período inicial da constituição da Medicina Social no Brasil, no período que vai de 1829 a 1850, iniciado com a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Pretendemos analisar a influência deste período na educação, tomando como parâmetro o Colégio Pedro II, tido como exemplo da educação elitista do Rio de Janeiro Imperial e reflexo do ímpeto civilizatório que a corte trouxe ao Brasil desde 1808, com a sua chegada. A criação da Sociedade de Medicina marca o início da institucionalização da higiene pública no Brasil, elaborando, pela primeira vez, um projeto conciso e coerente de regulação e intervenção da Medicina no corpo social. Projeto este responsável pela adequação da sociedade às novas normas de conduta da Medicina Social, e, principalmente preocupado em re-educar uma população afetada pelos resquícios do Antigo Regime Colonial.

DO PASSADO AO PRESENTE: A HISTORICIDADE DA RELAÇÃO ESCOLA-LEITURA

KELLY CRISTINA COSTA MARTINS *
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Tecnologia
kellyccmartins@hotmail.com

Este trabalho é parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no programa de Pós-Graduação Mestrado em educação da UNESP campus de Presidente Prudente e recebe financiamento da FAPESP. Nos dias atuais percebemos que o trabalho com leitura tem se tornado uma preocupação para os professores de uma forma geral, e se transformado em alvo de várias discussões nos meios acadêmicos. Esta tensão entre as práticas de leitura e o ambiente escolar se dá por diversos fatores que transpõem os limites deste estudo. Nosso objetivo aqui é discutir como vem sendo constituída ao longo do tempo as metodologias adotadas para o exercício do ensino da leitura nos primeiros anos de escolarização. Sabemos que com a universalização do ensino a escola passou a ser um espaço importante para desenvolver e proporcionar práticas de leitura aos seus alunos e, na maioria das vezes, é através da instituição escolar que as crianças das camadas populares estabelecem os primeiros contatos com a leitura. Muitas crianças tem a escola como único espaço que lhes possibilita contato com publicações de toda ordem, incluindo os livros. A questão que se apresenta é que neste espaço, muitas vezes, há certa insegurança quando o assunto é o trabalho com a leitura, seja pela falta de bibliotecas, ou pela constante indagação que permeia a prática educativa: Como formar alunos leitores? Quais tipos de material utilizar? Qual a melhor forma de conduzir esta prática? Partindo desse pressuposto, consideramos pertinente (re) pensarmos o trabalho com a leitura nos primeiros anos de escolarização, no sentido de formar leitores capazes, não só de decifrar o código da língua escrita, mas ter a capacidade de interpretar o que se lê, de dialogar com o texto - ser um leitor competente. Consideramos que esta discussão se justifica por fazer um resgate histórico dos modos e métodos utilizados dentro da instituição escolar para o ensino da leitura. Nosso objetivo é com esse delineamento poder contribuir com o trabalho docente no presente. Para o desenvolvimento dessa discussão fizemos um estudo bibliográfico que nos permite afirmar que a partir do século XVIII a leitura passa a fazer parte integrante do desenvolvimento social e individual, garantindo demarcação e poder aqueles que conseguem fazer o uso da leitura e da escrita - decifrar o código escrito, frente aos que não possuem tal habilidade. O cenário social atual não difere muito do passado já que a essas práticas continuam, muitas vezes, garantir certos privilégios. Assim se faz necessário lutarmos para que nossos alunos possam ser assistidos nos seus direitos a leitura e a escrita, e que não saiam da escola semi-analfabetos. Para concretização de tal objetivo precisamos de escolas equipadas, professores preparados e pesquisas que venham contribuir com as discussões tão presentes nos meios escolares.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA:LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

DALIANA LöFFLER *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
dalianaufsm@yahoo.com.br

JULIANA GOELZER
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
julianagoelzer@yahoo.com.br

Atualmente vivemos em uma sociedade capitalista, que tem como prioridade os resultados, os quais devem ser rápidos, práticos e eficientes. Por incrível que pareça, a escola não fica longe dessa relação, cada vez mais os professores precisam atingir metas, cumprir horários e apresentar suas produções, resumindo, a vida do professor acaba acontecendo somente entre quatro paredes, e talvez uma das maiores cobranças, é que o professor deve ser um profissional bem qualificado, em constante formação, porém, falta tempo e oportunidade para que isso aconteça.

Na tentativa de suprir essas carências, é que o projeto de pesquisa e extensão intitulado de Educação e Cidadania:limites,desafios e possibilidades proporciona um processo de formação continuada a partir do confronto entre a teoria e a realidade cotidiana dos alunos e professores, do qual resultam relatos e descobertas de experiências pessoais, de necessidades e de novas possibilidades que, além de primeiramente contribuírem para que os professores se descubram como “gente” e como cidadãos, auxiliam no processo educativo, o qual deixará de ser apenas uma reprodução e repetição do sistematizado e enunciado mas passará para uma condição de criativo e questionador. São das vivências de cidadania, dos desabafos e do compartilhar que com o passar dos encontros os professores se reencontram em si mesmos, eles voltam a sonhar, a ter desejos e até mesmo a sorrir, e sentimos que são essas trocas que irão fazer a diferença no processo de ensino-aprendizagem, pois a partir do momento em que refletirmos juntos poderemos melhorar a educação, bem como contribuir com a realização pessoal e profissional de cada professora e de cada professor.

EDUCAÇÃO E MÍDIA : PROCESSO DE ENSINAR E DE APRENDER NA CONTEMPORANEIDADE

ANGÉLICA LIMA PIAI *
Universidade Estadual de Londrina
angelica_piai@hotmail.com

RESUMO: Considerando, que vivemos em uma sociedade mediada pelas tecnologias, não podemos negar sua ação sobre o homem nos diversos aspectos : social econômico, político, cultural, educacional, nas relações de trabalho, e interações com o meio de modo geral. O escrito aprecia as relações entre educação e mídia na sociedade contemporânea, sobre o uso das mídias nas práticas escolares e seu impacto na sociedade. Discute as ambigüidades desses recursos tecnológicos na área educacional, contemplando os dilemas do profissional da educação bem como a sua formação critica e permanente diante dessas contradições tecnológica. Focalizando a comunicação e racionalidade do homem enquanto características próprias e produto de sua historicidade e a capacidade de ensinar e aprender ampliando seu conhecimento e tecnologia. Considera a estética e a ação do poder simbólico que a mídia proporciona, na vida e administração dos sujeitos. Pontua principalmente uma formação para a criticidade e autonomia dos sujeitos por meio da educação reflexiva, compreendendo a emancipação e o uso da tecnologia, como ferramenta de trabalho e não como instrumento de alienação.

EDUCAÇÃO E PROGRESSO: O IMAGINÁRIO SOCIAL UBERABINHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

LUCIANA ARAUJO VALLE DE RESENDE *
Universidade Federal de Uberlândia
luvalleresende@yahoo.com.br

WENCESLAU GONÇALVES NETO
Universidade Federal de Uberlândia
wenceslau@ufu.br

Visando resgatar a História da Educação em Uberabinha, MG, no período da Primeira República, a presente pesquisa esboça a trajetória histórico-educacional dessa localidade, para que, a partir de sua análise e interpretação, possa-se promover a interligação entre o estudo regional e o nacional. A compreensão dessa dinâmica serve de base para a comparação e análise dos fatos e discussões educacionais encontrados na documentação oficial, principalmente nas atas da Câmara Municipal, nas reportagens presentes na imprensa local e nos temas abordados pela bibliografia especializada. Dessa forma, tendo como foco a organização do ensino público em Uberabinha, procura-se traçar um mapa da educação pública nacional, que se materializa e ganha vida nos estabelecimentos educacionais uberabinhenses e nos quais é possível detectar suas contradições, seus avanços e retrocessos, suas rupturas e continuidades. Para tal, a educação é abordada como tema geral e, como subtemas, algumas questões que lhe são correlatas no contexto sócio-político-econômico do período da pesquisa, que são o civismo/patriotismo, a idéia de ordem e progresso, além dos aspectos da religião. Assim sendo, busca-se identificar como essas questões se apresentaram na realidade brasileira e como elas influenciaram na composição do cenário educacional uberabinhense e nacional.

ENTRE LIVROS DESAPARECIDOS, PRÉDIOS DEMOLIDOS E ÁRVORES QUE NÃO SE CORTAM: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA FEMININA NAS CONSTITUIÇÕES DAS PROVÍNCIAS ECLESIÁSTICAS DO SUL DO BRASIL DE 1915

PAULO DE TARSO GOMES *
Centro Universitário Salesiano de São Paulo
ptarso8@gmail.com

Nosso objetivo inicial é contrapor a construção ideal e a organização concreta dos institutos femininos de vida religiosa, examinando termos e significados de suas práticas, principalmente na forma como se apresentam nas Constituições das Províncias Meridionais do Brasil, de 1915. O objetivo final é o de compreender o lugar reservado à mulher na hierarquia católica como “freira” e, assim, tanto avaliar o papel da hierarquia católica nas práticas de educação da mulher, bem como auxiliar o estudo dessas práticas, buscando enunciar hipóteses sobre eventuais desaparecimentos de registros escritos e edificações, quando se trata de encontrar fontes primárias de pesquisa. Trabalhamos a partir de dois eixos fundamentais: primeiro, o da tensão entre a busca feminina pela vida religiosa e o esforço da autoridade eclesiástica em controlar essas formas de vida; em segundo lugar, o eixo da tensão entre a construção discursiva ideal da vida religiosa e a organização política dessas comunidades. A partir desses eixos estudamos estruturas da vida religiosa feminina, divididas em dois conjuntos. O primeiro conjunto se compõe das estruturas internas à vida religiosa: a ruptura com a história, os votos, a formação, a vida comunitária e a organização hierárquica interna à comunidade. O segundo conjunto se compõe de estruturas sociais externas: o lugar da mulher no patriarcado, o conflito econômico do dote das filhas, a disputa sobre o dote das freiras e, por fim, o papel do bispo como responsável pelas mulheres de vida religiosa. Estudando essas estruturas nas Constituições de 1915, observamos quais delas os bispos tiveram o interesse de controlar. Apesar das religiosas se incumbirem de conduzir escolas femininas, os bispos se omitem quanto aos estudos específicos à formação da religiosa. A partir de fontes secundárias, situamos o discurso dos bispos e suas lacunas na função prevista para institutos femininos, no âmbito da sociedade patriarcal, com o efeito econômico de evitar os dotes de casamento e com o efeito individual sobre a vida da mulher submetida ao escrutínio para ingresso na vida religiosa, já que uma recusa ou expulsão se constituiria num estigma social. Dos conflitos em torno dessas mulheres, resultam muitas vezes os convenientes desaparecimentos de fontes. Conflita-se assim, a construção ideal religiosa com a função social de repositório de mulheres que o patriarcado conferiu aos recolhimentos e conventos. Conclui-se que o eventual mérito pedagógico ou social de práticas educativas conduzidas por mulheres de institutos femininos de vida religiosa, se deve mais às mulheres que nelas atuaram do que à ação da hierarquia católica. Tais méritos se constituem em símbolos definidores de identidade, como as árvores que não se cortam, podendo servir tanto à construção discursiva e ideal da vida religiosa, como a um enraizamento na história, evidenciando a possibilidade de práxis transformadora quando os sujeitos superam os limites de seus discursos.

ESCOLAS RURAIS: SABERES E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO (1931-1961)

ANDREIA DEMETRIO JORGE MORAES*
Universidade Federal de Uberlandia
deia.demetrio@uol.com.br

SÔNIA MARIA SANTOS
Universidade Federal de Uberlândia
soniam@ufu.br

Este estudo objetiva compreender o espaço destinado à educação rural no município, desvelando as circunstancias em que a educação da população rural foi pensada pelas instancias federais, estaduais e municipais daquele período. Esta pesquisa objetiva, ainda, registrar especificidades da educação municipal, registrando datas que marcaram a educação do município de Ituiutaba como a criação de escolas rurais dentro deste e ainda, desvelar, registrar e compreender como se processava a alfabetização das crianças na zona rural, e como se processavam os saberes docentes dos professores alfabetizadores daquele período. As razões da escolha do período e do tema derivam da complexidade e riqueza da conjuntura política, econômica, histórica, cultural e educacional que influenciaram os rumos da alfabetização do povo brasileiro. A metodologia utilizada foi a da História Oral, apoiada pela pesquisa bibliográfica e documental, por acreditar que as narrativas dos (as) professores alfabetizadores são de fundamental importância para revelar, compreender e analisar a maneira como se dava a alfabetização da população rural em cidades onde a economia era predominantemente agrícola. A utilização da história oral na pesquisa em educação representa uma possibilidade de abordar questões históricas educacionais a partir de narrativas. Como resultado, pude registrar parcialmente detalhes da cultura escolar rural, saberes e práticas utilizadas pelas professoras alfabetizadoras da região no período delimitado e, compreender parcialmente a cultura escolar rural em sua realidade histórica e assim, sinalizar para um painel sobre a cultura, os modos de vida familiar, as concepções de alfabetização presentes e como elas são redimensionadas pela legislação e pelas práticas pedagógicas no espaço destinado à criança, além de nos possibilitar fazer inferências sobre os padrões de comportamento de alguns professores, bem como dos próprios conteúdos, dos recursos pedagógicos existentes na época adotados por eles. Durante a pesquisa pude confirmar que os saberes docentes, enquanto práticas sociais são construídos a partir das relações estabelecidas na realidade social em que se inserem, o que dispõe sobre sua condição social, histórica e dinâmica. Segundo Tardif (2002), dentre os vários saberes mobilizados pelo professor, existem os saberes da experiência, que são saberes de natureza organizativa, cognitiva e afetiva, mobilizados e utilizados pelo professor de modo articulado, para atender às necessidades do trabalho docente, estruturando as funções.

ESPORTE E ESPETÁCULO NA MODERNIDADE ARACAJUANA: OS CLUBES ESPORTIVOS COMO INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS (1909-1918)

HAMILCAR SILVEIRA DANTAS JUNIOR*
Universidade Federal de Sergipe
hamilcarj@bol.com.br

A pequena cidade de Aracaju pode ser representada em múltiplas contradições, dentre elas, talvez a principal seja que, os avanços para se tornar uma cidade moderna tenciona historicamente com seu desejo de permanecer diminuta, tranqüila, simples, na qual seu tempo e ritmo buscam ser lentos frente ao frenesi das metrópoles modernas. A dinâmica fluída da modernidade, assentada nas bases do modo de produção do capital, a lógica urbana industrial e os ditames de normas disciplinares, de comportamento e valores foram marcas indeléveis dos dois últimos séculos. Desse modo, questionamos como a pequena Aracaju lidou, em seu nascedouro e na sua consolidação como capital do Estado de Sergipe, com esses rumos da modernidade, notadamente no campo esportivo e educacional? Aracaju nasceu, não só sob os auspícios econômicos do capitalismo, mas em meio à efervescência cultural erigida pela modernidade: uma cultura urbana que não admitia a lógica colonial que sustentava a antiga capital. A sociedade aracajuana, à medida que se desenvolvia a cidade, buscava vivenciar intensamente seus espaços e tempos. Tais espaços e tempos eram campos férteis às exigências e necessidades educacionais do aracajuano que se manifestavam nas escolas, nas praças, nos clubes e nos espaços de lazer, sobretudo nas margens do Rio Sergipe. Nesse contexto, o corpo do aracajuano foi produto e produtor das condições reais do moderno: sofreu com as doenças e as agruras do trabalho de construção da capital, mas luziu ante a cultura higienista que o punha como orientador das novas práticas educacionais e de lazer, especialmente o esporte. Esse trabalho objetiva destacar o movimento esportivo aracajuano como um dos pilares de construção de Aracaju e seu projeto de modernidade no início do século XX, destacando os nascentes clubes esportivos como instituições que colaboraram, sobremaneira, com uma educação do corpo do cidadão aracajuano. Tomo como recorte temporal o período entre 1909 e 1920, momento de institucionalização do remo na capital até a paulatina substituição dessa prática espetacular pelo futebol, tanto no horizonte quanto no apelo popular. O trabalho usou como fontes: as notícias da imprensa aracajuana sobre o desenvolvimento da cidade nos campos educacionais e esportivos; documentos oficiais do “Sport Club Cotinguiba” e do “Sport Club Sergipe”, primeiros clubes esportivos da capital; além de fotografias que revelavam o movimento dos aracajuanos em torno dos espaços de lazer e convívio social. Concluiu-se que, ao longo do século XX, as práticas esportivas se consolidariam em Aracaju, seja nos clubes de elite ou clubes proletários, ou mesmo nos campos de várzea, ratificando o ideário da modernidade, contribuindo com a elaboração de novas formas do “educar moderno”, capaz de disciplinar os corpos, educando-os para as exigências da vida civilizada.

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS LIBERTÁRIAS NO BRASIL: AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE E LIBERDADE - INGREDIENTES PARA UMA AÇÃO EDUCATIVA EFICAZ.

ANDRÉA VILLELA MAFRA DA SILVA *
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
av.mafra@hotmail.com

Este trabalho descreve e analisa as experiências anarquistas que foram aplicadas à educação brasileira no início do século XX. As experiências libertárias em terras brasileiras tiveram como fundamento os ideais educacionais de Francisco Ferrer y Guardia, criador da Escola Moderna. A Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardia foi fundada na Espanha e apresentava uma metodologia baseada na cooperação, na autonomia do educando e no respeito mútuo. Baseada em um método racional de ensino a filosofia educacional de Francisco Ferrer y Guardia foi à inspiração para várias experiências educacionais libertárias no Brasil. Estas experiências marcaram uma profunda diferença em relação à concepção tradicional de ensino. No Brasil foram criadas escolas, bibliotecas e centros de cultura nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Ceará, Sergipe e Pará. O objetivo geral deste trabalho é descrever as escolas libertárias que funcionaram no Brasil, no início do século XX, e verificar a influência - nestas escolas - dos pressupostos educativos de Francisco Ferrer y Guardia. Como objetivos específicos, desejamos compreender como as idéias anarquistas chegaram ao Brasil, analisar a influência do movimento operário na divulgação destas idéias e investigar as escolas libertárias fundadas em alguns estados brasileiros. Metodologicamente este estudo teve como suporte as fontes primárias de Francisco Ferrer y Guardia e Paul Robin. Concluímos que as idéias da pedagogia libertária possibilitaram pensar a educação como um processo contínuo e transformador de modo que fez germinar a originalidade e a criatividade das pessoas. Acreditamos que a educação deve considerar os indivíduos em sua totalidade, buscando a autonomia como condição primordial para a realização do trabalho educativo.

FORMAÇÃO DOCENTE E AS PRÁTICAS DISCIPLINARES EMPREGADAS NO COTIDIANO DAS AULAS NA INSTRUÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE (1822 – 1864)

CLÁUDIA ENGLER CURY *
Programa de Pós-graduação em História
claudiacury@terra.com.br

ITACYARA VIANA MIRANDA
Universidade Federal da Paraíba
itacyarav@oi.com.br

MARIANA MARQUES TEIXEIRA
Universidade Federal da Paraíba
teixeira.maryzinha@bol.com.br

Este trabalho é resultado de dois anos de estudos junto ao projeto de iniciação científica - PIBIC, “A organização da instrução pública e particular na Paraíba (1822-1864) - interfaces com as culturas escolares”, desenvolvida junto ao grupo de Pesquisa da História da Educação na Paraíba Imperial da UFPB. O recorte temporal proposto para o estudo tem início em 1822 com a implantação na monarquia brasileira e se estende até a grande reforma ocorrida na instrução pública e particular na província paraibana em meados de 1864. A pesquisa tem como objetivo geral a discussão de aspectos relacionados à instrução provincial da Parahyba do Norte, no oitocentos, fazendo referência direta à formação docente e às práticas disciplinares naquele período histórico. Para compreender as dimensões que se apresentaram para a instrução na província, se fez necessário uma análise acerca dos processos educacionais ligados à formação e às práticas docentes que estão impregnadas de aspectos plurais presentes nas relações cotidianas entre grupos e indivíduos. O ato do pesquisador de voltar seu olhar ao passado a fim de buscar indícios sobre as aulas e as práticas instrucionais de uma sociedade em formação que primava por princípios ligados à boa conduta, moral cristã e o amor à pátria, não se coloca como tarefa de fácil apreensão, pois os vestígios materiais que nos foram deixados nos “revelam” pouco ou quase nada, quanto aos objetivos acima referenciados. O corpus documental empregado nesta pesquisa tem por base as fontes coletadas no Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC, requerimentos, Regulamentos, petições, Leis, pedidos de contratação de lentes, pedidos restituição de ordenados, pedidos de compra de material, pedidos de abertura e fechamento de cadeiras, bem como pedidos de licença e de aposentadoria. Os requerimentos destinados aos Presidentes de Província feitos por particulares se apresentaram como um bom caminho para o entendimento de como se configurava a instrução, retratando temas do cotidiano local e pessoal que nos foi relevante. Além disso, contamos com valiosos dados encontrados nos livros de freqüência e de matrículas, que deixaram transparecer o grau de evasão de determinadas localidades da província em relação à instrução da mocidade paraibana. A formação docente e as práticas disciplinares e punitivas são apontamentos que nos despertaram real interesse dentre os aspectos relacionados ao papel da instrução para a consolidação do Estado Nacional que se visava alcançar. A pesquisa tem por base os referenciais teórico-metodológicos da História Cultural e pretende contribuir com a produção historiográfica acerca da História da Educação de uma das províncias mais antigas do país.

GRUPO ESCOLAR EPITÁCIO PESSOA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA HISTÓRIA.

BRUNA MARIA MORAIS DE PAIVA*
Universidade Federal da Paraíba
bmmpaiva@gmail.com

ROSÂNGELA CHRYSTINA FONTES DE LIMA
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
rosangelacfl@gmail.com

O presente atigo tem como objetivo analisar alguns aspectos relativos ao processo de implantação dos grupos escolares na Parahyba do Norte, enfatizando a criação e funcionamento do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, bem como as atividades realizadas no seu interior, tais como as relacionadas ao seu funcionamento e às práticas educacionais. A metodologia empregada se constituiu no levantamento de fontes primárias e secundárias coletadas em arquivos públicos do Estado da Paraíba – FUNESC (Fundação Espaço Cultural), IHGP (Instituto Histórico Geográfico Paraibano). Trabalhei com o jornal “A União” de 1916 a 1928, foi também consultado o Regulamento sobre a Instrução Pública na Parahyba do Norte publicado em 1917. Esse novo modelo de instituição escolar teve origem em 1830, na França, com as denominações Escola Central, Escola Graduada e Grupo Escolar. A moderna organização do ensino proposta nas Escolas Centrais fora adotada em muitos países após sua implantação. No Brasil, isso não foi diferente, em 1894 surge em São Paulo o primeiro grupo escolar brasileiro com a denominação de Grupo Escolar da Luz. O grupo escolar primava pela superioridade dos materiais, do mobiliário, da arquitetura, do ensino. Os grupos escolares também se transformaram numa instituição escolar modelo, uma vez que, de uma maneira geral, adotaram o método indutivo, formaram os alunos não apenas nas matérias básicas, mas com preceitos de civismo, patriotismo e cidadania. Nesse sentido, não é incorreto afirmarmos que esse modelo de instituição educacional passou a representar as idéias republicanas. Criado via Decreto Nº 879 de 10 de janeiro de 1918, durante o governo do presidente do Estado da Parahyba do Norte, Dr. Francisco Camillo de Hollanda, o Grupo Escolar Epitácio Pessoa foi instalado na Rua Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá e inaugurado em 17 de março de 1918. Por se tratar de um bairro da elite local, o Tambiá foi favorecido com o referido grupo, que ajudou na construção da história do bairro.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CONCÓRDIA: A ESCOLA DE EDUCAÇAO BÁSICA PROFESSOR MANSUETO BOFF (1962-2008)

SOLANGE APARECIDA ZOTTI *
Universidade do Contestado
solange@uncnet.br

MARIA GRAÇA SAIS BORGES SCHUMACHER
Universidade do Contestado
gracaschumacher@yahoo.com.br

Esta pesquisa teve como objetivo principal produzir a história da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff no contexto socioeconômico-político de desenvolvimento do município de Concórdia, valorizando as fontes documentais e evidenciando a importância da história oral. Analisamos as especificidades da história oral, com o propósito de buscar na oralidade elementos ausentes nos documentos escritos. Nesse sentido além de construir a história a partir da narrativa do entrevistado, exploramos as raízes culturais e históricas nas quais se inserem os depoentes. A escola surge a partir do Asilo São Cristóvão, fundado em 1958, que recolhia menores. Por intermédio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal, passou a chamar-se Escola Municipal São Cristóvão, atendendo de 1ª a 4ª série, em 1960. Com 55 alunos, em 1962, a escola passou a pertencer à rede estadual. Foi autorizado funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série, em 1986, passando a chamar-se Escola Básica Professor Mansueto Boff. Em 1998 foi autorizado o funcionamento do 2º grau. O trabalho foi desenvolvido a partir da coleta e catalogação de fontes documentais e orais. O artigo aborda o desenvolvimento da escola até constituir-se como Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff (1962 a 2008). Ao analisar a história da escola, nos deparamos com uma crise social e política, causada pelo processo capitalista industrial do município, que influenciou diretamente a criação da instituição e seu rumo.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR ATUAL:CONFLITOS EREPERCUSSÕES DOS PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES DA CONGREGAÇÃO CRISTÃO DO BRASIL

ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO*
Faculdade de Ciências e Tecnologia
arilda@fct.unesp.br

IRANILDE FERREIRA MIGUEL

iran_ferm@yahoo.com.br

Fruto de pesquisa de mestrado, o presente texto trata da história das relações de gênero no cotidiano escolar no contexto atual. Mais especificamente sobre os conflitos e repercussões dos processos educacionais vivenciados por professoras pertencentes à Congregação Cristã do Brasil. Fundamentado em teóricos como Michel Foucault, Michel Certeau e Guacira Louro e de entrevistas com professoras pentecostais objetiva-se visibilizar o comportamento e a condição feminina diante de determinadas situações próprias das práticas e do ambiente escolar. Para tanto, utilizou-se de exemplos de práticas cotidianas docentes vivenciadas em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e em uma Escola Municipal de Educação Infantil. Os pressupostos teóricos aliados à análise das práticas revelam que tensões e conflitos no espaço escolar podem comprometer a construção da cidadania e da emancipação humana. Dos resultados alcançados pode-se também inferir que as relações de gênero no interior da CCB são ambíguas e geram dominações. No entanto, produzem processos identitários que geram diferenças. Em meio a essa ambigüidade, chama-se a atenção para as representações das docentes entrevistadas: suas narrativas evidenciam que o espaço escolar significa lugar de fronteira, de vivências religiosas conflitantes e de hegemonia. A escola se mostra como lugar de tensões de uma guerra invisível e quase silenciosa. Em meio a essa guerra, poucos benefícios são conquistados pelas professoras da CCB que tendem a aceitar a exclusão como algo natural e legítimo. Embora o discurso circulante afirme que “religião não se discute” percebe-se que se faz necessário incluir na pauta discussões referentes à identidade/diferença, produzidas pelas religiões e de exercitar um olhar diferenciado sobre essas questões.

HISTÓRIA E MEMÓRIA LOCAL: A CARTILHA CAMINHO SUAVE – 1960 A 1970.

MICHELLE CASTRO LIMA *
Universidade Federal de Uberlândia
mcastrolima82@yahoo.com.br

SÔNIA MARIA SANTOS
Universidade Federal de Uberlândia
soniam@ufu.br

Este artigo dedica-se a apresentar o projeto de pesquisa em andamento “História e Memória da cartilha Caminho Suave em Uberlândia – 1960 a 1970” cujo interesse surgiu por ocasião da experiência como pesquisadora de iniciação cientifica do Projeto intitulado História e memória das Cartilhas no período de 1960 a 2000. Nesta pesquisa, buscamos resgatar a História das práticas e métodos desenvolvidos com a Cartilha Caminho Suave no período de 1960 a 1970 em 2 grupos escolares da cidade de Uberlândia, interior de Minas Gerais. A delimitação do tema e do período analisado resulta da experiência da pesquisa de iniciação cientifica em que pude constatar a necessidade de delimitar um período de estudo para estudá-lo de forma mais rigorosa. Além disso, a fala de algumas alfabetizadoras entrevistadas aguçou ainda mais esta pesquisadora, com relação as práticas propostas pela cartilha, já que a mesma foi editada e reeditada por aproximadamente quatro décadas. A cartilha Caminho Suave permaneceu durante as décadas de 40 a 90 como um instrumento de concretização de determinado método, ou seja, da seqüência necessária de passos predeterminados para o ensino e a aprendizagem iniciais de leitura e escrita. Desta forma, as alfabetizadoras brasileiras tomaram ao longo dos anos como base uma imagem idealizada de linguagem e da língua. Assim, a cartilha foi aos poucos substituindo o processo de estudos e planejamento das alfabetizadoras, na medida em que traz no seu bojo métodos e conteúdos de ensino previamente estabelecidos pelos autores. A cartilha, como instrumento de alfabetização, instituiu e perpetuou as crenças da elite mineira que, embora aparentemente restrito aos limites da sala de aula, tende a silenciosamente acompanhar esses sujeitos em outras esferas de sua vida pessoal e social. Como recurso metodológico para a realização deste estudo, adotou-se o cruzamento de fontes impressas, bibliográficas, folhas mimeografadas, fontes orais e iconográficas, de forma que os documentos encontrados e os sujeitos serão abordados não só como parte de um sistema social que, até certo ponto, o determina, mas através das experiências subjetivas e individuais narradas pelas alfabetizadoras que vivenciaram o processo de utilização da referida cartilha.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES: DA TRAJETÓRIA INICIAL DO PRIMÁRIO À CONCLUSÃO DO CURSO DO PEDAGÓGICO EM 1970

TATIANA DE MEDEIROS SANTOS *
Universidade Federal da Paraíba
taty_ms11@hotmail.com

CHARLITON JOSÉ SANTOS MACHADO
Universidade Federal da Paraíba
charlitonlara@yahoo.com.br

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES: DA TRAJETÓRIA INICIAL DO PRIMÁRIO À CONCLUSÃO DO CURSO DO PEDAGÓGICO EM 1970.

RESUMO

Este artigo compõe parte de uma pesquisa realizada junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-GT-PB) e tem por objetivo analisar trajetórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora das Neves, a partir do momento em que seus familiares optaram por matricular suas filhas nas séries iniciais do colégio, o que mais tarde rendeu a opção e conclusão do curso do pedagógico na referida unidade escolar. Merece destaque, que o curso Pedagógico foi encerrado nesta instituição em 1970 e que as alunas mencionadas nessa pesquisa fizeram parte desse cenário escolar. Este estudo insere-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e fundamenta-se no campo da memória, tendo como principal fonte de pesquisa o depoimento oral, obtido através de entrevistas gravadas e posteriormente transcritas. Tal processo revelou episódios de vida articulados com os espaços social, cultural e político, e com as vivências da formação do primário até o magistério no interior de uma escola feminina e confessional. Os reflexos da formação educacional recebida pelas ex-alunas estão presentes nas suas formas de conceber o mundo, sobretudo, na defesa de um modelo escolar marcado pelo rigor disciplinar, vinculado à família e aos valores cristãos.

IDEOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO INICIAL

ADRIENE SANTANNA ADRIENE*
Universidade Estadual Paulista
adrisan@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo compreender o modo como os livros didáticos de história apresentam os conceitos: história nacional, trabalho, educação, heróis, pobres e ricos, virtude e família. Assim, os livros didáticos de 3a e 4a série serão os objetos para essa análise, visto que os discursos por eles proferidos estão vinculados a sociedade e que, portanto, expressão o ideário dominante. Para tanto, utilizaremos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético proposto por Karl Marx e Friederic Engels no século XIX. Esta teoria analisa os acontecimentos históricos pela perspectiva econômico-social, ou seja, utiliza como base de interpretação, as relações intrínsecas da natureza humana com o meio de produção de bens materiais. Essas relações, destinam-se à satisfação das necessidades humanas. Contudo, estas relações estabelecidas entre as classes priorizam em principal a classe hegemônica que manipula a organização objetiva da sociedade, ocultando desta forma, as relações conflituosas existentes na sociedade capitalista. Para se ter o conhecimento real das relações decorrentes da sociedade capitalista faz-se necessário, analisar os fatos como pertencentes a um condicionamento histórico, visto que, por isso, não decorrem das relações imediatas. Esses fatos, que encontram-se carregados de ações historicamente determinadas, e, por isso, precisam serem vistos como pensamentos elaborados e reestruturado por homens que por um lado, reproduzem o pensamento alienante da classe hegemônica, e por outro, que são homens que pertencem a um sistema político que penetra no imaginário impondo, a eles, valores a fim de favorecer uma determinada classe. Estes valores visam o acumulo de capital e a exploração de outros homens sem poder político e econômico. A opção do estudo dos livros didáticos de história se dá pelo fato de que esta disciplina tem como um dos objetivos, como é mencionado nas propostas curriculares, proporcionar aos alunos a oportunidade de refletir sobre o passado, e compreender o presente e modificar o futuro. Assim, faz-se imprescindível o estudo dos livros didático, pois são uns dos recursos mais utilizados pelos professores, visto que expressam as ideias que são dominantes na sociedade capitalista, e que expressão uma visão enviesada da realidade. Essas representações impostas somente por uma classe, interferem na compreensão da realidade tal como ela se constitui, podendo ser evidenciado assim, a distância entre discurso e realidade.

IMPRENSA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO EDUCACIONAL UBERLANDENSE ATRAVÉS DO JORNAL “A TRIBUNA” (1930 – 1942)

MARIA LURDES LUCENA *
Universidade Federal de Uberlândia
lurdeslucena@centershop.com.br

Esta pesquisa analisa o pensamento educacional em Uberlândia, Minas Gerais, tendo como fonte primária de investigação o Jornal “A Tribuna” entre os anos de 1930 e 1942. O recorte histórico apresentado mostra o Brasil influenciado por profundas transformações no capitalismo monopolista, que impactaram na 2ª Grande Guerra Mundial, na ascensão de regimes totalitários e processos educacionais de formação humana, cujo debate educacional foi rico no país. Acirram-se as disputas entre concepções educacionais. A década de 1930 assistiu a esse intenso debate, do qual os principais atores, não que outros não tivessem existido, foram os liberais e os católicos. Esse debate acirrou o pensamento educacional em Uberlândia, manifestando diferentes projetos de mundo que defendiam propostas distintas de desenvolvimento para o Brasil. Não podemos desconsiderar que a imprensa é importante para a recuperação e problematização da história da humanidade, pois ela demonstra a complexidade da totalidade das relações sociais sem se esquecer da singularidade desses mesmos processos. Ela é histórica e contraditória, pois manifesta ideologias e visões de mundo de diferentes classes sociais. É o que Gramsci denuncia em “Os jornais e os operários” publicado em 1919, afirmando que a imprensa não é neutra, mas sim representa o projeto de mundo de quem a controla. A mesma expressa as relações políticas de um tempo, de uma sociedade em transformação e contradição. É a história em movimento que dá sentido e anuncia a materialidade das ações humanas. Essa pesquisa demonstra que os estudos sobre a imprensa uberlandense oferecem notória contribuição para a recuperação do pensamento educacional na cidade, suas concepções, projetos de sociedade e princípios de formação humana, contribuindo para o debate da história da educação no Triângulo Mineiro.

INFÂNCIA: DISCUTINDO O TERMO PELO VIÉS DA HISTÓRIA

JEANE DA APARECIDA BIRANOSKI KüLLER *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
jeanekuller@yahoo.com.br

CLAUDIA MARIA PECHAK ZANLORENZI
Universidade Centro - Oeste do Paraná
aecmari@gmail.com

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, intitulada como “Educação Infantil “A formação do primeiro Centro de Educação Infantil em Fernandes Pinheiro-PR:”. Este texto tem como objetivo central entender como se deu o processo de formação do atendimento à criança no decorrer da história. Dessa forma, esse artigo contempla o tema: Infância: discutindo o termo pelo viés da história, abordando os diferentes aspectos históricos relegadas à mesma durante um longo período de transição, para se chegar a um conceito próximo do ideal nos dias de hoje.

INFÂNCIA, JOGOS E BRINCADEIRAS NA HISTÓRIA: PROBLEMATIZANDO COMPREENSÕES E ASSOCIAÇÕES

ALIANDRA CRISTINA MESOMO LIRA *
Universidade Estadual do Centro-Oeste
aliandra@usp.br

Este texto tem o objetivo de problematizar os conceitos de infância, jogos e brincadeiras a partir de sua construção histórica e do reconhecimento de seu entrelaçamento com as tramas discursivas que envolvem as crianças a partir da modernidade. Para tanto, fizemos um estudo bibliográfico das principais obras que apresentam tais ideias as quais expomos nesse texto de uma forma crítica. Assim, acompanhamos alguns discursos e encaminhamentos que ao longo da história foram construindo e justificando uma nova ideia de infância, consolidada na modernidade e desencadeadora de uma série de dispositivos pedagógicos e de controle os quais orientam as práticas com/das crianças. Juntamente com o levantamento das principais ideias sobre a infância veiculadas na história, buscamos identificar o que se falou sobre jogos, brincadeiras e brincar, e as compreensões que tais palavras evocam. Reconhecemos que a ideia de uma infância frágil e carente foi associada a necessidade de sua escolarização, que deveria também incorporar os jogos e brincadeiras. Logo, o jogo e o brincar são associados à educação e passam a atuar sobre as crianças, produzindo-as em sentidos bastante limitados e previamente calculados pelas instituições educativas.

INSTRUMENTOS DO TRABALHO DIDÁTICO E RELAÇÃO EDUCATIVA NO CURSO NORMAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS 1936-1971

SANDINO HOFF *
Universidade Tuiuti do Paraná
sandino.hoff@terra.com.br

ARMINDO JOSÉ LONGHI
Universidade do Contestado
armindo@cni.unc.br

LEANDRO SCHIESSL
Universidade do Contestado
le84_sc@yahoo.com.br

MARIA ANGELICA CARDOSO
Universidade Estadual de Campinas
cardosoangelica@terra.com.br

A formação de professores para lecionar nas escolas primárias do Planalto Norte de Santa Catarina desenvolveu-se nas instituições confessionais, até a década de 1960. O Estado equiparou os cursos normais particulares às públicas, com a conseqüência de seguirem os currículos e as disciplinas programadas pelo Estado. Este estudo investigou os instrumentos do trabalho didático e a relação educativa do Curso Normal do Instituto de Educação Sagrado Coração de Jesus de Canoinhas, SC, entre 1936 e 1971, no intuito de verificar como se realizou a formação cristã em meio à proposta oficial de uma formação laica. Inquiriu os documentos existentes no arquivo do colégio; a Crônica, que registrou os momentos relevantes da vida das Irmãs; alguns textos de alunos, editados no Órgão das Normalistas; depoimentos da ex-diretora, de ex-alunos e de ex-professores. O trabalho faz parte dos resultados de um amplo projeto sobre a organização do trabalho didático na região. A acepção conferida pela investigação à expressão organização do trabalho didático envolve três aspectos: a relação educativa, o espaço físico e mediação de instrumentos didáticos. Para desvelar seu caráter histórico, associamos a relação educativa a duas práticas escolares, efetuadas no curso. A primeira refere-se ao uso do livro. No curso, ele não era um elemento preponderante na lição, entre 1936 e 1965. A professora detinha o domínio do conhecimento e utilizava o livro apenas como complemento. Esse procedimento pedagógico foi inspirado no pedagogo suíço Celestino Benz. Em 1965, um segundo instrumento didático apresentou-se em substituição ao método anterior: o monólogo magistral foi substituído por quadros murais, - gravuras e, principalmente, cartazes - que tornavam ativas as lições. Os murais foram confeccionados conforme as diretrizes e técnicas fornecidas pela Didática. Os procedimentos pedagógicos não eram ditados pelo instrumento de trabalho, como seria o caso dos manuais didáticos nas escolas públicas. O Curso Normal seguiu as normas e os currículos oficiais de alcance científico, técnico e prático e assumiu, também, a proposta pedagógica da instituição religiosa que se pautava na formação generalista, humana e cristã. A investigação concluiu que o espaço da proposta pedagógica cristã, em meio às obrigações das diretrizes laicas do Estado, foi conquistado, mediante o uso dos instrumentos didáticos, escolhidos para efetivar a relação educativa. Assim, estes cumpriram a função social e religiosa de uma vigilância metodológica na transmissão dos saberes escolares, pois, o livro e o mural se adequaram ao domínio do professor na relação educativa. Isso abriu o espaço para o ensino oficial e obrigatório

e, ao mesmo tempo, exercia a vigilância metodológica dos saberes escolares. Essa foi a relação educativa do CNSCJ, que colocou, frente a frente, uma forma histórica de professor, de um lado, e uma forma histórica de aluno, de outro, em sua organização do trabalho didático.

JORNAL O GERMINAL : UM OLHAR SOBRE AS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIMÁRIA EM MARIANA (1901-1930)

LÍVIA CAROLINA VIEIRA *
Universidade Federal de São Carlos
liviaouro@yahoo.com.br

MARCUS FERNANDES MARCUSSO
Universidade Federal de Ouro Preto
marcusmarcusso@yahoo.com.br

ROSANA AREAL CARVALHO
Universidade Federal de Ouro Preto
rosanareal@ichs.ufop.br

A ampliação das fontes de pesquisa advinda da Nova História Cultural e a possibilidade de estudos singulares permitiu aos estudos da História da Educação Brasileira uma diversificação de suas categorias de análise. Observar as instituições escolares por outras fontes, que não somente as oficiais, tem ajudado na compreensão de seu cotidiano, da sua organização, bem como das relações entre os diferentes sujeitos presentes na escola. Dentro deste viés analítico os jornais tornaram-se um aliado, e se relacionados aos primeiros estudos do objeto de pesquisa podem nos aproximar da cotidianidade da sociedade à época e revelar as intrínsecas relações entre a imprensa e a educação.

Este trabalho procurou discutir dados presentes no jornal O Germinal, da cidade de Mariana, procurando observar em detalhe as discussões sobre a educação e a sua promoção que circularam no periódico, entre 1901 e 1930. A iniciativa partiu da busca de interlocução e aportes para o estudo do Grupo Escolar de Mariana.

A escolha do recorte temporal considera um espaço específico que vai de 1901 ano da criação do jornal até 1930, quando Gomes Henrique Freire de Andrade, presidente/fundador do periódico e do Grupo Escolar, muda-se para Belo Horizonte.

No que se refere as fontes, concomitante a leitura do jornal O Germinal, buscou-se outros periódicos da cidade para a interlocução e entendimento da posição adotada em O Germinal. Concernente a isso, considerou-se a legislação educacional, documentos escolares e atas de reuniões da Câmara Municipal de Mariana.

Identificou-se que o jornal trazia as informações da educação a fim de promovê-la e associá-la às ações dos republicanos locais. Essa valorização acontecia na publicação de matérias sobre a construção de prédios, reformas, visitas ilustres aos estabelecimentos de ensino, destaque de professores e alunos. Os resultados ainda apontam para uma perspectiva já identificada por outros pesquisadores, a busca pela construção de uma nação civilizada e identidade nacional no espaço dos grupos escolares.

LIVRO DIDÁTICO: UM OLHAR NAS ENTRELINHAS DA SUA HISTÓRIA

CATIANE COLAÇO DE BAIRRO *
Universidade Estadual do Centro-oeste
caticolto@hotmail.com

CLAUDIA MARIA PECHAK ZANLORENZI
Universidade Centro - Oeste do Paraná
aecmari@gmail.com

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa de graduação, no qual se apresenta em três momentos. Primeiramente, faremos um retrocesso na história dos manuais em âmbito europeu. Partindo disso, discutiremos a projeção dos mesmos em Portugal. E para finalizar, apontaremos como o livro didático fez parte da história da educação no Brasil. Neste texto temos por intenção fundamental contextualizar a história do livro didático. É importante destacar que esse tipo de livro, é um material de extrema importância, pois ele é prova das circunstâncias em que o ensino de determinado lugar e período atravessaram. E imprescindivelmente, o livro didático pode ser focado como amostra dos interesses políticos e ideológicos de uma nação.

MANUAIS DIDÁTICOS DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA NA MODERNIDADE: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

ANA APARECIDA ARGUELHO DE SOUZA *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
ana.arguelho@terra.com.br

O presente trabalho resulta da investigação de instrumentos didáticos na prática educativa escolar e vincula-se ao Programa de Pesquisa “Instrumentos do trabalho didático e relação educativa na escola moderna”, coordenado pelo professor Gilberto Luiz Alves e desenvolvido pela regional do HISTEDBR de Mato Grosso do Sul. A partir de estudos já realizados acerca da escola moderna e o uso de manuais didáticos, por Alves (2006), desenvolve-se o projeto “Instrumentos didáticos de ensino de língua e literatura na modernidade”. Trata-se de pesquisa de ampla extensão, que intenta apreender elementos internos e externos a instrumentos didáticos de língua e literatura reveladores do percurso que estes cumpriram historicamente e da sua função social no interior da sociedade moderna. Por tal razão, a investigação vem sendo desenvolvida por meio de recortes temporais. Para fins deste trabalho, limita-se às obras traduzidas para o português, de Wolfgang Ratke – séculos XV e XVI e João Amós Comenius – século XVI, no que respeita, estritamente, aos manuais didáticos de leitura mencionados nas obras examinadas. A partir desse material, procurou-se, nos limites de uma Comunicação, reconstituir a gênese dos manuais didáticos contemporâneos, bem como a tarefa histórica que tais instrumentos cumprem na sociedade moderna. O estado da arte sobre manuais didáticos demonstra lacunas no que respeita à dimensão histórica e à tarefa que cumpriram os instrumentos de leitura na construção e manutenção do capitalismo. Por isso, o objetivo aqui é, assentando a pesquisa em uma base histórica, contribuir com a superação dessa lacuna, questionando o uso massivo e os limites desse instrumento para a atualidade.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA NA “NORMAL DE CAMPINAS/SP”

LENY CRISTINA SOARES SOARES AZEVEDO *
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
leny.az@uenf.br

O presente trabalho faz parte do estudo dos contornos da história da Escola Normal de Campinas SP, colocando em relevo memórias e estratégias que visavam à expansão da formação escolar. Pela comunicação simbólica feita na “grande imprensa” campineira”, principalmente pelo Jornal “Cidade de Campinas”, no início do século XX, são instituídos valores, crenças, representações da docência, do ensino e dos saberes, que imprimem o potencial da dimensão humanizadora, afetiva e reguladora e que são valorizados e reconhecidos no ambiente social, político e educacional da época. Com base nessas fontes, buscamos explorar os sentidos do trabalho escolar docente construído como sendo de “tradição”, particularmente no que diz respeito à produção de uma cultura escolar que é atualizada a partir das novas concepções de formação. Evidencia-se, assim, estreita relação entre fatos políticos e educacionais que interagem no ato de ensinar e se constroem como atividade artesanal, delineando as marcas de uma profissão que, no passado, teve projeção social repleta de idealismos, com ênfase na promessa integradora da educação. Partindo das análises de Frago (2003), Le Goff (1986), Hobsbawn (1984), Thompson (1997), este texto busca identificar, nas fontes e registros, os traços de identidade próprios que se inscrevem na história da constituição da profissionalidade docente, na origem da primeira escola pública normal de Campinas.

MILITARISMO E EDUCAÇÃO POLITIZADA: ARBÍTRIO, REPRESSÃO JUDICIAL E LEGALIZAÇÃO DA DITADURA

AFONSO CELSO SCOCUGLIA *
Universidade Federal da Paraíba
afonso.scocuglia@pq.cnpq.br

Este trabalho parte de uma reconstrução das histórias e das memórias da ditadura e da educação política pós-1964. Nele, especificamente, estão envolvidos os dirigentes da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) da Paraíba. Sua fonte principal foi o Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pelo Exército que indiciou 52 pessoas e tramitou no Superior Tribunal Militar (STM, Processo 70/64, 4171 páginas) entre 1964 e 1969 e, assim, também incluiu a atuação dos delatores e dos responsáveis pelo processo judicial. Adotamos a premissa de que a legitimação e a legalização das intervenções militares no Brasil nunca foram tão relevantes para os próprios militares como no período que vai do golpe de abril de 1964 até a edição do AI-5, em dezembro de 1968. São notórios os vários depoimentos de militares golpistas que procuraram justificar a intervenção como resposta a um apelo da sociedade, especialmente das classes médias supostamente preocupadas com a inflação, o comunismo e a agitação social. As modificações da estrutura do poder judiciário, impostas a partir do AI-2 (1965) para legalizar os arbítrios da ditadura contra seus “inimigos internos”, constituíram visível tentativa de legitimar o regime discricionário. Isso sem contar com a implantação do bipartidarismo como forma concreta de justificar politicamente as medidas do Estado militar e legalizá-lo. No rol dos processos de legitimação e de legalização, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) tiveram importância crucial. A repressão judicial instalada principalmente sob a direção dos coronéis da “linha dura” – diretos co-responsáveis pelo movimento de perpetuação do regime autoritário – também é sintoma e forte indício da importância dos IPMs. Investigar minuciosamente cada página desses Inquéritos constitui relevante instrumento de reconstrução de parte significativa dessa história encoberta e vigiada. Fizemos (e continuamos a fazer), precisamente, este itinerário de pesquisa utilizando os referenciais teórico-metodológicos da história do tempo presente e adotando como metodologia o trabalho com fontes escritas (especialmente o Inquérito Policial Militar citado) e com os depoimentos orais dos indiciados no Inquérito e de outros atores do período investigado, além da pesquisa em jornais, revistas, documentos pessoais e fontes iconográficas. Quanto à fundamentação teórica, buscamos alicerces como a inseparabilidade passado/presente (Le Goff, 1992; Bloch, 1987), história do tempo presente (Rèmond, 1996), vigilância e punição (Foucault, 1979; 1986), hegemonia e papel dos intelectuais (Gramsci, 1982), ideologia e aparelhos do Estado (Althusser, 1980). Ademais, agregamos estudos sobre a justiça fardada (Lemos, 2004), a tutela amistosa dos militares sobre os civis brasileiros (Zaverucha, 1996), a montagem do Estado de classe (Dreifuss, 1981), a ditadura envergonhada, escancarada... (Gaspari, 2004) e o Estado militar (Rouquié, 1982 e Germano, 1993).

MUSEU PEDAGÓGICO: UMA INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA

LUCI MARA BERTONI *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lumabertoni@hotmail.com

JUAREZ DOS SANTOS PITA JUNIOR
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
museupedagogico@gmail.com

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lrochamagalhaes@gmail.com

LUCIANA CANARIO MENDES
Universidade Estadual da Bahia
lucianacanario@gmail.com

PAULO MAURICIO OLIVEIRA CORREIA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
paulocorreia12@gmail.com

POLLIANA MORENO DOS SANTOS
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
museupedagogico@gmail.com

O Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – é um espaço de construção de conhecimento, reflexões e saberes que estabelece uma dialogia com os diversos campos da educação, de modo particular com as instituições escolares. Neste sentido, por meio de um projeto que se utiliza das tecnologias de comunicação (e-mail, videoconferência), está pesquisando os problemas que permeiam, historicamente, este espaço institucional. O “Museu Pedagógico na escola” é um projeto piloto que está sendo financiado pela Fundação de Pesquisa da Bahia – FAPESB. Sua operacionalização técnica se dá por meio de instalação de computadores e redes de internet nas escolas e de uma página projetada especificamente para que os professores registrem os problemas do cotidiano dessa instituição, considerados pertinentes para serem estudados pelos grupos de pesquisa do Museu Pedagógico. Esta relação entre educação e comunicação aqui é vista como um processo que visa recuperar a concepção do conhecimento do professor sobre sua prática educacional. Nesta perspectiva, os professores registram livremente as preocupações e as dificuldades que encontram no seu espaço de trabalho, seja no campo pedagógico, cultural, político, além de outros, e as enviam por meio de um e-mail – com privacidade dos registros pessoais – para um banco de dados na página do Museu Pedagógico, também de acesso limitado à coordenação e aos bolsistas do projeto. A coordenação do projeto realiza uma classificação, coteja os problemas e depois, por meio dos bolsistas, encaminha-os para análise de pesquisadores, por tema de seus estudos. Depois dos registros analisados, retornam as informações para a escola, via e-mail especifico de um professor-coordenador em cada instituição. Os temas apontados, serão discutidos (ainda está em processo de análise) quantas vezes se fizerem necessário, por meio de videoconferências. Até o ano de 2010, devermos apresentar um relatório para servir de lastro para a discussão sobre políticas de Educação na Bahia.

NACIONALISMO E FORMAÇÃO DOCENTE: A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923) E A COLEÇÃO ATUALIDADES PEDAGÓGICAS (1931-1945)

LEILA MARIA INOUE *
Uniersidade Estadual Paulista
leinoue@marilia.unesp.br

Nesta comunicação apresento os resultados preliminares de minha pesquisa de mestrado intitulada O Nacionalismo através dos impressos: a Revista de Educação (1921-1923) e a coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1945), orientada pela professora Dra. Ana Clara Bortoleto Nery com o apoio da FAPESP. A pesquisa tem por objetivo compreender e analisar a circulação das idéias nacionalistas na formação de professores primários presentes em dois impressos de destinação pedagógica: a Revista de Educação (1921-1923), que foi publicada pela Escola Normal de Piracicaba, tendo Lourenço Filho como um dos seus editores e a coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1945), que foi publicada pela Companhia Editora Nacional e dirigida por Fernando de Azevedo até 1946. A pesquisa de mestrado é parte integrante do projeto Biblioteca Histórica da Escola Normal de Piracicaba: constituição do acervo, circulação de modelos culturais e formação do leitor coordenado pela Dra Ana Clara B. Nery. O desenvolvimento da pesquisa é realizado sob a perspectiva da História Cultural com base nas considerações do Chartier e Carvalho. Este referencial toma o impresso em sua materialidade de objeto cultural se preocupando com as práticas que o produzem e os usos que são feitos deles. Nesse sentido, os impressos podem ser analisados da perspectiva de sua produção, distribuição, como estratégias editoriais correlacionadas com os usos que modelarmente lhe são prescritas e, ainda, como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares. Para a realização da pesquisa foi estabelecida a seguinte metodologia: busca e mapeamento dos impressos; digitalização; organização do material; leitura; seleção e análise do conteúdo referente ao nacionalismo; análise das características da materialidade (tamanho, editora(s), material utilizado, tiragem, etc), do ciclo de vida, da organização, da divulgação e circulação dos impressos. Como resultados preliminares, considero que os impressos funcionam como dispositivo de normatização pedagógica, suporte material das práticas escolares e podem ser analisados como estratégias editoriais para divulgar as idéias do movimento de renovação da educação iniciado nas primeiras décadas do século XX, conhecido como movimento da Escola Nova.

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DA PRÁTICA INCLUSIVA ATUAL

RITA FILOMENA ANDRADE JANUÁRIO BET *
UNESP
bettini@fct.unesp.br

ATAÍDE MARIA DA SILVA NASCIMENTO
Universidade Estadual do Piauí
ataidemsn@terra.com.br

O presente artigo pretende mostrar os resultados, ainda parciais, da pesquisa que estamos realizando sobre a história da inclusão escolar no Brasil. Pautasse pela busca nas fontes documentais referentes à legislação educacional desde a criação das salas para alunos especiais criadas no contexto dos Grupos Escolares, neste percurso poderemos perceber que o contexto histórico vem norteando os diversos conceitos e perspectivas que, ao longo do ultimo século, tem sido construídos sobre a infância portadora de necessidades especiais. Neste trabalho de investigação procuramos perceber que os conceitos sobre deficiência têm sido construídos no discurso ideológico e revestidos de cientificidade especificamente no inicio do século XX. O objetivo desta pesquisa é, portanto, perceber na trajetória da inclusão escolar a continuidade da exclusão social dos indivíduos rotulados como “anormais”, que apreendem os conteúdos escolares em ritmo diverso do considerado “normal”. Rótulos estes construídos no interior do contexto sócio, político e econômico e que se manifestam, evidenciam e se reconstroem no complexo processo educativo. A metodologia histórica critica nos permitirá evidenciar a história da inclusão escolar como parte de um todo e nesta história a totalidade das contradições históricas.

NOVAS POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS: O JOGO AFRICANO MANCALA

MARIA CECÍLIA PAULA SILVA*
Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Educação. FACED
cecilipaula@yahoo.com.br

ELIZABETH JESUS SILVA
Faculdade de Educação - UFBA
gigabeth@ig.com.br

Este texto pretende discutir possibilidades pedagógicas e práticas educativas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Para tal, apresenta os jogos africanos denominados de mancala como passíveis de serem instrumentos pedagógicos. Discutem-se, essencialmente, as potencialidades pedagógicas desses jogos e suas relações com a história e cultura africana. A fundamentação teórica dessa proposta se encontra na noção de experiência criativa de Vygotsky e na relação que os jogos possuem com este conceito pedagógico. A pesquisa está situada na perspectiva da lei de inclusão dos estudos africanos na educação escolar brasileira.

O "CUIDADO" QUE DESAFIA: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO SEGMENTO EDUCACIONAL

ANA PAULA TATAGIBA *
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
aptatagiba@yahoo.com.br

Neste trabalho são apresentados resultados de pesquisa desenvolvida para conhecer a experiência carioca de Educação Infantil, apreendendo o significado das mudanças engendradas, principalmente, pela inserção das creches nos sistemas de ensino e analisar o impacto da inserção da dimensão cuidado nas práticas educativas que deveriam ser desenvolvidas por docentes. Esta dimensão não apenas orienta o trabalho com as crianças atendidas nesse segmento, mas o define, sendo parte fundamental de sua identidade. Considerando-se a visão dessa dimensão cuidadora presentes nos discursos dos entrevistados - educadores das creches públicas e representantes do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro - são patentes o estranhamento com os encaminhamentos pedagógicos suscitados pela Educação Infantil e a resistência dos profissionais de educação em responsabilizar-se pela atividades que lhe são características. Conclui-se com a análise dos documentos que conferem a base legal ao funcionamento das creches públicas e privadas que fazem parte do Sistema Municipal de Ensino carioca com o objetivo de dar visibilidade às atividades de cuidado a serem desenvolvidas no cotidiano.

O CURSO PRACTICO DE PEDAGOGIA DE MR. DALIGUALT: NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA NO SÉCULO XIX.

MARLETE DOS ANJOS SILVA SCHAFFRATH *
Faculdade de Artes do Parana
marleteas@hotmail.com

Este texto trata de questões sócio-culturais que envolveram a produção, a circulação e o uso do Curso Practico de Pedagogia de Mr. Daligualt na Província de Santa Catarina a partir de 1866. O manual de Pedagogia em questão, foi adotado pela Instrução Pública Catarinense, se inscreve no conjunto de materiais impressos que tiveram circulação no Século XIX no Brasil e na Europa e que eram destinados ao uso de professores das escolas elementares. O Curso Prático de Pedagogia de Mr. Daligualt aparece na lista de livros comprados para a biblioteca da Escola Normal de São Paulo em 1883. Esta mesma obra, foi adotada na Província de Santa Catarina no ano de 1866, e sua circulação entre o professorado catarinense ocorreu a partir de 1869, por determinação das autoridades provinciais. Este tipo de material impresso constituiria o que estudos historiográficos recentes chamariam de Guia de Aconselhamento. Um manual prático para professores, baseado em fundamentos pedagógicos difundidos na época e regados por preceitos morais e cristãos que deveriam conduzir a prática docente nas escolas de ensino elementar. O estudo do Curso Prático de Pedagogia de Mr. Daligualt que apresentamos aqui busca situá-lo no conjunto dos manuais e de outros impressos que circularam no Brasil no Século XIX. Estruturado a partir de reflexões de ordem moral e pedagógica, o Manual estabelece um perfil para a intelectualidade do professor, que na perspectiva de Jean Baptiste Daligualt, diretor de uma Escola Normal Francesa, passava pela “formação intelectual” que se construía a partir do desenvolvimento da inteligência através da memória, do raciocínio e das atividades físicas. Entretanto, a preocupação com a formação e o preparo para a prática docente caminha sempre consoante com preceitos cristãos, expressos veementemente no manual. Não pretendemos aqui fazer análise pedagógica ou técnica do conteúdo do manual. A ênfase das discussões que ora apresentamos está na análise dos aspectos contextuais da referida obra, aproximando conclusões que dão conta de sustentar que seu conteúdo e seu uso modelizaram práticas e saberes docentes em um determinado período histórico nas escolas brasileiras. Que sua elaboração e circulação se configuram como prescrição que pode ser tomada em uma tentativa de formatação para a escolaridade, dentro da Pedagogia Moderna.

O DISCURSO RELIGIOSO DA CCB E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FEMININA: AS PROFESSORAS DA CCB

IRANILDE FERREIRA MIGUEL *

iran_ferm@yahoo.com.br

ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO
Faculdade de Ciências e Tecnologia
arilda@fct.unesp.br

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que trata das relações de gênero, religiosidade e as relações de poder no interior da escola. Elegemos como nosso objeto de pesquisa as mulheres / professoras, pentecostais seguidoras da Igreja Congregação Cristã no Brasil, através de fontes documentais e históricas, bem como dos conceitos da História Oral e da Representação Social. Optamos por trabalhar com narrativas de algumas professoras da CCB, pois a profissão docente é a que mais atrai as mulheres da CCB, e pela identidade /diferença que a religião confere a essas mulheres. Pertencer a CCB implica ser uma mulher diferente: cabelos compridos, saias, blusas com mangas, ausência de jóias ou pinturas. Colocamos em questão investigadora o papel das religiões com seus feixes de representações, como construtoras de indivíduos que por sua vez são construtores da cultura e que inevitavelmente mantém estreitas ligações com o processo educativo, cidadania e emancipação. Com os resultados aferidos, percebe-se que as formas de ver e estar no mundo, o modo de vida pentecostal, principalmente das mulheres – professoras - da CCB, não podem ser mais ignoradas no processo educativo contemporâneo. Trabalhamos com o argumento final de que na luta pela cidadania e pela emancipação humana, gênero e religiosidade são elementos importantes, que não podem ser desconsiderados como condição de cidadania e humanização.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUA PARTICIPAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

NATÁLIA TEIXEIRA ANANIAS *
Universidade Estadual Paulista
nathy_teixeira@yahoo.com.br

O ensino ministrado nas Escolas Estaduais para o Ensino Fundamental possui atualmente como principal material o Livro Didático, principalmente no que tange ao ensino de História. Este, por sua vez, é distribuído gratuitamente aos alunos e docentes, caracterizando-se um instrumento essencial para o aporte teórico e prático das aulas realizadas. Sendo assim, este trabalho deseja efetuar algumas discussões que possuem como foco o Livro Didático de História inserido no Ensino Fundamental, tomando como suporte uma coleção didática utilizada pelas Escolas Estaduais de Presidente Prudente, do sexto ao nono ano respectivamente. Para isso, contempla-se também algumas reflexões sobre o que é o Livro Didático, principalmente os exemplares de História, que, apresentam uma forte carga ideológica influenciadora não só na forma como os conteúdos são dispostos nos textos didáticos, mas, em relação aos saberes rumo a criticidade e a formação para a cidadania. Adota-se como metodologia uma análise sobre o conteúdo presente na coleção determinada aos alunos do sexto ao nono ano, buscando-se a visualização de até que ponto esses conteúdos presentes nos textos didáticos de História, com uma ideologia presente, podem modificar o ensino de História. Como uma importante área do saber, que apresenta um processo de compreensão das diferentes relações humanas existentes na sociedade, espera-se que por meio da âncora oferecida pelo livro didático de história, as aulas sejam direcionadas para uma reflexão sobre os mecanismos dominantes que contribuem para o desenvolvimento dos relacionamentos sociais, assim como as ações de exclusão e dominação, que surgem em nossos conteúdos didáticos e estabelecem uma única vertente, sem a perspectiva de modificações ao longo de uma aprendizagem. Por meio de um trabalho com uma amostra da coleção elegida, pode-se perceber a abordagem de temas que contemplam desde a História do mundo, primeiras navegações, História do Brasil e perspectivas para o novo século, porém, a presença de capítulos fragmentados, grandes figuras e poucas perspectivas de contato com outras informações a respeito dos temas. O que se percebe também é que, o fragmento desta coleção até então analisada mostra para professor e aluno formas bem compactas de se estudar um determinado momento da História, seja ela no âmbito macro ou micro, necessitando de memorização para uma suposta aprendizagem, percebendo-se a presença da ideologia subjacente. Com o desenvolvimento de uma primeira amostra da coleção didática, pode-se constatar parcialmente a presença de uma forte carga ideológica presente na estrutura dos textos, influenciando na apresentação dos temas e distanciando-se de um material que deveria proporcionar aos discentes e docentes, reflexão e formação para a cidadania, além de contemplar um bom trabalho no ensino de história, rumo a propiciar reflexões e construção de saberes sobre o homem e suas relações sociais diante da História.

O MANUAL DIDÁTICO PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS (2008)

CARLA VILLAMAINA CENTENO *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
carla.centeno@uol.com.br

O presente trabalho expõe resultados parciais de uma pesquisa realizada com manuais didáticos de História do Brasil. Limita-se, nesse estudo, a analisar o manual didático Projeto Araribá História. Esse foi o manual que mais teve aceitação entre os professores da rede municipal de ensino em Campo Grande. Dentre as 82 escolas municipais que participaram do processo de escolha do Programa Nacional do Livro Didático, 56 optaram pelo referido manual. Daí ter sido adotado em todas as escolas da REME no ano de 2008. A análise objetiva, por um lado, evidenciar as características dos conteúdos veiculados pelo manual didático e, por outro, apreender as funções por ele assumidas na relação educativa. Quanto aos conteúdos, opta não pela análise exaustiva de tal instrumento de trabalho, mas pela seleção de uma temática específica, no caso a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), evento que, a par de sua relevância histórica para Mato Grosso do Sul e para o Brasil, sempre alimentou controvérsias. Para analisar esse manual, foi proposta a apresentação dos fundamentos que regem a utilização desse instrumento a fim de entendê-lo como produto das relações sociais mais amplas. O pressuposto inicial é o de que qualquer abordagem acerca do trabalho didático, tal como se realiza em sala de aula, envolvendo os procedimentos pedagógicos do professor, o conteúdo didático selecionado e, sobretudo, o instrumental utilizado, objeto desse trabalho, impõe um recuo aos primórdios da escola moderna pensada por Comenius. O manual é o instrumento que impõe certo grau de objetivação ao trabalho didático e, na mesma medida, estabelece o domínio sobre as operações realizadas pelo professor em sala de aula. Decorrem da análise algumas conclusões: 1) Foi dada pouca atenção à Guerra da Tríplice Aliança, limitando-se a discuti-la em uma página de conteúdo. 2) Quanto à interpretação utilizada, os autores usam do ecletismo metodológico, pois incorporam duas versões incompatíveis, 3) Do ponto de vista do trabalho didático, verificou-se que a função do manual Projeto Araribá História segue as recomendações comenianas, procurando simplificar as operações realizadas pelo professor, detalhando orientações precisas sobre: a preparação e motivação dos alunos antes da apresentação do conteúdo; o desenvolvimento do conteúdo; o que se deve ler; a realização das atividades previstas; a ampliação do conhecimento do aluno elencando as questões mais importantes; a correção das atividades fornecendo o roteiro, as respostas e os esquemas. 4) O manual apresenta seções que prometem trabalhar com fontes históricas diversas, mas verifica-se que há uma predominância de textos elaborados pelos próprios autores. 5) No Guia do Professor são disponibilizadas textos para ampliar e complementar os conteúdos bem como sugestões de leituras e de filmes, mas esses são acessórios ao trabalho didático.

O MOVIMENTO DE TESTES E MEDIDAS EDUCACIONAIS NA PRIMEIRA METADE DO SECULO XX: HOMOGENEIZAÇÃO DAS CLASSES OU EXCLUSÃO ESCOLAR?

ARICLE VECHIA *
Universidade Tuiuti do Paraná.
arikele@hotmail.com

O “Movimentos dos Testes e Medidas Educacionais” na primeira metade do Século XX: homogeneização das classes ou exclusão escolar?

Com a proclamação da República, em fins do Século XIX, a disseminação da escola primária pública para todos passou a ser vista pelo governo, representado por setores da intelectualidade brasileira, como instrumento capaz de legitimar o novo regime político; homogeneizar a grande massa da população formada por imigrantes e pro ex-escravos visando construir a idéia de nacionalidade brasileira. Este pensamento foi mesclado com princípios da Escola Nova e com a crença na ciência para resolução dos problemas educacionais que estava permeando os meios educacionais brasileiros. Este estudo teve por objetivo analisar a influencia de idéias educacionais transnacionais relacionadas com o “Movimento dos Testes e Medidas Educacionais” marcaram a educação brasileira na primeira metade do século XX. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico. O estudo demonstra que a adoção de práticas higienistas e sanitárias; o uso de testes psicométricos e antropométricos fizeram com que as crianças passassem a ser objeto de pesquisas médicas, antropológicas e psicológicas. As baterias de testes aplicadas tinham por objetivo classificar os alunos em classes homogêneas, hierarquicamente organizadas em A, B, C e D (fortes, médios, fracos e muito fracos). Esta classificação, embasada em um modelo de escola elitista imposto para todos, acabava por retirar da escolas crianças pobres. Segundo O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, considerado um divisor de águas na educação brasileira, a educação deixava de ser um privilégio determinado pela condição econômica e social da criança para assumir um caráter biológico, reconhecendo a todo o individuo o direito a ser educado até onde permitirem as suas aptidões naturais. Desta forma, os melhores e mais capazes, deviam formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. A oferta da educação passou a ser baseada nas aptidões físicas e intelectuais, o que legitimava as desigualdades sociais e raciais. Se a escola, supostamente para todos, abriu oportunidade de mobilidade social para certas camadas da população, continuou gerando desigualdade, cristalizando a mentalidade elitista da educação brasileira e impedindo que crianças pobres, mal nutridas, do meio rural, provenientes, em geral de meios sócio-culturais desfavorecidos, tivessem acesso à escola ou fossem bem sucedidas nela.

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPO MOURÃO: DA ESCOLA ISOLADA AO GRUPO ESCOLAR MARECHAL RONDON (1947 A 1970)

CIBELE INTROVINI RITT *
Universidade Estadual de Maringá
cibeleintrovini@hotmail.com

ANALETE REGINA SCHELBAUER
Universidade Estadual de Maringá
analeteregina@yahoo.com.br

Este texto apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado sobre o processo de escolarização primária em Campo Mourão: da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon (1947 a 1970), iniciada em 2007. Nosso objetivo consistiu em reconstruir a história dessa instituição escolar e compreender o que a mesma representou para a cidade de Campo Mourão no processo de consolidação do município. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, bibliográfica e documental por meio do levantamento e análise das fontes primárias disponíveis na instituição escolar e no município entre as décadas de 40 e 70 do século XX. Reconstruir a história das instituições escolares produz um novo conhecimento que deve permitir o entendimento das relações existentes entre educação, trabalho e sociedade, possibilitando-nos refletir sobre o momento presente. Com este trabalho esperamos entender o desenvolvimento da escolarização primária em Campo Mourão, identificando a contribuição da instituição pesquisada no que diz respeito à organização didático-pedagógica e ao processo de consolidação do município.

OS JESUÍTAS E O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

JOSÉ CARLOS SILVA *
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
jcsilv@yahoo.com.br

A questão da filosofia e de seu ensino no Brasil, principalmente, do papel e da influência dos jesuítas nessa temática e ação educativa, durante o período em que o país foi colônia de Portugal, constituem o objeto de investigação deste trabalho. Nele, buscou-se mostrar as raízes históricas da relação entre filosofia e educação, a concepção de filosofia que os jesuítas difundiram através da educação, os caminhos do ensino de filosofia no Brasil colonial e sua marca no modo de ensinar filosofia no país. Tomando o materialismo histórico como referencial teórico para a investigação, análise e interpretação da realidade histórico-educacional brasileira, este trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica, recorrendo a leitura e fichamento de algumas obras que tratam desde assunto. Com base na análise e interpretação dos dados encontrados nos textos selecionados, foram apresentadas algumas considerações que revelam que os jesuítas tiveram profunda influência na educação filosófica brasileira, marcando-a através do seu modo aristotélico-tomista de ensinar, pela catequese, pelo ensino da língua portuguesa, por uma visão escolástica e religiosa de mundo que, do ponto de vista do desenvolvimento filosófico e científico estava profundamente atrasada em relação ao que era difundido, discutido e ensinado na maioria dos países europeus. Este modo de pensar e de ensinar, influenciou negativamente o desenvolvimento da ciência, da filosofia e marca, ainda hoje, muitos educadores e filósofos brasileiros, principalmente por um certo escolasticismo ao estudar e ensinar filosofia, distanciando da relação histórica entre os filósofos, a filosofia e a sociedade.

OS PRIMEIROS DEBATES EM TORNO DA INFÂNCIA NO BRASIL: A CRISTALIZAÇÃO DE UMA VISÃO NATURALIZANTE DE CRIANÇA E SEU DESENVOLVIMENTO

LUCINÉIA MARIA LAZARETTI *
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
lucylazaretti@gmail.com

O presente estudo se circunscreve no campo científico da educação e tem como objetivo analisar os discursos teóricos que embasaram as primeiras propostas pedagógicas de atendimento da criança de zero a seis anos no Brasil e como essas proposições se traduziram em concepções cristalizadas de criança e seu desenvolvimento. Fruto de investigações teórico-bibliográficas, pautamo-nos na seguinte constatação: desde sua origem, a atenção prestada à criança de zero a seis anos esteve aliada a concepções naturalizantes, abstratas e aistóricas, no que concerne as possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem nesse período. Para tal, fez-se necessário estudos que possibilitassem compreender: a) as origens do atendimento à criança de zero a seis anos e a bifurcação entre a assistência e a educação no Brasil; b) o jardim-de-infância proposto como educacional e embasado na concepção de Froebel; c) como essa concepção foi aceita e veiculada no Brasil, tomando como recorte a entrada pelo movimento escolanovista, representado por Lourenço Filho. A pesquisa possibilitou evidenciar que no horizonte teórico, a educação para Froebel deveria estar voltada para o favorecimento do desenvolvimento livre e espontâneo do indivíduo; a ação educativa respeita o desenvolvimento natural da criança; coloca o professor no papel de guia e condutor. Nestes termos, essa pedagogia apresenta o limiar do caráter não crítico da pedagogia escolanovista enquanto presa aos limites da ideologia burguesa. Lourenço Filho, com suas posições escolanovistas sobre as contribuições da psicologia, ao revelar os fatores biológicos do indivíduo e suas diferenças individuais, acolhe os princípios de Froebel, por ele justamente ser um dos primeiros a evidenciar a individualidade da criança. Essas idéias conduzem a uma compreensão de que o desenvolvimento da criança é algo espontâneo e natural; segue o curso imutável da natureza que é predeterminada, universal e eterna; retira a historicidade do ser humano, tornando-o um ser adaptado ao seu meio – ao não reconhecerem o processo histórico por meio do qual o homem transforma a natureza e a si mesmo por intermédio de sua atividade social. Com isso, limita o indivíduo, desde a mais tenra idade, às possibilidades de apropriar-se de forma consciente e coletiva das riquezas materiais e intelectuais produzidas pelo gênero humano. Assim, os embates em torno da educação infantil e sua origem (con)funde-se com a pedagogia froebeliana e sua vinculação ao movimento escolanovista no Brasil e corroborou com as intenções educacionais daquele momento histórico.

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE RATKE E COMÊNIO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO ESCOLAR

SANDRA GARCIA NEVES *
Universidade Estadual de Maringá
sandragarcianeves@bol.com.br

JOÃO LUIZ GASPARIN -
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
gasparin01@brturbo.com.br

Há muitos anos educadores buscam entender antigas práticas educativas para identificar as exigências e necessidades do trabalho docente nos diferentes contextos. Objetiva-se neste estudo, conforme abordagem da metodologia histórico-descritiva, apresentar os artigos e os aforismos de Wolfgang Ratke e como estes estão expressos na Didática Magna de João Amós Comênio. O estudo destes clássicos na área da educação possibilita uma percepção clarificada de como o método de ensino, naquele período foi norteado pelo pensamento religioso, econômico, cultural e político, e que práticas educativas tais influências impuseram. Para tal percepção, fez-se necessária uma breve caracterização dos autores e seus tratados educativos conforme estudos de João Luiz Gasparin e Sandino Hoff. A idéia central deste texto é demonstrar como Comênio, na Didática Magna manifesta muitas proposições encontradas nos princípios fundamentais do ensino de Ratke que pretendeu, com sua Arte de Ensinar o ensino universal. Comênio sistematizou tal proposta.

OS PROFESSORES E SEU PAPEL NA SOCIEDADE IMPERIAL

MARISA BITTAR *
Universidade Federal de São Carlos
bittar@ufscar.br

ANDRÉ PAULO CASTANHA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
andrecastanha@brturbo.com.br

O texto é resultado das pesquisas desenvolvidas sobre as políticas de instrução pública elementar no Brasil imperial, a partir do Ato Adicional de 1834. Um dos objetivos do estudo foi compreender as ações do Estado em relação aos professores de instrução primária. Qual o perfil dos professores? Quais as condições de trabalho e incentivos salariais? Qual o papel do professorado em relação à organização da sociedade? Para tanto, fizemos uma comparação entre a legislação educacional produzida pela Corte e as províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, com o objetivo de perceber semelhanças e diferenças no sistema de controle dos professores. Além da legislação utilizamos relatórios dos presidentes das províncias, de inspetores de instrução pública, de comissões de inspeção, autores do século XIX e historiadores da educação. Ao fazer tal comparação, pretendemos verificar até que ponto se efetivou a autonomia advinda do Ato Adicional de 1834. Grande parte dos historiadores da educação, ao estudar o período, afirmam que a descentralização desencadeada pelo Ato Adicional levou a uma pluralidade de ações desconexas, tornando a instrução elementar praticamente nula. A análise da legislação educacional e das fontes primárias evidencia que havia um conjunto de medidas bem articuladas que transitavam entre as províncias, colocando em prática, vários instrumentos visando à organização da instrução elementar e, principalmente o controle do trabalho dos professores. O estudo conclui que o Estado utilizou-se da legislação educacional para estabelecer algumas garantias aos professores, mas, principalmente para controlar de perto o seu trabalho. Mapas de freqüência, atestados, inspeções, regulamentos, etc. tornaram-se freqüentes na vida dos docentes. A preocupação com o trabalho dos mestres esteve mais centrada no potencial que estes desempenhavam, enquanto agentes da administração e responsáveis pela difusão de um modelo de sociedade, do que pelos conhecimentos básicos dos conteúdos escolares. Criticava-se a falta de habilitação dos professores, mas essa carência era suprida pelo conceito de moralidade. Não era fundamental ter um quadro de professores qualificados, mas era indispensável que os professores fossem engajados no projeto, portanto, defensores e difusores da ordem e civilização. Eles deveriam servir de modelo aos seus alunos, tanto na sua vida pública como na vida privada. Essa forte vigilância visava impedir que os professores semeassem em seus alunos valores e princípios diferenciados dos defendidos pela classe hegemônica.

O TRABALHO DOCENTE NAS SALAS DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL.

VIVINA DIAS SOL QUEIROZ *
Universidade Anhanguera UNIDERP e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
vivinasol@terra.com.br

SONIA DA CUNHA URT
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
surt@terra.com.br

Considerando que na atividade cotidiana do trabalho, tornamo-nos seres sociais, estabelecemos relações, criamos necessidades e formas de satisfazê-las, discutimos neste texto, o desafio imposto pelo computador ao trabalho realizado pelos professores nas Salas de Tecnologias Educacionais em Campo Grande, MS. Para tanto, além da discussão teórica lançamos mão de algumas entrevistas que realizamos com um grupo de professores que exercem a docência nessas salas, e serão utilizadas no decorrer do trabalho, por corroborarem com a discussão. Sem a ilusão de defender que a solução dos problemas da educação, compete a essa tecnologia, discutimos o trabalho executado por esses professores que tem no computador seu principal instrumento de mediação, haja vista a Educação e a Tecnologia serem processos culturais ligados estreitamente aos processos produtivos e aos interesses políticos e econômicos que os produziram, pois o vínculo histórico e social entre essas duas áreas situam-nas no âmbito ideológico-cultural ligados aos interesses dominantes da sociedade. A educação como prática social e como resultado do conjunto de instituições com processos formais, tem na sua organização a difusão de idéias, atitudes e valores ligados aos interesses dominantes. Para responder as necessidades do processo produtivo, políticas governamentais são executadas por meio de planos e metas de formação de indivíduos para atender a demanda da produção, como a política de inserção de estudantes e professores na chamada sociedade tecnológica. Por sua vez, a tecnologia como produto dos conhecimentos científicos desenvolvidos pelo homem, também se aplica aos interesses políticos e econômicos, portanto, pensar em utilizá-la no processo de ensino e aprendizagem tem a ver com as exigências da sociedade representada pelo mundo do trabalho em toda a sua dialeticidade e concretude, o que exige uma visão mais precisa e profunda da complexidade e das contradições desse universo e, especialmente, de suas possibilidades reais de intervenção. Compreender os determinantes históricos que impulsionaram as diferentes organizações do mundo do trabalho que por sua vez influenciaram a educação e os fatores que determinaram o modelo educacional em voga neste momento, constitui-se em desafio atual neste século XXI, haja vista que o desenvolvimento tecnológico por meio da eletrônica e da microeletrônica trouxe profundas transformações para a sociedade, não somente na sua base produtiva, mas também nas formas de relacionamentos interpessoais. Essas transformações além de encurtar as distâncias propiciaram formas de comunicação em tempo real com qualquer parte do país ou do mundo, provocando alterações nas formas de trabalho em sua natureza histórica, estendendo-se ao trabalho docente realizado pelo professor no espaço temporal de uma sala de aula.

O USO DO MITO GREGO NAS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO PARA SE PENSAR SOBRE A DOCÊNCIA NA MODERNIDADE

CLAUDIA FLORES RODRIGUES *
Pontifícia Universidade Católica
claudiaflores_412@hotmail.com

GABRIEL BELINAZO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
gbelinazo@yahoo.com.br

Este trabalho pretende apresentar, sob a luz de uma perspectiva interdisciplinar a possibilidade de se utilizar como estratégia de formação o recurso de elaboração de relatos autobiográficos (estudo de memória) por parte dos professores na sua constante formação, com o fito de reconstruir a sua própria história e pensar nas suas práticas de agora. Através deste recurso, os professores identificam a memória de si e de seus pares acerca de seus primeiros tempos de escola e podem analisar como este passado desempenhou um papel ativo na construção de sua identidade profissional. Além disso, o uso da mitologia grega é rico para que seja realizado um estudo sobre a História Universal e a relação que esta desempenha na formação do sujeito. O uso da metáfora, na mitologia, é fundamento para que seja discutido o humano.

PEDAGOGIA MONTESSORIANA: ENSAIO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DO ENSINO.

SAMIRA SAAD P. LANCILLOTTI *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
sspllotti@uol.com.br

O presente trabalho tem por objetivo a análise da pedagogia montessoriana a partir da categoria organização do trabalho didático. Pretende-se caracterizar essa proposta pedagógica, indicar seu alcance e seus limites no esforço por superar o ensino simultâneo. Alves (2005) considera que a educação contemporânea se mantém atrelada ao ensino simultâneo, proposto por Comenius no século XVII, quando tratou de equiparar o trabalho docente ao trabalho realizado nas manufaturas. A proposta montessoriana emergiu no início do século XX, no bojo da expansão da escola burguesa; e nesse contexto educadores reformistas trataram de propor formas alternativas de organização didática que melhor correspondessem aos valores da sociedade em transformação. A pedagogia montessoriana conseguiu avançar na proposição de uma educação individualizada para o pré-escolar, com base na aplicação prática de princípios e conhecimentos advindos dos avanços das ciências que dão suporte à educação, particularmente nos da psicologia. Contudo, não se generalizou, além do que, não teve força para fecundar a organização do trabalho didático nos níveis posteriores de ensino, em que o modo simultâneo permanece vigoroso.

PEQUENAS PEGADAS NO CIBERESPAÇO: BEBÊS E PROFESSORAS NUMA PRÁTICA EDUCATIVA SÓCIO-HISTÓRICA COM ARTEFATOS TECNOLÓGICOS

NANCI MARTINS DE PAULA *
Universidade de Brasília
nancimapa@gmail.com

A pesquisa, aqui apresentada, faz parte da tese de doutoramento em educação, intitulada “Crianças pequenas_ dois anos_ no ciberespaço: interatividade possível?” Para atender às exigências da inscrição a esse evento, quanto ao número de páginas, foi feito um recorte no documento original da referida tese. Esta pesquisa teve por objetivo investigar a introdução das crianças, bebês, de cerca de dois anos no ciberespaço, acompanhadas pelas suas professoras mediadoras, colegas e esta pesquisadora, num encontro virtual, interativo, utilizando a rede mundial de computadores (Internet) a partir da base informática nas atividades da escola de educação infantil. Contempla, pois, o ato educativo dessas crianças atendendo às demandas, identificando as possibilidades, vivenciando os processos participativos e interativos com os recursos tecnológicos da informática na sociedade da informação e da comunicação com mediação do adulto, na perspectiva de uma construção coletiva solidária, em comunidades de aprendizagem em rede eletrônicas / digitais. Está ancorada em teóricos da história da educação, filosofia da linguagem, psicologia, comunicação, da sociedade da informação, comunicação e do conhecimento, da sociologia e da economia política, corroborando com estudiosos da educação e pedagogia. Inova o campo do conhecimento da educação ao introduzir os encontros virtuais no ciberespaço, como ato educativo, no contexto da educação infantil, classe do maternal, inaugurando uma nova fase da história da educação brasileira. Descreve e analisa o momento da entrada das crianças no mundo virtual, o encantamento e a realidade nas expressões do ser humano, assim como o significado dessa faceta da imersão social para os educadores do mundo contemporâneo. Os resultados deste estudo demonstram que o artefato informático aliado a uma pedagogia com fundamentos sócio-históricos, constituiu-se em instrumento mediador, favorecendo a interatividade das crianças no ciberespaço com o outro, cabendo ao homem dar sentido ao uso desse aparato tecnológico. Abre possibilidades para novos estudos, além de suscitar debates da área temática e dos cruzamentos dos domínios do conhecimento aqui trabalhados.

POLÍTICA DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

TERESA KAZUKO TERUYA *
Universidade de Brasília
tkteruya@gmail.com

O desenvolvimento acelerado e a capacidade de armazenar dados com as inovações tecnológicas do computador exigem novas práticas pedagógicas no espaço escolar. O presente artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento intitulado: Mídias na educação e na formação de professores. O objetivo é analisar as políticas de implementação das diretrizes para o uso das mídias na formação de professores e as repercussões das invenções e inovações tecnológicas desenvolvidas no processo de expansão e cristalização da hegemonia burguesa. Apresenta um breve histórico da política de informática na educação e analisa a utilização da mídia na educação e na formação de professores. A criação e a ampliação das tecnologias de informação e comunicação no mundo do trabalho transformam as condições de existência humana, melhorando a vida de alguns e, ao mesmo tempo, ampliando o contingente populacional de excluídos em miséria absoluta. Esse mundo midiático exige uma educação escolar que promova a formação do novo perfil de trabalhador flexível e disposto a aprender ao longo da vida. Na prática pedagógica, o professor que se limita a reproduzir e repassar os conteúdos midiáticos contribui para fortalecer o discurso hegemônico da cultura dominante. A formação de leitor crítico das diferentes mídias, portanto, requer um aprofundamento sobre as políticas que norteiam as diretrizes de tecnologias na educação e sobre os temas veiculados na narrativa midiática para produzir conteúdos escolares capazes de combater a cultura hegemônica em favor de uma educação de qualidade para todos.

PREÂMBULO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MANAUS (1889 – 1930)

ASSISLENE BARROS MOTA LENE*
Escola Superior Batista do Amazonas
assislene_mota@hotmail.com

ALESSANDRA PINHEIRO FERREIRA
Escola Superior Batista do Amazonas
alessandrapinheiro_42@hotmail.com

CARLOS BARROCO
ESBAM - ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
carlosbarroco@click21.com.br

ELIANE DA SILVA CHAVES
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
li_ch67@hotmail.com

ERILANE DE SOUZA GUIMARÃES
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
eguimaraes4@hotmail.com

MARIA SWELY IMBIRIBA DA COSTA
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
crecheescolavida@hotmail.com

Ao refletirmos o contexto histórico-cultural e biossocial das Instituições Escolares de Manaus, deparamo-nos com escassez de literatura específica, deficiência de sistematização e organização de documentos escritos e materiais iconográficos, referentes à cultura escolar local. Diante disso realizamos um levantamento em dois momentos dos fatos relacionados com a prática escolar desenvolvida no período considerado, para compreendermos como se desenvolviam a cultura e as práticas escolares das instituições.

O objetivo desta pesquisa é recuperar o momento histórico-cultural e biossocial das Instituições investigadas, no período de 1889 – 1930, sob o mirante de diversas experiências educacionais. A primeira fase do projeto, concluída em 2005 com a publicação do livro-pesquisa que contempla o título do referido projeto. A segunda fase de redefinição do CEPIHME foi reiniciada em julho de 2008, estando à pesquisa em andamento.

Utilizamos instrumentos de garimpagem de informações constituídas, a partir de documentos escritos e material iconográfico dos quais foram extraídos evidências e indícios referente às práticas escolares.

Mobilizamo-nos por meio de subprojetos, envolvendo acadêmicos do 3º, 4º e 7º períodos do curso de pedagogia, a fim de analisarmos o movimento da escola com a sociedade urbana de Manaus, enfatizando a construção da história por meio de fontes como a memória e o arquivo. Os documentos escritos também foram analisados, por meio de informações repletas de intencionalidade.

Na primeira fase constatamos a existência de diferentes propostas educacionais. Primeiramente contextualizamos a cidade de Manaus, posteriormente, investigarmos as Instituições: Escolas Noturnas de Manaus, que apresentavam clientela específica com o objetivo de preservar valores, éticos e sócio-culturais; Instituto Benjamim Constant marcado por uma cultura religiosa, que atendia

especificamente o gênero feminino; Gymnasio Amazonense Pedro II, permeado por valores morais, que garantia a formação do profissional competente, futuros dirigentes do Estado; Escola de Comércio Sólon de Lucena, associada ao ensino profissionalizante; e os Grupos Escolares: Marechal Hermes, Barão do Rio Branco e Saldanha Marinho que tinham a proposta de educação popular primária, com a finalidade de manter o ideal republicano, elegendo a educação como a restauradora do País. Na II fase, em andamento, com a revisão e ampliação do Projeto, seguimos o mesmo recorte histórico e metodologia da pesquisa anterior, sendo incluídos os Grupos Escolares: José Paranaguá e Ribeiro da Cunha.

Este trabalho será constituído por onze capítulos, sendo o último destinado para depoimento dos acadêmicos-pesquisadores diante do significado que a iniciação científica representou para sua formação acadêmica.

PREMIAR E PUNIR MENINOS NEGROS, BRANCOS E INDIOS NA COLÔNIA ORFANOLÓGICA ISABEL (PERNAMBUCO, 1874 -1890)

ADLENE SILVA ARANTES *
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
adlene.arantes@hotmail.com

Este estudo que é parte de uma pesquisa mais ampla aborda os mecanismos utilizados para premiar e punir os meninos negros, índios e brancos na Colônia Orfanológica Isabel. Instituição que funcionou em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, sob os cuidados dos Missionários Capuchinhos, com o objetivo de receber crianças órfãs e ingênuas. Para a realização da pesquisa, utilizamos como fontes regulamentos, regimentos, relatórios e ofícios da Colônia Isabel; legislação da instrução pública; ofícios e relatórios da Presidência da Província, da Santa Casa de Misericórdia, Marinha, Exército, Juízes de Órfãos, Polícia Civil. Utilizamos como fontes complementares, livros escolares do período estudado. A pesquisa foi norteada teórica e metodologicamente pelos estudos da História Social da Infância e da Nova História Cultural. Os resultados da pesquisa demonstraram entre outras coisas que para manter a ordem e a disciplina na instituição havia certas “medidas de polícia interna”. Se fosse constatado algum comportamento inadequado os alunos eram punidos com advertência particular e advertência pública, na sala, oficina ou turma. Essas punições poderiam ser aplicadas pelos professores, chefes e mestres em suas respectivas aulas, oficinas ou turmas. Repreensão, prisão simples, prisão com redução da ração e rebaixamento nos casos de reincidência somente poderiam ser impostas pelo Diretor. A expulsão da instituição culminaria com o encaminhamento do aluno ao Exército ou à Marinha. Da mesma forma que os Colonos Isabel poderiam ser punidos, também poderiam ser premiados, desde que apresentassem comportamentos considerados satisfatórios no desenvolvimento das aulas e oficinas. Nos primeiros anos de funcionamento da instituição, os prêmios eram medalhas e uma quantia em dinheiro, prêmio de nota honrosa, inscrição no quadro de honra, acesso de graduação. Nesses últimos casos, o colono poderia ser promovido num emprego de confiança, recebendo salário e podendo até substituir o mestre de oficina. Posteriormente, foram instituídos alguns prêmios que homenageavam pessoas consideradas importantes para a sociedade pernambucana da época, como é o caso do prêmio Frei Fidelis, Diretor da Colônia Isabel, e dos prêmios Henrique Dias e Felipe Camarão que homenageavam, respectivamente, um negro e um índio que foram considerados heróis por terem lutado durante a ocupação holandesa em Pernambuco. Pudemos, contudo, observar que as autoridades imperiais buscavam “civilizar” as camadas potencialmente perigosas (órfãos, expostos, ingênuos, índios, etc.) em instituições fechadas. O isolamento dessas camadas era justificado, teoricamente, pela idéia de preservar a moral e os “bons costumes” da sociedade.

PRIMEIROS APONTAMENTOS DE UM ESTUDO SOBRE ALFABETIZAÇÃO NOS MANUAIS ESCOLARES

ENILDA FERNANDES *
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
enil.fer@uol.com.br

A presente pesquisa encontra-se em andamento. Propôs-se para estudo, a alfabetização nos manuais escolares utilizados para a instrução dos normalistas na Escola Normal de São Paulo. O recorte temporal abrange o período de 1835 a 1945, com o fim do primeiro governo Vargas. O objetivo é analisar como foi tratada a alfabetização nos manuais escolares, utilizados na formação dos normalistas. Interessa examinar as diferentes formas históricas que esse instrumento assumiu e apreender as suas especificidades, evidenciando as características do conteúdo vinculado a esse instrumento de trabalho, seu lugar na organização do trabalho didático e as funções por ele assumidas na relação educativa. A pesquisa se fundamenta em uma perspectiva histórica que busca compreender os fatos sociais a partir das contradições existentes entre a base material da sociedade e a superestrutura, busca-se analisar o ensino da alfabetização vinculado aos manuais, mas sem descuidar das múltiplas dimensões em que se insere o manual didático, na prática social concreta. Procura-se, portanto, entender o objeto no contexto histórico mais amplo, visto que sua consolidação é regida a partir de leis mais gerais da sociedade em que se inscreve. A escolha pela escola normal de São Paulo deve-se, primeiro, à sua condição de forma mais avançada, dessa modalidade de ensino, no período republicano e segundo por ser o lócus onde se consolidou um modelo de ensino público, que se constituiu em referência para as demais instituições similares nas diversas províncias/estados brasileiros. Realizando o levantamento do estado da arte acerca dessa temática, os primeiros apontamentos constataram que há um vasto material de pesquisa (teses e dissertações) sobre: análise da produção acadêmica sobre a alfabetização, cartilhas de alfabetização, manuais pedagógicos utilizados na formação de professores. Contudo, a despeito da vasta produção ainda subsistem muitos aspectos não explorados e abertos à análise. Assim, considerando-se a centralidade do manual no processo didático, e as interrogações que perduram acerca de seu papel na relação educativa, justifica-se essa pesquisa. O próximo passo do estudo é a recuperação, e acesso, dos manuais didáticos utilizados na Escola Normal de São Paulo, com vistas à análise mais detalhada.

PROCESSOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS DA ESCOLA ALEMÃ DA COLÔNIA RIOGRANDESE – SP (1924-1938)

FLÁVIA RENATA DA SILVA *
Universidade Estadual Paulista
flarenatasil@gmail.com

ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO
Faculdade de Ciências e Tecnologia
arilda@fct.unesp.br

JOSÉ LUÍS FÉLIX
Faculdade de Ciências e Letras
zeluis@femanet.com.br

A imigração Alemã no Brasil trouxe uma grande quantidade de imigrantes, com realidades culturais, sociais e lingüísticas diversas, tornando-se verdadeiros portadores de culturas, já que transportaram, para além da língua, idéias, esperanças, hábitos e concepções educativas, que enriqueceram com hibridações o nosso país. Estudos sobre a inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira são temas de diversas pesquisas na atualidade, haja vista a grande importância desses povos na história do Brasil. Nesse sentido, este trabalho apresenta pesquisa em nível de mestrado sobre os processos históricos e educacionais dos imigrantes alemães que se fixaram no interior do Estado de São Paulo, Colônia Riograndense, no início da década de 20, através do modelo educacional por eles implantado. Está fundamentado em pressupostos da História Cultural, da análise documental e da História Oral. Esta colônia, que situa-se na área rural foi fundada em 1922 entre os municípios de Maracaí e Cruzália composta por famílias de origem germânica, vindas do Rio Grande do Sul, da Alemanha, e outros países da Europa. Resultados parciais obtidos até o momento na pesquisa indicam que na falta de um programa educacional oficial nas áreas rurais, no início da colonização deste lugar, entre 1924 e 1925, esses imigrantes tiveram que organizar a sua própria escola, construindo-a e mantendo-a com seus próprios recursos, no intuito de garantir aos seus filhos, não somente o acesso à educação, mas também a preservação da língua e da cultura materna. Esta instituição contou com material próprio, em alemão, produzido no Brasil, para que os filhos dos imigrantes pudessem conhecer em sua própria língua a realidade local e se formarem como cidadãos brasileiros. Assim, a existência dessa escola configurou-se como meio importante de acesso à educação naquela região, tanto para os filhos dos imigrantes, quanto para crianças brasileiras que residiam próximas a escola, já que nessa época existiam poucas escolas e em áreas rurais eram praticamente escassas

RECONSTRUINDO HISTÓRIA E MEMÓRIA DE ALFABETIZADORAS NO ENSINO PRIMÁRIO EM MINAS GERAIS

SANDRA MARIA OLIVEIRA SANDRA MARIA*
Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Educação Infantil, Alfabetização e Práticas
sandryoliv@terra.com.br

MARIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA ALVES
Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Educação Infantil, Alfabetização e Práticas
cristinasoa@yahoo.com.br

A presente proposta visa comunicar resultados parciais de uma pesquisa intitulada RECONSTRUINDO HISTÓRIA E MEMÓRIA DE ALFABETIZADORAS NO ENSINO PRIMÁRIO EM MINAS GERAIS, a qual faz parte de uma pesquisa maior História e Memória da alfabetização no Triângulo Mineiro e Pontal do Triângulo realizado no Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Educação Infantil, Alfabetização e Práticas/NEIAPE, nesta investigação decidimos primeiro conhecer como foi construído o processo de educação primária no país e, principalmente em Minas Gerais. O ensino primário no Brasil só constituiu-se em educação formal, a partir do aparecimento do grupo escolar no Brasil do período de 1893 a 1971. Surgiu no corpo das leis de 1893, em São Paulo e Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no estado de São Paulo, que serviu de modelo para todos os estados brasileiros sendo extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692. No ano de 1906, em Minas, através de uma proposta de reformulação do ensino primário, foi que se instauraram os grupos escolares, o qual visava uma escola pensada nos moldes da modernidade, contou com um novo método de ensino, com turmas seriadas, com professores preparados e com uma fiscalização profissional, com implantação do grupo escolar foi possível inserir uma significativa parcela da população nacional no universo dos saberes formalizado até então destinado às elites. Posterior a este período, o que sabemos sobre a história de Minas é que a instrução primária era decadente, contava com professores despreparados, a escola não era adequada, dessa forma funcionavam precariamente, as aulas eram ministradas sem material didático adequado e o método era arcaico. Diante dessas verificações, esta pesquisa tem como objetivo auxiliar a reconstruir a memória e história da alfabetização em Minas Gerais levando em consideração as especificidades regionais de uma época bem como a cultura de um povo. Desejamos descobrir quais foram os métodos de ensino mais utilizados no interior de Minas Gerais. O recorte histórico desse estudo compreende o período que vai de 1906 a 1930. Esse período foi escolhido em função de vários marcos da história da educação brasileira, que influenciaram as práticas e o pensamento pedagógico brasileiro. Neste sentido, escolhemos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental por acreditarmos que através do mapeamento teórico será possível enxergar o campo da alfabetização na cidade de Uberlândia interior de Minas Gerais, como também os avanços dos estudos e pesquisas dessa área. Esta pesquisa esta na fase de organização dos dados a serem analisados.

Palavra-chave: ensino primário, método de ensino e o grupo escolar.

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA DOCÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORAS RURAIS

CINARA DALLA COSTA VELASQUEZ*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
cinaravelasquez@gmail.com

Este artigo tem por objetivo inscrever algumas notas no debate sobre Os Sentidos e Significados da Docência: Histórias de Vida de Professoras Rurais. Reflexões que se referem à pesquisa em andamento acerca da análise de memórias de professoras rurais, no município de Santiago-RS em escolas municipais. Pesquisa que se insere no programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, na linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas. Com o desenvolvimento deste trabalho, busco a análise de Memórias de Professoras Rurais com o objetivo de investigar como mulheres professoras, que exerceram e exercem a docência em escolas rurais, atribuem sentidos e significados às suas vivências, à profissão docente, à escola e aos alunos/as. Especificamente, buscar-se-á identificar, como, através de suas memórias, emergem permanências/alteridades em cada tempo e espaço, na construção de identidades de gênero e como se constituem, na docência rural; a contextualização histórica da educação rural na sociedade brasileira ao longo dos anos e a análise das políticas públicas educacionais no contexto da educação rural. A delimitação deste espaço e tempo representa um locus e um ethos de vivências singulares, onde mulheres professoras rurais constroem-se em processos atravessados pelos discursos culturais, sociais e históricos. Para a efetivação deste estudo, procurar-se-á tecer uma trama teórica envolvendo as categorias de memória e de gênero. Destaco autores/as como Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Beatriz T. Daudt Fischer, Maria Stephanou, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, João Carlos Tedesco, José Carlos Sebe Bom Meihy, Verena Alberti. Articulando a categoria relacional de gênero, as idéias de Michel Foucault vêm auxiliar, como ferramentas de análise, para o esclarecimento das relações de poder. Para tanto, será realizada uma Pesquisa Qualitativa, com o método da História Oral – modalidade de histórias de vida, através de entrevistas semi-estruturadas com três professoras, representando características de suas gerações. Nele cruzo significações entre gerações, confirmando ou não alterações ou permanências de sentidos e significados atribuídos para cada tempo e espaço de suas vivências docentes na educação rural.

UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E PORTO UNIÃO (SC): REUNINDO FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÀO NA REGIÃO DO VALE DO IGUAÇU (1780 A 1930)

MÁRCIA MARLENE STENTZLER *
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciencias e Letras
pedagfafiuv@yahoo.com.br

ROSELI BILOBRAN KLEIN
Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras
roseli@twinnet.com.br

VALÉRIA APARECIDA SCHENA
Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras
valeriawerle@ibest.com.br

O estudo ora apresentado desenvolveu-se por pesquisadoras do “Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas do HISTEDBR - União da Vitória”. Tem como objeto de investigação a conformação histórico/educacional da região, a organização escolar e didático pedagógica, bem como a formação de professores que atuaram na escola primária. Visa resgatar e analisar a educação em Instituições Escolares na Região do Vale do Iguaçu, por meio de inventário e catalogação de materiais bibliográficos e documentais existentes em bibliotecas antigas, públicas ou privadas, nos municípios de União da Vitória, Porto União e Cruz Machado. Ao conhecer e analisar a história educacional local e nacional buscou-se contextualizar os principais eventos históricos que foram determinantes para a sociedade local, no que tange a organização das escolas, as influências recebidas e a formação dos professores que atuaram nesse espaço. Consideramos que ao resgatar fatos da história local e regional, podemos contribuir para compreender a constituição da educação paranaense e mais especificamente nos municípios supracitados, como importante pólo regional nos âmbitos econômico e educacional no período final do Império e na Primeira República, atraindo também imigrantes ucranianos, alemães, poloneses, entre outros e junto com eles sua cultura. Esta investigação nos possibilita resgatar dados e compreender como eram organizadas as situações de ensino e aprendizagem na escola primária no referido período, por meio dos registros em arquivos e instituições pioneiras da educação na região.

Eixo Temático:

História, biografias e intelectuais da educação

A ALFABETIZAÇÃO EM LOURENÇO FILHO: UM ESTUDO DAS LEITURAS DE PEDRINHO E MARIA CLARA

CLAUDICEIA BEZERRRA *
Universidade Estadual de Maringá
claudiceialb@ig.com.br

O presente artigo tem por objetivo apresentar a produção didática no Brasil organizada e idealizada pelo educador Lourenço Filho (1897-1970), Série de Leitura Graduada “Pedrinho”, por meio do Livro IV “Leituras de Pedrinho e Maria Clara”, publicada em 1956, no Brasil. Este era direcionado às crianças de dez a onze anos, a fim de que os infantes pudessem ter o domínio da leitura autônoma, mudanças do modo de sentir, pensar e agir, garantindo a formação do homem necessário ao século XX. Nesse sentido, há que se ressaltar que os livros de leitura foram utilizados nas escolas brasileiras, por mais de seis décadas como instrumento estimulador da leitura e provocador do desejo de ler, visando à compreensão do texto, não apenas para fruição, mas com intencionalidade educativa. No decorrer de sua vida profissional, Lourenço Filho dedicou-se, sobretudo, aos problemas enfrentados pelo ensino primário, estando envolvido com trabalhos didáticos e com a literatura infantil. O autor tinha por objetivo contribuir, por intermédios de seus livros didáticos, para sanar a dificuldade de leitura das crianças que freqüentavam as escolas naquele momento, problema que persiste até hoje nas escolas nacionais. O destaque para o IV Livro da Série Pedrinho está na metodologia utilizada pelo educador, pois o conteúdo era apresentado por duas personagens da mesma idade dos alunos. Essa prática facilitou o trabalho dos professores, pois as crianças identificavam-se com essas personagens, cujas idéias e sentimentos poderiam ser compreendidos com maior facilidade.

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PRESENTE NOS LIVROS DA SÉRIE

PRISCILA MARÍLIA DE OLIVEIRA *
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
primoliv@yahoo.com.br

ALESSANDRA ARCE
Universidade Federal de São Carlos
alessandra.arce@gmail.com

Esta pesquisa é uma extensão de um trabalho de conclusão de curso de graduação de Pedagogia, no qual realizamos uma pesquisa voltada para a concepção de criança e de desenvolvimento infantil que o estudioso Lourenço Filho defende na obra “Introdução ao Estudo da Escola Nova’. Ele é considerado por muitos estudiosos um dos grandes protagonistas do cenário educacional brasileiro em meados do século XX. Em suas obras, preocupa-se com a formação de professores, com a influência e importância da biologia, da psicologia e da sociologia para a educação, além de defender assiduamente os princípios do escolanovismo. Nesse contexto, este trabalho busca analisar quais concepções de criança e de desenvolvimento infantil estão presentes nos livros da Série “Biblioteca de Educação”, organizada por Lourenço Filho, procurando contextualizá-las na sociedade brasileira em meados do século XX (1920-1970). Objetiva-se investigar, como Lourenço Filho, por meio dessa coleção divulgou a psicologia do desenvolvimento e/ou da criança no movimento das escolas novas no Brasil.
Devido ao fato desta pesquisa ser um trabalho de caráter teórico, utilizamos a metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica. Quanto aos resultados, estes ainda são infecundos diante da prematuridade desta pesquisa que está em andamento, entretanto, já podemos ver que as idéias de Lourenço Filho baseavam-se em preceitos voltados apenas ao caráter biológico e psicológico, em detrimento dos preceitos sociais e econômicos.

A DEMOCRACIA COMO FIM E A ESCOLA COMO MEIO: CONVERGÊNCIAS ENTRE ANÍSIO TEIXEIRA E PAULO FREIRE

SÉRGIO CÉSAR DA FONSECA *
Universidade de São Paulo
sergiofonseca@ffclrp.usp.br

O presente estudo visa esclarecer os pontos de convergência entre Paulo Freire e Anísio Teixeira referentes aos temas da produção da democracia no Brasil de fins da década de 1950. Para tanto, são tomados como fonte os textos de Freire Educação e atualidade brasileira e Educação como prática da liberdade. O cotejo das idéias de Anísio e Freire permite observar importantes convergências entre ambos, quanto ao papel da educação na formação dos hábitos democráticos e da construção da sociedade democrática, por meio de grandes esforços educativos. Tal proximidade é bastante perceptível até a segunda obra freireana, Educação como prática da liberdade, ficando menos evidente nas obras posteriores. À medida que Freire produz novos textos e participa de novas experiências políticas e educativas, no Chile, junto aos camponeses, suas reflexões priorizam temas como a ruptura entre opressores e oprimidos e a revolução como ação cultural.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ NA PERSPECTIVA DE PRIMITIVO MOACYR

MARIA CRISTINA GOMES MACHADO *
Universidade Estadual de Maringá
crismach_cris@hotmail.com

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA
Universidade Estadual de Maringá
proferlao@gmail.com

Este texto tem como objetivo apresentar a história da instrução pública na Província do Paraná na perspectiva de Primitivo Moacyr (1869 – 1942), destacando sua vida e obra. Na obra “A Instrução e as Províncias – Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1834-1889” está evidenciada sua preocupação com a difusão da instrução pública no período imperial, contribuindo para a história da educação ao divulgar a legislação, projetos, relatórios e estatística de ensino, entre outros. O texto está dividido em três partes nas quais se apresenta, primeiramente, uma síntese biográfica e, posteriormente, uma caracterização geral de sua obra como memória da educação brasileira. Ao que se seguem apontamentos destacados pelo autor sobre os rumos da instrução na província paranaense. Importa destacar que a obra nos coloca diante de um duplo contexto: o Estado Novo, lugar de onde publica; e o contexto ao qual a obra refere-se, o período imperial. O estudo estabelece uma discussão sobre a constituição da instrução pública, portanto, recupera informações sobre a História da Educação na Província do Paraná, quando esta, em 1854, separou-se da Província de São Paulo. Busca-se desvelar o encaminhamento específico que no Paraná fora dado à instrução pública para sua efetivação no projeto político imposto por parte do grupo dirigente em relação às intenções e condições do projeto de colonização construído na supracitada província.

ANÁLIA FRANCO E SUA AÇÃO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

SAMANTHA LODI-CORRÊA *
Unicamp
samantha_lodi@yahoo.com.br

O presente trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para República (1868-1919) e apresenta um estudo histórico-biográfico sobre a educadora brasileira Anália Franco. Anália Franco nasceu em Resende – RJ em 1853 e em 1868 já atuava como professora auxiliar na província de São Paulo. Sua atuação como educadora foi marcada por uma convicta preocupação social, levando-a a posicionamentos políticos em um período em que as mulheres tinham pouco espaço na vida pública. Após 1871, com a Lei do Ventre Livre, começa sua primeira atividade sócio-educacional educando crianças negras abandonadas e posicionando-se como abolicionista. Em 1901 Anália fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo que criou escolas maternais, creches, liceus, escolas noturnas, oficinas profissionalizantes e asilos na capital paulista e em outras espalhadas pelo estado. Sua atividade estava voltada para a mulher trabalhadora, pobre ou marginalizada pela sociedade, bem como para suas crianças e órfãos. Anália trabalhou intensamente pela educação dos mais pobres até seu falecimento em 1919, quando foi vítima de gripe espanhola. A pesquisa envolveu o contato direto com fontes primárias produzidas pela própria educadora como alguns manuais educativos, relatórios da Associação Feminina, atas e os periódicos: Álbum das meninas e A voz maternal. Para a compreensão do significado de sua atividade foi necessária uma contextualização do Brasil na transição do Império para a República e a inserção da educadora nesse contexto, que possibilitou a formação de suas idéias de igualdade, liberdade e, posteriormente, sua prática educativa.

ANÍSIO TEIXEIRA E A TECNOLOGIA NA NOVA CAPITAL

RAQUEL DE ALMEIDA MORAES RAQUEL*
Universidade de Brasilia
rachel@unb.br

O texto sintetiza pesquisa inicial sobre Anísio Spíndola Teixeira e sua concepção de Tecnologia em relação ao Saber, a Cultura e a Educação tendo como objeto empírico a experiência da Escola Pública em Brasília, a nova Capital. Destaca seu pioneirismo em conceber uma educação pública que, a partir das oficinas, ateliês e bibliotecas das Escolas Públicas buscasse unir o saber científico ao saber humanístico, embora existam poucas provas documentais sobre como esse processo ocorria. Finaliza salientando que o limite dessa concepção está na perspectiva liberal adotada que tem na propriedade privada o seu fundamento último.

ANTON MAKARENKO: CAMINHOS ALTERNATIVOS NA REALIDADE EDUCACIONAL ATUAL

FÁTIMA MARAFON *
Universidade Norte do Paraná
marafon794@hotmail.com

ADRIANA REGINA DE JESUS SANTOS ADRIANA
Universidade Estadual de Londrina
adrianatecnologia@yhaoo.com.br

O presente artigo confronta a realidade educacional atual com as concepções pedagógicas do mestre soviético Anton S. Makarenko (1888-1939). O texto divide-se em duas partes nas quais se considera respectivamente algumas das leis que regem a educação a nível nacional e estadual e a experiência de Makarenko enquanto pedagogo e diretor de uma colônia para jovens infratores. Nesta última parte, tendo como parâmetro o primeiro volume do seu Poema Pedagógico, através de citações do próprio autor reflete-se sobre os desafios que o educador é chamado a enfrentar nos nossos dias e mostra como um autor clássico pode sugerir atitudes indispensáveis para o sucesso da educação também nos dias atuais. A necessidade de criar sempre novas estratégias, a disciplina, a confiança no coletivo e no trabalho, o otimismo na possibilidade e capacidade do ser humano de “ser mais”, superando o passado e tornando-se um “novo homem”, são algumas das atitudes que provocam e inquietam quem, como educador, optou por ser agente de transformação da sociedade atual proporcionando aos educandos cidadania e dignidade.

A PEDAGOGIA HUMANISTA DE SÃO JOÃO DA CRUZ (1542-1591) NO SÉCULO XVI.

CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO *
Universidade Estadual de Maringá
caatoledo@uem.br

MARCOS AYRES BARBOZA
Universidade Estadual de Maringá
ayresbarbosa@hotmail.com

O objetivo é discutir as idéias pedagógicas humanistas na Espanha, no século XVI, por meio da configuração do pensamento de São João da Cruz (1542-1591), religioso carmelita, da Ordem dos Carmelitas Descalços. A Espanha, no século em questão, teve como o auge do Humanismo. As idéias pedagógicas forjadas nesse período fizeram parte da atividade formativa e do trabalho de formação de João da Cruz aos iniciantes religiosos e das escolas elementares mantidas pelas Ordens Religiosas Mendicantes, da qual, os Carmelitas Descalços fizeram parte. As escolas elementares contribuíram de maneira significativa para a difusão das idéias pedagógicas humanistas. As escolas elementares de responsabilidade dos religiosos das Ordens Mendicantes foram iniciativas muito importantes em relação à educação escolar, com relação à formação em leitura, escrita e cálculo, em língua vernácula, visto que criaram novos modelos de instrução e de educação elementar. No início da reforma do Carmelo, João da Cruz e seus discípulos realizaram um grande esforço pedagógico no que se refere à alfabetização das comunidades em que se estabeleciam. A pedagogia presente nos textos de João da Cruz apresenta características pedagógicas como, por exemplo, a afetividade como espaço de expressão e da produção de conhecimento.

A PEDAGOGIA POPULAR DE CÉLESTIN FREINET: DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA POLÍTICA E A TEORIA PEDAGÓGICA

MICHELE CRISTINE DA CRUZ COSTA *
UNESP
michele.cruzcosta@gmail.com

O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada para conclusão de nossa dissertação de mestrado intitulada: “O pensamento educacional de Célestin Freinet e suas aproximações aos ideais do movimento da escola nova” que foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, sob a orientação da Profa. Dra. Alessandra (DEd/UFSCAR). A pesquisa expõe de forma crítica o pensamento de Célestin Freinet, especificamente no que diz respeito a sua concepção de homem, sociedade e educação, mostrando que seus ideais apontam para uma concepção de sociedade e de ser humano na qual a defesa e o respeito à individualidade da criança vêm contribuir para mascarar a impotência do capitalismo em realizar o processo de humanização do indivíduo. Demonstramos que apesar de propor a superação do movimento da escola tradicional e da Escola Nova, a sua proposta de educação popular não consegue ir além da crítica radical ao ensino tradicional, aderindo contraditoriamente ao ideário escolanovista. Enquanto recorte de tal pesquisa, o presente trabalho busca pontuar alguns descompasso entre a teoria política e a teoria pedagógica presentes na proposta do autor, pois, ao analisarmos a sua concepção de homem e sociedade, deparamo-nos com uma concepção política de cunho marxista, já ao analisarmos sua concepção de desenvolvimento infantil e ensino-aprendizagem, percebemos continuidades em relação ao movimento escolanovista. Desta forma, podemos inferir que a proposta do autor traz como pano de fundo uma pedagogia difusora dos ideais presentes nas correntes pedagógicas liberal-burguesas.

A RELAÇÃO EDUCATIVA ENTRE DIREÇÃO E BASE NO PARTIDO LENINISTA: EDUCAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO

JEFFERSON VASQUES RODRIGUES *
universidade estadual de campinas
jeffvasques@gmail.com

Buscamos com esta comunicação apresentar o projeto de mestrado que está sendo desenvolvido em Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP. O projeto visa estudar as relações educativas entre direção e base no partido leninista. Partindo da compreensão de que, por determinações materiais e históricas, a direção partidária se apresenta como pólo teórico-histórico no papel de educador-dirigente, e a base partidária, como pólo político-prático no papel de educando-agente, buscamos analisar se a proposta organizativa de Lênin estabelece uma práxis educativa emancipadora entre esses dois sujeitos, permitindo o desenvolvimento da autonomia dos educandos (base) e garantindo a educação do próprio educador (direção). Em termos filosóficos, buscamos analisar se a teoria leninista de organização propõe uma relação dialética entre sujeito (partido) e o objeto (realidade sócio-política), entre teoria e prática, permitindo a ação revolucionária do partido enquanto intelectual coletivo da filosofia da práxis. Buscaremos responder a essas questões através do confronto da teoria leninista de partido com as principais críticas feitas à época por Leon Trotski e Rosa Luxemburgo, tendo como base analítica a filosofia da práxis de Antonio Gramsci. Visamos, com isso, ampliar o debate político-filosófico, ainda muito pouco explorado na área da Educação, sobre educação política nas organizações de caráter emancipatório, especificamente sobre o processo de formação da consciência nascido das relações entre direção e base. Almejamos, também, contribuir para uma maior compreensão da relevância das formas organizativas nos processos de educação.

A REPRESENTAÇÃO DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E DA ESCOLA NOVA SEGUNDO A PROPAGANDA E A PRODUÇÃO TEÓRICA DOS PERSONAGENS DO MOVIMENTO RENOVADOR BRASILEIRO - UM ESTUDO DA COLEÇÃO “ESCOLA NOVA BRASILEIRA” DE JOSÉ SCARAMELLI (1931)

MERILIN BALDAN *
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
mbpedago@yahoo.com.br

ALESSANDRA ARCE
Universidade Federal de São Carlos
alessandra.arce@gmail.com

Este trabalho, em andamento, tem como objetos de pesquisa a Pedagogia Tradicional e a Escola Nova, vinculados à pesquisa “O Ato de Ensinar: Continuidades e Rupturas da Concepção de Ensino na Pedagogia Tradicional, na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica”. O desenvolvimento surgiu devido à necessidade de compreender as concepções ipis literis do Ato de Ensinar da Pedagogia Tradicional ao invés das representações cunhadas pela crítica realizada pela Escola Nova para denominá-la. A pesquisa insere-se no campo da história das idéias pedagógicas de caráter teórico-bibliográfico, a partir das seguintes categorias propugnadas por Saviani (2007): o princípio de caráter concreto (as relações dos aspectos da realidade investigada), a perspectiva de longa duração (captação dos movimentos orgânicos/estruturais), o olhar analítico-sintético (levantamento das fontes e análise das informações), a articulação entre o singular e o universal (as relações de reciprocidade, determinação e subordinação entre a esfera local, nacional e internacional) e, por último, a atualidade da pesquisa histórica (a necessidade intencional da investigação histórica). O referencial teórico para este trabalho apoiou-se nas obras que versam sobre a História, História e Filosofia da Educação, além de obras e artigos que versam sobre a Pedagogia Tradicional e a Escola Nova, bem como a coleção de autoria de José Scaramelli.

AS ORIGENS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL COLONIAL: APRESENTAÇÃO DO "EPITOME CRONOLOGICO, GENEALOGICO E HISTORICO DO PADRE JESUÍTA ANTÓNIO MARIA BONUCCI

VANESSA C. M. RUCKSTADTER *
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
vanessaruck@hotmail.com

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
flavioruckstadter@hotmail.com

Este texto tem o intuito de apresentar o primeiro compêndio escolar de História utilizado no Brasil. Escrito pelo padre jesuíta, e professor do Colégio Jesuítico da Bahia, António Maria Bonucci (1651-1728) em fins do século XVII, o "Epitome Cronologico, Genealogico e Historico" foi impresso no ano de 1706 em Lisboa. Sua publicação vinha atender uma necessidade advinda da implantação de cursos autônomos de História nos Colégios da Companhia de Jesus no Brasil. A junção da história sacra e profana é uma característica presente nesse manual, que se ocupa principalmente em contar a história sacra, a história da Igreja e a história das monarquias modernas. Ao apresentar o compêndio, algumas considerações e comentários serão feitos, entretanto, sem a pretensão de analisar um livro tão extenso em tão curto espaço. Espera-se contribuir no sentido de ampliar e diversificar as fontes para o estudo de um período que ainda recebe pouca atenção por parte dos historiadores da educação, o Brasil-Colônia, que corresponde ao período da atuação da Companhia de Jesus (1549-1759), da sistematização do ensino e da formação da cultura brasileira.

AS REPRESENTAÇÕES DO PENSAMENTO EDUCACIONAL CATÓLICO: DOM JOSÉ MAURICIO DA ROCHA 1927 - 1968

AIRTON DE SOUZA CHRISPIM *
Universidade Nove de Julho
airtonchrispim@ig.com.br

A presente pesquisa insere-se no amplo campo das relações entre História e Educação no Brasil e sugere a analise das representações do pensamento educacional católico. Pensamento este que a partir da década de 20 norteia o comportamento de atores sociais brasileiros ligados à igreja em relação às suas praticas de ações em suas bases de inserção, promovendo um modelo educacional.
A analise tem enquanto provas documentais os debates produzidos entre o poder publico e o poder privado, argumentos que projetam as questões educacionais no processo de construção da modernidade da sociedade brasileira.
O resgate dos debates políticos produz um campo amplo para a observação das ações afirmativas da História da Educação Católica. Sugerindo como reflexão as representações do pensamento do bispo Dom José Mauricio da Rocha.

ATUAÇÃO DE LOURENÇO FILHO NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE INSTRUÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA

MARA CECÍLIA RAFAEL *
Centro Universitário de Maringá
maraterraboa@ibest.com.br

ANGELA MARA DE BARROS LARA
Universidade Estadual de Maringá
angelalara@ymail.com

Este artigo analisa a contribuição de Lourenço Filho no planejamento e administração de políticas para a instrução pré-primária o cargo de diretor de Instrução Pública de São Paulo (1930-1931) e como diretor do Instituto de Educação (1932) enfocando seus esforços para a implantação de uma nova proposta educacional para estas crianças. Lourenço Filho escreveu artigos, participou de conferências e editou livros sobre o tema educacional, enfatizando, em muitos momentos, a educação da criança, em especial a de idade pré-escolar. Parte-se do pressuposto de que as idéias do autor são resultado de transformações que se processam na sociedade. Portanto, considera-se que, para entender a proposta de Lourenço Filho para a educação pré-primária, foi preciso analisar o significado histórico para as políticas de educação para a infância, suas abordagens teóricas e ideológicas. A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa é histórica e, para tanto, fez-se um estudo do contexto sócio-político-econômico do período proposto, a fim de analisar a atuação de Lourenço Filho no processo de discussão de uma possível política pública para a educação pré-primária. Na proposta apresentada por ele, a educação pré-primária deveria conter organização e sistematização, de forma que os conteúdos necessitassem estar adequados à fase de desenvolvimento destas crianças, os objetivos necessitavam ser estipulados para a programação das atividades e os professores com formação específica. Para tanto, Lourenço sugeria a inclusão das creches e dos jardins de infância em um sistema escolar, articulando seus conteúdos à educação primária. Acreditamos, enfim, que a compreensão da proposta de Lourenço Filho para a educação pré-primária venha propiciar novas contribuições para o entendimento dos primeiros passos de uma política pública para a infância.

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HELENA ANTIPOFF E A PSICOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO

HEULALIA CHARALO RAFANTE *
Universidade Federal de São Carlos
heulaliarafante@yahoo.com.br

ROSELI ESQUERDO LOPES
Universidade Federal de São Carlos
relopes@ufscar.br

Este trabalho integra uma pesquisa que lida com a trajetória da educadora russa Helena Antipoff no Brasil, desde a década de 1930, período em que ela iniciou suas atividades em Minas Gerais, no contexto da Reforma de Ensino Francisco Campos (1927), até a década de 1970, mais especificamente 1974, ano do falecimento da educadora. Pretende-se compreender os princípios educativos endossados pela educadora e colocados em prática na realidade educacional brasileira, especialmente aqueles direcionados ao atendimento dos “excepcionais”. Estudos acerca da Educação Especial no Brasil mostram que os princípios teóricos e metodológicos preconizados e praticados por Helena Antipoff, nos anos de 1930-1940, tiveram influência no desenvolvimento desse campo que começou a se desenhar, de forma mais organizada, a partir da década de 1970. O objetivo central do trabalho é verificar os caminhos históricos porque passou a educação dos “excepcionais”, buscando apreender como se consolidou a influência dessa educadora. Tomando-se como referência as teorizações de Norbert Elias para pensar a constituição da Educação Especial no Brasil, considera-se que o movimento de atenção aos “excepcionais” brasileiros não teve início com a chegada de Helena Antipoff ao Brasil, mas se deu num contexto interdependente, individual e coletivamente. Neste texto, seguindo esse pressuposto, analisa-se o percurso histórico da educação dos “excepcionais” desde o início do século XX até a chegada de Antipoff, com o intuito de verificar as estruturas de sucessão e/ou de desintegração que tornaram possível a inserção da educadora na Educação brasileira. Para essa elaboração, se percorre a literatura produzida em torno do tema da História da Educação Especial Brasileira, procurando identificar os primeiros agentes de atuação, os fundamentos teóricos e metodológicos dessas ações, bem como as instituições que foram se organizando no Brasil e que, gradativamente, foram configurando o campo. Concluí-se que os princípios da Psicologia foram sendo introduzidos no Brasil paulatinamente e, aos poucos, foi conquistando hegemonia na Educação brasileira, principalmente no que se refere à educação dos “excepcionais”. Nesse percurso, os princípios endossados por Helena Antipoff chegaram ao Brasil antes dela e foi, justamente, uma convergência de princípios, materializados na Reforma do Ensino Mineiro, que possibilitou sua vinda para o Brasil. A atuação da educadora, na década de 1930, fortaleceu o aparato técnico científico que realizava a seleção e classificação dos “excepcionais”, contribuindo, de forma relevante, para a consolidação dos conceitos da Psicologia nesse campo e para concretizar uma prática segregadora e institucionalizante relacionadas aos “excepcionais”, que vinha se desenhando desde o início do século XX.

CONTRIBUIÇÕES DE TOMÁS DE AQUINO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INTERRELAÇÕES ENTRE ÉTICA E EDUCAÇÃO

TATYANA MURER CAVALCANTE *
Universidade Estadual de Maringá
tatyonca@gmail.com

TEREZINHA OLIVEIRA
Universidade Estadual de Maringá
teleoliv@gmail.com

O objetivo dessa comunicação é tecer considerações acerca da relação entre produção do conhecimento e transformações sociais, especialmente a partir da concepção de ética em Tomás de Aquino (1224-5?/1274). Reconhecido como um dos principais ícones da literatura escolástica, o autor compôs sua obra na efervescência citadina do século XIII. Fruto de profundas transformações no Ocidente medieval, iniciadas por volta do Ano Mil, a cidade alargou as possibilidades da vivência humana, seja em função da nova organização do trabalho por ela gestada no século XII (a corporação do ofício), seja pela multiplicidade de papéis sociais que impunha. Nessa nova realidade, os homens precisaram reconsiderar suas proposições teóricas, buscando compreender-se no mundo, motivo pelo qual conhecimentos de diferentes campos do saber foram questionados, como direito, medicina, política, teologia e educação. A exemplo dos demais campos de trabalho, conhecimento e ensino ganharam uma nova instituição: a "Universitas Magistrorum et Scholarium", a Universidade, local privilegiado de debate teórico da cristandade. É sob essa perspectiva que buscamos compreender a formulação de Tomás de Aquino, teólogo dominicano e mestre universitário, que dedicou sua vida ao conhecimento e ao ensino. Muito embora nosso autor tenha participado do debate em diferentes cidades. tomamos a Universidade de Paris como referência, uma vez que nela verificamos o foco privilegiado dos debates acadêmicos. Considerando os limites deste trabalho, selecionamos como ponto de partida para análise a questão "As consequências dos atos humanos em razão da bondade e da malícia" (ST, Ia IIae, q. 21), presente na principal obra do autor, a "Suma de Teologia", texto que discutiremos à luz da historiografia contemporânea dedicada ao tema, notadamente em obras de Jacques Le Goff, Luiz Jean Lauand e Terezinha Oliveira. Compreendemos que o Mestre de Aquino afirmava a importância do bem-viver nas novas condições históricas e atestava a necessidade do conhecimento e do ensino de certas virtudes, especialmente orientadas para as relações sociais, como condicionantes necessárias para alcançar esse objetivo. Por fim, consideramos que estudar a obra do Aquinate nos auxilia na discussão sobre as relações entre ética e educação na atualidade, na medida em que, a exemplo desse autor, nos parece urgente e imperativo analisar nossas próprias condições históricas, bem como compreender em que medida o ensino que teorizamos e praticamos pode contribuir para a formação ética dos homens.

DO IDEAL NORTE-AMERICANO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA ATÉ A “ESCOLA PARA TODOS” DE ANÍSIO TEIXEIRA

ANDRÉ LUIZ DA MOTTA SILVA *
Universidade Federal de Matto Grosso do Sul
andremottacs@yahoo.com.br

SILVIA HELENA ANDRADE BRITO
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
shbrito@terra.com.br

O objeto desta comunicação é a relação e a importância do ideal norte-americano de democratização da escola na constituição da concepção de “escola para todos” de Anísio Teixeira. O objetivo fundamental do trabalho está em apresentar e buscar compreender o arcabouço teórico-metodológico e o pensamento político que levaram Anísio Teixeira a desenvolver suas reflexões sobre a realidade social e educacional brasileiras, procurando traçar os elos existentes entre o ideal norte-americano de democratização da escola, presente nos pensamentos de Horace Mann e John Dewey, e a concepção anisiana de escola pública ou “escola para todos”. Desta forma, para se entender como Anísio Teixeira constrói sua visão de escola e da função que esta deve assumir na sociedade democrática e capitalista e, mais especificamente, o papel da escola pública na sociedade brasileira, é necessário estabelecer as bases, de modo sintético, sobre as quais se firmam suas concepções político-pedagógicas. Para tal, o artigo está dividido em duas partes. A primeira é reservada ao exame do discurso pedagógico elaborado pelos pensadores sociais estadunidenses Horace Mann e John Dewey. Procura-se, nesse primeiro momento, apresentar a forma como cada um desses pensadores constitui suas concepções de escola, isto é, as funções sociais que lhes são atribuídas, por Mann e Dewey, como respostas possíveis às transformações empreendidas pela consolidação da sociedade capitalista nos Estados Unidos. Na segunda parte, ao se destacar a forma como o ideal deweyano de “escola progressiva” é herdado e transformado pelas reflexões anisianas, visa-se a exposição do pensamento social e político-pedagógico de Anísio Teixeira no que tange as vinculações entre um ideal democratizador norte-americano e a construção de uma escola pública brasileira. Pretende-se assim, identificar as influências mais significativas que o pensamento de John Dewey vem exercer sobre o modo de se pensar a relação entre escola e sociedade na obra anisiana. Tem-se, ainda, a preocupação de entender em que medida a concepção de uma “escola para todos” imaginada por Anísio Teixeira, ao ser amplamente defendida em virtude de sua função social, ou seja, de formar um novo homem para uma nova sociedade industrial, atua como importante instrumento de adaptação às novas exigência científico-tecnológicas e democráticas de uma sociedade em constante reconstrução, apesar das contradições criadas pelo avanço do modo de produção capitalista em sua fase monopolista.

DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO LIBERALISMO PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DO FUNDAMENTO HISTÓRICO E SEU ALCANCE EDUCACIONAL.

PAULO EMÍLIO ASSIS SANTANA*
Universidade Estadual de Maringá
prpauloemilio@hotmail.com

Temos a compreensão que a educação, em sua essência, deve ser entendida como uma ciência que tem tanto em seus fundamentos históricos como nos filosóficos as diretrizes necessárias para o seu desenvolvimento. Sem tais diretrizes, a compreensão sobre os desdobramentos sociais e políticos que têm como base a prática educativa será incompleta e, portanto, destituída da direção necessária para a correta interpretação dos fenômenos educacionais em sua correta perspectiva. Nesse sentido, quantos aos interesses do presente artigo, a história e a filosofia oferecerão o direcionamento necessário para o entendimento objetivo da filosofia liberal radical, bem como dos desdobramentos presentes na prática educativa contemporânea. O surgimento histórico da filosofia liberal e os fundamentos políticos que se constituíram em elementos norteadores para uma nova forma de educação contrária à estrutura educacional que perdurou até o século XVIII, serão de fundamental importância para a constituição da sociedade capitalista desde o seu início até aquele que se constitui nos termos dos dias atuais. Em virtude das exigências metodológicas que giram em torno deste artigo, não nos deteremos de forma aprofundada na amplitude teórica esboçada pelos teóricos escolhidos para nos fundamentar. Entretanto, temos a convicção que os excertos selecionados aqui, nos fornecerão as sementes históricas, filosóficas e educacionais necessárias para a compreensão do alcance que os fundamentos radicais liberais têm até os dias atuais. Na intenção de definir as relações do pensamento liberal com as questões educacionais, procuraremos delinear os elementos históricos específicos que caracterizam o fundamento do liberalismo tanto em sua vertente clássica quanto na pedagógica. Para isso tomaremos como ponto de partida alguns excertos de dois teóricos clássicos do liberalismo que são: John Locke e Jean Jaques Rousseau. Ao mesmo tempo procuraremos apontar alguns desdobramentos do pensamento liberal presentes na prática pedagógica hodierna. Na parte final deste artigo deixaremos alguns encaminhamentos teóricos e políticos visando futuros estudos sobre a temática discutida aqui.

EDUCAÇÃO E EDUCADORAS NA PARAÍBA DO SÉCULO XX: PRÁTICAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES

VIVIANE FREITAS SILVA *
Universidade Federal da Paraíba
vivianefreitas_83@hotmail.com

CHARLITON JOSÉ SANTOS MACHADO
Universidade Federal da Paraíba
charlitonlara@yahoo.com.br

MÁRCIA CRISTIANE MENDES
Universidade Federal da Paraíba
marciamendes_1@hotmail.com

MARIA LÚCIA SILVA NUNES
Universidade Federal da Paraíba
mlsnunes@yahoo.com.br

Este trabalho resulta de uma pesquisa intitulada “Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações”, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR, financiado pelo PIBIC/CNPq. O objetivo é explicitar as práticas, as representações e as leituras das educadoras paraibanas e a educação no decorrer da república velha, no século XX, bem como discutir as relações de gênero que perpassam esses processos, contribuindo, assim, para a construção da história da educação e a história da mulher na Paraíba. A metodologia usada na pesquisa foi estruturada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, tendo como fontes documentos escritos, iconográficos e orais. Os resultados da pesquisa demonstram o silêncio do sujeito feminino nas versões da historiografia oficial da Paraíba, obscurecendo suas práticas, para consolidação do projeto educacional nas primeiras décadas do século XX.

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA OBRA “ARTE DE CRIAR BEM OS FILHOS NA IDADE DA PUERÍCIA”, DE ALEXANDRE DE GUSMÃO, DE 1685

VANESSA FREITAG DE ARAÚJO*
Universidade Estadual de Maringá
vanessa1104@gmail.com

CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO
Universidade Estadual de Maringá
caatoledo@uem.br

O presente texto trata de uma pesquisa realizada sobre o padre português Alexandre de Gusmão (1629–1724), da Companhia de Jesus, tendo como pano de fundo o contexto histórico da ordem católica e do século XVII. Entre textos catequéticos, novelas e sermões, Gusmão legou-nos a Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia (1685), que foi a primeira obra escrita em terras brasileiras a tratar do tema infância e educação de crianças pequenas, sendo então o autor considerado o primeiro pedagogo do Brasil colonial. A opção por escrever sobre a concepção pedagógica impressa na obra de Gusmão deu-se porque, escrita em meio ao clima da pujança jesuítica, sua obra expressa a própria filosofia educacional da Companhia de Jesus. Considerando que esse conceito de educação não se detém na educação livresca e intelectual, ou seja, não implicando somente ao conteúdo escolar, mas também, por intermédio de valores morais, estabelecendo padrões e trabalhando com questões sociais - característica típica do período em que a sociedade européia transitava da Idade Média à Modernidade. A análise mostra que Alexandre de Gusmão desenvolveu um pensamento sobre civilidade, um estilo de textos voltados aos temas da educação e do cuidado das crianças, de grande profusão naquela época.

FLORESTAN FERNANDES E A PEDAGOGIA NOVA NORTE-AMERICANA: CONTEXTO E ALGUNS ASPECTOS DO DEBATE COM A PRODUÇÃO DE KILPATRICK

GILCILENE OLIVEIRA DAMASCENO BARÃO *
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gildb@superig.com.br

Neste trabalho tem-se como objetivos apontar breves considerações metodológicas sobre a pesquisa desenvolvida sobre a produção de Florestan Fernandes e destacar o contexto e as obras que indicam a interlocução de Florestan com a pedagogia nova nos anos 50, em especial, o debate crítico com a produção do norte-americano Kilpatrick. Trabalhou-se com as seguintes fontes de pesquisa: as produções do autor, entrevistas, correspondências e transcrição de aulas por ele ministradas. Embora o inventário das contribuições educacionais de Florestan propicie várias possibilidades temática nosso foco foi apresentar alguns elementos da discussão teórica que Florestan realizou no interior do Centro de Pesquisa Educacional, como exemplo, o debate sobre a concepção de mudança empreendida por Kilpatrick que teve grande assimilação pelos teóricos da pedagogia nova no Brasi. 30. Para Florestan, diferente de Kilpatrick, a mudança social é sempre uma realidade política e não pode estar desvinculada da discussão sobre as classes sociais. Na crítica à educação burguesa, com destaque para a interlocução com a Pedagogia Nova (importação pedagógica acrítica, falta de conhecimento da realidade, concepção utópica da educação e de mudança social), Florestan oferece subsídios teóricos para alargar o horizonte intelectual dos educadores e teóricos da educação e propicia contribuições substantivas as pesquisas sobre marxismo e educação na realidade do capitalismo dependente.

FLORESTAN FERNANDES E O LEGADO DE UMA PRÁXIS CRÍTICO-TRANSFORMADORA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

CARLOS BAUER SOUZA *
Universidade Nove de Julho
carrlosbauer@uninove.br

O trabalho aponta a possibilidade de recuperar um instante, mesmo que de forma fragmentada, da história da educação brasileira, do qual tivemos a oportunidade de estar presente, ocorrido no dia 18 de maio, logo no início da campanha política eleitoral desse já distante e tumultuado início da década de 1990, que levou Florestan Fernandes à participar de um encontro de representantes de escola da Apeoesp apresentando ali, de improviso, aos seus colegas professores, algumas de suas principais idéias sociais e reflexões críticas sobre alguns importantes aspectos da história da educação brasileira contemporânea. Foram poucos minutos apenas, sob o olhar atento de algumas centenas de professores, que dia após dia, lidavam com os afazeres da escola, ensinando e incentivando os seus alunos, pesquisando, produzindo e transmitindo-lhes o saber, mas que também participavam incansavelmente das lutas em defesa da escola pública, que organizavam as greves e as manifestações nos bairros desconhecidos e nas cidades mais distantes da capital paulista e que agora tinham a oportunidade de verificar, através da voz firme, segura e incansável do professor Florestan Fernandes, como os seus gestos e ações eram incorporados como uma página que jamais poderia deixar de ser escrita na história da educação brasileira.

FRANCISCO FERRER Y GUARDIA: A EDUCAÇÃO ANARQUISTA.

ARACELY MEHL GONÇALVES *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
aracelymehl@hotmail.com

Este estudo examinou o pensamento educacional libertário propagado no Brasil pelos anarquistas no final do século XIX e início do século XX tendo como foco central a figura do educador catalão Francisco Ferrer y Guardia e seu pensamento educacional e também analisou o jornal anarquista “A Plebe” nos anos de 1917 a 1919, uma vez que a imprensa era considerada por estes uma ferramenta de difusão de suas ideais. O referencial teórico – metodológico que respaldou esta pesquisa foi o do materialismo histórico através das leituras das obras de Marx e Engels. As fontes bibliográficas que deram suporte as análises feitas a partir deste referencial constituíram-se de autores que se referem à teoria educacional desenvolvida por Francisco Ferrer y Guardia ; autor adotado pelos anarquistas em suas escolas, bem como escritos dele próprio e os trabalhos de autores marxistas que contextualizam a passagem do modelo econômico agro exportador ao modelo industrial no Brasil As fontes primárias referentes ao jornal analisado foram coletadas no Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP, e na Fundación Francesc Ferrer y Guardia em Barcelona , Espanha. O estudo envolveu ainda uma pesquisa bibliográfica, realizada em obras pertinentes ao tema proposto. O mesmo situa a figura de Francisco Ferrer y Guardia na Europa do século XIX, a organização e fundação de suas Escolas Modernas bem como o seu pensamento educacional conhecido como Ensino Racionalista. Para complementar o estudo foi feita uma análise dos artigos referentes à educação encontrados no jornal “A Plebe”, no período já referenciado, a fim de se verificar se o pensamento pedagógico de Ferrer aparece nas mesmas e se este jornal fazia a defesa da educação proletária. Em termos gerais, concluiu-se que o educador referenciado nesta pesquisa apresentou, já no início dos anos 1900 ideais educacionais que podem ser encontrados nas tendências pedagógicas atuais, demonstrando assim uma visão além de seu tempo, fato este que levou o Estado a julgá-lo culpado por incitar a população espanhola, o que o condenou a morte por fuzilamento. O jornal paulista “A Plebe” contribuiu para o desvelamento da ideologia colocada pela classe dominante no Brasil durante o período estudado e foi um instrumento de propagação da teoria de Ferrer no Brasil, e também um organizador de lutas operárias e abertura de escolas libertárias. A pesquisa demonstrou que a organização das escolas libertárias pelos anarquistas, o discurso revolucionário dos seus jornais, e a organização de greves e de sindicatos pelos mesmos, foram atos que levaram a uma modificação nas condições de trabalho e de estudo da população, uma vez que, receosos de que o povo fizesse uma revolução, o governo se apressa e organiza leis para regulamentar o trabalho e cria escolas para a classe trabalhadora, abafando assim o grito e a organização operária anarquista em todos os seus aspectos.

FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PARA PAULO FREIRE (1959-1964)

ANA PAULA SALVADOR WERRI*
Universidade Federal de Matogrsso do Sul
apwerri@hotmail.com

Objetiva-se, neste trabalho, compreender como Paulo Freire integra-se na luta pela democratização do ensino e qual a função social destinada, por ele, à educação nos anos de 1950 e 1960. Para tanto, faremos uma abordagem sobre como a intelectualidade brasileira e o próprio Paulo Freire compreendiam a realidade brasileira deste momento. Depois mostraremos como este educador se integra a discussão educacional, definindo a função social que a educação terá neste contexto e por fim, uma análise do método de alfabetização pelo qual Freire almejava conscientizar seus educandos. Considera-se que a conscientização realizada produziu uma consciência em si, própria para a luta pelas reformas de base e a participação eleitoral, lutas imediatas, porém necessárias. O método Paulo Freire poderia ser considerado o que se tinha de mais avançado para estes propósitos, mas estava longe de constituir-se numa vanguarda revolucionária. É importante frisar que a movimentação popular esteve mais presente no campo ideológico do que propriamente na organização de uma ação de classe, pois, se o critério de verdade é a prática, “os revolucionários faltaram ao encontro"

GIOCONDA MUSSOLINI, ALUNA E PROFESSORA EM SÃO PAULO (1920-1945).

ANDREA CIACCHI *
Universidade Federal da Paraíba
andreaciacchi@uol.com.br

Gioconda Mussolini (São Paulo, 1913-1969) foi a primeira mulher a fazer do ensino de Antropologia social e cultural o seu destino profissional e existencial. Ela foi, entre 1935 e 1937, aluna da segunda turma da recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Logo em seguida, foi Assistente da Cadeira de Sociologia (de 1938 a 1944) e da de Antropologia (até 1969), na mesma Faculdade. Mas neste trabalho retomo a sua trajetória desde a infância, no bairro paulistano do Bom Retiro, para acompanhar os seus passos pelo sistema escolar da época (os anos vinte e trinta), passos que estão diretamente articulados com o ingresso, na qualidade de normalista e professora primária, na Faculdade e no Curso de Ciências Sociais e Políticas. Assim, considero que até a sua afirmação no campo da Antropologia Brasileira (que se dará a partir de meados dos anos Cinquenta), a trajetória de Gioconda Mussolini é eloqüente e significativa, restituindo-nos o sentido de uma experiência biográfica, educacional e profissional paradigmática e exemplar. Os surpreendentes cruzamentos entre esta trajetória e algumas figuras (de Sud Mennucci a Almeida Júnior, de Fernando de Azevedo a Florestan Fernandes, entre outros) e momentos decisivos da política e da educação paulistas e brasileiros do período permitem reviver essa experiência com a mesma emoção de quem adentra no passado para compreendê-lo não apenas de um ponto de vista pessoal e individual, mas numa pluralidade de vozes, práticas e injunções que garantem uma compreensão mais densa e inteira. Assim, história intelectual, história da educação e questões teóricas sobre memória e etnografia se combinam, numa forma de dar continuidade, nos dias de hoje, e com perspectivas de futuro, à lição humana e epistemológica de Gioconda Mussolini.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS: INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO DO GOVERNO ARTUR REIS – 1964 A 1967.

JUÇARA LOBATO SILVA DA*
Unicamp
sarahlobatos@hotmail.com

O presente texto é uma versão do projeto em início de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, no grupo de pesquisa de história da educação- HISTEDBR, do qual temos o interesse em estudar a sociedade amazonense sob a perspectiva educacional, dando continuidade à pesquisa do mestrado, momento no qual encontramos dificuldade devido à escassez de pesquisas em história da educação. Este recorte foi contemplado devido as marcantes mudanças que ocorreram no Estado, estas intrinsecamente vinculadas a educação no sentido que se pensavam e implementavam projetos de desenvolvimento para o Estado do Amazonas, dentro da preocupação com a Amazônia e sua preservação, “ocupação” e utilização dos potenciais econômicos, o que trouxe a necessidade de pensar a “educação” da população, num governo formado por intelectuais de orientação positivista.

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO, NA TEORIA EDUCACIONAL DE JOHN DEWEY - UMA ANÁLISE DA DIFUSÃO DE SUAS OBRAS NO BRASIL APÓS O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA (1932 - 1964)

MICHELE VAROTTO *
Universidade Federal de São Carlos
mi_varotto@yahoo.com.br

ALESSANDRA ARCE
Universidade Federal de São Carlos
alessandra.arce@gmail.com

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa de minha orientadora intitulado: A idéias Pedagógicas em movimento na Formação de Professores na Escola Estadual Dr. Álvaro (1930-1969): uma análise de seu acervo bibliográfico e documental. Pretende-se contribuir com a investigação a ser realizada no âmbito do estudo das idéias Pedagógicas no Brasil analisando-se a difusão de pensamento de John Dewey, em especial de sua concepção de infância e educação. Para tanto trabalha-se a partir da leitura dos livros publicados na coleção Atualidade Pedagógicas, da Companhia Editora Nacional, no período de 1932 a 1964. Objetiva-se analisar a divulgação no Brasil das obras e idéias educacionais de Dewey, procurando historicizar criticamente a difusão dessas idéias no contexto da difusão do movimento escolanovista entre os educadores brasileiros. Este projeto toma como guias metodológicos para investigação no campo da História das Idéias Pedagógicas os seguintes: Caráter concreto do conhecimento histórico-educacional; Perspectiva de “longa duração”; Olhar analítico-sintético no trato com as fontes; Articulação do singular e do universal; Atualidade da pesquisa histórica. Esta pesquisa encontra-se em andamento

JOHANN HEINRICH PESTALOZZI (1746-1827): “CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL”

ANGELA MARA DE BARROS LARA *
Universidade Estadual de Maringá
angelalara@ymail.com

Este texto tem como tema a educação das crianças no século dezoito e, para delimitá-lo, foi escolhido um teórico de relevância fundamental para a educação de todos os tempos, bem como a sua contribuição para a educação infantil, Johann Heinrich Pestalozzi. O objetivo mais amplo a ser considerado é tratar a proposta de educação infantil pensada por ele, tendo como base a experiência. Para tanto, faz-se necessário definir a perspectiva histórica como proposta teórico-metodológica que subsidiará esta análise, esta nos proporcionará uma leitura nas múltiplas determinações econômicas, políticas e sociais daquela época. A questão que mobilizou este texto foi: qual a proposta de educação infantil que Pestalozzi propõe no século dezoito? A sua pedagogia foi criadora da escola popular em seu espírito social. Colocou a família como núcleo primordial que possibilitou a criação das demais instituições sociais, mas a educação das crianças não pode depender apenas dela, necessita da escola para tanto. Cabe aqui ressaltar como serão desenvolvidas as unidades no texto: no primeiro momento, destaca o Iluminismo, a vida de obra do autor; num segundo momento, salienta o seu pensamento pedagógico e suas idéias sobre a educação e, no terceiro momento apresenta sua obra “Cartas sobre educación infantil”. A escolha de uma obra para discussão no texto foi pensada, tendo em vista que este texto não é de fácil acesso aqueles que trabalham com crianças de 0 a 6 anos. E esta seria uma oportunidade para divulgar a obra, bem como as idéias educacionais do filósofo.

JOHN DEWEY E A EDUCAÇAO BRASILEIRA: UMA TRAJETÓRIA DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL

RODRIGO AUGUSTO DE SOUZA *
Universidade Estadual de Maringá
rodrigoaugustobr@yahoo.com.br

TELMA ADRIANA PACÍFICO MARTINELI
Universidade Estadual de Maringá
tapmartinelli@uem.br

Este trabalho procura traçar uma trajetória histórica da influência de John Dewey (1859-1952), na educação brasileira. É possível estabelecer dois momentos distintos dessa influência deweyana no Brasil: o período 1930 a 1950 e posteriormente a década 1990. O primeiro momento é marcado pelo embate político de introdução do ideário escolanovista no Brasil, merece destaque Anísio Teixeira (1900-1971), principal interlocutor de Dewey no Brasil. No segundo período da influência, Dewey aparece atrelado à Formação de Professores, principalmente a partir da noção de Professor Reflexivo. A retomada, nessa segunda fase, se dá pela adoção de educadores estrangeiros, como: Nóvoa, Schön, McLaren, entre outros. Esse percurso histórico que tomamos em análise no presente artigo.

JOSÉ DE SIQUEIRA MENESES, UM GOVERNO E SUAS REALIZAÇÕES NA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SERGIPE (1911-1914)

JOSÉ TARCÍSIO GRUNENNVALDT *
Universidade Federal do Mato Grosso
jotagrun@uol.com.br

ANA C.R.GRUNENNVALDT
Universidade Federal de Mato Grosso
anagrunennvaldt@uol.com.br

Este trabalho é um recorte da monografia que tratou de uma biografia sobre o militar e ex-governador de Sergipe José de Siqueira Meneses, Presidente da Modernização de Sergipe quando esteve diante do Executivo estadual entre 1911 a 1914. O objetivo procurou focar as iniciativas de Siqueira Meneses no âmbito da Instrução Pública no período em que exerceu a função da Presidência do estado. No percurso metodológico procurou-se adentrar o caminho da biografia que por muito tempo não tivera grande ênfase nos trabalhos acadêmicos. Trilhar este caminho foi instigante na medida em que se pode investigar a iniciativa de um sujeito que com formação militar, diante da Presidência de Sergipe corroborou a tese de que oficiais do exército são formados também para exercerem funções intelectuais. Com a recente redescoberta do indivíduo na sociedade e a renovação da história política, a biografia tem sido considerada como fonte do conhecimento do ser humano, é uma estratégia para se saber da variedade do ser humano e os diferentes espaços e lugares que ele pode ocupar. Visando dar consistência teórico-metodológica para a pesquisa fui instigado a buscar na experiência de vida de um protagonista atos e atitudes de intervenção na sociedade. A autorização para tal opção, veio-me da leitura de Introdução às Ciências do Espírito de Wilhem Dilthey em sua polêmica com o positivismo ao defender que fatos humanos não são suscetíveis de quantificação e de objetivação generalizadora, valendo-me da assertiva de que cada fato tem sentido próprio e identidade peculiar ao requerer uma compreensão específica e concreta. Siqueira Meneses é emblemático ao relacionar sua missão/intervenção em diversos campos da atividade militar, ou quando sua atuação assumia função intelectual e se manifestando no seio da “sociedade civil”. Foi pensando no conceito de tática utilizado por Certeau(1994), que é possível vislumbrar Siqueira Meneses como um homem preparado para intervir em diversos lugares. Nesta linha de raciocínio, Certeau é elucidativo ao considerar que: “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos” (Certeau, 1994). As fontes privilegiadas do estudo foram os Relatórios da Presidência do Estado, Jornais, textos biográficos sobre personalidades sergipanas. A relevância de sua passagem pela Presidência está evidenciada na passagem do poder Executivo do Estado de Sergipe para o seu vice, o então Cel. Pedro Freire de Carvalho, quando este faz referência aos ganhos do setor público concernente à educação na gestão do presidente Siqueira de Meneses, sobretudo sobre suas realizações no setor da Instrução Pública em Sergipe, tratando esse departamento com preocupação e destinando parcela significativa das verbas do tesouro do Estado para o desenvolvimento do ensino primário, secundário e das escolas normais com ousadia e coragem.

MEMÓRIAS DE PAULO FREIRE: A SÍNTESE DO MENINO E DO HOMEM NO INTELECTUAL

FRANCIELE CLARA PELOSO *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
franciele_clara@yahoo.com.br

Este ensaio contextualiza a história do educador Paulo Freire, apresentando as suas memórias de infância, de adolescência, de juventude e idade adulta, no intuito de sublinhar a importância que cada momento representa ter na construção do seu pensamento. Paulo Freire ficou conhecido como filósofo e teórico da Educação pelo mundo todo, sua marca registrada: não separar a teoria da prática. Ousou sustentar que o oprimido é sujeito da transformação de sua realidade, isso quando consciente de sua capacidade de agir e refletir sobre si e sobre o seu estar no mundo. Acreditou que o processo em que e como as coisas se dão era muito mais interessante do que o produto em si. Reconheceu que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão, mas também acreditou que a educação podia melhorar a condição humana, pois a entendia como parte de uma totalidade política e social, e que podia contribuir para o que considerava ser a “vocação ontológica da espécie humana”: a humanização. Assim, através de revisão de literatura a respeito da vida de Paulo Freire em suas próprias obras e, também, em algumas biografias, escritas por outros autores, foi possível realizar um levantamento sobre a sua história e as influências de sua infância, bem como da sua adolescência, da sua juventude e idade adulta como questões fundantes para a construção do seu pensamento. Nesse sentido, a vida de Paulo Freire reflete a busca coerente, de tornar mais claras, as ligações entre política e educação, resultando em uma pedagogia ética para a transformação social, causa a que dedicou boa parte de sua vida, de seus estudos, de suas lutas.

MILTON SANTOS E A EDUCAÇÃO

RENATA LOPES DA SILVA *
Universidade Estadual de Ponta Grossa
renata_lopesdasilva@hotmail.com

MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO
Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR
misabel@lexxa.com.br

Este artigo tem por objetivo estabelecer uma relação entre os fundamentos teóricos presentes no pensamento do professor Milton Santos (1926-2001) e a Educação. Expõe de forma geral a formação escolar do intelectual Milton Santos, em uma perspectiva histórica e crítica, considerando as contradições e relacionando com a totalidade. Procura contribuir para a reflexão sobre a Educação formal no Brasil, na atualidade, partindo de uma revisão da bibliografia de Milton Santos, em que alertava para as interfaces do neoliberalismo bem como as políticas educacionais circunscritas nesse ideário. Com a análise da realidade social deflagrada pelo intelectual estudado, contemplamos que a Educação poderá contrapor-se a essa ideologia. A discussão aqui apresentada baseia-se na pesquisa realizada como parte constituinte do Mestrado iniciado em 2007 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A ABORDAGEM DE BORGES DOS REIS NA BAHIA REPUBLICANA

MARIA CRISTINA DANTAS PINA *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
mcristina.pina@gmail.com

O texto analisa como a nação brasileira e nela a escravidão foi retratada no manual de História do Brasil de Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915), utilizado no Ginásio da Bahia entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. Buscou-se perceber as especificidades do discurso histórico do professor baiano, testemunha das contradições de uma região que clamava por manter sua posição no cenário nacional. Por intermédio da revisão bibliográfica e de fontes primárias o objeto foi analisado segundo três categorias: nação, trabalho e classe social. Constatou-se que, semelhante a outros autores didáticos da época, Borges dos Reis defende um caminhar evolutivo do Brasil em direção ao modelo de civilização européia, fortalecendo uma identidade nacional branca, cristã e liberal. Condena moralmente a escravidão, mas a justifica como necessidade econômica; e, admite o papel do negro na construção do país, porém sem ação decisiva no destino do Brasil. Todavia, diferentes daqueles manuais, o autor chama atenção para o processo de interiorização e de mistura entre as raças na formação da nação, defendendo que as diversidades regionais deveriam ser consideradas na história do Brasil. Dessa forma, a obra caracteriza-se pelo patriotismo e nacionalismo, embora referenciado no contexto baiano. Evidencia assim, o quanto as noções de patriotismo, nacionalismo e identidade nacional assumiram complexidades específicas no Brasil republicano, tendo na escola e seus materiais didáticos lugares privilegiados de disseminação.

NÃO FAZEM MAL AS MUSAS AOS...ALFAIATES - PROFESSORES INTELECTUAIS E POLÍTICOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: O CASO DE LAUDIONOR DE ANDRADE BRASIL

DANIELA MOURA ROCHA DE SOUZA *
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
danymrs@ig.com.br

ANA PALMIRA BITTENCOURT SANTOS CASIMIRO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
apcasimiro@oi.com.br

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lrochamagalhaes@gmail.com

Entre os finais do século XIX até meados da década de 40 do século XX, durante os primeiros anos da República no Brasil, compareceram, no cenário de Vitória da Conquista, cidade do interior da Bahia, muitos professores que passaram também a exercer o cargo de jornalistas, participar ativamente das discussões políticas e a exercer cargos de secretários municipais, vereadores, conselheiros, membros de partidos, etc. Possivelmente, eles foram dando identidade intelectual à República em nossa cidade no estágio de seu contexto de instalação e efetivação. Dentre os nomes que se destacaram nesse período, em Vitória da Conquista estava a figura do professor, jornalista, político e poeta Laudionor de Andrade Brasil.

O DISCURSO MÉDICO NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESCOLA NOVA: DISCUSSÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES PRÁTICAS (RIO DE JANEIRO 1930-1940).

RONALDO AURÉLIO GIMENES GARCIA*
Universidade Federal de São Carlos
gimenesgarcia@uol.com.br

O Movimento Escola Nova que no Brasil teve a liderança de Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e outros destacados intelectuais e educadores, também contou com a colaboração de pensadores das áreas da medicina e do direito. Estes últimos se propunham a executarem um modelo de educação que levasse em conta as contribuições da higiene mental, da psiquiatria e da psicanálise. Entre estes profissionais estava o psiquiatra alagoano Arthur Ramos, o médico baiano Afrânio Peixoto e Júlio Pires Porto-Carrero, também ligado a área médica no Rio de Janeiro. Todos eles imbuídos da idéia de o conhecimento científico poderia resolver os problemas do ensino no país. O discurso médico sobre a educação era veiculado por estudos publicados em jornais, periódicos acadêmicos ou livros específicos, além disso em encontros e congressos de educação e higiene mental também eram debatidas as propostas dos psiquiatras. Juntamente com as discussões teóricas que serviam como meio de divulgação de projetos, alguns médicos chegaram mesmo a colocar em prática suas idéias, como foi o caso de Arthur Ramos. Ele idealizou o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental no Rio de Janeiro durante a reforma de Anísio Teixeira, cuja função era diagnosticar possíveis transtornos de comportamento em crianças matriculadas no ensino público. O objetivo desta pesquisa é compreender o papel do discurso médico no interior do Escolanovismo, bem como as alternativas apontadas pelos intelectuais da medicina para a educação nacional. As fontes utilizadas foram obras escritas e publicadas pelos referidos autores entre os anos de 1930 e 1940. Trata-se de uma investigação ainda em curso.

O PAPEL ATRIBUÍDO À EDUCAÇÃO PELA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO: A AÇÃO DO PADRE JULIO MARIA, DE 1891 A 1897

PERI MESQUIDA *
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
mesquida.peri@pucpr.br

A Encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, publicada em 1891, a Carta Pastoral do Episcopado Brazileiro ao Clero e aos Fiéis, dos Bispos do Brasil, de 1890 e a Encíclica Quanta Cura, do Papa Pio IX, de 1864, foram os documentos que serviram de apoio e de instrumentos de ação do Padre Julio Maria na sua “cruzada” missionária e pedagógica em favor da Restauração da Igreja. Sua peregrinação pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil, pregando por meio das Conferências da Assunção, a necessidade de se resgatar a força missionária e educativa da Igreja foi de enorme importância para o processo de Restauração. O Padre Julio Maria foi, ainda, um dos poucos clérigos católicos a perceber que, na época, o Brasil passava por um processo de acomodação do modo de produção capitalista e a Igreja cumpriria a sua missão na medida em que se colocasse a serviço dos mais humildes, em particular, se ela ouvisse o Sermão da Montanha e fizesse eco ao mandamento de Jesus Cristo de “ir a todo o mundo ensinando toda criatura”.Isto é, na medida em que ela se investisse da sua vocação docente.
Palavras-chave: educação; igreja; missão; restauração; ensino.

O PENSAMENTO FILOSÓFICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO: A HISTORICIDADE EM PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI

ALEXANDRE RODRIGO NISHIWAKI DA SILVA *
Universidade Federal de São Carlos - Programa de Pós-Graduação em Educação
alexandre_rns@yahoo.com.br

ROSELI RODRIGUES DE MELLO
Universidade Federal de São Carlos
roseli@ufscar.br

O presente trabalho se volta para a compreensão de dois dos maiores intelectuais brasileiros: Paulo Freire e Dermeval Saviani. Suas contribuições têm marcado a tomada de posição de diversos trabalhos no campo da educação escolar e revelado as complexas relações da escolarização no interior da sociedade brasileira. Os aportes encontrados em Freire e em Saviani, por estarem diretamente vinculados às problemáticas nacionais, se mostram fundamentais para a análise da estrutura escolar brasileira. Seus meandros e suas complexidades são frutos de nossa condição enquanto nação periférica do capitalismo globalizado. Para tanto, busca-se uma breve retomada da história da educação escolar no Brasil, demonstrando a articulação entre a organização social e os conseqüentes reflexos na escola. Assim, é possível entender o pensamento e as contribuições de Freire e de Saviani numa visão histórico-dialética e compreender como o conceito de historicidade em Gramsci (1986) se apresenta em cada um deles.

O PROFESSOR PAULO DOS SANTOS: AULAS DE MORAL E FORMAÇÃO DO HOMEM INTEGRAL. ITUIUTABA, MINAS GERAIS (1960-1973)

NICOLA JOSÉ FRATTARI NETO*
Universidade Federal de Uberlândia
nicolafrattari@yahoo.com.br

O presente trabalho enfoca a ação do professor Paulo dos Santos enquanto diretor e professor do Educandário Ituiutabano, entre os anos de 1960 a 1973, na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais. O Educandário foi uma escola construída e mantida pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, com início de suas atividades em 1958, momento este que não há curso ginasial gratuito na cidade, ou seja, não havia no município instituições públicas. As demais escolas que o ofereciam eram duas confessionais católicas e uma particular, com altas mensalidades, dificultando o acesso do aluno. A cidade, na década de 1950, chegou ao índice de 57% de analfabetismo. A vida e a atuação do professor Paulo estiveram ligadas às atividades de ensino no Educandário, principalmente por promover uma diferenciação: enquanto o ensino na cidade caminhava para uma confirmação da fé católica, com o enfoque dado às aulas de religião, o professor Paulo dos Santos, sem proselitismo, dirigiu o Educandário, dentro da filosofia espírita, mas sem fazer pregações de caráter doutrinário. Suas aulas de moral enfatizavam uma visão de homem, mais sensível e atuante no mundo; sua preocupação com a formação de lideranças entre os alunos, que pudessem auxiliá-lo na administração e manutenção da escola. Também sua ação pedagógica era diferenciada, marcada por uma concepção de educação mais ecumênica. Expressava seu pensamento educacional em artigos publicados pela imprensa local, fato que despertou a ira de seus opositores. Assim, o objetivo deste trabalho é descobrir estes pontos relacionados com a efetivação de sua proposta de trabalho e a filosofia espírita, demarcando num mesmo espaço, as reformas promovidas para o curso ginasial. Para isso utilizaremos entrevistas com ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e familiares do professor Paulo, a imprensa local, as atas do grêmio estudantil e da Câmara dos Vereadores, bem como obras sobre o pensamento filosófico espírita, principalmente H. L. D. Rivail, professor francês, emérito, no século XIX, que codificaria a Doutrina Espírita, em 1857; e Eurípedes Barsanulfo, fundador do primeiro colégio espírita brasileiro, o Colégio Allan Kardec, em 1908. Portanto, o professor Paulo dos Santos pode ser caracterizado como educador humanitário, mais voltado aos aspectos de formação integral do ser, ancorando seu trabalho nos princípios liberais e democráticos de ensino, promovidos pelo Espiritismo.

OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO LIBERAL DE SAMPAIO DORIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

NEIDE DE ALMEIDA LANÇA GALVÃO FAVARO*
Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí
lnfavaro@bol.com.br

Este artigo resulta de pesquisa concluída no Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, intitulada “Sampaio Doria, a Escola Nova e as questões sociais no Brasil”. Devido a importância que Sampaio Doria assumiu no início do século XX, tanto pela reforma educacional paulista que empreendeu, em 1920, quanto pelos princípios que defendeu, optamos por resgatar suas concepções e contribuições em correlação com o processo de mudanças nas relações do período. Este artigo tem por objetivo identificar as categorias filosóficas do autor, especialmente as concepções de homem e sociedade que fundamentaram suas propostas sociais e educacionais, vinculando-as com as transformações materiais que as originaram. Rompendo com o pensamento liberal clássico, ele absorveu as contradições sociais em seus projetos, sendo veemente ao atacar as propostas revolucionárias, motivo pelo qual podemos inferir acerca do veio reformista de suas doutrinas. Atribuiu ao Estado democrático um papel de destaque na promoção da ordem, da justiça e do desenvolvimento social, devendo este garantir e ao mesmo tempo regular as iniciativas e a liberdade individuais. Defendeu a escola pública, única, gratuita e obrigatória, cuja finalidade era formar para a cidadania, o progresso e a transformação política do país. Amparado no psicologismo, cuja ênfase recai no indivíduo, aderiu às finalidades e princípios escolanovistas. Não se pode afirmar que ele se destacou pela originalidade de seu pensamento, mas sim por ter feito, a partir de uma sistematização do que estava sendo teoricamente elaborado, uma proposta política e educacional que teve ampla repercussão e influência no período.

RUI BARBOSA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA – OS PARECERES DE 1882.

NAJLA MEHANNA MORMUL *
Universidade Estadual de Maringá
hinidmormul@gmail.com

MARIA CRISTINA GOMES MACHADO
Universidade Estadual de Maringá
crismach_cris@hotmail.com

Resumo: Este trabalho discute questões da educação brasileira na perspectiva de Rui Barbosa (1849-1923), tomando como fonte a “Reforma do Ensino Primário e as Várias Instituições complementares”, de 1883, e a “Reforma do Ensino Secundário e Superior”, 1882. Dentre uma das muitas causas defendidas por esse intelectual, objetivamos destacar a sua luta em favor da educação pública de qualidade no Brasil, para isso redigiu seus pareceres sobre a educação. Rui Barbosa fez um detalhado levantamento sobre o ensino, tomando como suporte teórico os decretos e documentos que versavam sobre a educação nacional e internacional. Seus pareceres são valiosos documentos para a história da educação brasileira, sobretudo, pela amplitude e profundidade com a qual discutiu cada aspecto da educação escolar. Ele deixava clara a necessidade de se reformar o ensino, visto que considerava que todas as instituições existentes precisavam ser reformadas e o que não existia precisaria ser criado, como fora o caso do ensino primário brasileiro. Toma-se como pressuposto que a educação, bem como as diversas manifestações da vida social, é consequência das relações sociais e econômicas de cada época, portanto as propostas de Rui Barbosa devem estar relacionadas ao movimento de abolição da escravatura, de mudança de regime político, da separação da Igreja e do Estado. Ao enveredarmos pela história da educação compreendemos a importância de se discutir a necessidade de reformar os métodos e programas em defesa de um ensino que atenda às necessidades do Brasil em vias de modernização.

Palavras-chave: Rui Barbosa, educação brasileira, ensino primário.

RUI BARBOSA E O ENSINO PRIMÁRIO EM SOCIEDADE LIVRE

SERGIO HENRIQUE GERELUS *
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - PARANÁ
gerelus@bol.com.br

O projeto de reforma do ensino primário apresentado no parlamento brasileiro por Rui Barbosa em 1882 afirmava as preocupações dos homens públicos da época com o desenvolvimento da nação brasileira, do qual a educação fazia parte com o merecido destaque. O ensino primário figurava como a etapa inicial da formação do cidadão brasileiro livre, seguindo uma série de recomendações e defendido por meio de argumentações baseadas nas experiências pedagógicas de países desenvolvidos. Do estudo detalhado da reforma surgiu o questionamento acerca da contribuição que a escola primária ofereceria na formação dos homens livres brasileiros, inseridos naquela sociedade livre projetada, bem como o objetivo de compreender a reforma de ensino primário apresentada por Rui Barbosa como requisito para a formação do homem livre. Após a identificação das características gerais da referida reforma, inserida no contexto material de sua produção, bem como a identificação das contribuições apresentadas por Rui Barbosa, como representante da elite dirigente, para a formatação da sociedade livre brasileira, verificou-se a defesa do conhecimento científico, da aplicação de um método específico de ensino e da delimitação de conteúdos adequados com vistas ao combate à principal prisão a qual o povo brasileiro estaria subordinado, à prisão da ignorância.

SÃO BOAVENTURA, UM INTELECTUAL DA EDUCAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XIII E AS ALTERAÇÕES EDUCACIONAIS DO PERÍODO

CONCEIÇÃO SOLANGE PERIN *
Universidade Estadual de Maringá
sol_perin@yahoo.com.br

TEREZINHA OLIVEIRA
Universidade Estadual de Maringá
teleoliv@gmail.com

Entendemos que o estudo sobre a história e os intelectuais da educação favorece uma possível compreensão do papel do educador de hoje, século XXI. Ao considerarmos que a educação acompanha as exigências que estão sendo propostas pelo período, muitas vezes, o professor sente dificuldades em interagir com as novidades que estão evidenciadas, seja pela falta de tempo para o estudo, para a formação, ou até mesmo porque ele está inserido no processo de transição. Poucos homens conseguem compreender as alterações sociais que vigoram e ao mesmo tempo explicá-las como necessidades da sociedade. Por isso que, os clássicos da educação permanecem nos currículos escolares, pois é por meio do estudo desses autores, da sua época e das suas discussões é que podemos entender que eles propuseram uma nova forma de comportamentos, de ações e de pensamento para os indivíduos da sua época. Muitas vezes, foram recriminados, mal entendidos, porque falavam da mudança como uma necessidade de sobrevivência. Hoje, também não gostamos de muitas alterações, pois, os homens, muitas vezes, se acomodam com o que está posto e mudar corresponde a pensar, re/adaptar, re/aprender para depois ensinar. Nesse sentido, este trabalho visa uma análise sobre algumas das discussões realizadas por São Boaventura de Bagnoregio, no final do século XIII, na Universidade de Paris. Ele trata sobre as questões do desenvolvimento intelectual para o entendimento da verdade das coisas terrenas e a importância do uso do raciocínio lógico, por meio da Matemática e da Geometria, para esse desenvolvimento. As discussões realizadas por esse intelectual discorrem sobre a inteligência inata que Deus deu aos homens e a possibilidade do uso e desenvolvimento do intelecto para a compreensão de mundo e de tudo que o compõe. Boaventura fazia correspondências sobre o homem como uma totalidade. Para tanto, Boaventura subdividia suas explicações com o uso da Matemática e da Geometria, pois para ele os números apresentavam explicações exatas e levavam os homens a usar a inteligência inata, mas desenvolvida pelas necessidades do conhecimento terreno. Esses ensinamentos, dentro da Universidade de Paris, alteraram a interpretação e os conceitos, os quais Boaventura procurou fundamentar e explicitar, pela lógica dos números. Nesse sentido, esse estudo sobre uma das Vinte e Três Conferências escritas por Boaventura, terá o objetivo de apresentar questões tratadas por esse autor no final do século XIII sobre o uso da inteligência e a importância da Matemática e da Geometria, e que, apesar de períodos tão distantes e tão diferentes, ainda no século XXI, nos deparamos com os educadores tendo a necessidade de ensinarem aos seus alunos como refletir, como desenvolver o uso do intelecto, para compreenderem e interagirem no seu cotidiano com as questões sociais que estão presentes como ordem do dia.

TRABALHO COLETIVO E COOPERATIVO: POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS E SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO ESCOLAR

MARIA JOSÉ FERREIRA RUIZ *
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
maria.f.ruiz@bol.com.br

O texto objetiva apresentar algumas concepções pedagógicas de Anton Semionovitch Makarenko. A partir delas, propõe um repensar sobre a gestão da escola atual. Tem como foco o trabalho coletivo e cooperativo. Utiliza-se como aporte teórico, dentre outros, o livro de Luedemann, “Anton Makarenko: Vida e obra: A pedagogia da revolução”. Parte de uma perspectiva materialista histórica, na qual se tem o entendimento que ao analisar as concepções teóricas de um autor, estas devam ser situadas no lócus histórico e concreto no qual foram produzidas. Para tanto, é mister levar em conta a conjuntura temporal e as especifidades históricas e materiais da época. O texto trata de algumas questões aventadas por Makarenko, a saber: individualismo, disciplina, representatividade, assembléias, normatização, cortesia e perspectiva. Ao apresentar e discutir estas questões aponta possíveis desdobramentos e subsídios à construção de propostas coletivas diferenciadas daquelas que temos hoje, pautadas em instâncias colegiadas representativas, pensadas pelos órgãos centrais da educação (ministério, secretarias). Estas instâncias, de forma geral, pautam-se mais em princípios administrativos e burocráticos do que em princípios pedagógicos.